

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

UNIVERSITAT DE GIRONA
Facultat de Educació y Psicologia
Programa de Doctorado en Educació

Wagner Francis Martiniano de Faria

**EL CUERPO EN ESPACIOS PÚBLICOS BRASILEÑOS: un estudio en dos plazas de
Belo Horizonte - Minas Gerais, desde la perspectiva educativa**

**O CORPO EM ESPAÇOS PÚBLICOS BRASILEIROS: um estudo em duas praças de
Belo Horizonte - Minas Gerais, a partir da perspectiva educativa**

Belo Horizonte
2022

Wagner Francis Martiniano de Faria

**EL CUERPO EN ESPACIOS PÚBLICOS BRASILEÑOS: un estudio en dos plazas de
Belo Horizonte - Minas Gerais, desde la perspectiva educativa**

**O CORPO EM ESPAÇOS PÚBLICOS BRASILEIROS: um estudo em duas praças de
Belo Horizonte - Minas Gerais, a partir da perspectiva educativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadores: Profa. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira e Prof. Dr. Jose Antonio Adiego Langarita.

Belo Horizonte
2022

F224c
T

Faria, Wagner Francis Martiniano de, 1987-

O corpo em espaços públicos brasileiros [manuscrito] : : um estudo em duas praças de Belo Horizonte -- Minas Gerais, a partir da perspectiva educativa = El cuerpo en espacios públicos brasileños: un estudio en dos plazas de Belo Horizonte -- Minas Gerais, desde la perspectiva educativa / Wagner Francis Martiniano de Faria. - Belo Horizonte, 2022.
231 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Adla Betsaida Martins Teixeira.
Orientador: Jose Antonio Adiego Langarita.
Bibliografia: f. 220-231.
[Trabalho realizado em acordo de cotutela entre a Universitat de Girona e a Universidade Federal de Minas Gerais].

1. Educação -- Teses. 2. Espaços publicos -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 3. Praças -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 4. Vida urbana -- Belo Horizonte (MG) -- Aspectos educacionais -- Teses. 5. Sociologia urbana -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 6. Antropologia urbana -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 7. Corpo humano (Filosofia) -- Teses.
I. Título. II. Teixeira, Adla Betsaida Martins. III. Langarita Adiego, José Antonio.
IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. V. Universitat de Girona.

CDD- 307.760981511

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

O corpo em espaços públicos brasileiros: um estudo em duas praças de Belo Horizonte - Minas Gerais, a partir da perspectiva educativa

WAGNER FRANCIS MARTINIANO DE FARIA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 17 de maio de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Adla Betsaida Martins Teixeira - Orientador
UFMG

Prof(a). Jose Antonio Langarita Adiego

Universitat de Girona

Prof(a). Pilar Albertín

Universitat de Girona

Prof(a). Begoña Sánchez Torrejón

Unviersidad de Cadiz

Prof(a). Jordi Mas Grau

Universitat de Barcelona

Belo Horizonte, 24 de junho de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 24/06/2022, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1545328** e o código CRC **95742B1A**.

A los personajes de una plaza, a la vuelta de la esquina,
quién podrías ser tú, quién podría ser yo, pero que está
mucho más allá de nosotros. Esta plaza con sus personajes
habla de una ciudad que abraza, celebra y secreta a todos y
todas, como una máquina, en silencio.

*Aos personagens de uma praça, logo ali na esquina, que
pode ser você, que pode ser eu, mas que são muito além
de nós. Essa praça com seus personagens diz de uma
cidade que abraça, celebra e segrega a todos e todas,
como uma máquina, silenciosamente.*

AGRADECIMIENTOS / AGRADECIMENTOS

Foram anos de muita dedicação. Eu não desejava fazer um doutorado, era mais que desejar, era uma questão de existência. Depois de passar repetidas vezes pelo mestrado, me sentia preparado para esta experiência. Assim, agradeço imensamente aos que, com suas grandes ou mesmo tímidas contribuições, me fizeram chegar aqui, na realização do sonho de uma vida inteira.

Meu agradecimento inicial aos meus pais, Alice e Doraci, que silenciosamente acompanharam esta caminhada e que, mesmo sem entenderem a importância de um doutorado para um acadêmico como eu, sempre tiveram orgulho de dizer que o filho fazia um. Obrigado à Senhora e ao Senhor, pelo exemplo contínuo de perseverança e luta para que eu pudesse alcançar meus sonhos. Lembro-me da época em que cursava dois mestrados concomitantemente, período em que papai foi acometido por um câncer que me tirou noites de sono. Nesta etapa do doutorado, não esperava outra surpresa, mas ocorreu o término da união matrimonial de meus pais, o que me fez, mais uma vez, entender que sempre é importante recomeçar, assim como farei após a defesa deste trabalho. Recomeçar sempre. Existem sempre novos caminhos e desafios nos esperando à frente.

Agradeço ao Giuliano, que no caminhar deste trabalho se tornou minha família, meu marido e principalmente o que mais escutou sobre esta tese. Ele, mesmo que às vezes não compreendendo nada que eu dissesse, foi um esteio para a minha motivação. Sempre com palavras de elogios ao meu trabalho me trouxe certa “ vaidade ” para várias dessas linhas que tiveram demasiado suor, dedicação e muita leitura. Obrigado por estar ao meu lado e por ser parceiro, amigo e meu maior crítico. Você vale muito, você me faz valer muito!

Agradecimento especial aos dois orientadores desta tese, Professora Doutora Adla Betsaida Martins Teixeira e Professor Doutor José Antonio Adiego Langarita. O Professor Langarita foi de suma importância para que este trabalho brotasse desde o início, lá em 2016, nas minhas primeiras aventuras pela Europa. Com toda paciência, em especial pelas limitações linguísticas que nos separavam inicialmente, trouxe luz a cada espaço do saber que era desconhecido para mim. Sem exceção, todos os inúmeros encontros presenciais e por Skype foram, extremamente enriquecedores para o ser humano que me tornei ao longo desta pesquisa. Obrigado por acreditar em mim e neste estudo desde o primeiro contato na entrevista que

fizemos para a admissão no programa. Não me arrependo em momento algum de ter escolhido a Universitat de Girona e sua competente orientação para este trabalho. Sou muito grato ao seu acolhimento e aos seus ensinamentos.

Quando surgiu a possibilidade de ingressar com o pedido de cotutela no Brasil, não pensei duas vezes em enviar um e-mail para a Professora Adla. Minha admiração por seu trabalho já era antiga, dos idos 2014, quando cursei uma disciplina sob sua regência no mestrado. No ano seguinte ela não ofertava vagas para orientação no doutorado e eu também não fui aprovado naquela seleção. Coisas de destino e que foram cruciais para minha maturação acadêmica. Quando recebi a resposta com a acolhida de meu pedido para orientar-me no Brasil, dei, literalmente, pulos de alegria. Sua orientação foi a cereja do bolo para que este trabalho ficasse ainda mais completo. Seus olhares para os espaços que já lhe eram reportados fisicamente, as praças de nossa capital mineira, permitiu que houvesse ainda mais saber nas linhas que adiante neste estudo se alongam. Além de ser um rico complemento para o competente trabalho do Professor Langarita, Adla também foi extremamente ética e assídua aos olhares da pesquisa. Agradeço imensamente por cada e-mail, mensagem, sugestão, momentos de escuta e principalmente por se tornar uma amiga tão querida. Você não é apenas o que levo de melhor da Faculdade de Educação da UFMG, como também se firma como exemplo de pesquisadora, mulher e mãe.

Agradecimento ESPECIAL ao querido João Ítalo, que numa relação de afeto, conhecimento e principalmente partilha, entre momentos de extrema riqueza de saber e acolhida, me falou sobre o processo de cotutela, evento que eu nunca havia ouvido menção. Esse olhar tão perspicaz foi motriz para que eu melhor pesquisasse sobre o assunto e entrasse com o pedido na UFMG. Depois de meses e meses de entrega de documentos, e-mails trocados, traduções e inúmeros estudos, deu-se a boa notícia da publicação do convênio entre UdG e UFMG e a aprovação do acordo de cotutela. Levarei sempre comigo suas sempre nobres intervenções, João.

Agradecimentos sinceros aos professores e profissionais da Universitat de Girona e da Universidade Federal de Minas Gerais, que direta ou indiretamente, foram fundamentais para meu trânsito nestes dois espaços de saber: desde a secretaria dos cursos às coordenadoras. Meu mais sincero obrigado por escolherem a universidade como espaço para o labor e para a prestação de um trabalho tão fortuito à sociedade. Em tempos em que a universidade e o conhecimento se mostram tão ameaçados, os braços dos trabalhadores da educação estão ali,

firmes e fortes para segurar greves, demandas além dos comportas e desafios diários, mas sempre com sorrisos e de cabeças erguidas. Vocês são exemplo para todo o mundo.

Meu agradecimento mais que especial ao Stephane Lionel Debono, que desde o início do brotar de meu anseio de cursar o doutorado foi uma verdadeira fonte de dedicação. Além de não poupar esforços, indo além dos limites para me ver estudando, foi também extremamente afetuoso com cada uma das demandas que este curso demandou no início e em seu processo. Obrigado por acreditar na minha pesquisa e nos meus desejos de fazer valer o conhecimento latino. Você foi ímpar na conquista deste sonho e eu dedico a você muitas das minhas vitórias.

Por fim, meu agradecimento a cada amigo, a cada pessoa, que direta ou indiretamente contribuíram para que esta tese chegasse ao seu fim. Sei que ela é apenas uma faísca que ainda irá gerar outras fogueiras, mas não posso deixar de ofertar meu agradecimentos aos inúmeros corpos que passam por aquelas praças investigadas diariamente, e que me deram um minuto de atenção, uma palavra de sabedoria ou mesmo um olhar que trouxe ainda mais riqueza para este estudo. Obrigado.

“La plaza es del pueblo
Como el cielo es del cóndor.
Es el antro donde la libertad
Crea águilas a su calor”.

*“A praça é do povo
Como o céu é do condor.
É o antro onde a Liberdade
Cria asas em seu calor”.*

Castro Alves, 1972.

RESUMÉN

Esta tesis propone analizar cómo el espacio de las plazas Raul Soares y Liberdade, en la ciudad de Belo Horizonte - Minas Gerais de Brasil, se manifiesta a través de sus diferentes cuerpos, especialmente gracias a las prácticas que producen desde la perspectiva de la educación no formal. También enfatiza las acciones que reproducen los cuerpos en estos lugares con respecto al trabajo, la violencia y la sexualidad. Para ello, se han pretendido discutir las perspectivas históricas, culturales y sociales de estas plazas públicas y cómo se procesan en ellas las relaciones entre el cuerpo y la apropiación del espacio por parte de los miembros de la ciudad. Entendiendo que la plaza es un espacio social que se mantiene vivo por las manifestaciones humanas y que a través de las intervenciones de sus usuarios se crean códigos en la ciudad y más allá, también se pretende analizar específicamente cómo se relacionan las interacciones de las personas en las plazas. Con la formación del conocimiento, nos alejamos de la comprensión de este aprendizaje a partir de los currículos prescritos, considerados como escolarizados, y vemos que la comunicación de las personas en las plazas se relaciona con los movimientos de adaptación y resistencia, que los (re)configuran en la época contemporánea, y que el aparato público y privado integra los movimientos de estos lugares. Estas dos plazas fueron elegidas como objeto de estudio porque se presentan en realidades territoriales cercanas, aproximadamente dos kilómetros en el eje central de la ciudad, y, aun así, se manifiestan en la realidad de su uso de formas diferentes entre sí en lo que en apariencia se refiere a sus procesos de mantenimiento, significado y representación para la ciudadanía. Se han utilizado los métodos de análisis documental e investigación bibliográfica, influenciados por acciones etnográficas realizadas en los dos espacios durante dos años y medio de investigación. Entre los resultados alcanzados, se destaca que la plaza, en la realidad de la ciudad, se mantiene mediante la creación y recreación de los códigos generados por sus diversos usuarios, produciendo procesos de aprendizaje entre sus integrantes. Entre estas figuras destacan las personas que tienen el poder de gestión pública de los lugares; las que, al no tener este poder, utilizan las plazas para el ocio; los trabajadores en las más diversas posibilidades de oferta de servicios; los turistas que impulsan la maquinaria económica de la zona; los actores marginales, invisibles en parte por las diversas políticas aplicadas en la ciudad, y, finalmente, los ciudadanos en general, que, con sus rutinas, integran la plaza con una mezcla de posibilidades para existir y resistir en ella. Este trabajo es el resultado de la colaboración establecida por el acuerdo de cotutela entre la Universitat de Girona y la Universidade Federal de Minas Gerais.

Palabras claves: Plaza; Cuerpos; Educación no formal; Espacios públicos.

RESUMO

Esta tese se propõe a analisar como o espaço das praças Raul Soares e Liberdade, na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil é manifestado por seus diferentes corpos, especialmente através das práticas que estes produzem na ótica da educação não formal. Também traz olhares com ênfase nas ações que os corpos reproduzem nestes locais aos interesses do trabalho, da violência e da sexualidade. Para tanto, pretendeu-se discutir as perspectivas históricas, culturais e sociais destas praças públicas e como se processam nelas relações entre o corpo e as suas apropriações do espaço pelos integrantes da cidade. Compreendendo que a praça é um espaço social que se mantém viva pelas manifestações humanas, e que através de intervenções de seus usuários são criados códigos na cidade e para além dela, pretendeu-se, em específico, também analisar como as interações dos personagens das praças se relacionam com a formação do conhecimento, afastando-se do entendimento desta aprendizagem calcada nos currículos prescritos, tidos como escolarizados; como a comunicação dos personagens das praças se relacionam com os movimentos de adaptação e resistência que (re)configuram estas na contemporaneidade; e como o aparelho público e privado integram as movimentações destes locais. Escolheu-se como recorte de estudo estas duas praças por apresentarem-se em realidades territoriais próximas, aproximadamente dois quilômetros no eixo central da cidade, e mesmo assim manifestarem-se na realidade de sua utilização de formas díspares uma da outra ao que tange aos olhares de seus processos de manutenção, significação e representação para os cidadãos. Foram utilizados os métodos de análise documental, pesquisa bibliográfica, e ambos estes processos se mantiveram permeados por ações etnográficas nos dois espaços durante dois anos e meio da pesquisa em campo. Entre os resultados alcançados, destaca-se que a praça na realidade da cidade é mantida pela criação e recriação dos códigos gerados pelos seus diversos personagens, produzindo processos de aprendizagem entre seus integrantes, os quais se destacam: aqueles que detêm o poder de gestão pública sobre os lugares; outros que, não tendo este poder utilizam-se das praças para o lazer; os trabalhadores nas mais diversas possibilidades de ofertas de atendimento; os turistas que movimentam a máquina econômica da região; os atores marginais que mostram-se em parcela invisíveis por várias políticas aplicadas na cidade; e por fim os cidadãos em geral, que em suas rotinas integram a praça com uma miscelânea de possibilidades de existir e resistir nela. Este trabalho é resultado da parceria firmada pelo acordo de cotutela entre a Universitat de Girona e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Palavras-chave: Praça; Corpos; Educação não Formal; Espaços públicos.

ABSTRACT

This thesis proposes to analyze how the space of the Raul Soares and Liberdade squares, in the city of Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil, is manifested by their different bodies, especially through the practices that they produce from the perspective of non-formal education. It also brings looks with an emphasis on the actions that the bodies reproduce in these places to the interests of work, violence and sexuality. To this end, it was intended to discuss the historical, cultural and social perspectives of these public squares and how the relations between the body and its appropriation of space by members of the city are processed in them. Understanding that the square is a social space that is kept alive by human manifestations, and that through the interventions of its users codes are created in the city and beyond, it is also specifically intended to analyze how the interactions of the characters in the squares are related with the formation of knowledge, moving away from the understanding of this learning based on the prescribed curricula, considered as schooled; how the communication of the characters in the squares are related to the movements of adaptation and resistance that (re)configure these in contemporary times; and how the public and private apparatus integrate the movements of these places. These two squares were chosen as a study outline because they present themselves in close territorial realities, approximately two kilometers in the central axis of the city, and even so, they manifest themselves in the reality of their use in different ways from each other as far as looks are concerned, of its processes of maintenance, meaning and representation for citizens. The methods of document analysis, bibliographic research was used, and both of these processes remained permeated by ethnographic actions in the two spaces for two and a half years of the research. Among the results achieved, it is noteworthy that the square in the reality of the city is maintained by the creation and recreation of the codes generated by its diverse characters, producing learning processes among its members and the social development of this public place for them, which stand out : those who have the power of public management over places; others who, not having this power, use the squares for leisure; workers in the most diverse possibilities of service offerings; tourists who drive the region's economic machinery; marginal actors who are invisible in part due to various policies applied in the city; and finally, citizens in general, who in their routines integrate the square with a mix of possibilities to exist and resist in it. This work is the result of the partnership established by the Cotutela Process between the Universitat de Girona and the Universidade Federal de Minas Gerais.

Keywords: Plaza; Bodies; Non-formal education; Public spaces.

SUMARIO / SUMÁRIO

INTRODUCCIÓN Y ALGUNAS ANTICIPACIONES / INTRODUÇÃO E ALGUMAS ANTECIPAÇÕES.....	17
1. ELECCIONES METODOLÓGICAS / ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	20
1.1. Había una pandemia en medio del camino / Tinha uma pandemia no meio do caminho.....	34
2. DEL SUJETO A LA SOCIEDAD Y DE LA SOCIEDAD AL SUJETO EN EL ESTUDIO DE LAS PLAZAS / DO SUJEITO À SOCIEDADE E DA SOCIEDADE AO SUJEITO NO ESTUDOS DAS PRAÇAS.....	39
2.1. La ciudad y la plaza como espacios para la actividad educativa / A cidade e a praça como espaços para a prática educativa.....	45
2.2. Esfera pública y esfera privada de la ciudad / Esfera pública e esfera privada da cidade.....	52
2.3. Las plazas desde las ágoras a las plazas de la investigación / As praças desde as Ágoras às praças da investigação.....	57
2.4. Origen europeo y decadencia de la plaza de carácter político / Origem europeia e decadência da praça de cunho político.....	62

3. LA PLAZA BRASILEÑA Y SUS PROTAGONISTAS / A PRAÇA BRASILEIRA E SEUS PROTAGONISTAS.....	79
3.1. El inicio de todo: colonización brasileña y mezcla de pueblos / O início de tudo: colonização brasileira e mistura de povos.....	80
3.1.1. Indígenas: los primeros brasileños / Indígenas: os primeiros brasileiros.....	85
3.1.2. La llegada de los portugueses a territorio brasileño: contribuciones culturales e históricas / A chegada dos portugueses em território brasileiro: contribuições culturais e históricas.....	88
3.1.3. África en Brasil: la llegada de los africanos a tierras brasileñas / África no Brasil: a chegadas dos africanos em terras brasileiras.....	93
3.1.4. Entre tres realidades: un nuevo pueblo brasileño y sus intervenciones en las plazas / Entre três realidades: um novo povo brasileiro e suas intervenções nas praças.....	99
3.2. El lugar de la plaza brasileña en el urbanismo moderno / O lugar da praça brasileira no urbanismo moderno.....	105
3.3. Minas Gerais y el ciclo del oro: de las discusiones políticas al poder / Minas Gerais e o ciclo do Ouro: de discussões políticas ao poder.....	113
3.4. La influencia de las plazas en el desarrollo de Belo Horizonte / A influência das praças no desenvolvimento de Belo Horizonte.....	121

3.5. Plaza de la Liberdade: escenario de cambio en el ocio y la cultura / <i>Praça da Liberdade: cenário de trocas entre o lazer e a cultura</i>	125
3.6. Plaza Raul Soares: escenario de progreso desde la marginación a la apropiación cultural / <i>Praça Raul Soares: cenário do progresso da marginalização e da apropriação cultural</i>	138
3.7. Similitudes y discrepancias en las plazas investigadas / <i>Aproximações e discrepâncias nas praças investigadas</i>	152
4. PLAZA: RELACIONES ENTRE CUERPOS Y DOS PLAZAS DEL ESTADO DE MINAS GERAIS / PRAÇA: RELAÇÕES ENTRE CORPOS E PRAÇAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	155
4.1. Cuerpos e individuos: la construcción del hombre en las plazas / <i>Corpos e indivíduos: a construção do homem nas praças</i>	159
4.2. Las plazas e identidad sexual de los seres humanos en estos espacios / <i>A praça e a identidade sexual dos seres humanos nestes espaços</i>	166
4.3. Cuerpo, trabajo y ocio: manifestaciones en las plazas Raul Soares y de la Libertad / <i>Corpo, sexualidade e lazer: manifestações nas praças Raul Soares e Liberdade</i>	171

4.4. Plaza de la Liberdade: posibilidades de turismo y alienación de los cuerpos / <i>Praça da Liberdade: possibilidades de turismo e alienação dos corpos</i>	178
4.5. Plaza Raul Soares: de la marginación a la cuna de la diversidad LGBTQIA+ / <i>Praça Raul Soares: da marginalização para a cena da diversidade LGBTQIA+</i>	187
4.6. Plazas y cuerpos: segregación y empoderamiento a menos de 2 km / <i>Praças e corpos: segregação e empoderamento a menos de 2 km</i>	196
5. PLAZAS, CUERPOS Y EDUCACIÓN NO FORMAL / PRAÇAS, CORPOS E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	204
5.1. La Plaza y el protagonismo de los cuerpos / <i>A praça e o protagonismo dos corpos</i>	209
5.2. La identidad libera y a segrega: existir en las plazas Raul Soares y de la Liberdade es un acto educativo / <i>A identidade liberta e segrega: existir nas praças Raul Soares e Liberdade é um ato educativo</i>	213
CONSIDERACIONES FINALES / CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERENCIAS / REFERÊNCIAS	220
LISTA DE IMÁGENES - REFERENCIAS / LISTA DE IMAGENS - REFERÊNCIAS	229

INTRODUCCIÓN Y ALGUNAS ANTICIPACIONES / INTRODUÇÃO E ALGUMAS ANTECIPAÇÕES

Me acordé, entonces, crecida, de aquella plaza de un vasto interior frente a la otra, tan diferente y de diferentes realidades, en acorde tal vez, pero ¿por qué? con mi madurez. (VANESSA DA MATA, p. 02, 2007).

Me lembrei, então, crecida, daquela praça de um vasto interior em frente à outra, tão diferente e de diferentes realidades, condizentes talvez - mas por quê? - com a minha maturidade (VANESSA DA MATA, p. 02, 2007).

Más allá de lugares en los que “estar”, las plazas son sustancialmente espacios de ser y de existir. A pesar de que se presentan, en general, como lugares para el ocio, el encuentro y el mercadeo, en realidad, al tratarse de un espacio de libre acceso, al menos al aire libre, en estas se producen un sinfín de manifestaciones sociales que las convierten en un escenario fascinante para el estudio de las relaciones humanas.

Las plazas están invadidas por sus contextos sociales, culturales y diacrónicos. En ellas ocurren diferentes manifestaciones significativas. Las plazas se moldean de acuerdo con los valores que se construyen en la sociedad; son el escenario de buena parte de los acontecimientos que escriben las páginas de la historia urbana. En definitiva, estudiarlas es necesario no solo para documentar los actos convertidos en historia, sino también los acontecimientos pasajeros, las experiencias cotidianas y las vidas anónimas que las transitan.

Las plazas están allí, y, aunque parezcan estáticas, en realidad se mueven de acuerdo con las coyunturas humanas. Son las personas las que contribuyen a su existencia y las responsables directas de su objetivación. Las plazas dicen mucho de cada tiempo y son una representación viva de la realidad de un determinado grupo social que constantemente cambia su arquitectura y sus valores.

En el capítulo inicial de esta tesis para optar al título de doctor se presenta la metodología aplicada para contextualizar los objetivos de la investigación, las hipótesis, los métodos y las técnicas utilizadas para la obtención de los datos. Así mismo, también se discute el impacto de la pandemia de la COVID-19 en esta investigación.

En el segundo capítulo, se analizan las contextualizaciones históricas que permean las plazas en el marco de la ciudad, así como la importancia de los sujetos que las transitan, que se las apropian y las caracterizan. El segundo capítulo tiene la finalidad de situar el trabajo en el campo de los estudios urbanos y presentar las dinámicas que delimitan las plazas y las ciudades. En este apartado, se contextualizan las realidades de interacción de las plazas como un producto de intervención en la ciudad. Además, se plantea cómo se articulan los protagonistas de los espacios sociales para llegar a mostrarse como el componente genuino de modificación de la realidad social. En este capítulo, se presentan los principales motivos que llevaron a la elección de la plaza como tema de investigación. Por el énfasis en el recorrido histórico, en la importancia y representatividad social de las dos plazas elegidas en los procesos de decisión política, histórica y cultural de la ciudad de Belo Horizonte, municipio *locus* de la investigación.

En el tercer capítulo, se presentan históricamente los espacios que han sido nuestro objeto de estudio. Comienza con una discusión sobre las riquezas brasileñas, sus recursos naturales (como el oro, la fauna y la flora) y sus potenciales económicos (como el turístico), entre otras características. Un país de gran extensión como es Brasil está lleno de posibilidades. Así, se destaca la relevancia, desde el inicio de la exploración europea, de la interacción entre indígenas, portugueses y africanos en la experiencia de los espacios brasileños. Este capítulo presenta el impacto del proceso colonizador al que ha estado sometido Brasil, así como la clara influencia de los proyectos coloniales en las plazas de este país. Se reafirma que la presencia de los europeos en tierras brasileñas tuvo contribuciones sobresalientes en las plazas que todavía se pueden reconocer hoy en día. Se puede identificar claramente la influencia arquitectónica española, italiana y portuguesa, así como otros elementos europeos que se incorporaron en las plazas como consecuencia del flujo migratorio que se estableció en Brasil a partir del siglo XVI. También, con respecto a la contribución oriental, las entradas a las mezquitas, con sus fuentes de agua consideradas curativas en Oriente, han servido de inspiración para el diseño de las plazas del país. Además, se destacan los efectos de la colonización en Brasil, así como sus marcas profundas en varios pueblos, producidas por la intensificación de la esclavización de africanos, el uso masivo y abusivo de mano de obra indígena y la catequesis de los nativos que ya vivían en tierras brasileñas.

Después de poner en contexto la situación del país, se hace un recorrido que nos lleva hasta la realidad del estado de Minas Gerais, en especial en la época conocida como

ciclo del oro. En este período, la capital minera, con sede hasta entonces en la ciudad de Ouro Preto, comienza a decaer en cuanto a desarrollo social y poder político y económico, y se tiene la idea de trasladar la Administración del estado a otra ciudad. Es este el momento en que Belo Horizonte es estratégicamente elegida para tal misión. Hasta hoy, esta ciudad continúa siendo la sede del Gobierno del estado de Minas Gerais y su capital.

En el tercer capítulo también se presentan las plazas Raul Soares y Liberdade para poner en relación sus construcciones con el marco histórico. Estas están ligadas al tema que tratamos, que se va a desarrollar en los capítulos quinto y sexto, así como en las consideraciones finales de esta tesis doctoral.

El quinto capítulo presenta los temas específicos sobre las relaciones que crea la plaza en sus múltiples facetas con los cuerpos de la ciudad. En estas reflexiones se plantean discusiones a partir de intervenciones realizadas *in loco* de la inmersión en las plazas desde una perspectiva etnográfica sobre la sexualidad, las prácticas laborales y la diversidad de cuerpos, así como de las acciones de empoderamiento y marginación en estos espacios.

El sexto y último capítulo gira entorno de las relaciones entre cuerpos y plazas, el marco central de la investigación, reiterando las formas en que las acciones de educación no formal están presentes en estos espacios públicos y cómo estas acciones se inculcan en la ciudad.

Las consideraciones finales reflejan, a modo de cierre, las aportaciones, si bien tímidas, de este trabajo y cuáles son las intersecciones que lo impregnan con la situación de los cuerpos en las plazas Raul Soares y Liberdade.

1. ELLECCIONES METODOLOGICAS / ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O interesse pelo estudo das manifestações dos corpos em espaços públicos em suas manifestações de ações educativas não formais, e mais específico, em duas praças da cidade de Belo Horizonte, foi o catalisador para as pretensões científicas que se apresentaram logo no projeto inicial do doutoramento. Isso, é claro, não somente na delimitação do objeto de estudo, mas também na escolha específica de onde o trabalho de campo se realizaria. No projeto inicial seriam desenvolvidas práticas etnográficas em quatro praças, duas já aqui conhecidas, e que seguiram até a conclusão desta pesquisa e duas localizadas na cidade de Barcelona - Espanha, onde se iniciou um tímido trabalho de campo nas praças España e Catalunha.

Esta ação foi abortada logo no início das primeiras experiências etnográficas, ainda no primeiro ano de estudo, com as observações e pertinentes considerações de um dos orientadores desta tese. Este orientador constatou que o trabalho poderia apresentar maior riqueza de detalhes e maior imersão no exercício da análise etnográfica, caso se manifestasse no comparativo de um espaço com realidades territorialmente e culturalmente próximas, bem como com maior proximidade da vivência do pesquisador. Com a instauração do processo de cotutela entre a Universitat de Girona e a Universidade Federal de Minas Gerais, esta escolha fez ainda mais sentido, uma vez que o Brasil se coloca como país de origem e moradia do estudante pesquisador.

Logo, foi desenvolvida a investigação na cidade onde se estabeleceu o primeiro contato pessoal do doutorando com o interesse em praças: a capital Belo Horizonte. A razão para a escolha das duas praças onde se realizaram os campos de estudo se pautaram em dois pontos centrais: facilidade de ingresso na realidade dos personagens destas praças, pois já eram espaços do uso do pesquisador como cidadão, que em alguns casos antes mesmo de ir até às praças para a pesquisa, as utilizava como natural espaço de visita para fins de lazer; e também devido a cidade de Belo Horizonte se constituir como local de residência do pesquisador à época, atestando esta singularidade de entendimento nessa região da investigação, logo também, garantido maiores possibilidades na logística da prática investigativa e a melhor adequação para os eventos que, por ventura, se dessem em desacordo com o cronograma elaborado previamente para a pesquisa etnográfica.

Dessa forma, de alguma maneira, o acesso ao campo de estudo foi facilitado, a se destacar, por duas questões centrais: primeiro, as relações pessoais com os personagens das praças, outrora tecidas apenas no momento das observações etnográficas; e também, mesmo que não diretamente, mas a destacar, o conhecimento dos sotaques, jeitos de existir nas relações com a cidade e também formas de abordagem junto àquelas pessoas usuárias das duas praças, uma vez o pesquisador nativo daquela região.

Trata-se nesta investigação o corpo como elemento social no espaço praça. Este corpo constitui um mundo no qual se inscrevem valores, significados e comportamentos (Lina Almada NEVES, 2009). No âmbito da filosofia, o corpo para Platão seria uma prisão para alma, espaço tomado pelas perturbações, assim, oposição à pesquisa filosófica. Sócrates, por sua vez, reconhece que o corpo não se interpõe em um vínculo de simples contraposição à alma, mas também, é um artifício através do qual a alma pode fazer aquilo que lhe é transferido ao espaço vivido, o que para esta pesquisa, adentra-se de forma íntima aos espaços públicos.

Logo, sobre os jeitos de existir, legitimamente a etnografia se mostra assim, por excelência, como oportuna escolha para este estudo, por ser a força motriz da antropologia, uma vez que ela não é apenas um método dado como certo, mas, paralelamente, também teoria e a junção de experiências entre personagens e investigador na prática (Mariza PEIRANO, 2006), como vivenciado neste percurso investigativo.

Diversos estudiosos consideram a etnografia como um conjunto composto de concepções e procedimentos utilizados tradicionalmente pela antropologia para fins de conhecimento científico da realidade social vivenciada pelo pesquisador e os sujeitos do *locus* da pesquisa (Daniela Riva KNAUTH, Victoria CERES e Maria de Nazaré AGRA HASSEN, 2000, p. 113). Assim, com base nestas e em outros autores, como a já citada Mariza Peirano (2006), pode-se compreender que os investigadores na ação etnográfica buscam observar e descrever com detalhes, as manifestações do comportamento humano em suas particularidades, sem o desprovimento de sua rotina natural no espaço da pesquisa.

Já em uma outra vertente de estudos, a etnografia é traduzida como mais que um método científico, mas sim como uma prática viva, em que o etnógrafo necessita impulsionar suas observações no local, refinar o ouvido e deter sensibilidade emocional. Estas características são necessárias ao ser etnógrafo com vias a se inserir nas vidas de

várias e diferentes pessoas que se encontram no palco da pesquisa, tentando perceber como se sentem por meio de suas infinitas manifestações protagonizadas no espaço investigado.

Nesta prática etnográfica, é importante, sumariamente, não se esquecer de permitir a estes personagens investigados expressarem-se, recriarem situações, possibilitando também a capacidade destes de contar uma história como atores no protagonismo da história, assim construindo a narrativa daquilo que observam e vivenciam em seu entorno. Logo, o pesquisador, estando lá entre aquelas pessoas, naquele local específico, torna-se naturalmente apenas a figura coletora das sensações vividas pelas pessoas, de forma natural (Peter WOODS, 1995).

Nesta perspectiva, o estudo etnográfico possibilita a análise dentro da vivência das pessoas, na busca do que se constitui como particular a cada uma, relacionando-o com a experiência do etnógrafo na prática de campo, o que permite uma maior proximidade entre este e os integrantes de cada contexto particular. Assim, como para Clifford Geertz (1989), a etnografia é representada por uma “descrição densa”, já que o investigador tem que trabalhar com complexas estruturas conceituais, estas que muitas vezes se apresentam inter-relacionadas, superpostas, misturadas e heterogêneas, simultaneamente diferentes e estranhas entre si.

Ainda, Clifford Geertz ressalta que, ao observar-se a cultura de determinado povo, é possível defini-la como um contexto que pode ser descrito (acontecimentos nas esferas sociais, territoriais, os comportamentos, as instituições presentes e/ou processos) de uma maneira inteligível, ou seja, com maior densidade (1989, p. 324). Logo, a etnografia pode ser entendida tanto como ação de arte quanto como disciplina puramente científica. Essa afirmação consiste em um conjunto de características que versam do saber “observar” ao saber “existir” com os outros e com o próprio ser etnógrafo, para este, posteriormente traduzir aquilo que se percebeu concatenado aos interesses e objetivos de pesquisa, pela interpretação por meio da escrita (Yves WINKIN, 1998).

Uma das escolhas no campo da ação etnográfica exercida nesta investigação na perspectiva crítica é reafirmada por Thomas Schwandt (1997). O autor compreende que a etnografia crítica se refere aos estudos dados com base na crítica cultural, ao examinarem as questões políticas, sociais e econômicas mais amplas do objeto da pesquisa, trazendo à luz da discussão aspectos relacionados às formas de opressão,

conflito, disputas e poder. Ainda segundo o autor, os estudos de etnografia crítica repetidamente, embora não expressamente apresentado, baseiam-se na teoria marxista ou pós-marxista.

Recorrendo novamente a Clifford Geertz (1989, p. 63), se reitera que a etnografia, acima de qualquer distinção de suas várias categorias, como o caráter fenomenológico, funcional-estruturalista, crítico, materialista e outros consiste no trabalho de articular aquilo que se vivencia no local, e dessa forma, implica “uma presença do ‘Lá’ em um texto elaborado ‘Aqui’”. Dessa forma, agregando os argumentos da escolha da etnografia crítica para esta pesquisa, é salutar destacar sua relação com a temática do gênero, tão presente nas práticas etnográficas vivenciadas pelo pesquisador nas duas praças e que se encontram em destaque em alguns momentos deste estudo.

Também é necessário validar que diversos estudos apresentam de maneira tenaz as articulações entre etnografia, didática, espaços públicos e gênero (Adla Betsaida Martins TEIXEIRA & Marcel de Almeida FREITAS (2018) Jon SWAIN (2006); Helga KELLE (2000), Marjorie Harness GOODWIN (2002) dentre outros e outras), e com base nestes e em outros autores e autoras é possível afirmar que os estudos etnográficos estão envolvidos na base da característica de observação detalhada de um contexto particular, que pode ser multifacetado.

O estudo não investiga puramente o lugar, e sim investiga no lugar, observando-se, neste ínterim, as relações de gênero e as práticas não educativas não somente na praça a se dizer deste estudo, mas nas ruas que a ladeiam, nos processos educativos indiretos que dela brotam, nos festejos que nela ocorrem sazonalmente ou rotineiramente... Logo, mostra-se importante também salientar que as análises efetuadas não focalizaram os sujeitos em particular, mas se centra nos discursos e nas representações que os constituem, trazendo constatações para a esfera do global no lugar da pesquisa.

Nesse sentido, ao analisar as prostitutas na abordagem e tratamento de clientes nas praças investigadas, não foram elas o foco de investigação em si, mas por meio delas foi possível observar alguns dos significados presentes nas relações sociais de trabalho na praça. Desse modo, pode-se entender que os ditos significados configuram as suas relações de entendimento da sociedade e que de certa forma a constitui, também, com base nos sujeitos masculinos e femininos, não criando somente informações, mas processos reflexivos e comparativos.

Para capturar e compreender essas relações no espaço da praça Raul Soares e da praça da Liberdade, foi realizado o trabalho etnográfico de campo durante dezoito meses. As práticas foram realizadas em diferentes dias da semana, horários, climas e situações, sempre sendo igualmente reproduzido nas mesmas condições nas duas praças em períodos próximos. Exemplo: se ocorreu uma observação na praça da Liberdade, de 20 h às 22 h em um sábado, no sábado seguinte, no mesmo horário, ocorria a observação na praça Raul Soares. Esta rotina foi apenas rompida no período em que a praça da Liberdade esteve interditada, questão adiante apresentada.

Para a contextualização metodológica, entende-se nesta pesquisa a praça como uma instituição social, inserida num contexto determinado, onde se buscou observar, como objetivos centrais da pesquisa as características sociais que constituem cada uma das duas praças investigadas. Também, em particular e à posteriori, estabelecer paralelos e análises nos contextos das práticas educativas não escolares e as relações de gênero estabelecidas entre seus personagens. Alargando a reflexão, pode-se entender que a praça é um espaço de especial relevância no processo de socialização dos sujeitos no decorrer deste estudo.

Ambas as praças se encontram em bairros que poderiam ser definidos como economicamente mais favorecidos pelo comércio, apesar de muitas pessoas que moram em suas redondezas não usufruírem e não frequentarem este espaço de mercado, pelas condições sociais que acarretam em exclusão deste universo.

Isso, melhor apresentado ao longo da pesquisa, se deve também às características desta região da cidade, que, de maneira geral, recebeu ao longo dos anos uma população de baixo poder aquisitivo, que foi sendo deslocada para esta parte da cidade, descentralizando os espaços de periferia e assim estabelecendo a migração da margem (territórios fora dos espaços que estão dentro dos limites da avenida do Contorno) da cidade para o centro.

Esta ação resulta no estabelecimento nesse espaço urbano central à maior acessibilidade da população de baixa renda ao transporte público, ao ingresso aos postos de trabalho, oportunidades destes às vivências em espaços destinados à educação e saúde, possibilidade da vivência de experiências culturais, dentre outros aspectos que demarcam a realidade dos moradores do entorno das praças (Leonardo José Magalhães GOMES, 2008). Esses eventos resultam no fenômeno da gentrificação, debatido adiante na tese.

Cabe destacar que este êxodo ocorre, em especial, para a realidade da praça Raul Soares. Nas redondezas da praça da Liberdade, ainda é possível se perceber edifícios de alto padrão de luxo e casas que ostentam o período da chegada do governo do estado à nova e planejada capital Belo Horizonte, o que ainda demarca território com resquícios da antiga classe média alta da cidade.

Esta, dentre outras discrepâncias na realidade social dos locais públicos da capital mineira é que foram fatores determinantes para a escolha destas como *loci* para a realização da pesquisa. Isso se dá por se entender que elas constituem ambientes privilegiados na produção e reprodução de identidades sociais de gênero. Compreende-se a praça, nesta escolha, como sendo espaço livre e espontâneo de existir, diferente dos campos formais de trabalho, espaços estes onde os movimentos dos indivíduos se encontram, à apurado olhar, limitados.

Primeiramente, foram observadas as realidades espaciais e históricas das duas praças, trazidas nos capítulos II e III, com aporte teórico bibliográfico e resgate histórico por imagens e reproduções visuais. Com o caminhar do trabalho, foram acrescentadas as observações dos personagens que as habitam, dos sujeitos que as fazem diariamente existirem e as reflexões sobre os eventos que as mantêm, o que se segue além do capítulo III, nos capítulos IV e V.

Nesta etapa que adiante se apresenta, a pesquisa apoiou-se nas premissas que a educação é tudo, como fenômeno amplo de aprendizagem humana, e sua natureza multidimensional (assim congregando filosofia, sociologia, antropologia, história, didática...). Esta fase manifestou caráter exploratório no levantamento da produção bibliográfica disponível, sendo efetuadas ações de localização, seleção, leitura e análise de referências bibliográficas, a partir das quais se organizou um corpo central de conhecimentos para compreensão do leitor do percurso histórico que ambos os espaços da pesquisa passaram e o que eles representam na realidade da cidade.

Contudo, apesar de se reconhecer toda a multiplicidade e diversidade de documentos que estão no cerne da pesquisa documental e bibliográfica, destaca-se neste estudo a relevância dos documentos de linguagem verbal, pois estes constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional de cunho etnográfica.

Reafirma-se que seja qual for o tipo de documento estudado, a atividade investigativa não poderá ser vista como simples descrição do documento, mas como também revela Sierra Bravo “aquele tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales y las ideas humanas, o son producto de la vida social y, por tanto, en cuanto registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente” (1991, p. 283).

Retomando o debate sobre a escolha da etnografia, é sabido que no espaço acadêmico, estudiosos da área da antropologia e ensaístas de áreas afins, concentram vários registros de pesquisas das experiências etnográficas de diversos autores que são lidos, relidos e estudados. Em tais escritos, está constantemente presente a importância do ir a campo, como a ação produzida nesta tese. Bronislaw Malinowski (1976), Edward Evan Evans-Pritchard (1978) e Roberto Da Matta (1987) são exemplos de autores que salientam a importância do trabalho de campo em suas produções. Outrossim, como apresenta Paul Rabinow (1992):

Los miembros del departamento de antropología de la Universidad de Chicago pertenecían a dos mundos diferenciados: los que habían realizado trabajo de campo y los que no; este último grupo no eran antropólogos “auténticos”, independientemente del dominio que pudieran tener de temas antropológicos. El profesor Mircea Eliade, por ejemplo, era un hombre de gran erudición en el campo de las religiones comparadas y se le respetaba por su saber enciclopédico, pero se subrayaba repetidamente que no era un antropólogo: su intuición no había sido alterada por la alquimia del trabajo de campo (PAUL RABINOW, 1992, p. 25).

Pode-se dizer que houve com o investigador uma espécie de “novela” com a pesquisa de campo, como Paul Rabinow também destaca. Embora a praça da Liberdade tenha sido uma figura importante na descoberta de muitas particularidades que ficam escondidas na realidade das pessoas existentes neste local, esta esteve fechada para reforma durante um longo período. Ela ficou interditada devido às obras para sua revitalização de primeiro de julho a dezembro de 2018. Durante todo este período o local foi cercado por tapumes de madeira, impedindo a permanência dos personagens deste espaço por ali.

Toda a área, incluindo a pista de caminhada, foi interditada durante estes cinco meses. Somente o passeio da rua Gonçalves Dias, no entorno da praça, ficou liberado

para circulação, unicamente com o intuito de facilitar a travessia de pedestres no sentido à avenida João Pinheiro. Neste período, além de criar um vazio na cidade, a se dizer da ótica do turístico e lugar para descanso e lazer, houve também a migração de muitas pessoas que usavam a praça para praticar atividades físicas, trabalhar e outras ações à outros espaços, sendo necessário estes personagens buscarem alternativas para continuar suas ações de rotina, numa reinvenção da condição humana. No decorrer deste estudo, em especial no capítulo III, será explorado com mais detalhes esta importante questão do “estar lá”, que acarretou em novos olhares para a praça Raul Soares, que tomou naturalmente novos significados com a interdição da praça da Liberdade.

Assim, ao longo da prática etnográfica, ocorreu a discussão mais afundo da relação proposta entre os “problemas” do engajamento com os sujeitos pesquisados alinhados com os objetos da pesquisa, partindo do pressuposto inserido por Mariza Peirano (2006): “a teoria é o par inseparável da etnografia, e o diálogo íntimo entre ambas cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina” (p. 07). Neste trecho, a autora justifica a necessidade apresentada de reconsiderar o cronograma da investigação e as estratégias do fazer etnográfico.

Tratando dos rumos da reflexão metodológica, ocorreu em determinado momento certa preocupação dentro do campo das ciências sociais. Tal discussão, ocasionou no investigador, o sentimento de conflito tanto no papel da fidedignidade do tempo de pesquisa e imersão em cada espaço, juntamente com seu envolvimento, como também as consequências desta ação para os resultados da pesquisa, com receio ao dedicado debate propriamente metodológico, voltado mais para o espaço que ocorrera mais tempo de imersão etnográfica, ou seja, a praça Raul Soares.

Logo, esta indagação foi suprida pelo entendimento que, no percurso etnográfico é necessário compreender as variáveis que se aplicam a cada esfera investigada, como esta apresentada. Por isso, o debate criado se pautou na relevância do tema pesquisado e também na maneira pela qual as duas praças se inserem na realidade da cidade, se transformando, para Ruth Cardoso (1986), em uma porta voz dos anseios e carências, ou das “verdades”, dos nativos.

Consequentemente, “o critério para avaliar as pesquisas é principalmente sua capacidade de fotografar a realidade vivida” (Ruth CARDOSO, 1986, p. 95). Ainda nesta perspectiva, Ruth Cardoso não nega a importância dedicada à valorização da pesquisa de

campo, todavia seu alerta diz respeito a exercer uma reflexão sobre a utilidade das técnicas empregadas pela antropologia em sua construção científica. Já que a antropologia é uma ciência que não se explica pelo seu objeto, mas através de seu método, é possível validar tal análise e considerar legítima a nítida preocupação direcionada à aplicação e importância dada ao método ocorrida com o investigador.

Na primeira etapa de campo, as observações foram mais intuitivas e se optou por não registrar tudo o que acontecia, mas aquilo que de mais marcante era percebido pelo pesquisador em um caderno de anotações. As primeiras experiências na imersão nos espaços da pesquisa foram, de certa forma, para o reconhecimento espacial dos locais e o reconhecimento para conexão histórica dos estudos bibliográficos anteriores. Nesse momento, o objetivo principal centrava-se na familiarização com o local e com as pessoas que se repetiam ao longo das visitas às praças. Segundo Yves Winkin (1998), nessa fase do trabalho de campo, seria necessário buscar relações de senso comum e visualizar alguma coisa que fizesse sentido para os objetivos da pesquisa, embora existisse a natural expectativa de se observar algo particular dentro do geral.

Essa etapa durou aproximadamente dois meses. Uma segunda etapa de observações aconteceu no segundo semestre de 2017. Foram realizadas observações durante três meses, com a frequência de duas visitas semanais, sempre no mesmo horário e dia da semana nas duas praças, alternando as praças a cada semana, seguida da observação participante de três a cinco vezes por semana a partir de março de 2018 até dezembro do mesmo ano, neste período com mais visitas à praça Raul Soares dada a interdição temporária da praça da Liberdade.

Nesse período, o pesquisador vivenciou diferentes momentos da rotina das praças e dos seus personagens. Dessa maneira, a relação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos das praças deu-se na forma de observação participante, com o objetivo de o investigador tornar-se parte do contexto da pesquisa, pois a observação participante apontava para a importância de captar toda a gama de situações ou fenômenos que aconteciam nas praças.

A se dizer da observação participante, ela apresenta a vantagem de permitir que o pesquisador se aproxime das experiências dos sujeitos, observando com maior precisão os significados que atribuem a seus comportamentos (Marco Paulo STIGGER, 2002).

Depois da escolha do local, e posteriormente a delimitação das duas praças em Belo Horizonte - Minas Gerais, as primeiras decisões metodológicas foram a definição do recorte de experiências observadas nos grupos que utilizam as praças e que seriam observados, e também, criar um cronograma prévio dos momentos de observação nos dois espaços, como o intuito de abarcar diferentes personagens e realidades das praças.

Em relação a esses aspectos, é importante retomar o início da pesquisa, que se deu no início do ano de 2017, o qual ainda estavam previstas as observações etnográficas em duas praças de Belo Horizonte e duas praças em Barcelona - Espanha. Estas observações iniciais ocorreram nas quatro praças como já apresentado e resultou em um caderno repleto de observações que serviram para que a ideia da observação e a análise da realidade de praças de diferentes países, a se dizer continentes, seria demasiadamente extensa para se finalizar no produto de uma tese de três ou quatro anos de elaboração. Também se constatou que o estudo seria efetuado com maior qualidade se fosse focado em apenas duas praças de uma mesma cidade, com vias a buscar relações e discrepâncias entre estas, partindo de uma realidade social afim.

Dadas estas definições, no primeiro ano foram promovidas as observações nos dois ambientes. As rotinas das praças se mostravam a olho nu como a de qualquer outra da cidade. A praça até então, fugindo do olhar etnográfico preciso, representava um emaranhado de bancos, fontes, jardins e pessoas em constante movimento. Portanto, a quantidade de entrelinhas que no mesmo espaço existiam, para as primeiras observações era impossível de se perceber.

A primeira sensação do pesquisador ao chegar aos espaços da investigação era de desassossego, caos, inquietação e ansiedade. Muitas vezes, angustiado, o investigador se perguntava: como e de que modo será vivenciado este espaço? O que, quando ou com quais critérios e juízo de valor seria possível observar essas praças, onde muitas ações aconteciam concomitantemente?

Apesar de toda essa apreensão, o investigador envolvido do constante medo da produção do conhecimento, em especial na perspectiva da descoberta do desconhecido, venceu o momento mais decisivo que se encontrava na linha tênue que separava as observações não participantes das observações participantes. Foi marcante para o investigador deixar de observar os personagens das praças e passar a conversar e, vivenciar com eles, histórias e memórias.

Nessa etapa da pesquisa, um mundo de questionamentos, inquietações e curiosidades tomaram conta do pesquisador. De repente, ele é levado para o que nomeiam de “bola de neve”, isto é, o momento em que se tem contato com um determinado grupo de pessoas, geralmente pequeno, e que após estabelecimento de vínculo, este grupo lhe apresenta para outras pessoas que lhe permite contato com outras realidades (Steve TAYLOR & Robert BOGDAN, 1996, p. 41).

Mesmo na compreensão que os processos de naturalização do espaço iriam ocorrer ao longo do período de imersão nos espaços *loci* da pesquisa, foi de maneira inusitada que o pesquisador foi colocado dentro da pesquisa e na prática etnográfica. Na quarta semana de visita à praça da Liberdade, um senhor se aproximou e perguntou quais os motivos que levavam o pesquisador a estar frequentando aquele espaço frequentemente. A resposta foi imediata e este se tornou o primeiro personagem a contribuir com este estudo de maneira direta.

Depois desse primeiro contato com os nativos, se assim pode-se dizer daqueles que ali vivem suas experiências pessoais, a realidade do pesquisador foi se misturando ao cotidiano da praça, e este trabalhador da pesquisa deixa de lado a figura de turista. Para Zygmunt Bauman (1998), os turistas são aqueles que tomam os espaços e realizam imersão nestes, sem apropriação deste, apenas fazendo deste um lugar de visita. Esta capa que permite que o turista esteja fora, mesmo que dentro do espaço, não contempla a prática da etnografia, que envolve a constante entrada e saída do espaço da pesquisa, de maneira que o objeto da investigação seja vivenciado de maneira natural, buscando o mais apropriado fomento para o registro, seja ele a escrita, a gravação de áudio ou prática similar. Ao longo das conversas algumas frases, que são transcritas a este estudo foram tomando conta de um caderno que ia criando vida própria ao longo da pesquisa.

Alinhado à esta prática etnográfica, o estudo retomou após o período de observação o aporte da pesquisa bibliográfica, sendo esta realizada, segundo Antônio Joaquim Severino (2007), a partir do

(...) registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes

dos textos (ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO, 2007, p. 122).

Assim, o investigador, com a acuidade de seus orientadores aos espaços da pesquisa, delimitou o escopo da investigação com a decisão de quais as principais temáticas a serem abordadas no estudo para embasar a análise das práticas etnográficas. No entendimento das contribuições da pesquisa bibliográfica à etnografia, em Fábio Appolinário (2011), se compreende que esta ação de pesquisa se restringe à análise de documentos e tem como objetivo a revisão de literatura de um dado tema, ou determinado contexto teórico que busca amparar outros métodos investigativos, fazendo desta uma escolha pertinente para este estudo.

Não indo contra este estudioso, a matéria da etnografia passou a ser, por si, também documento a ser analisado e rico conteúdo para reflexões que vai ao encontro com os objetivos do doutoramento.

Das escolhas metodológicas para a produção deste estudo na formatação de tese, foram analisadas as duas plataformas repositórias de teses, tanto da Universidade Federal de Minas Gerais como da Universitat de Girona, com a intenção de criar o mais próximo diálogo entre os dois formatos. Uma escolha, já definida desde o início da escrita, sugerida pelo orientador professor doutor José Antonio Adiego Langarita, foi a divisão da língua escolhida para a escrita da tese: a introdução, o segundo e terceiro capítulos foram escritos em vernáculo castelhano e os demais capítulos, a metodologia e as considerações finais foram produzidos em língua portuguesa. Outra escolha metodológica foi a construção bilíngue de títulos e dos elementos pré-textuais principais, com o intuito de facilitar a leitura e também otimizar processos de arquivamento documental e afins.

O investigador também fez, ao longo de toda a produção da tese, a livre tradução de todas as citações, com o intuito de dialogar com o texto de maneira fluida, com coesão e coerência, e sempre prezando pela perspectiva de validar a ideia central apresentada pelo autor ou autora citado em cada parte. Ainda, é importante reafirmar que todas as citações, diretas e indiretas, que se encontram ao longo deste texto doutoral foram devidamente referenciadas ao final do trabalho.

Por fim, também é importante considerar a escolha de apresentar as citações de autoras e autores com a inscrição do primeiro nome, seguido dos sobrenomes em todo o texto doutoral, como forma legitimar visibilidade e trazer ainda mais valorização à

produção feminina nos espaços acadêmicos. Esta opção metodológica vai ao encontro com o trabalho *Apresentação gráfica das referências e citações nos trabalhos científicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas: uma simples padronização formal ou herança de uma cultura androcêntrica?* publicado no evento internacional intitulado *13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero*, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado por Eduardo Godinho Pereira e Adla Betsaida Martins Teixeira (2017).

Sobre a abordagem e o registro apresentado nesta tese acerca do processo da prática etnográfica nas praças com os personagens citados, fora escolhido não mencionar nomes e também não apresentar características físicas que pudessem, a todo e qualquer cuidado, revelar a identidade dos personagens destas praças. Para tal, se recorre à alteração aleatória de personagens e identidades, em determinados momentos na idade, em outros na descrição familiar, mantendo fidedignidade apenas nos discursos que compete às discussões aqui produzidas e a necessária base de dados básicos - gênero, profissão, impressões das praças... - para que os relatos tivessem além da representação real do espaço social e de seus usuários, também levasse o leitor à construir em sua particular leitura rostos e situações que brotam nas praças investigadas.

Ao longo do período da investigação, muitas situações foram relevantes de maior acuidade e também de reflexão do pesquisador observador. Ao passo que os dias da pesquisa em campo iam se passando, algumas considerações acerca dos fatos iam se comprovando, enquanto outras não passavam da premissa de um fato isolado que por vezes deve ter acontecido em um momento único, e que não revela por si só a realidade global do espaço investigado nem tampouco nas pressuposições teóricas apresentadas. Criar esta sensatez no âmbito da etnografia e no seu exercício repetido foi decisivo para que as histórias aqui apresentadas tivessem total fidedignidade com a realidade que se mostra nas praças Raul Soares e da Liberdade.

As fotografias selecionadas fazem parte de uma pesquisa em páginas eletrônicas de domínio público, de instituições governamentais e jornais locais e de repercussão estadual. Todas foram devidamente referenciadas ao final deste trabalho. Sobretudo, cabe aqui o merecido destaque aos registros especialmente produzidos para esta pesquisa pela artista Ana Clara Rafael Souza, que visitou com o pesquisador, um ano e meio após o percurso etnográfico, os dois espaços investigados, com a intenção de levar às lentes de

sua câmera várias das situações apresentadas após a leitura da artista aos capítulos já rascunhados.

Estas fotografias foram mais que uma experiência documental, mas também uma verdadeira forma textual diversa do texto etnográfico que trouxe, além da riqueza da imagem, mais uma possibilidade de análise e compreensão do leitor e leitora às várias temáticas discutidas nesta tese.

Por fim, com a intenção de atingir o objetivo central, que coloca-se na discussão da relação entre as praças Raul Soares e Liberdade, permeando os campos das possibilidades de educação não formal e as manifestações das masculinidades e feminilidades nestes espaços públicos, buscou-se a ancoragem nos três objetivos específicos, que foram: 1) as perspectivas históricas que culminaram na criação dos dois espaços; 2) as formas como homens e mulheres vivenciam socialmente este dois espaços, em suas diversas possibilidades de expressão dos seus corpos e condições de existência, em diálogo com as discrepâncias suscitadas nestes locais; 3) e por fim, enlaçando o objetivo diretamente educacional desta investigação, apresentar que a praça, seja ela onde esteja, mostra-se como um aparato de educação não formal, apresentando inúmeras manifestações nas relações entre seus usuários que permitem além da manutenção de sua existência, a apropriação de conhecimentos que estão além dos currículos escolares e que se aportam em ações que não são intuídas pelos personagens destas praças.

1.1. Había una pandemia en medio del camino / *Tinha uma pandemia no meio do caminho*

Não propriamente no meio do caminho, mas bem no final do percurso da pesquisa de campo, toda a cidade de Belo Horizonte, assim como várias outras ao redor do mundo, se viram tomadas pela pandemia advinda dos efeitos da COVID-19, mais conhecida como Corona vírus. Logo, debates acerca dos temas aglomeração, usos dos espaços públicos, isolamento social, uso de máscaras, práticas educativas não presenciais e trabalho *home office* passaram a integrar as pautas de noticiários, estudos acadêmicos, discursos de chefes de estado, assim promovendo a transformação das rotinas da população de todo o planeta, que se deparava com uma nova realidade que se declarava.

Segundo dados advindos do Ministério da Saúde (2020), o COVID-19 é uma doença causada pelo vírus corona SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que pode variar de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. O Corona vírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do corona vírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após repetidos casos serem registrados na China.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80% até as pesquisas apuradas em maio de 2020), podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e, desses casos, aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

Neste processo logo se apresentou o colapso dos sistemas de saúde manifestado por esta nova versão do vírus, e assim o isolamento social foi proposto pela Organização Mundial de Saúde para todos os países. A partir de janeiro de 2020 vários começaram a protagonizar casos da doença de maneira tímida, mas aos poucos foram apresentando larga escala de transmissão, sendo verificado casos ao redor de todo o mundo.

O isolamento social se caracteriza pelo ato de separar um indivíduo ou um grupo de indivíduos do convívio com o restante da sociedade. Esse isolamento pode ser voluntário ou não, demandando questões de ordem governamental para seu enquadramento. Quando há uma força maior, como a dada pelo COVID-19, seja imposta

pelo governo, seja por uma situação de guerra ou pandemia, ou até mesmo um toque de recolher provocado pela violência urbana, o isolamento é forçado.

Quando o próprio indivíduo ou grupo se isola voluntariamente, por questões de saúde mental (em consequência de depressão, por exemplo), por questões pessoais ou por questões religiosas, há um isolamento social voluntário.

Na cidade de Belo Horizonte, os casos de indivíduos diagnosticados com o Corona vírus começaram a surgir em março de 2020, quando a prefeitura da cidade já estava indicando caminhos de contenção da pandemia antes desta criar maiores proporções.

Uma das estratégias utilizadas foi o decreto municipal que indicou o imediato fechamento de parques e praças públicas, bem como de parte do comércio presencial durante todo o momento de alto volume de transmissibilidade da doença. A praça da Liberdade foi um dos espaços públicos afetados com esta interdição, enquanto a praça Raul Soares se manteve aberta, assegurando o trânsito de pessoas e a continuidade de suas ações antes da pandemia. Segundo o decreto número 17.328 de 8 de abril de 2020: “Ficam suspensas enquanto perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer coletivas ou individuais que gerem aglomeração de pessoas” (Art. 8º, Prefeitura de Belo Horizonte, 2020).

Toda cercada, não somente a aqui investigada, mas várias praças ao redor do mundo, se viram sem a possibilidade de abrigar seus personagens e suas histórias, sendo um local a olhar míope, apenas para os carros que a circundam diariamente. No contexto da ética na pesquisa, se entende que é necessário este processo de distanciamento das pessoas das praças, tanto para contenção da pandemia, mas também pelo aprimoramento de medidas que garantam, à posteriori, a qualidade de vida dos indivíduos nestes espaços públicos de pertencimento dos cidadãos da cidade. Tal ação se mostra beneficente para a realidade social das pessoas, mesmo que as retire do seu espaço de direito de permanência momentaneamente.

Nesta condição, a praça Raul Soares não interditada, se viu em seu aspecto basilar da mesma forma como antes: sendo local de passagem de muitos pedestres para acesso a outros espaços, tida como uma pista de rolamento automática dos indivíduos, sem motivações para parada, e assim sem aglomerações, ao passo que passou também a servir

para abrigar muitas pessoas em situação de rua, que, com o processo de isolamento social cada vez mais forte a partir de março de 2020, passou a ser um local que as acolheu para passar dias e noites, tendo estes novos personagens da praça a considerando como espaço de moradia.

Este grupo de pessoas que utilizou a praça Raul Soares antes e durante o período da pandemia como espaço de vivência, com outros na mesma situação e para a maioria, local de moradia, não somente trouxeram novas representações para a praça como também foi um espelho de como a marginalização de grupos sociais é afetada em momentos como este. Esta situação fez com que ações de assistência social e outras políticas públicas fossem acionadas para atendimento emergencial deste público. A pesquisa deste doutoramento que já caminhava para as considerações finais se viu mais uma vez na berlinda em razão das várias faces que a praça impõe para a sociedade. Quais as motivações levaram uma das praças, tão próximas e tão representativas a ser isolada e a outra não?

Fato é que a praça Raul Soares, desde sua criação, nos tempos idos do início de Belo Horizonte despontando como capital e referência para o estado de Minas Gerais, tem este espaço como veículo de marginalização, e portanto, de invisibilidade de políticas que se mostram mais eficazes em outros espaços públicos, como na praça da Liberdade, que durante esta pesquisa, como citado anteriormente, passou por reforma e constantemente tem manutenção, tanto para eventos especiais, a decoração natalina, como também para sediar atividades esportivas, culturais e governamentais, com demandas de proporções que fogem ao próprio território cidade, mas com chamamento de várias partes do próprio país (José Alfredo Oliveira DEBORTOLI, 2012).

No contexto da ética da pesquisa, o isolamento social, voluntário ou forçado, poderia ter consequências graves para o estado mental do pesquisador submetido a ele. Em especial, com a chegada da pandemia, já no final da pesquisa de campo, o isolamento social trouxe o agravamento da situação, uma vez que criou indagações não pensadas anteriormente (Alda Judith ALVES-MAZZOTTI e Fernando GEWANDSZNAJDER, 1999). Em casos extremamente graves, a depressão e outras doenças psiquiátricas, como o transtorno de ansiedade, podem levar ao suicídio. Levando em consideração que o isolamento social pode desencadear ou agravar doenças psiquiátricas, este momento na pesquisa ocasionou uma barreira de produção não prevista no cronograma inicial. O

isolamento social forçado, tomado no âmbito da cidade da investigação também pode acarretar doenças psicológicas nos indivíduos que fazem uso constante das praças, em especial daquela afetada pela interdição, por isso deveriam, ambas, serem interditadas, mas não foi o que ocorreu.

Na observância da ética da pesquisa, facilmente se pode perceber que a falta de acesso à algumas praças originaram problemas que a cidade não consegue resolver por si só. A falta de espaços como estes para permanência de pessoas em suas práticas de esporte, lazer, trabalho e até mesmo de moradia provisória, revela problemas que apenas com a reabertura das praças foi solucionado. Fato constatado é que as praças exercem papel que nenhuma outra realidade espacial consegue suprir, uma vez que os modos de existir na praça estão além do que as redes sociais, os encontros remotos e as fibras óticas em tempos de distanciamento conseguem promover.

Entende-se também que quando os indivíduos são forçados a ficarem em suas casas, ou moverem-se para outros espaços na ausência de lar, como é ocorrido com as pessoas em situação de rua que vivem nestes locais, elas podem desenvolver um quadro de ansiedade generalizada, que pode evoluir para a depressão. As consequências desse isolamento, se não forem cuidadas, podem ser catastróficas.

Esta é uma das temáticas que se tornaram centrais para reconhecimento do fato das praças caracterizarem espaços permanentes de uso pelas pessoas nas cidades. Muitas das pessoas não escolheram por si o distanciamento social, e as praças e suas interdições neste período, fizeram com que elas passassem por momentos de necessária reconstrução de posturas, rotinas e busca da criação de estratégias para usos de outros espaços que mantivessem o distanciamento necessário e exigido.

As praças, no que tange esta pesquisa é sinônimo de aglomerações, a se dizer da reunião de pessoas em seu espaço, se vê estática até sua reabertura. Levando em consideração além das consequências coletivas e individuais das pessoas na cidade, o isolamento social, quando imposto por motivo de força maior, pode também acarretar a crise financeira das praças, retirando destes espaços as pessoas que fazem de seu uso o espaço de trabalho. Quando, pela demanda do isolamento, a população para de circular nas praças e consumir, o comércio e a prestação de serviços também, por consequência param de funcionar (Jofre DUMAZEDIER, 1976). Isso provoca a queda das possibilidades de vendas e a falta de arrecadação dos comerciantes das praças.

Os gêneros também são afetados, pois homens e mulheres mudam seus destinos de corpos e vontades, sem procedimentos prévios de treinamento para esta ação corporal (Judith BUTLER, 2013). Se percebe que homens em alguns momentos são tomados da necessidade de produção de ações que até então seu gênero não lhe imputava, como as práticas de cuidado da casa, como o preparo da própria alimentação, enquanto a mulher, por sua vez, se percebe também como manifestante de práticas que até então, culturalmente, antes dos processos de isolamento, eram de atribuição masculina.

Levando em consideração que o Brasil ainda depende fortemente do comércio e da prestação de serviços informais nas praças para manutenção de incontáveis famílias, é, sem dúvidas, um dos países que drasticamente se viu afetado pelo isolamento social grupal, o que provoca a queda no consumo. Logo, uma certeza é dada para tudo que envolve ética, pesquisa e espaços públicos: nada será como antes.

Em tempos de crise extrema, a ética das pesquisas, as organizações educacionais e instituições governamentais se revelam. E é possível a verificação de uma fatura de maus exemplos, como quando uma liderança pública, sem fundamento teórico, expõe-se contra a manutenção do distanciamento seguro em filas ou em espaços de aglomeração. Ou quando determinada instituição compra o estoque de itens de primeira necessidade, como álcool em gel ou cilindro de oxigênio para respiração mecânica, e passa a revender estes produtos por preços abusivos ou os guardam para estoque particular sem a necessária explicação.

Há passividade e indiferença diante da fome, desproteção ou desespero do outro, e assim, na pesquisa que aqui se apresenta, o espaço praça é o cenário que mostra corpos e estas sensações invisíveis para muitos. E o que dizer dos atos de hostilidade contra profissionais da saúde e de serviços essenciais nos espaços públicos que prestam auxílio aos desassistidos? Exemplos de individualismo e falta de ética que na pesquisa, ao seu final, deixam profundas marcas para futuras reflexões. Adiante se apresentam as práticas e reflexões advindas da imersão nas praças Raul Soares e Liberdade.

2. DEL SUJETO A LA SOCIEDAD Y DE LA SOCIEDAD AL SUJETO EN EL ESTUDIO DE LAS PLAZAS / DO SUJEITO À SOCIEDADE E DA SOCIEDADE AO SUJEITO NO ESTUDOS DAS PRAÇAS

En la vida urbana, las personas participan inevitablemente en los diferentes contextos que configuran la ciudad: son integrantes de las experiencias colectivas y las relaciones sociales que se establecen en las plazas y espacios públicos. No importa si se trata de sujetos instalados día tras día en el mismo lugar, visitantes frecuentes o si simplemente se trata de turistas que contemplan el entorno para no volver en años. Los individuos presentes en los espacios públicos pueden ser vistos desde dos perspectivas: poniendo énfasis en el colectivo o bien en la individualidad de cada uno de sus integrantes. Estas personas están en constante interacción y son participantes activos de los hechos sociales de la ciudad, que constituyen acciones que promueven la construcción de los espacios públicos.

Kevin Lynch, arquitecto urbanista y teórico americano, en el libro *La imagen de la ciudad*, de 1980, habla sobre la relevancia de los individuos en la formación de los espacios públicos. Esta obra trata de la fisonomía de las ciudades y de la posibilidad de modificarlas. Además, a través del estudio de la imagen mental que crean los individuos del uso de sus espacios de interacción, el libro aborda la calidad visual del paisaje urbano.

Es importante señalar la diversidad de estrategias a través de las cuales las personas organizan la ciudad. El paisaje de estos espacios públicos es

(...) algo a ser visto y recordado, un conjunto de elementos del que esperamos que nos dé placer. Mirar a las ciudades puede dar un placer especial, por más común que pueda ser el panorama. Como obra arquitectónica, la ciudad es una construcción en el espacio, pero una construcción de gran escala; una cosa solo percibida en el transcurso de largos períodos de tiempo (KEVIN LYNCH, 1980, p. 136).

En ese sentido, la filosofía enfatiza la importancia de los espacios públicos como campo natural donde se ejerce el poder político, social y cultural de una población. Entre los filósofos que utilizarán en sus prácticas y escritos los sitios públicos tenemos Platón (428 a. C. a 348 a. C.), Ferécides de Siro (600 a. C. a 550 a. C.) y otros alrededor de todo

el mundo que encontraron en los espacios colectivos las estructuras para las manifestaciones del conocimiento y la sociabilidad.

Desde discursos de figuras políticas hasta manifestaciones reivindicativas de trabajadores, en las plazas se dan múltiples formas de relaciones humanas que se mantienen gracias a las normas y códigos que concentra cada espacio en una determinada realidad social y organización política. En estas y en otras condiciones, la filosofía se explicita como un aparato de posibilidades de los individuos para hablar sobre sus experiencias en un espacio de pertenencia, permitiendo, por regla general, la posibilidad de la construcción de la dialéctica en el espacio público. Así, la filosofía, como en las antiguas plazas griegas, potencia la acción en las plazas de muchas ciudades del mundo.

Los siglos XIX y XX fueron determinantes en la transformación social y arquitectónica de las plazas europeas y brasileñas. Ahora bien, la historia de las plazas de Europa no es igual que la de las plazas de Brasil. Aunque existen algunas copias o paralelismos arquitectónicos, los usos sociales, políticos y culturales han sido diferentes. En definitiva, cada plaza cuenta con una historia particular que debe ser contextualizada en un entorno social y cultural que hace de ella un lugar propio para las relaciones sociales. Construir la historia de las plazas de Brasil asimilándola a la de las plazas europeas no es más que un ejercicio de colonización que invisibiliza los procesos urbanos del país.

Para Norbert Elias (1994), a partir del siglo XIX en Occidente el cambio de paradigma en las ciudades ocurre de forma bastante perceptible: se pasa a entender que las particularidades de cada grupo social son relevantes en la organización y en la construcción de territorios. La intervención urbanística se ve como un instrumento necesario para la vida social y no una casualidad estética. Los hábitos humanos pasan a tener relevancia en los espacios que habitan. No obstante, una vez más, es necesario destacar que existen diferentes maneras de interpretar los procesos civilizatorios: a pesar de la marcada representación europea, en realidad existen particularidades en todas las plazas y calles del mundo.

Hay diferentes formas de concebir el desarrollo de la sociedad en los espacios públicos, así como la propia idea de proceso civilizatorio, que varía de acuerdo con los valores de cada contexto social. Asimismo, estas diferencias están marcadas por los aspectos sociales más generales y las experiencias y usos que cada sujeto hace del espacio

público. Es decir, las personas utilizan los espacios públicos de manera diferente en función de sus necesidades, aprendizajes, representaciones y prácticas, pero también en función de la arquitectura social, los recursos materiales y los valores simbólicos de cada espacio.

Recurriendo una vez más a la obra de Norbert Elias (1994), es posible verificar cómo en los espacios públicos se producen diferentes ejercicios de apropiación, además de una toma de conciencia de “lo público”, de la existencia de bienes públicos. De esta manera, lo público se carga tanto de historia colectiva como de experiencias simbólicas particulares.

Por tanto, los cambios estructurales ejercen una fuerte presión en los modelos de desarrollo de los espacios públicos. Para el autor, la sociedad vive en una constante búsqueda de lo nuevo. Esta afirmación se asienta en la premisa que los fenómenos sociales son percibidos como procesos inconclusos y, por ello, en constante innovación (Norbert ELIAS, 1994). En esta búsqueda constante de lo nuevo, las concepciones que presentan al individuo y a la sociedad como campos de análisis separados resultan problemáticas, ya que, en realidad, sociedad e individuo son producto de la interacción humana. Las personas tratan de comprender la realidad a través de la percepción particular que tienen de ella, sin tomar conciencia de que participan en la construcción de una perspectiva colaborativa, donde cada uno influye en el otro e indirectamente en sus interacciones en la ciudad.

Estos procesos están marcados por los grandes acontecimientos sociales, las reformas urbanísticas y los contextos políticos, pero con frecuencia se infravalora cómo los individuos usan rutinariamente los espacios públicos, a pesar de su relevancia en la configuración y representación de la vida urbana. Indiscutiblemente, la transformación de los espacios de uso colectivo de las ciudades también tiene lugar por las contribuciones de un sinnúmero de sujetos que transitan las ciudades para personificarlas, socializarlas y, así, hacerlas más vivibles.

Los usos del espacio público con frecuencia son mucho más relevantes en la dinámica urbana que los planes urbanísticos. Los usos no previstos, los usos sin significación y los usos cotidianos también traen nuevos significados al espacio público. Por tanto, como expone Norbert Elias (1994, p. 220), “la relación entre el individuo y las estructuras sociales solo puede ser esclarecida si ambos son investigados como entidades

en mutación y evolución”. Según el autor, los estudios sociológicos indican que las coerciones o fuerzas sociales tienen su origen en la propia acción realizada por los individuos en su existir social.

En este sentido, después del período industrial en Europa, los trabajos de Karl Marx y Friedrich Engels (1848) revelan que los conceptos del desarrollo social dominan la sociedad, surgiendo así en el ámbito académico la preocupación acerca de la importancia del espacio público como lugar de interacción de los individuos de la ciudad. En el *Manifiesto del Partido Comunista*, Engels y Marx (1848) dan a conocer, con enorme fuerza y retórica, la visión que tienen de las tendencias de la sociedad moderna (vinculada explícitamente al capitalismo).

Así, en esta obra se identifica claramente la población proletaria, civilmente libre y exenta del control de los medios de producción, pero expropiada por quienes, a su vez, se convirtieron en capitalistas. Aunque entre ellos se encontrase una pequeña burguesía dueña de sus medios de producción, la tendencia al desarrollo del capitalismo conduciría a una polarización social en que, con la concentración del capital, esta clase desaparecería.

Además, Friedrich Engels (1845) apunta el constante crecimiento de la masa de trabajadores (sinónimo de *proletarios* en este contexto), que absorbería a las más numerosas poblaciones.

La creciente producción social también entraba en conflicto con la apropiación privada de la riqueza. Así, con la organización revolucionaria, la clase trabajadora rompería sus cadenas y crearía un proyecto político que, como apuntan Karl Marx y Friedrich Engels (1845) en otro escrito, seguía el movimiento dado en la realidad de las cosas, es decir, la tendencia procedimental de la sociedad moderna a la inclusión a través de una colaboración social generalizada que reemplace el caos significativo en los espacios públicos - por las peleas de trabajadores y poderosos - y sus usos, trayendo protagonismo también a la clase proletaria.

Otros autores como Auguste Comte (1899) también pasan a entender al individuo como un elemento activo de movimiento en la realidad de los territorios de uso público de la ciudad. Estos son contrapuntos de la modernidad, en la que se pasa a negar la idea de espacio público como zona movida por construcciones fuera de lo socialmente

colectivo para enfocarse en el conocimiento del individuo como potencial poder de cambio de los espacios que habita.

Retomando el contexto histórico, es evidente que, después del período industrial, a finales del siglo XIX, surgen nuevas perspectivas de pensamiento que ponen en evidencia los problemas sociales. Así, como muestran las obras de Norbert Elias y Auguste Comte, entre otros, se realizan estudios que se concentran principalmente en los campos de la sociología y la antropología (Norbert ELIAS, Auguste COMTE y otros).

En este contexto, el hombre deja de ser un individuo aislado en el centro del universo (Auguste COMTE, 1899): los estudios deconstruyen la visión geocéntrica de la humanidad. Los estudiosos perciben que el estado de las cosas es exactamente lo complemento al estado de los voluntarios sociológicamente humanos. La plaza, así, es una construcción que solo existe con la apropiación humana de la ciudad. De esta forma, los elementos materiales son solo un accesorio para que los individuos ocupen los espacios de la ciudad, con sus intenciones y particularidades. Siguiendo esta concepción, la plaza, sin embargo, puede - ¿y por qué no debería? - tener objetivos diferentes en cada zona de las ciudades. La conclusión que se tiene de este nuevo momento histórico es que la plaza no dice nada si no está acompañada de aquellos que la habitan, sus personajes.

Cathy van Ingen (2003) y Gill Valentine (2002) vinculan claramente la idea de construcción identitaria al espacio. Entienden que el espacio desempeña un papel activo en la constitución y en las identidades sociales y viceversa: las identidades sociales, los significados y las relaciones vividas por los usuarios de los espacios públicos quedan recogidos en materiales, simbolismos y metáforas históricas (Gill VALENTINE, 2002, p. 146).

Así, la sociedad, al reconocer el protagonismo de cada individuo en los diferentes espacios de la ciudad, contribuye en gran parte, aunque pasivamente, a los procesos de transformación que tienen lugar en el contexto público. El hombre, en sus modificaciones particulares, refleja el cambio de cada espacio de uso. En resumen, cada individuo, aunque inconscientemente, participa en el progreso y en el cambio de la identidad civilizacional de su espacio (Norbert ELIAS, 1994). No se puede negar la acción del hombre en la construcción de la identidad de sus espacios de uso en la ciudad, como las plazas, los edificios públicos y otros.

Además, cabe destacar las perspectivas sociales de los individuos a la hora de crear la identidad de una plaza, entendidas como el modo natural de interactuar con la realidad social de la ciudad en las diversas funciones que asumen como gobernado y gobernante. Así, es importante conceptualizar y analizar las estructuras psicológicas que se inventan y reinventan en la sociedad y en las políticas organizacionales, creando diversas posibilidades en que unos espacios sobresalen en detrimento de otros. Estos procesos reflejan que los diferentes puntos de vista funcionan como un mecanismo para reformular la realidad de los espacios en que viven los individuos.

Especialmente en el siglo XX, los procesos identitarios de progreso en las ciudades - es decir, la evolución en el comportamiento político y en los estilos de vida de la población - sufren un cambio repentino (Ana Fani Alessandri CARLOS, 2008). En Brasil es posible notar que los individuos asimilan cada vez más la perspectiva de lo urbano, como consecuencia del abandono de las zonas rurales en un proceso de migración hacia espacios públicos de gran aglomeración. Toda esta transformación se da de manera acelerada, aún en la primera mitad del siglo. Igual que en otros países de Occidente, las revoluciones y guerrillas también se producen en lugares de acceso público a partir de esta nueva concepción de las ciudades. Las plazas son escenario de guerras y derramamiento de sangre. A través del análisis sociológico de los extractos sociales y sus cambios en los espacios a partir del siglo XX, se observa que los individuos pasan a ser descritos en la realidad del espacio y no solo bajo la óptica de la historia.

Así, en los años cincuenta y sesenta, con el progreso social de los territorios - en especial, en las esferas cultural y económica -, las plazas, especialmente en las ciudades de América Latina, ganaron un nuevo significado. La cultura en sus más variadas manifestaciones - como las artes plásticas, la literatura, la música, la danza y el teatro - pasa a ser relevante en la experiencia vital de los habitantes de la ciudad. Los individuos, instalados en esta nueva realidad, forman parte de la práctica artística de arquitectos, ingenieros y urbanistas que tienen en cuenta la contextualización social de los espacios para la producción de sus proyectos, que presentan características particulares según sus convicciones políticas, artísticas y culturales, reverberando nuevos significados para los pueblos que son receptores de estas obras (Marcelo Lopes SOUZA, 2002).

2.1. La ciudad y la plaza como espacios para la actividad educativa / A *cidade e a praça como espaços para a prática educativa*

No se puede determinar un uso exclusivo de los espacios públicos en general ni de las plazas en particular. No es posible concebir una plaza solo para la práctica de deporte; una calle, solo para eventos culturales; un espacio, solo para la exaltación de las prácticas violentas; un territorio, solo para el trabajo o para otras acciones específicas. En especial, la plaza puede representar todo o parte de algo en la ciudad. Todas ellas, por tanto, funcionan como aparatos de articulación de diferentes posibilidades culturales, políticas, económicas y, también, de ejercicio educativo (Camilo SITTE, 1992).

Las plazas pueden ser destinadas al ocio de sus usuarios, así como representar innumerables posibilidades para un sinfín de grupos sociales. Pueden articular actividades físicas en diferentes posibilidades de manifestación, desde el acto de caminar al de practicar artes marciales. En otra vertiente, pueden ser un lugar de práctica de acciones criminales inculcadas en los códigos de conducta de los espacios sociales de las ciudades, que marginaliza y coacciona determinados usuarios (Alessandra Teixeira da SILVA, 2006).

En el contexto de esta investigación, la plaza puede estar también compuesta de aspectos educativos. Varias de las manifestaciones existentes en esos lugares conforman acciones educativas que no necesariamente se reflejan en los currículos escolares, sin sujetos en el rol de alumno o profesor, sin acciones formales de aprendizaje o sin procesos de evaluación. Sin embargo, son indiscutiblemente una fuente de conocimiento para sus usuarios. Este conocimiento tiene conexión con la comprensión de desarrollo y se puede asociar al cambio del entendimiento de los objetivos de la plaza.

Para Marcelo Lopes Souza (2002, p. 61) el desarrollo socio-espacial corresponde a “una mejora de la calidad de vida y un aumento de la justicia social”. El autor también evidencia la importancia del espacio social, de la plaza, como escenario, arena y punto de referencia simbólico de las actividades humanas, indicando que “el cambio social positivo, en el caso, necesita contemplar no solo las relaciones sociales, sino también la espacialidad” (p. 61). Se observa que esta acción de mejora solo se efectúa firmemente a

través de una perspectiva de políticas públicas que valoren los espacios de la ciudad como espacios de convivencia.

La plaza, por tanto, aunque no sea mediada por currículos prescritos ni reglas escolarizadas - dada la ausencia de profesores, la falta de supervisión y facilitadores y de metodologías pedagógicas directas -, educa y eleva los saberes de sus integrantes por apenas estar allí, en un determinado espacio de convivencia social.

En el centro de la investigación, al iniciar el discurso sobre la manifestación de las sexualidades en las plazas, se observa fácilmente que estos son espacios que promueven la libertad de los cuerpos, y, consecuentemente, la manifestación del género y de las sexualidades en las ciudades. A primera vista, las personas están exentas de normas previamente establecidas para estar en estos espacios, lo cual permite que la práctica corporal de los individuos no asuma compromisos formales, como en las esferas del trabajo que no incluyan las plazas, la de la religión y la de otros espacios.

Las plazas - es decir, el espacio de recepción de los cuerpos -, con las especificidades particulares de cada individuo, pueden ser entendidas, a partir de una visión primaria, como un espacio de aceptación del otro. Sobre todo, la plaza se entiende, en este sentido, como un lugar donde a los cuerpos les están permitidas las varias posibilidades de existir como ser humano, ya sea para las prácticas deportivas o para pasear libremente.

Entender los cuerpos como elementos discursivos (Adla Betsaida Martins TEIXEIRA, 2010) y, por tanto, como productores de significados, permite tomarlos como uno de los ejes de discusión de esta investigación. Cómo se manifiestan en el espacio público las normatividades y disidencias corporales, cuáles son las estrategias para hacerse visibles o invisibles o cómo se construyen las intersecciones entre espacio público, cuerpo, sexualidad y actividad educativa son algunas de las preguntas que se van repitiendo a lo largo de la discusión de este trabajo.

Es necesario proponer una mirada más profunda que pueda dar cuenta de las posibilidades infinitas de usos de las plazas, en sus potencialidades de educación, de demostración de la diversidad y, especialmente, de la libertad de los cuerpos, que son amenazados por problemas que impone la urbanidad de los grandes centros. Entre estos problemas, se puede destacar el distanciamiento de la población de las plazas, en especial

de la población que centra sus objetivaciones en la plaza en prácticas que van dirigidas al ocio, ya que estos espacios se han convertido también en lugares de trabajo en el ámbito de la prostitución, de las drogas y otros fenómenos contemporáneos, lo que limita sus usos exclusivos para el ocio. Estas constataciones son percibidas al largo de la investigación etnográfica en las dos plazas.

La realidad que surge en los discursos contra la violencia, el comercio ilegal de drogas, las personas en situación y trayectoria de calle, la prostitución caótica producida por los consumidores de drogas, las personas con enfermedades de transmisión sexual, entre otros, caracterizan la plaza más allá del ocio. Este distanciamiento actual de su objetivo natural - el ocio y las prácticas deportivas y turísticas - justifica también este trabajo, ya que es una oportunidad de tomar en consideración otras perspectivas de este espacio colectivo y de integración social.

Es importante contextualizar la violencia en la plaza: si bien no es una realidad presente en todas ellas - aunque sí en muchas de las grandes ciudades -, es un fenómeno social que culmina en el distanciamiento entre las personas y las plazas. Con la violencia, los individuos pasan a considerarlas no solo como espacios inseguros en los grandes centros, sino también como un espacio proveedor de la violencia misma, como una manifestación indirecta de la educación que transmite este espacio en la ciudad. Esta sensación se mantiene si la plaza es también un lugar de encuentro y proliferación de varias exhibiciones de violencia y otros aspectos de la vivencia social que no caracterizan acciones seguras, como el robo de bienes de los usuarios o su elección como viviendas temporales, además de otras que, habitualmente, en el caso de Brasil, llenan las portadas y los artículos de los periódicos.

Teresa Pires do Rio Caldeira, refiriéndose a los años ochenta y noventa y disertando sobre grandes centros de ciudades como São Paulo, Johannesburgo, Ciudad de México y Miami, afirma que “diferentes grupos sociales, especialmente de las clases más altas, han usado el miedo a la violencia y el crimen para justificar tanto nuevas tecnologías de exclusión social como su retirada de los barrios tradicionales de esas ciudades” (Teresa Pires do Rio CALDEIRA, 2000, p. 09).

Las personas utilizan cada vez más las tecnologías en detrimento de los espacios externos de la ciudad: es un medio cada vez más natural de la población de los grandes centros para no necesitar estar en las calles. Las tecnologías - como las plataformas de

streaming (canales con posibilidades de personalización individual de la programación) -; las redes sociales - como Instagram, Facebook, Telegram y WhatsApp, entre otros -; los juegos electrónicos con posibilidad de interacciones híbridas sin necesidad de la presencia física de otro jugador, y las interacciones por correo electrónico, teléfono o mensajes abarcan esta infinidad de posibilidades que distancian la población de los espacios públicos y dan nuevas significaciones a las relaciones sociales (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

Teresa Pires do Rio Caldeira (2000, p. 09) entiende que las transformaciones de los espacios en la actualidad - no solo plazas, sino también museos e instituciones de enseñanza, entre otros -, implican diversas formas de exclusión - también en relación al avance de la violencia, en especial en las grandes ciudades - que acaban por generar el cierre de muchas de las plazas y otros espacios públicos (como escuelas, locales de la Administración pública y centros culturales), transformándolos en construcciones con otras finalidades. En algunas ocasiones, este proceso solamente responde a los intereses de la Administración pública: hay edificios, por ejemplo, que se convierten en espacios de gestión de ciudades y estados. Estas acciones son inherentes a la asociación natural a la fórmula del capitalismo, práctica que permite que las élites de parte del mundo, sobre todo Occidente, reconfiguren y, consecuentemente, segreguen espacialmente sus ciudades.

Según la autora, esta es una cuestión que refleja una realidad recurrente en la contemporaneidad: la clara reducción de las posibilidades de interacción y, en consecuencia, los cambios en los procesos educativos que se pueden dar entre los usuarios de las plazas en los grandes centros. Nuestra investigación ahonda en esta problemática, ya que la distanciaci3n entre individuos y plazas afecta la promoci3n de la educaci3n no formal. El avance de las posibilidades tecnol3gicas y la intensificaci3n de pr3cticas violentas desfavorecen los procesos de proliferaci3n de este tipo de educaci3n en las plazas. Esta coyuntura est3 relacionada con la apropiaci3n de ciertos espacios que presentan menor riesgo, en detrimento de otros que causan miedo por lo que le pueda ocurrir a la integridad y seguridad de los que los frecuentan.

La realidad de los espacios p3blicos se ve sometida a la competencia de otros espacios restringidos a las personas que presentan prerrequisitos para su acceso, como centros comerciales, 3reas de ocio - como gimnasios y centros deportivos -, adem3s de

clubes y los tan contemporáneos condominios cerrados. Estos últimos también contrastan con las villas, que buscaban colectivizar los eventos y las interacciones de sus innumerables habitantes, algo que se asemeja al ideario con que aquí se conciben las plazas.

Se observa cada vez más, por tanto, la creación de centros comerciales y espacios de vivienda privados que dirigen y acogen a los seres humanos con la garantía de seguridad y ocio bajo el monitoreo del aire acondicionado, de las cámaras y de la vigilancia constante, alejándose, naturalmente, de los espacios públicos de interacción, como las plazas.

En este contexto, las plazas pasan a contribuir al embellecimiento de las ciudades, desempeñando un papel importante en el contexto urbano de apropiación de la arquitectura y la ingeniería. Este es el caso especialmente en ciudades con ambiciones turísticas, en las que las plazas se alejan de su propósito previo de servir como espacio de la población autóctona. Todos son testigos oculares importantes para la observación de la situación actual y social de los usos de las plazas, ya sean Raul Soares o Libertade o la de su barrio.

Se puede afirmar inicialmente que las plazas son espacios urbanos públicos relevantes para que haya interacciones en la ciudad y, por eso, son extremadamente sensibles a las transformaciones que dan un nuevo carácter a sus usos (Evaldo do Nascimento BORGES, 2011). Así, su potencial aflora a partir de oportunidades surgidas de políticas públicas que comprendan la necesidad de su mantenimiento y cuidado y su reconocimiento como espacios de conocimiento educativo.

El control de las plazas se vuelve esencial para dos elementos fundamentales de la realidad social: por un lado, para el poder público, gobernado a nivel municipal, estatal y federal, y, por otro, para los usos de individuos, comunidades o grupos, lo cual puede generar intereses en conflicto y, a veces, enfrentados. Estas dos posiciones mantienen un diálogo permanente, a veces tenso y violento, que ordena el significado social de las plazas.

Así, la teoría aplicada - tratada en más profundidad en el tercer capítulo - expone claramente que las intervenciones, experimentaciones y movimientos urbanos en las plazas son potencialmente definidores de la mejora del funcionamiento de la población

en los espacios de la ciudad. Estas intervenciones también son relevantes en la construcción de la identidad y en la producción de saberes que atraviesan valores morales, sociales, culturales y económicos en los espacios colectivos urbanos (Ana Fani Alessandri CARLOS, 2008).

Estas apropiaciones, en muchos casos inesperadas, al demostrar explícitamente la posible flexibilidad de sus usos, reestructuran las plazas, como bien se ha observado en las dos que nos han servido de objeto de estudio, cuya gran disparidad ha sido motivo de reflexión a lo largo de todo este trabajo doctoral. Con ejemplos reales se llega a entender que las plazas son espacios de apropiación, de socialización, de actividad educativa no curricular, pues existen indirectamente con fines educativos, transversales y que se extienden a todas las clases sociales.

De este modo, Ayako Nishikawa (1984) expresa la importancia de realizar proyectos urbanísticos que actúen sobre la estructura física de los espacios públicos. Afirma que estos espacios deben tener como objetivo permitir que los ciudadanos puedan ejercer, sobre el espacio público, sus respectivas apropiaciones de forma adecuada, segura y libre, dando una identidad a aquel espacio inspirada en las experiencias de sus usuarios. Hay que problematizar la idea de que solo el uso y la apropiación de las plazas, de las edificaciones de su entorno, de sus jardines, de sus bancos y de sus miradas, entre otros, garantizan su mantenimiento, su existencia y su futuro como promotora de conocimiento y plataforma de interacción humana.

La plaza necesita también existir como producto político, necesita ser un espacio de vivencia de las acciones que se llevan a cabo para el progreso en las ciudades. Debe ser considerado tanto un espacio de lucha como de ocio. La utilización de estos espacios que potencian la interacción humana garantiza a las generaciones futuras la apropiación de valores culturales y la permanencia histórica de las personas que en la actualidad hacen uso de las plazas y lo han hecho en el pasado, tomando de estos espacios valores de identidad para el futuro (Ana Fani Alessandri CARLOS, 2008).

Así, se debe aceptar que los cuerpos de hombres y mujeres, con sus más variadas contextualizaciones y particularidades sexuales, existen en las plazas (Vanessa da MATA, 2007) y son, en líneas generales, constructos y sujetos que nos permiten dialogar con los temas que se pretenden discutir en esta investigación.

De este modo, del estudio de la relación que se establece entre los individuos y sus múltiples sexualidades en las plazas y las significaciones que estas producen más allá del espacio que ocupan, se desprende que impulsan la construcción de saberes, y, por tanto, son lugares educativos.

Así, las plazas se extienden a toda una dinámica de representación de la ciudad, en la que sus elementos que constituyen una educación no formal contribuyen al progreso, como conductores de formas naturales y legítimas de producir dinámicas de experiencia de las plazas como mecanismo espacial de promoción de las variadas posibilidades de interacciones humanas.

2.2. Esfera pública y esfera privada de la ciudad / *Esfera pública e esfera privada da cidade*

Se observa en Brasil una reestructuración urbana a principios de los años ochenta. Es un proceso desencadenado por la grave crisis económica mundial de este período, caracterizada por la ruptura del acuerdo capitalista fordista y por el consiguiente el abrumador liberalismo económico acompañado de una revolución técnico-científico-informacional sin precedentes, lo que en parte favoreció la generación de procesos de democratización del espacio público y la adquisición de derechos sociales. (Murilo MARX, 1980).

Según el mismo autor, independientemente de las especificidades del proceso de urbanización entre los llamados *países en desarrollo* (históricamente sometidos a la colonización e imperialismo), entre los que se incluye Brasil, y los llamados *países desarrollados* (cuna de las revoluciones económico-tecnológicas), calificativo natural de los países de Europa, la ciudad es una forma y objeto para las acciones humanas en sus espacios públicos. La urbanización se entiende como un proceso de actividad de la sociedad y el urbanismo como el modo de vida predominante que a lo largo del siglo XX transformaron de manera acelerada el mundo.

Hay características similares entre las realidades de los países desarrollados y en desarrollo, pero a diferentes niveles, todos complementarios, inductores e inducidos, que abarcan de la forma urbana al sentimiento del vivir urbano. Se trata de la relocalización, redistribución y reorganización de las prácticas colectivas e individuales. Así, en este período se rediseñaron los patrones de la forma urbana y los procesos integrantes de la urbanización (Nestor Goulart REIS, 2006).

Así pues, durante esta época se extiende la idea de que los intereses colectivos deben ser normalizados y que los intereses particulares deben ser llevados al interior de sus residencias. La segregación de los movimientos ocurre separando lo público y lo privado, lo que genera muchos fenómenos, como el de las ciudades difusas, las ciudades dispersas, la macro urbanización, la metropolización, las ciudades espaciadas, el encubrimiento, la favelización, la periferización y la suburbanización.

Las ciudades pasan a anclarse en el sector público y privado para la revitalización y gentrificación de centros urbanos. Así, se genera el fenómeno de la creación de plazas, parques y monumentos para los turistas, los visitantes, los que se quedan poco tiempo en las ciudades (Catherine BIDOÛ-ZACHARIASEN, 2006).

Mientras la gentrificación es un fenómeno que afecta a una zona o barrio de una ciudad y la población que vive allí, cambiando la dinámica de la composición del lugar con nuevos puntos comerciales y la construcción de edificios, entre otras obras, con lo cual se revaloriza (o no) la zona (Neil SMITH, 2006), la privatización se desarrolla en diversas etapas y atañe diferentes tipos de prestación de servicios públicos urbanos. Se basa en la revisión de la legislación y normas urbanísticas para posibilitar la participación de múltiples actores, agentes e instituciones locales, nacionales e internacionales en la producción de la ciudad (Heliana Comin VARGAS & Ana Luisa Howard de CASTILHO, 2009).

En el caso de los países de la Unión Europea (UE), estos procesos generan en los grandes centros, ciclos de selección de trabajo, desempleo y crisis económicas. Con relación a este tema, cabe mencionar Hannah Arendt, que define la expresión *vita activa* como la suma de dos actividades humanas consideradas fundamentales: el trabajo y la acción. El trabajo se refiere a la atención de las necesidades del cuerpo biológico, construye la artificialidad del mundo y sería el responsable de su pervivencia más allá del período de vida humana. Por otro lado, la acción sería la “(...) única actividad que se ejerce directamente entre los hombres sin la mediación de las cosas o de la materia” (Hannah ARENDT, 1991, p. 15). Por lo tanto, según la autora, la acción corresponde a la esfera de la vida pública, a la realización de política *stricto sensu*, que desde la antigüedad tiene una profunda relación con la organización del poder en la ciudad. Así, en las ciudades los hombres y mujeres tienen libertad en lo que concierne a las apropiaciones de los lugares de su zona.

La manifestación de la esfera de vida pública incluye la producción cultural y la construcción de la ciudadanía, del interés público y del bien público constituido socialmente ante el conflicto de intereses individuales o de grupos, y, en la ciudad, se haría patente en los espacios públicos - calles, aceras -: “(...) Ser visto y oído por otros es importante por el hecho de que todos ven y oyen de ángulos diferentes. Es este el significado de la vida pública”. La esfera de vida privada no ofrece estas posibilidades,

pues “(...) incluso la más fecunda y satisfactoria vida familiar puede ofrecer solamente la prolongación o la multiplicación de cada individuo, con sus respectivos aspectos y perspectivas” (Hannah ARENDT, 1991, p. 67). En la investigación es posible conocer las personas en las plazas exactamente por el entendimiento de esta condición, de traerlas el perteneciente de sus saberes y de sus conocimientos acerca del espacio público y su apropiación en este.

A pesar de la importancia de la esfera de la vida pública, Hannah Arendt (1991), al analizar las transformaciones por las que pasaba el mundo después de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945), identificó y alertó de la acentuada decadencia de esta esfera. Jürgen Habermas (1962) refrendó tal tendencia y discutió el incremento de la esfera social en sustitución de la esfera de la vida pública. A través de diferentes tipos de discursos, se ha incentivado la progresiva confusión, reducción, equiparación o sustitución del significado de *público* por el de *colectivo* como si fueran equivalentes, pero no lo son.

En el libro *El cambio estructural en la esfera pública* (1962), Jürgen Habermas parte de la relación público/privado como instrumento para crear relaciones entre sociedad y Estado, entendido como democracia. Son conceptos que, con el desarrollo de la civilización, tienden a crear aberturas en los procesos de exclusión social y de institucionalización y, sobre todo, en el papel de la comunicación. Esta última está marcada por la publicitación de los intereses de algunos por encima de otros, como se describe en algunos pasajes de este estudio en que vemos cómo se utiliza la plaza con motivaciones e intereses que van más allá de las personas que la frecuentan. Un ejemplo sería el uso que dan los políticos a las plazas para publicitar su campaña en el período electoral.

En este marco, la esfera social estaría caracterizada por las relaciones económicas de mercado, por el mundo de los negocios y por la decadencia del sistema feudal y el ascenso de la burguesía capitalista (Ângelo SERPA, 2007, p. 17, *apud* Plínio Walder PRADO JÚNIOR, 1995). Incluso donde no había sistema feudal, como en América Latina, esta esfera fue traída por la expansión quinientista y se instaló en el seno del capitalismo implantado en el continente. La regulación de la esfera social progresó antes de que ni siquiera se reconociese la esfera de la vida pública con el objetivo de marcar las condiciones del poder público sobre el poder privado.

Con la expansión de la clase media urbana moderna en el siglo XX, la esfera social ha sido fortalecida crecientemente por la ideología del consumo de bienes, de necesidad inmediata, pero sobre todo de bienes simbólicos, que aseguran el estatus urbano de individuos y grupos.

La ciudad de la reestructuración económica reciente, esbozada en el ítem anterior, pasa entonces a ser considerada como *locus* de un gran espectáculo, donde se consideran importantes los espacios para ver y ser visto, los espacios de vitrina y pretendida transparencia (Paul VIRILIO, 1993), en el que el consumo de la forma, de la función y de los contenidos programados (ideológico-simbólicos) se alimenta de las incertidumbres e inseguridades del mundo globalizado, a la vez reforzador de identidades y pertenencias.

Sin embargo, es fundamental repetir que el ver y ser visto por todos de la esfera social no equivale al ver y ser visto por todos de la esfera pública *stricto sensu*, porque la esfera social se caracteriza por comportamientos estándar, que a su vez permiten y atraen a individuos estándar (consumidores) con prácticas y códigos estándar, por lo que no promueve la alteridad y la diversidad.

Desde la perspectiva de la esfera social, por tanto, los espacios públicos son priorizados para la diversión y no para la cultura y acción política, molde natural del ciudadano y de la ciudadanía. Un análisis poco riguroso puede tomar una esfera por otra, pues, efectivamente, hay elementos de una en la otra y viceversa. Sin duda, los tiempos son difíciles para discernir lo que es apariencia, esencia, transparencia o verdad. Incluso concordando con la progresiva decadencia de la esfera pública en la ciudad, en modo alguno se puede decretar su extinción, pues tal esfera y los espacios públicos urbanos, considerados como los más posibilitadores de la manifestación de la vida pública, han sido históricamente inmanentes a cualquier ciudad (Miranda Maria Esmeralda MAGNOLI, 1982).

Así, la existencia de espacios públicos urbanos donde se puede ver y ser visto por todos - aunque se utilizan prioritariamente para la diversión (en la esfera social) - significa que hay esperanza y posibilidad de construir, recuperar y organizar la esfera de la vida pública en la ciudad contemporánea. Hay que complementar este pronóstico esperanzador con las propuestas teórico-políticas de Milton Santos (2001) en la lucha por la creación de un mundo más solidario.

La situación exige un posicionamiento que se refleja además en esta tesis: ¿los gobiernos quieren o no que los ciudadanos realicen más acciones en la esfera de la vida pública en las ciudades brasileñas contemporáneas? Si es que sí, ¿hasta qué punto las clases medias urbanas (conservadoras, con voz junto al poder público, formadoras de opinión y de comportamientos estándar) estarían dispuestas a mezclar diversas fracciones de clases sociales en los espacios públicos de la ciudad en tiempos de exacerbada “violencia urbana”? ¿Cómo se podría conseguir que se mostraran más dispuestas? ¿Hasta qué punto el *modus vivendi* y el *modus cogitandi* de las clases medias estarían entrañados, como ideal de vida, en los comportamientos y sentimientos de las fracciones de clases más pobres de la ciudad? Se están buscando respuestas claras a estas y otras cuestiones en la sociedad contemporánea, por el énfasis que se ha dado al desarrollo desenfrenado de las ciudades, así como por la diversidad de espacios sociales y campos de estudios que permiten discutirlos.

La proliferación de sitios cerrados de alto nivel, el aumento de los muros y de sistemas técnicos de seguridad, el consumo diseminado por el acceso al crédito a pesar de la pobreza urbana característica de las ciudades brasileñas, además de la pasividad (Milton SANTOS, 1998), parecen apuntar a respuestas que, sin embargo, todavía exigen una investigación detenida y específica.

Es posible afirmar que los desafíos de los que piensan la ciudad contemporánea son complejos, y ante ellos no se puede perder la noción del todo. Un camino es perseguir el significado de las formas para la comprensión de la función, de la estructura social del presente en el seno del proceso en curso. A continuación, entramos en esta discusión destacando el papel histórico de las plazas, desde las ágoras a las plazas objeto de estudio.

2.3. Las plazas desde las ágoras a las plazas de la investigación / *As praças desde as Ágoras às praças da investigação*

Recurriendo a Alessandra Teixeira da Silva (2006, p. 146), se puede entender en la temática de esta investigación, a iniciar la presentación de los espacios públicos que “la plaza es, por lo tanto, un centro, un punto de convergencia de la población que acude a ella para el ocio, para comerciar, intercambiar ideas, y aún para encuentros románticos o políticos. En fin, para el desempeño de la vida urbana al aire libre”. Tomando sus orígenes, en la Grecia antigua, ágora era el nombre que se designaba a las plazas. En estos espacios sucedían las asambleas donde los griegos, en especial los atenienses, organizaban las acciones decisivas para el progreso de la ciudad, denominadas polis.

En estas asambleas los griegos discutieron temáticas relacionadas con la justicia, leyes, educación, cultura y otros asuntos. Todas estas prácticas, antes del derecho al voto y a la legitimación que culminaron en la creación de una determinada ley, eran precedidas por debates donde todos los componentes que integraban la política podían expresarse y así promover un proceso democrático de decisión social.

Así es como en Brasil Colonial, con fuertes representaciones de la plaza griega clásica, las ágoras también tenían como objetivos centrales las prácticas diversas como: ceremonias religiosas, eventos de negociaciones comerciales, acuerdos económicos y otras acciones con finalidades de interacción con la sociedad y el pueblo de su tiempo. El cambio de estas objetivaciones de las plazas en Brasil solamente se notó después de la conquista de su independencia y del abandono del país como colonia europea (Eugênio QUEIROGA, 2001).

Sólo muchas décadas después que la plaza se apropia del significado de espacio destinado al ocio, con la aparición en estos espacios de jardines, fuentes y otros contextos con apariencia de interacción social, desprovista de pertenencia a lo que se destinaba únicamente al contexto político. Esta modificación de objetivo e inserción de nuevos elementos en el espacio tras a la plaza características que ya se percibían en otros países de la América Latina como Argentina y Chile (Michel RAGON, 1986).

En la plaza comprendida en la contemporaneidad, en especial en las dos plazas investigadas en Brasil, florece la función primordial de sus construcciones y

mantenimientos para justamente la constitución de espacios atractivos a los encuentros y reuniones sociales de variados grupos sociales, dados en sus particularidades culturales, regionales, económicas y otras posibilidades de organización particular y colectiva. Esta realidad es presentada en el país desde el inicio del siglo XX con las políticas públicas de motivación de la democracia y de la construcción del ideal de ciudadanía.



Imagen 1: Ciudad de Belo Horizonte, al fondo la Serra do Curral. Esta sierra se puede ver desde diferentes puntos de la ciudad (2019).

En la presente investigación se eligió la ciudad de Belo Horizonte, capital del estado de Minas Gerais, por tener un proceso dinámico de arquitectura, lo que lleva a nuevas relaciones entre las formas y los espacios de ocio que comprende. Con la construcción de innumerables rascacielos en todo el municipio, desde su planificación, hoy ya no es tan perceptible la antigua posición prominente de relieve de las plazas en la gran ciudad, estas así pudiendo representar tantas otras esparcidas por el mundo.

Cercada por la conocida Serra do Curral (Imagen 01, 2019), que le sirve de marco natural y referencia histórica, Belo Horizonte fue planeada y construida para ser la capital política y administrativa del estado de Minas Gerais, dada influencia directa de las ideas del positivismo, en un momento de fuerte llamamiento a la ideología republicana en el país. La antigua capital del estado se localizaba muy lejos de los otros grandes centros urbanos del país, este cambio ha sido elegido por intereses en las políticas de evolución

del estado a una potencia de calidad de vida y comercio para los habitantes (Heliana Angotti SALGUEIRO, 1989).

En esta comprensión, la ciudad sufrió un inesperado crecimiento poblacional, alcanzando más de un millón de habitantes en los primeros setenta años de su fundación. Entre las décadas de 1930 y 1940, hubo también el avance de la industrialización, además de muchas construcciones de inspiración modernista, momento en que las plazas que aquí se presentan como objetos de investigación ya se presentaban como realidad en la ciudad.

Tanto la Plaza de la Libertade de la construcción data al final del siglo XIX (1895-1897), como la Plaza Raul Soares que tuvo su construcción iniciada a mediados de los años 1930 (1931-1936) se convirtieron en espacios que se colocan como marcos oculares del progreso de la ciudad construida para representar a las 853 ciudades que actualmente forman el estado de Minas Gerais. Estas plazas son de destaque y se convierten en foco de esta investigación por la privilegiada ubicación en puntos muy estratégicos de la ciudad, espacios de gran y constante circulación de personas todos los días (Belo Horizonte, PLAMBEL, 1985).

De acuerdo con la más reciente estimación realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística - IBGE, en 2016, la población de Belo Horizonte ya se suma a 2.513.451 habitantes, siendo el municipio más poblado de Minas Gerais, el tercero de la Región Sudeste del Brasil país, después de São Paulo y Río de Janeiro, y el sexto más poblado de Brasil. La capital de Minas Gerais es también sede de la tercera concentración urbana más poblada del país (Fuente: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama> - Acceso en 02 de enero de 2019).

Belo Horizonte fue indicada en 2010 por el *Population Crisis Committee* de la Organización de las Naciones Unidas - ONU, como la ciudad con mejor calidad de vida en América Latina y la 45ª entre las 100 mejores ciudades del mundo para vivir. En el año 2010, Belo Horizonte generó el 1,4% del PIB (producto interno bruto) del país, y en 2013 era el cuarto mayor PIB entre los municipios brasileños, responsable del 1,53% del total de las riquezas producidas en el país. Esos datos presentan la ciudad como de gran destaque en toda la América Latina, colocándose como un territorio de gran aglomeración de diversas culturas, personas de otros sitios y también un campo de fértil producción industrial y comercial.

Una constatación del desarrollo de la ciudad en los últimos tiempos es la clasificación de la revista *América Economía*, que, en 2009, presenta Belo Horizonte como la segunda de las diez mejores ciudades para hacer diversos negocios en la América Latina. Así, estas al frente de ciudades brasileñas como Río de Janeiro, Brasilia y Curitiba, de también gran representatividad en la realidad económica de Brasil y de todo el territorio latino.

El municipio cuenta con importantes monumentos, parques y museos, como el Museo de Arte de la Pampulha, el Museo de Artes y Oficios, el Museo de Ciencias Naturales de la Pontificia Universidad Católica - PUC Minas. También presenta gran relevancia para el turismo el Complejo Paisajístico y Arquitectónico de la Plaza de la Libertad, el Conjunto Arquitectónico de la Pampulha, el Mercado Central (Imagen 02, 2020) y la región de la Savassi, que abarca algunos barrios de la región central de Belo Horizonte. Esta última es una región donde se ubican bares y restaurantes y gran aglomeración de personas en busca de ocio al final de las tardes.

El crecimiento desenfrenado de la capital de Minas Gerais, presentado anteriormente, tomó puntos mucho más altos, e hizo que la ciudad creciera y pasara de los límites a que en su proyección estaban previstos. Cuando se fue creada, la idea de dos ingenieros y arquitectos era que la ciudad se mantuviera dentro de la Avenida del Contorno, que recibió este nombre por eludir toda la ciudad. Leonardo José Magalhães Gomes (2008), al discurrir sobre el nacimiento de Belo Horizonte considera que:

Su estrategia geopolítica, entretanto, la destinaba a otro papel. Por estar localizada en una región importantísima no que se refiere al flujo de las riquezas entre las diversas regiones del país, Belo Horizonte luego ultrapaso sus objetivos iniciales, pasó a atraer y a abrigar importantes establecimientos de naturaleza comercial e industrial y se transformó en lo que los geógrafos llaman de ciudad funcional, rompiendo sus amarras planeadas y lanzando sus tentáculos donde posible pudieses (LEONARDO JOSÉ MAGALHÃES GOMES, 2008, p.13).

Sin embargo, con el rápido crecimiento poblacional y con el surgimiento de nuevos vecindarios, como el Serra y el Mangabeiras, que escalan la Serra do Curral y salen del eje central de la ciudad, se han ido creando grandes paredones de predios que de lejos se advierten y los límites avenida del Contorno hoy ya no son ya existentes, tomando la ciudad proporciones mucho mayores.



Imagen 2: Mercado Central de Belo Horizonte. Se encuentra acerca de las dos plazas investigadas en esta tesis doctoral. Al fondo, la Plaza Raul Soares. Fotografía de 2020.

2.4. Origen europeo y decadencia de la plaza de carácter político / *Origem europeia e decadência da praça de cunho político*

La recuperación de la historia de las plazas públicas brasileñas se mantiene viva, desde la llegada de los portugueses a Brasil hasta la idea de ciudad modernista, pasando por el proceso de colonización, el advenimiento de la República y la construcción de Brasília, capital de Brasil. Estos sucesos tienen firmes raíces en la cultura europea y en el énfasis arquitectónico y político que los colonizadores daban a la plaza, al considerarla un mecanismo político directo y una plataforma física relevante para las decisiones del colectivo social (Benedetto GRAVAGNUOLO, 1998).

Por la trayectoria que sigue la plaza brasileña a lo largo de la historia, puede ser considerada un importante elemento de la composición urbana del país desde el momento en que nace la noción de espacio de uso colectivo, que se instituye en América Latina a partir del siglo XXI. En este período, los valores de cada región y las intenciones de atender las necesidades de públicos específicos de cada espacio pasan a ser preponderantes, dejando de lado los ideales europeos. También es imprescindible mencionar las contribuciones de los europeos desde sus primeras visitas al país, contribuciones que se diluyen a lo largo de la historia del país.

En este sentido, tratando de entender su origen en Brasil y tomando como punto de partida la llegada de los portugueses al país en el año 1500, se presenta el proceso de colonización que implementaron. Las transformaciones históricas ocurrieron en sintonía con el desarrollo político de la nación y, como punto de ruptura, con la divulgación de los principios modernistas y el proceso de consolidación de la ciudad moderna brasileña. Este fenómeno se precisa en la elaboración del Plan Piloto de Brasília, con énfasis en el patriotismo y en la apropiación del término *nación*, dejando atrás los objetivos europeos. Brasília, así como la ciudad de Belo Horizonte, fue proyectada para ser la capital del país, que, hasta entonces, era Rio de Janeiro.

Después de un análisis inicial, pueden establecerse dos planteamientos que explican este claro cambio del ideario de plaza europea al ideario de plaza con intereses nacionalistas. En primer lugar, la plaza puede considerarse como el reflejo de una forma de ocupación y apropiación del espacio inherente a la sociedad capitalista, independiente

de la sociedad, la geografía, por el simple hecho de pertenecer a un espacio muy distinto del europeo, si se considera vegetación, clima, rutinas de vida, etc.

El segundo planteamiento tiene como hilo conductor la trayectoria de la plaza en Brasil, vinculada al desarrollo de los procesos urbanos en el territorio brasileño y a las influencias del proceso colonizador, que, en un determinado momento - destaca el proceso de independencia -, pasa a tener valores que rompen con aquellos de los colonizadores, demostrando el nacimiento natural característico de la identidad de un territorio.

Estudiar la evolución urbana a partir del análisis de las plazas también requiere un examen de las coronas española y portuguesa en la época de la colonización. Sabemos que las diferencias son muchas cuando observamos la herencia dejada por los colonizadores en sus excolonias, principalmente en el continente americano, no solo en Brasil. Durante la colonización española, las plazas eran de gran importancia en la organización de los trazados de las nuevas ciudades: era a su alrededor que se planeaban las calles y el resto de la ciudad.

Lucas Lopes Cunha (2015, p. 7) escribe que “para los españoles, las plazas poseían gran importancia dentro del contexto urbanístico, pues a partir de la elección de su ubicación la ciudad podría formarse y las calles recibirían sus debidas direcciones”. La rigidez española en la construcción de núcleos urbanos en América estaba dispuesta en las Leyes de Indias. Estas leyes, según Lucas Lopes Cunha (2015), estaban divididas en libros, títulos y leyes, y eran un importante punto de referencia para los colonizadores españoles. Además, tal como el mismo autor indica, también son dignas de consideración las medidas que estipulaba para las plazas, que fueron propuestas y pensadas en caso de un eventual aumento de la población, demostrando, así, que la corona tenía un interés en relación con las condiciones de esos espacios (Lucas Lopes CUNHA, 2015, p. 7). Este código de leyes era, en definitiva, uno de los más organizados en lo que se refiere a la formación de pueblos y ciudades.

De igual forma, planeaban cada área de la ciudad y el tamaño de cada cuadra previendo un eventual crecimiento y reservando un área significativa para futuras construcciones, en especial el de la plaza y la iglesia, ya que consideraban que estos lugares atraerían varias ceremonias y festividades. Observamos esta horizontalidad en el siguiente fragmento de las Leyes de Indias transcrito por Milton Santos:

La plaza mayor donde se ha de comenzar la población, siendo en costa de mar, se debe hacer al desembarcadero del puerto, y si fuere lugar mediterráneo, en medio de la población: su forma en cuadro prolongada, que por lo menos tenga de largo una vez y media de su ancho, porque será más a propósito para las fiestas de a caballo y otras: su grandeza proporcionada al número de vecinos, y teniendo consideración a que las poblaciones pueden ir en aumento, no sea menos, que de doscientos pies en ancho y treientos de largo, ni mayor de ochocientos pies de largo, y quinientos y treinta y dos de ancho, y quedará de mediana y buena proporción, si fuere de seiscientos pies de largo, y cuatrocientos de ancho (Recopilación de les Leyes de los Reinos de las Indias, mandadas imprimir y publicar por la Majestad Católica del Rey Don Carlos II Nuestro Señor. Madrid, 1791. 03 v. *apud* MILTON SANTOS, 1996, p. 45).

Los portugueses tuvieron durante años un prejuicio exteriorizado en la idea errónea de que eran un pueblo sin un compromiso con la organización urbana de sus colonias. Sérgio Buarque de Holanda, en 1936, los define como “sembradores” en su libro *Raíces de Brasil*, momento en que este estigma alcanza el pequeño país. Décadas más tarde, algunos autores se revelarán como investigadores notorios y presentarán argumentos refutando el trabajo de Holanda.

De entre ellos destacará Milton Santos, al exhibir datos importantes y mostrándose experto en el asunto. Este hecho influirá en una serie de investigadores y será extremadamente importante en relación con la investigación urbana colonial ibérica en su intento de socavar el mito del descuido portugués creado por los Países Bajos. En su obra, Milton Santos presenta un colono portugués diferente del presentado en el año 1930 por Sérgio Buarque de Holanda: presenta un portugués organizado con respecto a la urbanización de sus colonias y que sigue las normas de los nobles en la construcción de pueblos y ciudades en sus nuevas tierras.

Las ordenanzas del reino eran lo más cercano a las normas españolas establecidas en las Leyes de Indias que tenían los portugueses, pero su carácter específico puso a un mismo nivel la construcción de edificios, la esclavitud y la propiedad, dejando en un segundo plano los métodos de organización de las ciudades. Para Milton Santos (2001):

(...) Limitaban su legislación al que se contenía en las ordenaciones del Reino, que cuidaban antes de los edificios y servidumbres, con limitaciones al derecho de propiedad, que como actuar para fundar ciudades. Estas eran consideradas cada uno como un caso particular, a exigir determinaciones específicas, que podían variar de ciudad a ciudad. Pero, con frecuencia, los preceptos contenidos en las cartas regias, que

trataban de la fundación de pueblos y ciudades, iban pasando de unas a otras y constituyéndose en cuerpo de doctrina (MILTON SANTOS, 2001, p. 47).

De Milton Santos entendemos que las ordenanzas del reino modelan los pueblos recién fundados en el Brasil colonial, y que Portugal, igual que España, tenía un sistema legislativo eficiente y organizado para esta acción. Sin embargo, las características del nuevo territorio portugués permitieron a los colonos eludir el sistema de ordenanzas del reino, por lo que Portugal no mantuvo un procedimiento estándar de ordenación del territorio en sus colonias. Para Mario Chicó, citado por Milton Santos (2001), los patrones regulares portugueses se aplicaron en las colonias africanas, que ofrecían más a la corona, mientras que, al mismo tiempo, en Brasil el compromiso de seguir la planificación reglada era débil.

Junia Marques Caldeira (2010) sostiene que uno de los motivos de ello fue la falta de seriedad de la corona portuguesa con respecto a la colonia brasileña, pero deja claro que las ordenaciones formaban parte del proceso de formación de nuevos pueblos. Para la autora, no hubo una alteración directa de estos modelos urbanos, sino una adaptación a las nuevas condiciones de la colonia (Junia Marques CALDEIRA, 2010).

Volviendo a Milton Santos (2001), la planificación previa de la ciudad no garantizaba que gozaría de éxito y crecimiento, teniendo en cuenta que algunas de las más numerosas surgieron sin organización alguna. El autor defiende que la ciudad ideal portuguesa es aquella que ejerce una función natural de expansión involuntaria, entendida como un ser vivo e intelectualmente activo. La plaza existente en el Brasil colonial era diferente de esta, con pocas semejanzas. El rasgo distintivo que inmortalizó la plaza brasileña fue el sometimiento al orden, debido a la costumbre portuguesa de construir una *picota*, en portugués *pelourinho*, en su espacio.

Para Lucas Lopes Cunha (2015, p. 135), “el *pelourinho* era una manera de extrema brutalidad de castigar a los esclavos desobedientes o fugitivos, exponiendo a los mismos para que los demás no practicaran los actos que los llevarían al castigo”. Es verdad que el *pelourinho* intimidaba a los cautivos, y su existencia transformó la plaza del *pelourinho* - o cualquier espacio donde había sido construido - en símbolo de las franquicias municipales, ya que representaba el máximo poder de las autoridades locales sobre los esclavos, haciendo pueblo colonial independiente en términos que se refieren al castigo de los esclavos y los alborotadores, la corona portuguesa. Por ejemplo, en el caso de la

construcción de una población en el Brasil colonial, se mostraba, en primer lugar, preocupación en encontrar un lugar ideal para la plaza y la edificación del *pelourinho*, para que después continuasen los trabajos urbanísticos ya con el centro presente de la futura villa.

Para Maria Laura Silveira, citado por Milton Santos (2001), la reticencia del urbanismo portugués en el extranjero a adoptar estos sistemas geométricos regulares no parece ser simple arcaísmo, sino el resultado de una larga y metódica experiencia de la creación natural de ciudades. Yendo más allá y quizá, también, en diálogo con las circunstancias de las metrópolis de la época, tanto de Europa como de los trópicos, incluso cuando son ricas en algunos edificios grandes, roban la monumentalidad que caracteriza a las grandes ciudades españolas del norte de Europa y América y sus contrapartes coloniales.

Así, llegamos a comprender el papel que tuvieron las plazas en los primeros tiempos de las colonias americanas y su importancia en la distribución de las vías y en la búsqueda del orden en el nuevo mundo. Asimismo, se ha analizado su papel social dentro de los límites de la ciudad y la importancia que adquiere con el crecimiento urbano.

Por tanto, se entiende que la configuración de la plaza brasileña en época moderna permite entender el recorrido de desarrollo teórico y práctico de la urbanística internacional y su concepto de ciudad. Su cambio ocurrió de forma natural, apenas siguiendo el proceso de tantos otros escenarios que cambiaron sus objetivos con el desarrollo del país. Por lo tanto, estas dos líneas de orientación se cruzaron de forma incisiva en la transposición y divulgación de esos principios en Brasil y tuvieron como personajes principales la arquitectura moderna que excluye la posibilidad de la plaza únicamente política para la plaza volcada a los intereses del ocio y de las características de la población.

Como dice el geógrafo Pausanias (II d.C.) “no se puede llamar ciudad a un lugar donde no existan plazas y edificios públicos” (PAUSANIAS *apud* Camillo SITTE, 1992, p. 92). En este contexto la plaza se entiende como un elemento de exclusividad urbana. Se caracteriza como un lugar donde se reafirma la presencia humana y donde se realizan importantes eventos sociales, actividades comunitarias, de ocio y otras prácticas que garantizan a los cuerpos, por regla general, un territorio de libertad. Inevitablemente, la cultura europea se hace presente en la realidad histórica de las plazas de Brasil, ya que el

país es fruto de la colonización, hecho que dice mucho de las construcciones y la distribución espacial de esta tierra.

Con cierta influencia, el hombre brasileño pasa a reproducir lo que su entorno propone (Milton SANTOS, 1998). Como afirma Lewis Mumford (1998), en la evolución del proceso de domesticación y convivencia grupal, el hombre dejó marcas en cuevas en la era paleolítica. En la construcción de la identidad brasileña y de sus espacios sociales, hubo un proceso equivalente, aunque arraigado en la transfiguración de la representatividad de sus semejantes, en este caso los europeos partícipes de la colonia brasileña.

La necesidad de la producción arquitectónica del país descrita en el segundo capítulo se unió al fulgor religioso y a la predisposición de la idea de convivencia social propuesta por los jesuitas, haciendo surgir los campamentos, santuarios y aldeas que solo más tarde empezarían a transformarse en plazas.

El paisaje natural y sus componentes, para Helmut Toppmair (2001), son obstáculos a superar y, con este fin, el hombre civilizado crea una “segunda naturaleza”, que según Lewis Mumford (1998), se caracteriza por un carácter ambivalente, combinando la cohabitación amistosa con la segregación de clases, la protección divina y espiritual con la falta de sentimiento afectivo, una libertad extensa con la mayor violencia. Estas contradicciones están presentes en la cultura urbana de todo el percurso histórico del país y también sirvieron como estímulo para su desarrollo. La urbanización brasileña trajo a los espacios cambios cuantitativos y cualitativos. El medio urbano se vuelve cada vez más un medio artificial, “fabricado”, con los restos de la naturaleza cubiertos progresivamente por las obras de los hombres, vinculados a valores sociales, culturales, morales y estéticos europeos.

Según Milton Santos (1998), el paisaje cultural sustituyó el paisaje natural de los espacios. El crecimiento urbano, bajo la estructura de una economía capitalista, significó el establecimiento de una institución pública al servicio del interés particular de unos pocos, y la consecuente destrucción de todas las características naturales de los pueblos que ya existían: el de los indígenas, el de los inmigrantes naturalizados, etc.

En esta discusión es importante considerar dos premisas básicas a la hora de conceptualizar el espacio destinado a la plaza en el mundo contemporáneo: por un lado,

el uso de los recursos de accesibilidad, entendiéndolos como espacios libres urbanos destinados al ocio y a la convivencia de las poblaciones que sean accesibles a los ciudadanos y libres de vehículos. Y, por otro lado, el poder que concentran las plazas, aún hoy en día, en la realidad de la ciudad, las cuales, además de ser un punto de referencia para la sociedad, constituyen un espacio, en que, en general, se manifiesta en sus infinitas posibilidades.

Los valores estéticos y simbólicos heredados de la colonización europea en Brasil representan, también, una función importante de las plazas, en tanto que agrupan objetos referenciales y escénicos del paisaje urbano. En este aspecto, también desempeñan un papel importante en la construcción de la identidad de un municipio, barrio o calle y de identidades particulares, así como la caracterización de su existencia singular en oposición al determinado grupo de individuos que abarca.

De forma generalmente vinculada a la carga histórico-cultural europea, las plazas brasileñas son vistas y actúan como espacio de diálogo, un lugar acogedor para el paseo y el ocio de toda la sociedad. La inspiración de las grandes plazas del país se busca en las plazas de las grandes ciudades de Europa, como Madrid, Lisboa, Londres y otras ciudades populosas, que han influenciado a los diseñadores del país a lo largo de su historia después del proceso de colonización (Milton SANTOS, 1998).

Desde un punto de vista estético, las plazas revelan estas influencias a través de sus cualidades plásticas - como los colores, las formas y las texturas de cada una de las partes visibles que las integran -, así como a través de los formatos de los proyectos - su tamaño, la distribución de bancos y asientos, la arborización y otros factores que las asimilan a plazas existentes mucho antes de la urbanización de estos espacios en Brasil.

Recordamos que los estudios que aquí se presentan tratan las plazas desde la óptica de las ciudades contemporáneas brasileñas. Sin embargo, la tipología que se abarca tiene en cuenta el carácter de sociabilidad intrínseco a las funciones de la plaza. En este contexto, se descartan los espacios públicos encuadrados como tal. Estos no son más que canchales centrales, rotatorios, antiguos sistemas viales, etc., que no ofrecen unas condiciones mínimas adecuadas para el ejercicio del ocio o la accesibilidad de la población (Lewis MUNFORD, 1998).

Este hecho responde a la necesidad de muchos organismos públicos municipales de ampliar cuantitativamente el número de sus espacios públicos y de ocio comunitarios, lo que los lleva a tratar algunos espacios indebidamente como plazas. Estos discursos a menudo banalizan el objetivo real que persiguen las plazas.

Históricamente, en Brasil los primeros espacios públicos libres urbanos surgieron entorno de las iglesias. A su alrededor, se construyeron edificios públicos, palacetes y comercios que servían de local de convivencia colectiva de la comunidad. Murilo Marx (1980) afirma que la plaza en la escena brasileña debe su existencia, sobre todo, a los *adros* de las iglesias católicas. Estos *adros* eran patios que servían como espacio para reuniones de personas y la celebración de un conjunto de actividades diferentes, que, poco a poco, se convirtieron en una forma bastante típica y marcada que llevaría a la constitución de las plazas. Existen también, en otros lugares y religiones del mundo, sitios sagrados similares al *adro*, como son los espacios de purificación de las mezquitas, donde se realizan los rituales de lavarse los pies, entre otros, que también están conectados en la cultura árabe a este ambiente de plaza.

Además, es innegable que la forma urbana influyó el trazado de los espacios públicos. Si para los colonos españoles, las calles eran trazadas en cruz, en las colonias inglesas, francesas, holandesas y belgas, los trazados obedecieron a otros sistemas, tales como los planos ajedrezados, los radio-céntricos y los lineales. Pero las ciudades de colonización portuguesa, principalmente en Brasil, crecieron de manera espontánea y autónoma, asumiendo el modelado del terreno y de manera informal, incluso fuera de la ley, que mantenía los valores de sus colonizadores (Kevin LYNCH, 1980).

En Brasil, la plaza se muestra desde tiempos pasados de vital importancia para la ciudad y sus ciudadanos. La lectura de su espacio puede entenderse según dos líneas de pensamiento: la primera presenta como hilo conductor el desarrollo de los espacios colectivos ante los procesos urbanísticos que han tenido lugar en la civilización occidental, en el que destaca el desarrollo del capitalismo.

La segunda línea de pensamiento se fundamenta en la trayectoria histórica de la plaza brasileña, vinculada al desarrollo de los procesos urbanos en el territorio con una clara influencia europea. En este sentido, la plaza como manifestación de espacialidad urbana de los individuos de la *polis* refleja una forma de ocupación, organización y apropiación del espacio propio de la cultura urbana.

A tal efecto, la plaza, caracterizada como punto de encuentro y de tránsito, y libre de vehículos, es una estructura que mantiene en las ciudades una posibilidad real de espacio para las interacciones en el ámbito de las relaciones humanas. A lo largo de la historia, han aparecido estudios de varias disciplinas - antropología, geografía, ciencias sociales y arquitectura, entre otras - que recogen la preocupación por el entendimiento de la plaza como espacio de vivencia humana en la ciudad.

En este escenario de implementación de nuevos conocimientos, el paisajismo gana importancia en el entendimiento social de las plazas. El campo del paisajismo pertenece a uno de los ámbitos de especialización dentro de la arquitectura y del urbanismo. Esta área de conocimiento pretende planificar, justamente, espacios de uso colectivo como la plaza, donde encontramos la máxima expresión de interacción humana con el medio externo.

Desde el punto de vista del paisajismo, Richard Sennett (1988) recuerda que, en un primer momento, la plaza surge como uno de los elementos que organiza el espacio urbano, redefiniendo los papeles sociales. Posteriormente, en especial a partir del siglo XIX, la plaza adquiere una nueva definición, adaptándose a la nueva concepción de ciudad. Esta nueva concepción considera la ciudad como ciudad moderna, pues, como afirma Maria Stella Martins Bresciani (1992, p. 11), es en la primera mitad del siglo XIX que las ciudades

(...) que se asocian a la idea de modernidad (...) son problematizadas en la cuestión urbana, concebidas como un espacio de tensiones empíricas y conceptuales, concepción que perdura en la formulación del paradigma que orienta el conocimiento y la vivencia en las ciudades contemporáneas.

Es importante señalar aquí que la definición de plaza varía de acuerdo con cada cultura y con cada período histórico. Sus modos de uso y el tratamiento de cada uno de ellos pueden definir el nivel de civilidad de sus usuarios y su identidad. Así como esas unidades urbanísticas son administradas por sus gobernantes, la plaza también tiene un aspecto político-social.

Para los griegos y romanos de la antigüedad, la plaza - denominada *ágora* en griego o *foro* en latín - era un espacio volcado a la transmisión de conocimiento y cultura, de exposición de ideas y toma de decisiones. En Brasil, en la actualidad, ya no se utiliza

para esta práctica política; sin embargo, la plaza no ha perdido a lo largo de la historia su posición referencial de poder.

Desde el punto de vista del discurso, en que no se separa la forma del uso, puede considerarse que en las transformaciones de los proyectos de las plazas confluyen diversos aspectos: por una parte, su presentación como espacios organizados, con su equipamiento y las proyecciones imaginarias de los sujetos que las frecuentan, y, por otra, las prácticas y las situaciones que se puedan dar en esos espacios. Para José Horta Nunes (2011, p. 160):

De un lado, las plazas centrales y los grandes espacios libres multifuncionales trabajan los discursos fundadores y de globalización; por otro lado, plazas menos centrales y periféricas tienden a la fragmentación, con la construcción de imaginarios específicos, locales, comunitarios, identitarios.

En Brasil, en líneas generales, el concepto de plaza está directamente relacionado con un espacio urbano ajardinado, o sea, donde la vegetación tiene prioridad frente a las demás posibilidades paisajísticas. Pero su origen en el país tiene que ver con los *adros*, construidos en el período colonial.

Estos espacios amplios y vacíos - normalmente edificados frente a iglesias - formaban parte de la cultura arquitectónica heredada de los inmigrantes. Estos inmigrantes, de origen italiano, español y portugués, tuvieron gran influencia durante el período de colonización del país y, en este sentido, se plantea el concepto de *plazas secas*. Este es uno de los tres términos que generalmente se usan en la definición de la plaza. A este se añaden los conceptos de *plazas húmedas* y *plazas mixtas*.

Las plazas secas son muy comunes en el siglo XXI en las zonas centrales o en otros lugares con una gran concentración de personas. Se trata de un espacio amplio y vacío, desprovisto de asientos, jardines extensos u otros puntos que impidan la permanencia de los peatones. Es una plaza de múltiples funciones, que sirve para la circulación de los transeúntes y, también, en muchos casos, puede ser equipada y ocupada para la acogida de grandes eventos. Estos pueden ser espectáculos musicales, presentaciones artísticas, fiestas, celebraciones y ferias, entre otros.

Generalmente, una plaza seca alberga una multitud diversa de personas, y no necesariamente las personas que la utilizan pertenecen a aquel espacio social, lo que es una característica de los espacios centrales amplios. Frecuentan tales espacios sujetos de

procedencia variada y no solo uno u otro grupo comunitario, dado que su localización es de fácil acceso a todos. Mediante proyectos contemporáneos, la plaza seca se convierte en una solución para conectar a los individuos con las diferentes zonas de las ciudades: por ejemplo, se usa para conectar las líneas de metro, para estaciones de autobuses y trenes y para el acceso a edificios públicos, entre otros. Para José Horta Nunes (2011, p. 163):

Las plazas secas, al albergar a las multitudes, se inscriben en el calendario de los acontecimientos urbanos y de la transmisión por los medios. Acontecimiento y medios se encuentran en esa forma de significar el espacio. En vez de marcos cívicos e históricos, lo que se encuentra ahí son diversas manifestaciones populares en su diversidad: discurso del arte y de la cultura. La multifuncionalidad de los espacios vacíos condiciona la transitoriedad de la vida en los grandes centros y la pluralidad de prácticas, asociadas a una visión de mercado y de consumo, que determina la metaforización de la multitud.

Este tránsito de personas es una característica distintiva de las plazas secas, ya que siempre se encuentran ubicadas en grandes centros que, generalmente, reciben miles de personas al día. Fábio Macedo Robba (2003, p. 12) señala algunas formas y usos que se prevén en proyectos de plazas secas en la actualidad, entre los cuales destacan:

(...) formalismo gráfico como contrapunto a la plaza ajardinada; direccionamiento del uso para el paso de peatones y la circulación, con la creación de las terrazas y la revalorización de la plaza seca; creación de espacios multifuncionales y adaptables, que pueden ser utilizados por la población de las formas más diversas.

Se puede considerar, además, que las plazas secas están en consonancia con el discurso que tiende a la valorización de la seguridad y de la vigilancia del espacio público, en la medida en que no favorecen, excepto cuando hay eventos, la permanencia prolongada de sujetos en el lugar. Estos espacios son patrullados generalmente por guardias municipales y policías, están iluminados y vigilados por cámaras y no presentan vegetación o construcciones que permitan la comodidad, la sombra y la ocultación. Aunque, por un lado, sus condiciones favorecen la seguridad, por otro, pueden llevar también a la discriminación y a la exclusión social.

Las plazas húmedas se caracterizan por una gran arborización, y es un concepto generalmente empleado para espacios que permiten la conexión con parques y áreas de reserva ambiental. Las plazas húmedas difícilmente se encuentran en los grandes centros,

ya que sus características no responden a los intereses de los organismos públicos, debido a que su mantenimiento es mucho más costoso para los gobiernos que las plazas secas.

El mantenimiento de estas plazas es muy difícil, ya que es importante que participen ambientalistas y biólogos, y, generalmente, concentran un gran número de árboles que, en algunos casos, obstruyen las vías de acceso y causan destrozos en la pavimentación.

Las plazas mixtas son una mezcla de las dos plazas mencionadas anteriormente, con la misma proporción de áreas pavimentadas y arboladas. Es muy común encontrar plazas mixtas en barrios, donde hay posibilidad de encontrar árboles y otros mecanismos de arborización, que son mantenidos en muchas ocasiones por la propia comunidad. Actualmente, el mantenimiento de las plazas es costoso, cosa que aleja las políticas públicas de la creación de nuevas plazas, ya que es un proyecto por lo menos oneroso para las arcas públicas.

Las plazas mixtas también presentan como característica relevante la posibilidad de vivencia e interacción de los vecinos del entorno con asientos, generalmente bancos, y con espacios destinados al ocio para niños y adolescentes. En algunas, también encontramos instalaciones deportivas y gimnasios al aire libre.

Por lo tanto, los valores ambientales pasan a decir respecto al espacio libre ocupado por las plazas y así abre caminos que permiten el entendimiento de diversos aspectos relevantes para esta discusión. Entre ellos, podemos citar la mejora en la ventilación y aireación urbanas, ya que es un espacio de utilización exclusivamente humano, libre de coches y otras máquinas que sean perjudiciales para la calidad del aire.

También se perciben los estudios que se propagan en el entendimiento de las causas de la insolación de áreas más densas, buscando así traer a las plazas la perspectiva de sombra, de un espacio en que el sol no esté directamente en contacto con el hombre, así entendiendo la función de los árboles en el sombreado de las calles de las plazas y sus parterres dejando de irradiar tanto calor como el asfalto o el suelo de cemento, propiciando el control de la temperatura.

Además, es importante valorar el papel de la cobertura vegetal en la mejora del drenaje de las aguas pluviales y la protección del suelo contra la erosión en espacios que

están rodeados de hormigón. Asimismo, es importante recordar que alrededor de las plazas, en los grandes centros, existen vías que permanecen bajo la fuerte cobertura del asfalto y otros compuestos, que impiden que las aguas tengan una salida inmediata a las capas freáticas, generando así inundaciones durante el período de lluvias y otros problemas que alteran el curso natural de los fenómenos ambientales.

Para que se pueda abordar la función de las plazas públicas en el ambiente urbano, se hace también necesario tratar la calidad de la vida urbana. Las plazas como espacios de uso público, la premisa de todos, desempeñan funciones importantes en el ambiente urbano, entre ellas la integración de la comunidad y la mejora de la calidad ambiental, como ya se ha puntualizado.

Por tanto, se entiende que una buena planificación de las áreas verdes urbanas y radican a la mejora de los aspectos estéticos y ambientales del entorno urbano y atenúa el impacto urbano y medioambiental de un desarrollo desenfrenado y poco calculado.

Hoy en día, las plazas ya no se disfrutan como en el pasado. En otras épocas, estas plazas eran consideradas el centro de los acontecimientos políticos y de las festividades religiosas, de actos cívicos y sociales. Los fines de semana, los habitantes de las zonas urbanas y rurales se dirigían a las plazas para divertirse. Esta diversión puede ser entendida como el ocio de otra época: los diferentes encuentros, el inicio de muchas historias y el fin de otras tantas en las relaciones que los individuos entablaban en el lugar.

Según Generoso de Angelis Neto y Bruno Luiz Domingos de Angelis (2000), el creciente surgimiento de otras formas alternativas de ocio y de nuevos lugares para el establecimiento de los comercios de las plazas, unido al descuido persistente del poder público frente al mantenimiento de estas y a unas perspectivas de violencia cada vez más atenuadas, hicieron que las plazas se convirtieran en una pieza más dentro de la malla urbana.

Con el tiempo, los cambios sobrevinieron y las plazas fueron dejando de ser un espacio prioritario de recreación. Actualmente, la mayoría de las personas tienen otras necesidades y sienten el mundo a su alrededor de manera diferente. Esto no significa que los espacios verdes urbanos hayan entrado en desuso, pues son importantes desde un punto de vista ecológico y tienen valores estéticos; además, contribuyen a la reducción de la temperatura, como se ha dicho con anterioridad.

Desde esta perspectiva, con un equipamiento adaptado a los nuevos hábitos de la población, pueden crearse nuevos usos para las plazas, instigando nuevas formas de percepción del ambiente urbano, en la constante ampliación de las relaciones positivas de la población con el paisaje.

En este sentido, se podría recuperar la apreciación de los espacios verdes, aunque las personas ya no los utilizaran de la misma forma que antes. Hay dos puntos que deben ser tenidos en consideración: la constante participación de grupos sociales en esta causa, y la concientización del poder público (Lisandra Cristina Nogueira Cabriel PEGOLO & Maria Esmeralda Soares Payão DEMATTÉ, 2002). La importancia de las áreas verdes para el ambiente urbano es muy significativa, ya que tienen como principal objetivo la preservación del medio ambiente, así como la mejora del paisaje urbano, y, además, son importantes para crear ocio.

Las dos plazas investigadas en este trabajo, la plaza de la Libertad y la plaza Raul Soares, son consideradas plazas mixtas. Estas permiten que los individuos que las utilicen interactúen entre los árboles, permanecer allí y acceder a otros puntos de la ciudad.

En los últimos años, y tras pasar por diversas modificaciones estructurales y funcionales - tal como se verá en el próximo capítulo -, las plazas ya no son el centro de la vida urbana, pero, con absoluta certeza, son el centro de la vida social. Así, continúan recibiendo personas insatisfechas con gobiernos y acciones políticas o empresariales, y también reciben individuos que protestan en nombre de la justicia, lamentando el fallecimiento de una persona o amigo.

Es muy claro, especialmente en vista de los autores antes mencionados y las plazas en investigación, que a lo largo del tiempo han perdido el poder que tenían como espacio de toma de decisiones políticas y se han convertido en un espacio dedicado a la interacción y el ocio. Por lo tanto, concentrar la ociosidad como el principal objeto de acción de la plaza, naturalmente se refiere a la distancia desde la relevancia en la que permaneció en la máquina gubernamental de una ciudad.

La plaza en la ciudad tiene también sus referencias urbanas. La participación de las plazas en el contexto social de la ciudad es, en muchos casos, intrínseca a la formación de los marcos civilizatorios que representa la ciudad en el marco urbano. En Brasil, las plazas y los aparatos públicos siempre presentaron esta función. Su origen, en especial en

el contexto de la plaza, está ligada a la colonización militar y religiosa del espacio, como afirma Murilo Marx (1980), citado por Fábio Macedo Robba: “Largos patios, rocíos y terreros, ostentando el nombre del santo que consagraba la iglesia, garantizaban un área más generosa frente a él y un espacio más acorde con su frontispicio” (2003, p. 82).

Es en este momento en que la plaza surge como punto de sociabilidad entre la población, cuando se usa como escenario de manifestaciones religiosas organizadas por las iglesias y sus fieles, como destaca el mismo Murilo Marx, citado de nuevo por Fábio Macedo Robba (2003, p. 83) “(...) Servían al acceso más fácil de los miembros de la comunidad, a la salida y al retorno de las procesiones, a la representación de los autos de fe”. Estos momentos servían para exhibir las órdenes religiosas en las comunidades, caracterizándose por ser una de las primeras manifestaciones sociales en plazas brasileñas.

La plaza como tal, destinada a la reunión de gente y a la práctica de un sin número de actividades diferentes, surgió entre los brasileños típicamente ante capillas o iglesias, conventos o hermandades religiosas. Destacaban, así, en el paisaje urbano estos establecimientos de prestigio social, que resaltaban los edificios y acogían a sus asistentes (Murilo MARX *apud* Fábio Macedo ROBBA, 2003, p. 19). La religiosidad estuvo siempre presente en la vida cotidiana del colonizador en tierras brasileñas, y por su ubicación frente a las iglesias, la plaza se convirtió en el punto donde la vida mundana expresaba sus orgullos e infortunios.

De este modo, la sociedad gozaba de su espacio para exhibir sus riquezas y mendigar limosnas, dado el movimiento en el lugar, que, para Junia Marques Caldeira (2010) es el centro irradiador de la ciudad. Para Fábio Macedo Robba (2003) la plaza - hasta ese momento llamada *adro*, *terrero* y *rocío* - era el espacio de interacción de todos los elementos de la sociedad, que abarcaba los varios estratos sociales urbanos.

Era allí donde la población de la ciudad colonial manifestaba su territorialidad, los fieles demostraban su fe, los poderosos, su poder, y los pobres, su pobreza. Se trataba de un espacio polivalente, escenario de muchas manifestaciones de las costumbres y hábitos de la población, y un lugar de articulación de los diversos estratos de la sociedad colonial (Fábio Macedo ROBBA, 2003, p. 22).

Esto significa que las plazas tenían un gran atractivo social dentro de la villa, ya que, la mayoría de las veces, se convirtieron en el centro vital de la escena urbana (Junia Marques CALDEIRA, 2010). La herencia portuguesa está constantemente presente en el urbanismo colonial brasileño, y la religiosidad es un ejemplo perfecto de ello. No obstante, la influencia europea agraciara la colonia con otras contribuciones de orden social, como se ha mostrado anteriormente. Un ejemplo de ellas es el uso de las mismas plazas para la ostentación de la élite, que surgiría como respuesta a la necesidad de la burguesía mercantil europea de exhibirse y observar (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

El mercado público es, quizás, lo que permite a la plaza seguir siendo el centro de la ciudad y el escenario de los principales acontecimientos sociales - siempre que el mercado se instalase en plazas, dado que hay ciudades con un gran número de habitantes en que se convenían lugares apropiados para tal fin -. El mercado llegó al continente americano con la formación de las primeras redes de población, supliendo la necesidad que existía de tener un lugar apropiado para vender alimentos y productos diversos.

En palabras de Beatriz Arízaga Bolumburu, citada por Silvana Maria Pintauidi (2006, p. 84): “El lugar más importante, sin embargo, era el de mercado, donde se realizaba la mayor parte de las transacciones comerciales. Hasta entonces, en las ciudades, los mercados eran los lugares importantes para el abastecimiento de toda suerte de productos, ya que concentraban espacialmente la actividad, además de que significaban momentos de intercambios no materiales que abastecían otras esferas de la vida en sociedad”.

De esta forma, el mercado público proporcionaba momentos de intercambio de información entre la población en general y también con los viajeros de cartera. El mercado toma cuerpo y se transforma en el epicentro social de la ciudad capitalista, promoviendo debates y discusiones sobre los más inusitados asuntos. Así pues, mantuvo el estatus que ya poseía la plaza antes de las instalaciones de los mercados, habiendo añadido un nuevo motivo para que las personas la frecuentaran.

Las plazas, en aquel momento plazas de mercado, seguían recibiendo personas de las clases más variadas, mezclando ricos y pobres y, para estos últimos, representaba un lugar de súplica, donde recibirían ayuda para escapar del hambre, la miseria o de cualquier otra situación de desdicha. Este fenómeno tuvo lugar en varias partes de Europa y América, especialmente en zonas devastadas por problemas económicos.

Para Verônica Crestani Viero y Luiz Carlos Barbosa Filho (2009) la posibilidad del contacto público interpersonal que ofrece la plaza permite establecer acciones culturales fundamentales, que van desde interacciones sociales hasta manifestaciones cívicas. La plaza permite al ciudadano ejercer sus derechos, manifestándose y expresándose libremente y por cualquier causa en un espacio público, y le concede una noción de identidad urbana, cosa que no puede proporcionar el ocio de la esfera de la vida privada (QUEIROGA *apud* Verônica Crestani VIERO & Luiz Carlos BARBOSA FILHO, 2009, p. 11).

Según Evaldo do Nascimento Borges (2011), el momento presente social-urbano permite que las plazas cumplan varias funciones en su espacio, pero que no escapan a las reglas establecidas de la ciudad. Hoy en día, la gente usa la plaza del centro por motivos distintos: para la compra y venta de coches, utilizar el transporte público, beber una cerveza, tomar un café o comer un bocadillo, ofrecer servicios (de albañil, pintor, electricista y fontanero), etc. El hecho de que algunas personas usen el espacio para ofrecer servicios, mientras que otras están gozando de su descanso, sigue reflejando las discrepancias existentes en la población, que utiliza la plaza de manera social y hereditaria; algunos la usan para exhibirse, otros para buscar rendimiento económico.

En el próximo capítulo, la discusión estará dedicada a las referencias personales en la realidad de las plazas investigadas. También se presentará, brevemente, la realidad histórica y física de sus espacios, además de hacerse algunas referencias a los usuarios de las plazas Raul Soares y Liberdade.

3. LA PLAZA BRASILEÑA Y SUS PROTAGONISTAS / A PRAÇA BRASILEIRA E SEUS PROTAGONISTAS

En esta sección, se presentan las plazas como el fruto de un conjunto de valores estéticos en el marco del urbanismo, y las perspectivas y contribuciones de la ingeniería, de la arquitectura y del paisajismo en la elaboración de espacios públicos relevantes, como las plazas ubicadas en los grandes centros. En este contexto, cabe destacar la labor de algunos profesionales, que trajeron notoriedad a Brasil gracias al desarrollo y ejecución de proyectos de zonas de uso colectivo, como son plazas, parques y edificios de la Administración pública.

En este sentido, la plaza se muestra como un espacio libre y permisivo en lo que respecta a la manifestación de los cuerpos y de las sexualidades, en el que se da la oportunidad de actuar desde la igualdad de géneros y sin patrones directamente predeterminados. Hay una condición común en todas las plazas que circundan la realidad conceptual de los derechos humanos: la libertad.

Al recurrir al diccionario para buscar el significado de plaza (Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, 1999), se nos presenta una amplia variedad de opciones que van más allá de la idea que aquí se plantea. Ciñéndonos al objeto que constituye el marco de este estudio doctoral, la plaza debe ser considerada como un espacio público, destinado a la visita y ocupación de todas las personas que se interesen en aquel espacio.

Por tanto, se entiende que la variedad de posibilidades que existen en las plazas - en sus manifestaciones, sus reglas, sus variados usos y significados en la ciudad -, así como la personalidad de sus usuarios y sus descripciones, que serán detalladas más adelante, representan los factores relevantes que recoge esta investigación.

3.1. El inicio de todo: colonización brasileña y mezcla de pueblos / *O início de tudo: colonização brasileira e mistura de povos*

Brasil es un país mundialmente conocido por su gran diversidad en varias esferas. Esta diversidad no se aplica solo a su situación territorial - las bellezas naturales, los éxitos deportivos o la riqueza cultural -, sino especialmente a su pueblo, repleto de colores, sonidos, historias y movimientos.

En muchos aspectos, Brasil se muestra como un país privilegiado por su pluralidad cultural, social, natural, étnica y por sus regionalismos. Hay también riqueza en la multitud de formas de vida que habitan sus bosques, campos, lagos, ríos y mares, y se suman a esta diversidad las relaciones entre los diferentes acentos, formas de vida y medios de existencia de sus pueblos. Pero en otros ámbitos, como en la situación política actual, al ser muy joven, presenta limitaciones y atrasos.

El país es de dimensiones continentales en paisajes y ecosistemas: de la mata atlántica a la selva amazónica, de la *caatinga* al *pantanal*, de los campos al cerrado, de las obras de Tarsila do Amaral a los poemas de Vinícius de Moraes. Esta diversidad de ecosistemas, artes, colores y formas de existir, junto al hecho de que alberga la última gran mancha continua de bosque tropical del mundo, el bosque amazónico, confiere al país el título de campeón en materia de biodiversidad.

Esta diversidad también la encontramos en las plazas del país. En algunos municipios de Brasil, estas son mucho más que simples espacios. Son verdaderos puntos de encuentro, que sirven de escenario para eventos notables, manifestaciones políticas y cuentan buena parte de la historia de las incontables regiones del país. De hecho, muchas de las plazas del país se convirtieron en puntos turísticos simbólicos de la ciudad, como visado alrededor del mundo.

En ciudades históricas, como Salvador y Rio de Janeiro, las plazas representan el inicio del crecimiento de las metrópolis actuales. Hoy, estas ciudades conservan construcciones centenarias, son reverenciadas por turistas y albergan buena parte de los eventos de la ciudad. En ciudades más modernas, como Brasília y São Paulo, la fascinación por las plazas es similar, y sirven como lugar de paso en el desenfadado tránsito diario de los grandes centros comerciales. En este sentido, la identidad de una

plaza se constituye a partir de su historia, de su diseño arquitectónico, de sus representaciones en la sociedad y de los contextos económicos, culturales y políticos, así como de un sinnúmero de elementos que las hacen singulares.

La integración entre forma y estética y la apropiación de estos factores es lo que permite que las plazas se puedan entender como espacios donde se crean símbolos, recuerdos y representaciones de la ciudad y donde se refuerza la identidad de sus individuos. Esta es una concepción que aparece muy claramente en la primera parte de este trabajo, ya que las plazas están estrechamente relacionadas con la mentalidad de cada individuo, por lo que representan también sus contextos sociales y su manera de vivir en lo colectivo y en lo privado.

Así, se puede entender que es necesario que haya ciudad para que exista la plaza, pues, ya desde la antigüedad, las ciudades se formaban a partir de sus espacios de convivencia, de sus plazas, denominadas *ágoras* en la época, como se ha discutido en el primer capítulo. Para comprender esta dimensión de la plaza, Camillo Sitte (1992, p. 254) dice:

En la edad media (...) esas plazas ricamente adornadas eran el orgullo y la alegría de toda ciudad independiente, en el que se concentraba el movimiento, tenían lugar las fiestas públicas, se organizaban las exhibiciones, se celebraban las ceremonias oficiales, se anunciaban las leyes y se realizaba todo tipo de eventos semejantes. De acuerdo con el tamaño de cada comunidad o su tipo de administración, servían a esas necesidades prácticas dos o tres de las plazas principales, raramente una sola, pues las plazas también eran una manifestación de la diferencia entre autoridad secular y eclesiástica, distinción que en la antigüedad no se da de la misma manera.

Camillo Sitte habla del contexto europeo, gran punto de referencia para las plazas de Brasil desde su inicio, en el momento de la colonización. Un ejemplo es la primera plaza en Brasil, conocida como plaza de la Parada, donde tenían lugar los desfiles militares. Hoy en día llamada plaza Tomé de Souza, es considerada la cuna de la civilización brasileña, pues fue la primera plaza oficial de Salvador, donde el primer gobernador general de Brasil, cuando era colonia, Tomé de Souza, en 1549, decidió agrupar todos los edificios públicos.

De este modo, la plaza Tomé de Souza fue el primer espacio creado con la finalidad de concentrar los edificios de la Administración pública en un mismo punto en

el país. Estos edificios fueron construidos a lo largo de la plaza en el siglo XVI por el maestro de pedrería Luís Dias y tenían las paredes cubiertas de paja.

La plaza Tomé de Souza (Imagen 3, 2020) es, históricamente, la más importante de Brasil. A partir de este momento, la América lusitana fue gobernada desde este punto durante más de dos siglos. La plaza alberga la sede del Ayuntamiento de Salvador, el palacio Rio Branco y el acceso al elevador Lacerda. En el pasado, abrigó también la primera casa de la moneda de Brasil, la biblioteca pública y la prensa oficial de Bahia - tiene una hermosa vista de la bahía de Todos los Santos. La plaza fue construida en 1549, año de la fundación de la primera ciudad y primera capital de Brasil.



Imagen 03: Plaza Tomé de Souza, Salvador - Bahia. La primera plaza instalada en Brasil, en el año 1549. Fotografía de Wagner Francis (2020).

En 1912, el antiguo palacio de gobierno fue parcialmente destruido en el bombardeo de Salvador, promovido por el truculento presidente Hermes da Fonseca. El palacio abrigaba, en el ala derecha, la primera biblioteca pública de Brasil, que se incendió en el bombardeo mediante granadas. Fue una pérdida histórica incalculable para el país, en la que se perdieron documentos muy valiosos (Roberto Lobato CORRÊA, 1989).

La plaza Tomé de Souza fue el centro administrativo de Bahia hasta 1970, cuando un nuevo y moderno centro administrativo fue construido, con acceso desde la avenida Paralela.

Por tanto, estos espacios se apropian de códigos de pertenencia: de pertenencia a la ciudad, de ser ciudadano, de ocupar naturalmente los lugares de reunión, de compartir el culto, de participar en las asambleas, de acompañar las festividades, de participar en las procesiones, etc. La plaza simbolizaba, en este período, la propia ciudad y sus elementos vivos. Era en ese espacio que se desarrollaban las actividades cotidianas.

La población de Brasil está compuesta esencialmente de tres grupos étnicos principales: la población indígena, la población blanca y la población negra. Los indígenas son los habitantes nativos del país; el grupo de población blanca es, inicialmente, herencia de los portugueses, que fueron los primeros colonizadores de Brasil, y los afroamericanos fueron llevados al país como esclavos para trabajar. En los



dos escenarios ilustrados en mapas más adelante, se presentan perspectivas diferentes de la territorialidad de las zonas en que se centra este estudio.

El primer mapa (Imagen 4, 2019) representa la situación territorial de Minas Gerais dentro de Brasil. El segundo (Imagen 5, 2019) representa la situación de Belo Horizonte en el contexto de Minas Gerais.

Imagen 4: Mapa representado Brasil. En el color naranja, en la parte inferior, el estado de Minas Gerais, 2019.

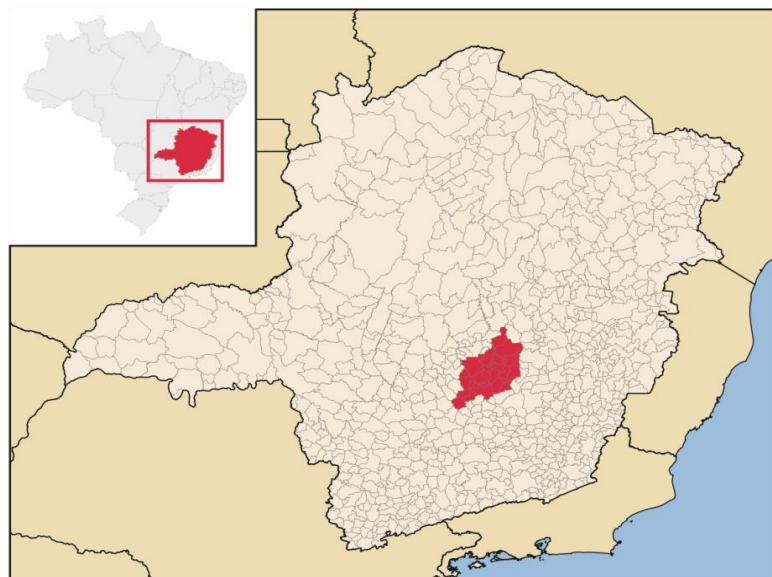


Imagen 5: Mapa de Minas Gerais. En la parte en rojo está representada la ciudad de Belo Horizonte y su región metropolitana, 2019.

3.1.1. Indígenas: los primeros brasileños / *Indígenas: os primeiros brasileiros*

La presencia de los indios en el territorio brasileño ya se daba tiempo antes del proceso de ocupación de los exploradores europeos en tierras brasileñas. De acuerdo con los datos recogidos en algunas estimaciones de la Fundación Nacional del Indio, el número de habitantes de la población indígena brasileña oscilaba entre los tres y cinco millones en el año 1500, año de la llegada de los portugueses a Brasil. Dentro de esta vasta población, distinguimos entre diferentes etnias heterogéneas, entre las cuales podemos citar a los xavantes, caraíbas, tupíes, jês y guaraníes.

En general, el acceso a la información sobre estas poblaciones sigue siendo bastante restringido. La falta de fuentes escritas y el propio proceso de decadencia de estas culturas, dada la llegada de los colonizadores y la introducción de nuevos valores culturales a través de los europeos, acabaron limitando las posibilidades de estudiarlas (Rainer Gonçalves SOUSA, 2018). Estas constataciones están presentes en el *hall* de discusiones de los políticos de Brasil, que buscan, por vías diferentes, garantizar derechos a los indígenas y preservar su historia, aunque hay quienes no quieren que estos problemas formen parte de la agenda de las políticas públicas actuales.

Históricamente, el mayor contacto entre indios y europeos tuvo lugar en las franjas costeras del territorio brasileño, donde predominaban los pueblos indígenas pertenecientes al grupo tupí-guaraní. Dejando a un lado las diferentes generalizaciones sobre este grupo, hay relatos del siglo XVI que explican algunos de sus hábitos. De acuerdo con estos registros, los pueblos tupí-guaraníes se concentraban en aldeas de entre 500 y 750 habitantes. Estas aldeas eran temporales y todo su contingente se dividía entre 6 y 10 casas: cada una de ellas podía variar de tamaño y longitud de acuerdo con las necesidades materiales y culturales de la aldea. Para buscar sustento, los tupís se valían de la recolección, de la caza, de la pesca y, en algunos casos, de las actividades agrícolas (Rainer Gonçalves SOUSA, 2018).

Desde el punto de vista político, estas comunidades no contaban con ningún tipo de organización estatal o jerarquía política que pudiera distinguir a sus integrantes. A pesar de ello, no se puede ignorar que algunos guerreros y jefes espirituales eran valorados

por sus habilidades. Muchas veces, diferentes tribus mantenían contacto entre sí en busca del estrechamiento de lazos culturales o por la proximidad de la lengua hablada.

La realización de las tareas cotidianas podía variar según el género y la edad de los integrantes de la aldea. A grandes rasgos, las mujeres tenían la obligación de ejercer las actividades agrícolas, fabricar piezas artesanales, procesar los alimentos y cuidar de los menores. Los hombres, por su parte, debían dedicarse a la preparación de las tierras y a las actividades de caza y pesca. Siguiendo un modelo diferente de organización familiar, los indígenas organizaban bodas en que, en algunas situaciones, la poligamia era aceptada.

En el campo religioso, algunos de estos pueblos creían en la existencia de los espíritus sagrados, en la reencarnación de sus antepasados y en la deificación de los fenómenos naturales. Este conjunto de creencias podía servir para explicar el origen del mundo o algún evento significativo.

En algunos casos, los indígenas practicaban la antropofagia como un importante ritual en que los guerreros de la tribu absorbían la fuerza y las habilidades de los enemigos capturados. Estas prácticas tenían lugar en el centro de sus abrigos, flanqueados por las casas, del mismo modo en que las plazas estaban rodeadas por los edificios (Rainer Gonçalves SOUSA, 2018).

A lo largo de la historia, la situación de los indígenas se movió entre escenarios de abandono, persecución y miseria. Hasta mediados de la segunda mitad del siglo XX, algunos expertos en el tema creían que los indígenas desaparecerían, tanto por la llegada de la población de otras culturas como por la falta de políticas para la preservación de las tribus.

En la actualidad, con una población estipulada de aproximadamente un millón de individuos, los indígenas todavía buscan el reconocimiento directo del Estado y siguen teniendo grandes obstáculos en el ejercicio de su autonomía. La Fundación Nacional del Indio (FUNAI) se dedica específicamente a esta causa.

La FUNAI pretende ser una entidad indigenista oficial del estado brasileño. Fue creada por la Ley 5.371, de 5 de diciembre de 1967. Es una organización gubernamental y está vinculada al Ministerio de Justicia. Su principal misión es coordinar y ejecutar las políticas indigenistas del Gobierno federal protegiendo y promoviendo los derechos de

los pueblos indígenas en todo el territorio brasileño. También son atribuciones de la institución identificar, delimitar, demarcar, regularizar y registrar las tierras ocupadas por los pueblos indígenas, promoviendo políticas dirigidas a su desarrollo sostenible y reduciendo posibles impactos ambientales promovidos por agentes externos (BRASIL, 1967).

Otro objetivo de la FUNAI es fomentar el acceso diferenciado de los indígenas a los derechos sociales y de ciudadanía, como el derecho a la Seguridad Social y a la educación escolar de sus miembros. Desgraciadamente, estas políticas dedicadas a la valorización de la cultura indígena en el país solo se hicieron efectivas después de los años sesenta, siglos después del período de colonización.

Para el indio, no había sentido vuelvas a la colonización cuando ya estás discutiendo el rol de la FUNAI en acumular esos bienes, una vez que podían suplir su curiosidad, se negaban a trabajar, y por consecuencia de la inconstancia del troque, se volvían esclavos.

3.1.2. La llegada de los portugueses a territorio brasileño / *A chegada dos portugueses em território brasileiro*

La llegada de los portugueses a Brasil, que tuvo lugar en el año 1500, se sitúa en el contexto de los grandes viajes y descubrimientos marítimos de los siglos XV y XVI, que tuvo como protagonistas Portugal y España, las naciones más poderosas y con más recursos para este tipo de expediciones en ese momento histórico. Así, se lanzaron al mar en busca de nuevas tierras con un único objetivo exploratorio.

A principios del año 1500, el rey don Manuel organizó en su momento la más grande y equipada expedición con destino a las Indias, bajo el mando de Pedro Alvares Cabral, un noble portugués de 32 años de edad y sin gran experiencia marítima, pero con mucho prestigio entre los demás portugueses que trabajaban en las prácticas marítimas para operaciones de desmonte.

Comandada por el equipo de Cabral, la flota dejó Lisboa el 9 de marzo de 1500, con diez naves y tres carabelas de una tripulación de unos 1.500 hombres. Entre ellos había navegadores experimentados, como Bartolomeu Dias, que ya había conseguido llegar al cabo de la Buena Esperanza, y Gaspar de Lemos. La tripulación también constaba de geógrafos, cartógrafos, sacerdotes, soldados, intérpretes y comerciantes, que, en la mayoría de los casos, buscaban reconocimiento en sus profesiones y oportunidades de crecimiento personal (Lilia SCHWARCZ & Heloisa STARLING, 2015).

Temprano en el viaje, después de haber salido del río Tajo (Portugal), la flota perdió una nave de suministros, comandada por Vasco de Athayde. En el norte de África, la escuadra de Cabral se desvió hacia occidente, alejándose de la costa africana y de la ruta conocida a las Indias. Así, después de 43 días de viaje, el 21 de abril, al final de la tarde, avistaron algas marinas y aves acuáticas, una señal de que había tierra cerca.

Al día siguiente, el 22 de abril, los marineros divisaron un monte alto y redondeado, que fue nombrado por estos navegantes Monte Pascoal, ya que estaban, según la religión católica, en plena semana de Pascua. La tierra fue bautizada con el nombre de Isla de Vera Cruz, pues inicialmente creían que se trataba de una isla.

Anclaron los barcos en un refugio seguro, que fue llamado Porto Seguro, y allí permanecieron por diez días. Más adelante, cambiaron el nombre a Tierra de Santa Cruz y, a partir de, aproximadamente, el año 1503, se empezó a utilizar el nombre de Brasil, debido a la gran cantidad de un árbol llamado *pau-brasil*, existente en el territorio brasileño y muy explotado en todo el país.

La carta de Pêro Vaz de Caminha, el escriba de la flota, al rey de Portugal, revela en detalle los primeros diez días de los portugueses en suelo brasileño, y describe la belleza del lugar y sus impresiones sobre los nativos (Mario CHAMIE, 2002). La carta de Caminha es considerada un documento histórico de gran valor sobre el viaje de Cabral a Brasil. Estuvo desaparecida durante más de tres siglos y solo se encontró en 1817 en Torre do Tombo, en Lisboa.

En ese mismo año, la carta fue publicada por el padre Manuel Aires Casal en el libro *Corografía Brasílica* (1817). Se considera como un verdadero certificado del nacimiento de Brasil, por tratarse del primer registro en lengua escrita sobre las primeras impresiones del país después de la llegada de los colonizadores.

Esta carta describe el viaje y hace un relato preciso de los nueve días iniciales en que la flota permaneció en la nueva tierra, hasta entonces desconocida para los europeos. Observa las características físicas y, especialmente, cómo se comportaban los indígenas entre ellos y con los portugueses. También presenta una descripción precisa de la tierra que permite identificar el lugar donde desembarcó Cabral, y describe datos del clima, de la vegetación, de la hidrografía y del relieve.

Otros dos documentos informan de la llegada de los portugueses a Brasil además de la carta de Caminha: el Registro de armado, la carta del maestro João Faras y el informe del piloto anónimo (Eduardo BUENO, 2006).

Volviendo a la llegada de los europeos a Brasil, el desembarque tuvo lugar el 23 de abril, un jueves. Por la mañana, Nicolau Coelho, navegador de mucha experiencia, fue con un bote hasta la playa, donde hizo el primer contacto con dieciocho nativos de la tribu de los tupiniquines. Al día siguiente, la flota levó el ancla en busca de un puerto mejor, que fue encontrado 70 km más al norte. El 25 de abril hubo un nuevo contacto: los navegantes Bartolomeu Dias y Nicolau Coelho y el escribano, Pero Vaz de Caminha,

desembarcaron en la playa e intercambiaron regalos con los indígenas que habitaban la región.

Estos indígenas eran tupiniquines, un grupo nativo cuya lengua pertenece a la familia lingüística tupí-guaraní, del tronco tupí. En el siglo XVI, habitaban la costa del Espíritu Santo y del sur de Bahía.



Imagen 06: Reproducción del cuadro *La primera misa en Brasil*, de Víctor Meirelles, 1861.

El domingo 26 de abril, el capellán mayor de la escuadra, el fray Henrique de Coimbra, celebró la primera misa en tierra, en un lugar hoy conocido como Ilhéu de la Corona Roja. Algunos indígenas curiosos participaron en la ceremonia. Este acontecimiento es reproducido en la obra *La primera misa en Brasil*.

El cuadro es una composición al óleo sobre tela que se enmarca en el género de pintura histórica. Es considerada la primera gran obra del pintor brasileño Victor Meirelles. El lienzo se pintó entre 1859 y 1861 en París, durante el período en que el artista vivió en Europa. Con una superficie de 9 metros cuadrados, el cuadro está inspirado en la carta escrita por Pero Vaz de Caminha al rey de Portugal, que describe la primera misa celebrada en el país.

El estilo artístico de Meirelles está influenciado por patrones estéticos europeos que buscan la creación de figuras heroicas y la exaltación de la naturaleza. El carácter estético de la obra se relaciona con el momento de reafirmación del Estado nacional y de la constitución de la identidad brasileña también en las artes visuales.

Este cuadro se convirtió en una de las pinturas más populares y reconocidas del país y fue expuesta en el Salón Oficial de París en 1861. Fue la primera obra de un artista brasileño que formó parte de una exhibición internacional de relevancia. El cuadro también confirió a Meirelles el título de caballero imperial de la Orden de la Rosa y el cargo de profesor honorario de la Academia de Bellas Artes.

Retomando la línea histórica, el 27 de abril, Diogo Dias, uno de los capitanes de la flota, y dos tripulantes visitaron una aldea tupiniquina, pero los indígenas no les permitieron pasar la noche, ya que desconocían sus intenciones y también percibían que sus hábitos eran bastante distintos de los suyos.

El martes 28 de abril, los portugueses cortaron leña, lavaron sus vestidos y construyeron una gran cruz. El miércoles 29 de abril, la tripulación se encargó de vaciar el barco de comestibles y volvió a Portugal con la noticia del hallazgo. El jueves 30 de abril desembarcaron Pedro Alvares Cabral y sus capitanes. Fueron recibidos por cerca de 400 tupiniquines (Janaína AMADO & Ledonias Franco GARCIA, 1998).

El 1 de mayo se celebró la segunda misa en Brasil y, para tomar posesión de la tierra, el comandante mandó clavar una gran cruz de madera. El día 2 de mayo, Cabral partió hacia las Indias, a fin de establecer tratados de comercio con los pueblos de Oriente. Antes de salir, sin embargo, ordenó al explorador Gaspar Lemos que volviera a Portugal trayendo noticias de Brasil. El escribano, Pero Vaz de Caminha, fue el encargado de escribir la famosa carta relatando, de forma detallada, como se ha descrito anteriormente, los hechos que ocurrieron.

El descubrimiento de tierras brasileñas por el portugués, en contra de lo que dicen muchos informes problemáticos del año 1500, no fue una casualidad. La mayoría de los historiadores coinciden en que el alejamiento de la escuadra de Cabral de la costa africana fue intencional (José Jobson de ANDRADE ARRUDA, 1997).

Después de años de investigaciones, en la mitad del siglo XIX, el historiador Joaquim Norberto de Souza e Silva resolvió la cuestión de la intencionalidad del viaje

presentando pruebas al respecto. Su teoría es la más aceptada hoy en día. Según el autor, la flota de Cabral tenía dos objetivos: la incorporación oficial de Brasil a la corona portuguesa y establecer relaciones políticas y comerciales en las Indias (José Jobson de ANDRADE ARRUDA, 1997).

Un hecho importante que apunta hacia esta suposición es que los portugueses eran demasiado hábiles en el arte de la navegación como para errar en la proporción geográfica de la dirección de la marcha. Además, contaban con navegantes experimentados, como Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho y Duarte Pacheco. El requisito establecido en el tratado de Tordesillas, que reemplazaba la bula *Inter Coetera*, también supone un fuerte indicio de que Portugal ya sabía de la existencia de tierra habitada al oeste de África (Eduardo BUENO, 2006).

Por tanto, Portugal adoptó una política de secretismo - para así evitar la competencia de otros países, sobre todo de España - con la intención de consolidar sus conquistas africanas y asiáticas y luego invertir el capital en la colonización de Brasil.

3.1.3. África en Brasil: la llegada de los africanos a tierras brasileñas / *África no Brasil: a chegadas dos africanos em terras brasileiras*

La llegada de los africanos a Brasil está directamente relacionada con la mano de obra empleada por los portugueses en las colonias. Para obtener rentabilidad y dada la escasez de población, la corona portuguesa recurrió al trabajo esclavo, una actividad común en el momento de la colonización de Brasil.

Ante la falta de mano de obra para la explotación económica de un territorio de tan inmensa extensión como Brasil, y con la negativa característica de los indígenas a realizar un trabajo formal, fue necesario buscar otras opciones. En un primer momento, los portugueses intentaron usar a los nativos del país para tal fin, pero el intento fracasó.

Como esa tentativa fue fugaz y no prosperó, a partir de 1550 la idea de mano de obra indígena fue sustituida por la africana. Económicamente era más favorable para los portugueses, ya que el uso del esclavo africano permitió mayores beneficios a la Corona, que salió ganando con el comercio de esclavos de África.

En el siglo XV, los colonizadores portugueses, incansables, también se apoderaron de la costa de África. Con el apoyo de algunos jefes tribales, capturaron y secuestraron hombres, mujeres y niños para que trabajaran como esclavos. El comercio de personas se hacía en forma de intercambio - seres humanos a cambio de armas, pólvora, tejidos, espejos, aguardiente y humo.

El éxito obtenido con el trabajo de los africanos en la producción de azúcar en Santo Tomé y la isla de Madeira, también de dominio portugués, hizo que consideraran esta opción como la más rentable. Los largos viajes, la mezcla de tribus y el temor a maltratos constantes contribuyeron a subyugar a los negros en el trabajo forzado.

De los siglos XVI al XIX, se trajeron de entre 4 a 5 millones de africanos (aunque existen razones históricas para afirmar que el número pudo haber sido superior). El sistema de esclavitud que se estableció en tierras brasileñas entre los siglos XVI y XIX fue una forma de explotación de la fuerza de trabajo de hombres y mujeres africanos, que se sostenía en el tráfico negrero proveniente del océano Atlántico.



Imagen 07: Interior de un buque negrero, pintura del artista alemán Johann Moritz Rugendas (Pintura alrededor del año 1830).

El proceso de captura y encarcelamiento en África, seguido por la travesía por el océano y la llegada a suelo brasileño era complejo y agotador para la corona portuguesa. El flujo de africanos de diversas partes del continente fue tan grande que los individuos esclavizados llegaron a componer el 75 % de la población en algunos lugares como las ciudades del estado de Bahía, por ejemplo.

Las condiciones de la esclavitud en Brasil hacían que la supervivencia de los esclavos fuese difícil. Las muertes eran constantes y la tasa de natalidad muy baja, debido a la poca importancia que se daba a la reproducción y, también, a la exhaustiva carga de trabajo a la que eran sometidos.

Es importante señalar que, con la llegada de los portugueses a la costa atlántica del sur del Sáhara en el siglo XV, las formas de comercio se modificaron y el uso de la violencia se convirtió en práctica común. Cerca de 4,9 millones de africanos fueron llevados a Brasil. Las plantaciones y los monopolios eran la base de la agricultura esclavista y garantizaron que la esclavitud fuera un negocio lucrativo para los europeos.

El proceso de esclavización comenzaba en el continente africano con el encarcelamiento de los esclavos por los traficantes; le seguía un largo viaje por el interior de África hasta llegar a la costa atlántica, viaje que obligaba a los cautivos a recorrer un largo camino hacia los puertos. Muchos de ellos caían víctimas de enfermedades o del agotamiento físico. Los que conseguían llegar a los puertos podían esperar un largo tiempo hasta que los buques negros tuvieran un cargamento suficientemente lucrativo para hacer la travesía del Atlántico.

La travesía de los africanos embarcados en los barcos negreros estaba caracterizada por la violencia y por condiciones insalubres. Antes de embarcar a los hombres y mujeres cautivos les marcaban con un hierro - en la espalda o en el pecho - como señal de identificación del traficante a que pertenecían. Un solo barco cargaba cautivos procedentes de diversos traficantes y lugares de origen. Los señores preferían juntar trabajadores de etnias y culturas diferentes, pues dificultaba la comunicación y prevenía la formación de rebeliones y motines (Eduardo BUENO, 2006).

Entre los siglos XVI y XVIII, las carabelas portuguesas tenían la capacidad de transportar unos 500 presos por cada viaje. Más adelante, los buques de vapor permitirían el transporte de aproximadamente 350 esclavos, ya en el siglo XIX, momento en el que, poco a poco, la esclavitud se fue aboliendo en diversas naciones del mundo, siguiendo el proceso iniciado en Inglaterra.

Los viajes en barco tenían como dieta básica el aceite y el maíz y, debido a esta alimentación pobre en vitaminas, especialmente en vitamina C, muchos esclavos llegaban con escorbuto, enfermedad bastante común en este contexto histórico. El trayecto finalizaba con la llegada del navío a puertos brasileños, tales como el de Recife, Salvador, Río de Janeiro, Fortaleza, São Luís y Belém (Lilia SCHWARCZ & Heloisa STARLING, 2015).

Los principales puertos en la época eran los de las ciudades de Salvador y Recife, pero, tras el descubrimiento de oro en la región de Minas Gerais y su intensa explotación, el puerto situado en la ciudad de Río de Janeiro ganó relieve y pasó a recibir un número cada vez mayor de cautivos.

La llegada a Brasil de los buques estaba marcada, inicialmente, por la burocracia. Los negros eran posteriormente enviados a los lugares donde se hacían las subastas de esclavos, que podía ser la misma aduana o los almacenes cercanos a las zonas portuarias.

Como llegaban bastante debilitados a causa de enfermedades y heridas en la piel, y con gusanos, escorbuto y poco peso, era preciso valorar la “mercancía” y asegurarse de que, para la venta, los cautivos estuvieran limpios, con los cabellos cortados y las barbas afeitadas, y con la piel untada en aceite. En este momento del proceso, recibían una alimentación más completa con el fin de mejorar su aspecto. Para ocultar su apariencia depresiva - la llamada *banzo* - causada por la explotación e inmigración forzada, los cautivos recibían productos estimulantes, como el tabaco.

Además de la venta *in loco*, los esclavizados se anunciaban en los periódicos. Al buscar los periódicos de esta época, es fácil de encontrar este tipo de anuncios. Eran puestos a la venta de acuerdo con su género, edad y etnia, habiendo una preferencia por los hombres adultos, que eran los más caros. La venta tenía garantías: por ejemplo, si el cautivo presentaba alguna enfermedad o debilidad física en los quince días consecutivos a la venta, podía ser devuelto (Eduardo BUENO, 2006).

Había una distinción entre los cautivos domésticos y los cautivos del campo. Los destinados a las casas grandes vivían más cerca de los señores y conocían a fondo su vida cotidiana. Eso conllevó una delimitación evidente en las casas entre las áreas sociales y las de servicio, presente hoy en día en los ascensores de edificios que, del mismo modo, separan la zona social de la de servicio, y que sirve para distinguir los lugares sociales de patrones y de empleados. Es así como se perciben los espacios públicos, y por qué no decir las plazas, donde muchas veces se segregan determinados grupos. Por otro lado, los esclavos destinados al trabajo en el campo llevaban una vida más sacrificada, aunque ambas formas de trabajo fueran forzadas y de carácter explotador. La esclavitud fue, definitivamente, un proceso de extrema violencia que, probablemente, no tenga parangón en la historia mundial de la humanidad.

Uno de los motivos que se alegaban para justificar esta práctica era que el monocultivo necesitaba un gran número de trabajadores, por lo que la única posibilidad que tenían era someter a los esclavos a una rutina de trabajo difícil y pesada, sin beneficios para los cautivos. Era una fuerza de trabajo de la producción latifundista. Las tareas que

llevaban a cabo los esclavos eran intensas, y su ejercicio diario en las fábricas, las haciendas o las minas ya suponía una violencia impactante.

En tierras brasileñas los esclavos se destinaron a trabajar en latifundios de cañas de azúcar, minas de oro y diamantes, en granjas de café o dentro del ámbito doméstico a lo largo de los siglos XVI, XVII, XVIII y XIX. El comercio de hombres y mujeres africanos ocasionó la muerte y el sufrimiento de millones de personas (Lilia SCHWARCZ & Heloisa STARLING, 2015).

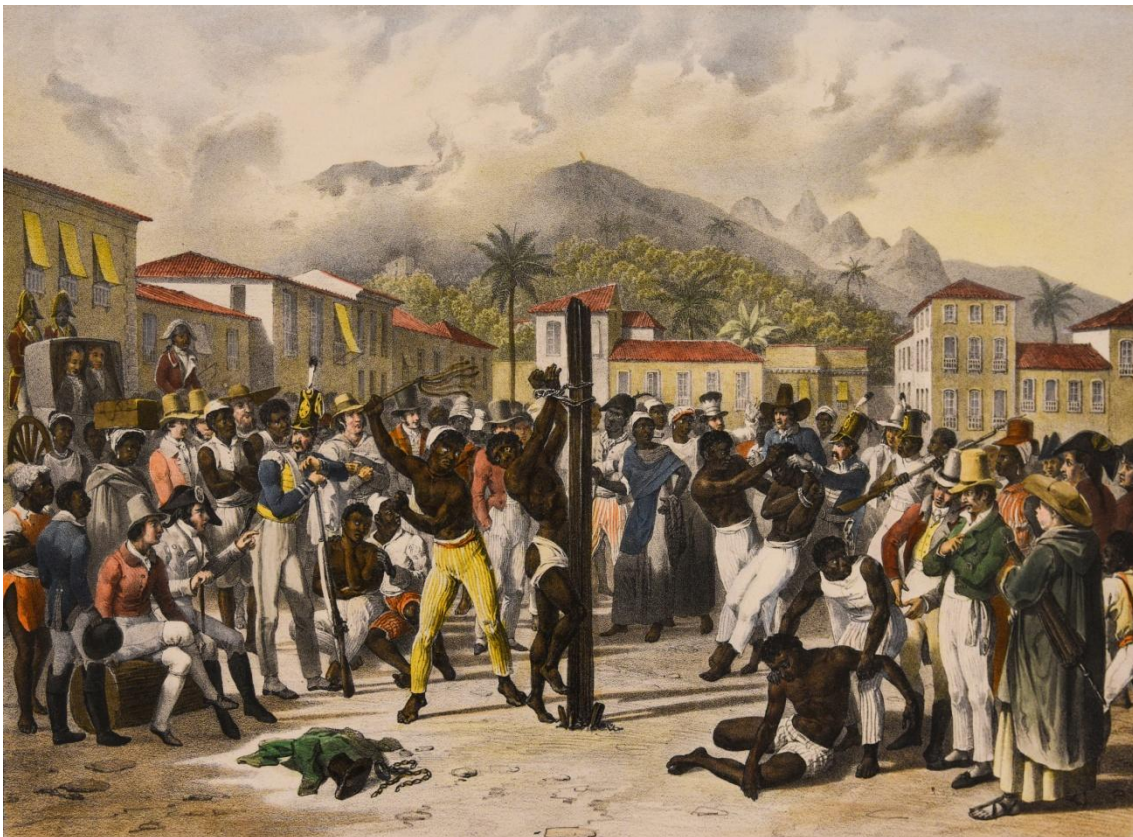


Imagen 08: Esclavo siendo azotado en público. Pintura de Johann Moritz Rugendas, 1835.

A lo largo de todo el proceso de esclavitud, las personas esclavizadas se asombraban de la aplicación de los castigos físicos y de las sanciones públicas. Varias medidas usadas en los esclavos pueden ser consideradas como formas de degradación: el tronco, el azote, las humillaciones, el uso de ganchos en el cuello o las cadenas atadas al suelo que representaban la violencia a que eran sometidos los cautivos. La esclavitud de este momento histórico se define, así, como un sistema que solo funcionaba con la presencia de la violencia.

Es necesario destacar el papel importante de las revueltas y de las rebeliones, formas de resistencia a la explotación impuesta, como es la aparición de los quilombos - espacios de refugio para los esclavos que huían de sus lugares de explotación, como es el caso de Palmares - y la práctica de las diversas tácticas para huir de la violencia injusta. Los hombres y las mujeres cautivos no se mantuvieron pasivos frente al sistema a que fueron sometidos, reaccionando de las más variadas formas (Eduardo BUENO, 2006).

3.1.4. Entre tres realidades: un nuevo pueblo brasileño y sus intervenciones en las plazas / *Entre três realidades: um novo povo brasileiro e suas intervenções nas praças*

En el contexto de las relaciones entre europeos y indígenas, los portugueses primero y, a continuación, los españoles, italianos y los habitantes de otros países de África crearán el mestizaje de la población de Brasil. Este proceso involucra al *mulato* (blanco + negro), el *caboclo* o *mameluco* (blanco + indio), y el *cafuzo* (indio + negro). El aumento del mestizaje dio lugar a los innumerables tipos que hoy componen la población del Brasil. Esta diversidad es una rica relación con lo que esa investigación se presenta al campo de las acciones que los brasileños hacen en los espacios públicos, a destaque de las plazas.

La composición étnica de los brasileños es un factor importante para comprender la diversidad de sus pueblos y así, entender las variadas posibilidades que se presentan a la hora de analizar cada una de las esferas de este país, y, específicamente en este estudio, la presencia de los individuos en las plazas del estado de Minas Gerais y de la ciudad de Belo Horizonte. Si este estudio se centrara en el norte o en el sur del país, donde actualmente la diversidad étnica presenta una composición distinta, se obtendrían resultados diferentes. Brasil es plural, igual que su población.

Es siempre importante resaltar que en los estados brasileños no hay homogeneidad étnica, sino que predominan varios grupos. La distribución de los principales grupos étnicos por el territorio nacional es una consecuencia del poblamiento de las regiones del país a lo largo de su historia.

La región sur tuvo a los europeos como principales ocupantes del territorio; en la Amazonia, por su parte, predominan los descendientes indígenas, mientras que la mayoría de los afrodescendientes se encuentra en el nordeste brasileño. Sin embargo, existe una gran diversidad incluso en esas regiones, pues, además del mestizaje, hay un gran flujo migratorio entre estas zonas de Brasil.

En esta gran posibilidad de diversidad, muchas características particulares que existen en las plazas del país, en la constante mutación entre lo bello y oscuro, claramente se muestran como un lado no aparente, sino como un relevante problema social

diagnosticado en el mundo actual. Mucha de esta diversidad se encuentra al margen de las políticas públicas y de los intereses de la organización de la ciudad. Es importante comprender que, aunque la plaza tenga el potencial de incluir a todas las personas, no todas tienen las mismas oportunidades de utilizar este espacio público de forma cualitativa (Benedetto GRAVAGNUOLO, 1998).

Se puede mencionar que existen incontables estudios académicos en este ámbito sobre los espacios públicos de ocio, ya citados, que señalan la problemática de la violencia en las plazas, la falta de posibilidades de sociabilidad en ellas, el descuido público y el peligro que algunos de estos espacios concentran. Se resalta aquí que este tipo de datos llaman poco la atención popular y la de los gobernantes de las ciudades. En resumen, es importante mencionar que, a veces, algunos de estos estudios quedan fuera del ámbito de conocimiento de estos dos grupos, ya sea por desinterés o por descuido.

Por tanto, mientras que la misma plaza, por un lado, permite múltiples usos por su riqueza cultural, convirtiéndose en un espacio dedicado al arte, el saber y el ocio, por otro, también se muestra como un espacio de rivalidad entre grupos marginados, entre individuos con intereses dispares y otros elementos que son invisibles frente a las políticas públicas de la ciudad. Luego, se puede afirmar que la plaza, más allá de ser un mecanismo de poder, es también un espacio de conflicto. La plaza, cuna de la cultura, trae consigo también el mercado de las drogas y del sexo, entre otros, que los sujetos no previeron cuando concibieron su idea del espacio.

Así, la plaza es un espacio privilegiado en sus diferentes perspectivas, y no puede ser concebida solo en su dimensión física y estática, en su forma, pues, de acuerdo con Nelson Saldanha (1993), su significado es social. En la plaza hay movimiento. Esto quiere decir que, desde una edad temprana, se enseña a los niños que las plazas son lugares de juego y convivencia, y esa noción se mantiene viva en la historia de las ciudades, lo que podemos asociar a lo que Henri Lefebvre (1974) llama *espacio vivido*, o sea, el espacio de la vida, donde la vida sucede; lo que está en movimiento.

Igualmente, la plaza es un espacio donde, cotidianamente, hay interacción social. Sin embargo, puede que las relaciones que se establezcan entre los usuarios de las plazas no sean armoniosas sino todo lo contrario: frecuentemente se crean relaciones conflictivas en que diversos intereses se ven amenazados, especialmente en lo referente a la distinción de los usos de la plaza y a la discriminación de unos individuos con respecto a otros, ya

que este espacio está inserido en un contexto urbano en el que también se expresan intereses divergentes. Este hecho se hará evidente en nuestro trabajo a través del análisis de los múltiples usos de las dos plazas investigadas.

En este estudio, la plaza en Brasil se muestra como un espacio donde los cuerpos se presentan con tanta naturalidad que, a menudo, los discursos verbales son innecesarios para que se perciban los objetivos e intereses humanos. Al vivir las plazas, los cuerpos no solo reflejan a través del lenguaje la sociedad urbana de su tiempo.

La ciudad puede ser entendida como el resultado de un proceso histórico de la acción de los sujetos en sus representaciones sociales. Los sujetos que actúan en las ciudades tienen capacidad - mediante su trabajo, el ejercicio de prácticas estéticas, las vivencias colectivas y las producciones sociales - de actuar sobre la naturaleza y transformarla. Por tanto, la ciudad es una composición humana (Ana Fani Alessandri CARLOS, 2008) y, de igual manera, podemos entender que la plaza es un componente añadido a este valor conceptual sobre lo humano.

Así, la plaza considerada como resultado de la acción humana se presenta de manera concreta, determinada, dinámica y con una realidad susceptible de ser transformada por sus usuarios. Para comprender esta realidad, es necesario reflexionar sobre las determinaciones existentes de la realidad objetiva para el desarrollo y transformación de los hechos. También es necesario comprender los hechos a partir de sus contradicciones en conjunto, donde ese todo depende de la estructuración del modo de producción existente y de las relaciones establecidas por los sujetos en estos espacios públicos.

Los tiempos cambian, y en Brasil las plazas empiezan a establecerse como puntos estratégicos de las ciudades para el encuentro de personas. Con el crecimiento de los grandes centros, el país pasa a recibir aún más inmigrantes y a ser un punto de referencia en la producción de varios bienes de exportación. También el comercio gana fuerza, en especial con la producción del café y azúcar, y con la agricultura en general (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

En este contexto, la plaza pasa a tener una representatividad comercial en estos grandes centros, dado que se convierte en un espacio para los negocios y para los encuentros entre mercaderes e interesados en adquirir productos. Hasta ese momento, la

arquitectura no contribuía directamente a que estas áreas fueran lo que son hoy: áreas estandarizadas y objetivadas para el ocio.

Hasta el siglo XVIII, las plazas las formaban grandes terrenos descampados, generalmente localizados en el centro de espacios muy poblados. El término *plaza*, refiriéndose al espacio en que actúa un determinado trabajador, tiene su origen en la práctica de vender productos y/o servicios en estos espacios.

Después de la independencia del país, en 1822, la preocupación por el bienestar de la sociedad y el avance en las políticas públicas beneficiosas para la población hacen que las plazas se abran a nuevas perspectivas de utilización (Murilo MARX, 1980). Así, la presencia de quioscos de música se hace más común y, en esta tendencia, la cultura se acerca cada vez más a estos ambientes. La relación de las plazas con la actividad artística también se vuelve más estrecha en el país, y las prácticas comerciales empiezan a trasladarse a otros espacios, prefiriéndose la plaza como zona de ocio.

El comercio más relevante que se mantiene en las plazas después de este cambio es la práctica de venta de productos que tengan relación directa con el ocio y el turismo, en forma de venta ambulante.

Los vendedores ambulantes son personas que trabajan, generalmente, de manera autónoma y ofrecen servicios relacionados con lo que los usuarios de ese espacio público van a utilizar. Es común encontrar personas vendiendo agua, alimentos dulces y salados, refrescos, productos artesanales y servicios artísticos a cambio de propinas.

Las propinas también son otro importante punto de referencia que se discutirá más adelante en el contexto de las plazas investigadas. En muchas plazas se ofrecen servicios que no tienen un valor fijo, es decir, que la determinación de cuánto se paga por este o aquel trabajo, o incluso de *si* se paga, depende del cliente que utilice el servicio.

De esta forma, se entiende que el origen de las plazas fue moldeado conforme a sus proyectos de desarrollo, que, inicialmente, respondían a las necesidades de ocio, previstas por aquellos profesionales que las idearon. Luego, se observa que su dinámica es alterada por la intervención de los trabajadores, autónomos o no, que tenían como objetivo establecer una base física para sus actividades laborales en la plaza (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

Los cambios se dan en los usos y en las formas de apropiación de las plazas a partir de las nuevas necesidades que pasan a dominar estos espacios. Así, la plaza no surge como lugar de trabajo, sino que se va transformando en este en perjuicio del ocio, del espacio de encuentro, de la conversación, de la contemplación y del paseo.

Estas transformaciones, sin embargo, están acompañadas por una gama de restricciones de uso, controlado en su naturaleza y funcionamiento por el ayuntamiento local, la policía, el vigilante, etc. Esta transformación de lugar de ocio a lugar de trabajo no significa una ruptura, sino la expresión de múltiples usos que aparecen en relación directa a las necesidades inherentes al propio desarrollo de la vida humana (José Horta NUNES, 2011).

No es cierto que esta condición de propiedad, que deriva en un acceso controlado, sea propia solo de una plaza, pues las plazas en general en la ciudad de Belo Horizonte, e incluso en otras ciudades, no son libres para todos los usos.

Luego surgen las grandes cuestiones: ¿quiénes son los usuarios de las plazas brasileñas?, ¿Quiénes son los usuarios de las plazas de Belo Horizonte? Ciertamente este es un planteamiento de imprecisión técnica y teórica para afirmación, sin embargo, a la luz de la investigación que aquí se presenta, se puede afirmar que la diversidad brasileña, y en especial la de Belo Horizonte, se manifiesta con fuerza en las plazas.

Desde esta perspectiva, surge la idea de que las diferentes maneras en que los sujetos usan en las plazas, son elementos reveladores de las condiciones de vida impuestas a los que se encuentran sometidos a los límites propios de una sociedad, sea cual sea la época en que vive, sociedad en que la mayoría de los trabajadores se encuentra en una dicotomía de inclusión/exclusión del acceso a unas condiciones dignas de trabajo, de ocio y de otros servicios (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

Se entiende, también, que solo se puede comprender el espacio *plaza* si existe una articulación de la dimensión más general de la sociedad en que se realiza esta dinámica. Así, las dos plazas tratadas en este trabajo de investigación ganan presencia por sus condiciones históricas, territoriales y urbanas determinadas.

El proceso de urbanización a que la ciudad de Belo Horizonte fue históricamente sometida refleja la constitución de las plazas en base a una realidad que esta investigación busca presentar para que sus individuos las utilicen libremente en el momento actual. Sin

embargo, no se puede atribuir al pasado lo que hoy se evidencia no solo en las plazas, sino en el contexto de una ciudad en que las desigualdades sociales aún prevalecen y están intrínsecamente ligadas a los procesos de composición urbana.

En este sentido, Belo Horizonte manifiesta, en su contexto urbano, varios efectos de la urbanización y del cambio social de sus valores, como la exclusión de grupos de ciertos espacios de la ciudad, gestada en el período de su planificación como capital del estado de Minas Gerais por parte la élite, y la expansión del municipio en múltiples direcciones, presentando muchas contradicciones y desigualdades en lo que se refiere a las formas de uso de sus espacios públicos y su apropiación por parte de la sociedad. Y estas desigualdades se manifiestan en el mundo cotidiano social de la ciudad, pues es en las dimensiones sociales donde más se evidencian los procesos de diversidad de los usos de las plazas y de las variadas posibilidades de existencia de sus usuarios (Roberto Lobato CORRÊA, 1989).

Edmilson Brito Rodrigues (1996, p. 56), en este sentido, explica:

(...) La ciudad es el lugar de la historia, en ella los antagonismos sociales y las luchas de clase afloran vigorosamente. Luego, ese orden desordenado de las ciudades capitalistas, contradictoriamente, alimenta el sueño de lo nuevo. Incluso porque la urbanización es un proceso que tiende a intensificarse, como viene sucediendo desde el advenimiento de la revolución industrial, significa decir, que lejos de despreciar la ciudad, se debe colocarla en el orden del día como objeto que tiene que ser comprendido, en su esencia, como posibilidad de construir la utopía de una ciudad, sociedad donde se realice la humanización del hombre, donde el trabajo sea instrumento de libertad y no de alienación; y donde las relaciones entre humanos dejen de manifestarse de forma cohesionada, con vistas a su sumisión a la lógica de la sociedad mercantil (1996, p. 56).

Así, los desdoblamientos y consecuencias del no desordenado, sino, por el contrario, muy bien ordenado proceso de urbanización de acuerdo con los intereses de la clase dominante, se expresan de forma muy concreta en la rutina diaria de la ciudad. Ya sea por el tratamiento que se da a las plazas de la ciudad o por la forma en que los sujetos usan sus espacios, ejemplifican los usos de los espacios públicos.

3.2. El lugar de la plaza brasileña en el urbanismo moderno / *O lugar da praça brasileira no urbanismo moderno*

El Brasil contemporáneo destaca en el escenario mundial por su producción arquitectónica, en especial por las obras ubicadas en la capital, Brasilia, y en grandes ciudades como São Paulo, Belo Horizonte y Rio de Janeiro. No solo la producción brasileña es reconocida mundialmente, sino que también es un referente para otros profesionales de varios países del mundo.

La principal transformación en la configuración de la plaza moderna no fue un acto aislado, sino que el fenómeno se encuentra enraizado en la transformación de las ciudades y de la sociedad en la época que siguió la revolución industrial. Este es uno de los momentos en que los arquitectos adquieren fama mundial. A partir del siglo XIX, se inicia el proceso de un cambio estructural intenso en las ciudades brasileñas, en el que estos profesionales pasan a actuar con perspectivas diferentes de utilización del espacio público (José Horta NUNES, 2011).

El crecimiento rápido y acelerado de las ciudades supuso que se necesitasen soluciones cada vez más adaptadas a los problemas urbanos, y se promovieron intervenciones con un mayor alcance, centradas en estrategias de planes que iban más allá de Brasil, pero en atención a un movimiento mundial.

Ante este panorama y con el fin de entender este proceso, la dificultad de las ciudades para adecuarse a las necesidades de la sociedad industrial fue un factor importante en el desarrollo de las teorías urbanísticas del siglo XX. Esto representaba la culminación de los diferentes procesos que se desarrollaron en el siglo XIX, definidos por el mito progresista de la introducción de la máquina, por las condiciones de vida de los trabajadores y por las propuestas urbanas de los socialistas soñadores.

Poniendo fin a las reformas tradicionales de intervención urbana, arquitectos, ingenieros y urbanistas se embarcaron en nuevas formulaciones teóricas y experimentales, en la búsqueda de una nueva configuración urbana que solucionase los problemas de las ciudades (Fábio Macedo ROBBA, 2003).

En los siglos XVIII y XIX, la transformación del modo de producción llevó consigo un cambio de mentalidad y la convicción de que entonces se rompería con la “era de la revolución industrial, de la herramienta” para introducirse en la “era de la máquina” y de la sociedad mercantil (Fábio Macedo ROBBA, 2003). En un primer momento, esa transformación, junto con la instalación de fábricas y nuevos equipamientos industriales, resultó en una reorganización urbana llevada al agotamiento por los intereses capitalistas.

Así, los núcleos industriales se enfrentaban a una gran aglomeración de personas orientadas al trabajo, transformándose en gigantes “colmenas” humanas. Según Lewis Mumford (1998, p. 486), en este período, las ciudades comenzaron a crecer rápidamente: “Las aldeas se expandían y se transformaban en ciudades; las ciudades se transformaban en metrópolis. El número de centros urbanos se multiplicaba”.

En Europa, ciudades como París y Londres atraían cada vez más personas, que se iban amontonando en los espacios disponibles. Este proceso de crecimiento y la problemática de las ciudades incidieron de forma decisiva en la transformación estructural de los espacios característicos de la ciudad.

En el siglo XIX la imagen de las grandes multitudes en las ciudades brasileñas que presentan un crecimiento rápido, violento y desmesurado, desfigurando estéticamente el trazado urbano y los modos de existir de sus habitantes en el país, se contraponen a la imagen del crecimiento lento de décadas anteriores.

La finitud de líneas geométricas y las concentraciones humanas mecánicamente disciplinadas en el trabajo se oponen a las multitudes desprovistas de humanidad, deformes y moldeadas por las dimensiones de las calles por donde se arrastran. Estas transformaciones se convirtieron en objeto de reflexión a partir de las primeras décadas del siglo XIX en el Brasil.

En ese momento, la ciudad industrial es problematizada, y el surgimiento de un movimiento teórico señala la cuestión de la organización social y su relación con la organización espacial. Para resolver el problema de crecimiento de las ciudades industriales, arraigadas en la imagen de las multitudes y de las patologías urbanas descritas por Maria Stella Martins Bresciani (1992), los especialistas, apoyados en un discurso médico-sanitario, se dedican a sanear las ciudades, buscando establecer un nuevo orden urbano.

Estas propuestas, originadas en el siglo XIX, tuvieron una influencia decisiva en la formación del pensamiento urbano moderno. Según Françoise Choay, el establecimiento de este “nuevo orden” urbano aparece juntamente con la transformación estructural del diseño de la ciudad:

Se puede definir este nuevo orden por un cierto número de características. Primero, la racionalización de las vías de comunicación, con la apertura de grandes arterias y la creación de estaciones. Después, la especialización bastante activa de los sectores urbanos (manzanas de negocios en el nuevo centro, agrupados en las capitales en torno a la bolsa, la nueva iglesia, barrios residenciales en la periferia destinados a los privilegiados). Por otro lado, se crean nuevos órganos que, por su gigantismo, cambian el aspecto de la ciudad: grandes tiendas (...), grandes hoteles (...), grandes cafés (...), edificios para alquilar. Finalmente, la suburbanización asume una importancia creciente: la industria se implanta en las áreas, las clases media y obrera se desplazan hacia los suburbios y la ciudad deja de ser una entidad espacial bien delimitada (FRANÇOISE CHOAY, 1979, p. 4).

Las teorías urbanísticas y la arquitectura pronto pasan a tener un papel fundamental en el intento de confeccionar este nuevo mundo utilizando los símbolos de ámbito industrial. En el análisis de Benedetto Gravagnuolo, se describe este nuevo ambiente:

El ideograma de la ciudad nueva se encera, en este sentido, por establecer también la idea de un hombre nuevo absolutamente racional, libre de lazos sentimentales con el pasado y feliz de vivir en el “nuevo universo” del triunfo de la mecanización y en la nueva era proyectada en función de una armonía tecnológica futura y una igualdad social imaginaria (BENEDETTO GRAVAGNUOLO, 1998, p. 333).

Ante estas transformaciones, la estructura formal de la ciudad se modifica y, con ella, los espacios simbólicos y tradicionales pierden significado. Es el caso de la plaza pública que, ante el crecimiento territorial de la ciudad moderna y el surgimiento de nuevas edificaciones, que pasan a albergar y acoger diversas actividades antes practicadas en los espacios tradicionales, experimenta un momento de declive en su condición de lugar de sociabilidad. Las plazas pasan a asumir gradualmente el papel de áreas urbanas vacías articuladas entorno al sistema vial y al abrigo de monumentos.

Así, tal como denotan tanto las obras del arquitecto Lúcio Costa como los osados proyectos de Oscar Niemeyer y el urbanismo inigualable de Burle Marx, el país destaca en varios puntos como un territorio con una gran preocupación por la producción

arquitectónica de sus proyectos y por la evolución desenfadada de los grandes centros brasileños.

Las plazas brasileñas se insertan en esta dinámica como espacios que hacen justicia al reconocimiento de sus proyectos y también muestran la preocupación por el ocio de los profesionales involucrados en su producción (Verônica Crestani VIERO & Luiz Carlos BARBOSA FILHO, 2009). Como ejemplifican las dos plazas investigadas en esta tesis, el cuidado de los espacios de convivencia de las plazas, con varias opciones de interacción para los sujetos que las utilizan, es un factor relevante, dado el lugar que Brasil ocupa en el escenario mundial.

Asociadas a conjuntos arquitectónicos, las plazas funcionan como puntos de descompresión, al proporcionar una ruptura en el paisaje edificado. Imágenes como la plaza Raul Soares y la plaza de la Libertad, que son el centro de esta investigación, retratan notablemente este universo simbólico.

Son espacios que representan un lugar de memoria urbana, pues cuentan la propia historia de la ciudad. Ante la diversidad de configuraciones urbanas que existen, la plaza se presenta como un sitio privilegiado de la ciudad, sobre todo por su carácter de espacio multifuncional.

Actualmente, las plazas disfrutan de un enorme prestigio, especialmente desde el aumento de la preocupación por la calidad de vida, presente en todo proyecto de revitalización urbana. También son el eje central de las discusiones que involucran la escena urbana contemporánea. Esta importancia se puede verificar en las políticas de intervención, en las que la plaza aparece como elemento fundamental. Se busca, de este modo, rescatar valores históricos, mostrando cierta nostalgia hacia significados perdidos tanto en la escala arquitectónica como en la escala urbana.

Por tanto, la plaza es parte integrante de un conjunto de tipologías urbanas que componen el sistema de espacios libres brasileños. Se puede considerar espacio libre todo aquel espacio que no está edificado y, por consiguiente, no está contenido en una edificación.

El concepto de *espacio libre* se desarrolla notablemente como sistema de orden espacial, que implica la disolución del diseño de la plaza tradicional. Las grandes superficies se convierten en el espacio de la ciudad. Así, la plaza se transforma en un

espacio vacío y aislado de dimensiones monumentales. La lectura de las propuestas urbanísticas de Walter Gropius y Le Corbusier ayudan a entender este fenómeno urbano, ya que tienen como tema central la nueva configuración de los espacios libres de uso colectivo y la desmaterialización de la plaza (Vera Lúcia Ferreira Motta REZENDE, 2005).

Estas líneas de orientación teórica se cruzaron en la llegada y divulgación de los principios modernistas en Brasil, de entre los que destacan figuras como los arquitectos Le Corbusier y Lúcio Costa, entre otros (Yannis TSIOMIS, 1998).

El concepto de *espacio urbano modernista* se va instaurando progresivamente en las ciudades brasileñas, primero en forma de teorías y propuestas, y, posteriormente en forma de proyectos urbanísticos, culminando con el Plan Piloto de Brasilia, como resalta Vera Lúcia Ferreira Motta Rezende (2005, p. 43):

Las manifestaciones concretas del urbanismo modernista en nuestra ciudad se hacen sentir de forma gradual a partir de la década de los cuarenta, demostrando que las ideas contenidas en los textos producidos en la década de los treinta debieron ser asimiladas antes de su ejecución. En este proceso, la ejecución del proyecto del arquitecto Lúcio Costa para Brasilia y su inauguración en 1960 funcionan como marco e inspiración.

En el análisis del desarrollo de la tendencia modernista en la ciudad de São Paulo, Maria Cristina da Silva Leme y Seyey Cunioci (2005, p. 85) afirman que aparece como un modo de cuestionar la “relación entre el espacio edificado y el espacio libre”. Esta cuestión la encontramos, principalmente, en las propuestas de nuevos espacios urbanos, y tiene como base “las ideas transmitidas en los congresos internacionales de arquitectura moderna” (2005, p. 85). Ambos atribuyen un papel fundamental al arquitecto Le Corbusier en lo que se refiere a la divulgación de estos nuevos principios en la realidad brasileña.

Desde esta óptica, las plazas en el país, además de suponer un gran desafío para sus creadores, requieren un arduo proceso de mantenimiento. Tal como muestran varios estudios presentados a lo largo de esta investigación, las plazas brasileñas son abandonadas en muchas ocasiones y pierden, así, su valor más real de pertenencia de sus usuarios. En muchas de ellas, la fuerza creativa se mantiene solo en el diseño, y después de algún tiempo de su establecimiento, algunas veces por la falta de cuidados de sus usuarios, otras por falta de iniciativa pública, entran en desuso. Es un hecho común en los

grandes centros, y también se aprecia en las dos plazas aquí investigadas, donde la plaza frecuentemente se convierte en lugar de paso, sirviendo como puntos de conexión a otras zonas de la ciudad, en vez de usarse para lo que fue diseñada.

Los arquitectos, los ingenieros, los urbanistas y otros profesionales involucrados en el diseño de proyectos de plazas en la actualidad necesitan tener una mirada crítica y la sensibilidad para entender a los protagonistas reales de este espacio público. Frecuentemente, algunos gobiernos municipales expresan la intención de colocar muchas plazas en espacios donde, en principio, no son necesarias (José Horta NUNES, 2011).

En muchos programas de gobiernos municipales y estatales hechos durante el período de campaña electoral aparece propuesta la construcción de plazas, ya sea para redimir espacios marginales, ya sea para urbanizar espacios abandonados - medida repetida en muchas ocasiones. Cabe señalar que, al contrario de lo que ocurre realmente, su mantenimiento tal vez sería el camino más viable para que las ciudades tuvieran espacios de calidad destinados al ocio humano de forma genuina.

A este respecto, la arquitectura y el urbanismo en Brasil cogen fuerza a partir del año 1900, cuando ciertos proyectos brasileños inician un recorrido de divulgación y valorización internacional, atrayendo las miradas hacia los profesionales que ya desarrollaban trabajos audaces. Estos pasan a dedicarse a la reforma de plazas y espacios públicos, y no solo a la construcción de nuevos.

En definitiva, tanto en tiempos pasados como en la actualidad queda claro que las plazas desempeñan un papel importante en la esfera democrática, en lo relativo al uso común, al conflicto, y a la manifestación de las innumerables posibilidades de intereses y motivaciones de las acciones humanas. Es un escenario de decisiones y un lugar de convivencia y ocio para toda la comunidad.

De esto se deduce que conocer la importancia, los usos y funciones de estos espacios públicos es esencial a la hora de entender el ideario real de la plaza, especialmente en una época en que la preocupación global se dirige hacia el medio-ambiente, las causas sostenibles y la calidad de vida de la población.

Históricamente, los siglos XIX y XX fueron decisivos en la historia de la evolución de las plazas en Brasil, en especial considerando que la antigua plaza pasó a estar

ajardinada, equipada, pavimentada y a ser tratada con cuidados antes no considerados, para albergar todas las nuevas modalidades de vida urbana que se iban constituyendo.

Durante el siglo XX, especialmente a partir de las décadas de 1950 y 1960, la velocidad de las transformaciones en el ámbito económico, social y cultural trajo consigo nuevos significados para las plazas. Así, la reestructuración de estos espacios debe su reconocimiento a los profesionales de la arquitectura, ingeniería y urbanismo que, mediante sus esferas de actuación, pasan a analizar e influenciar los conceptos y funciones de estos espacios públicos tan utilizados por la población.

De este modo, la plaza puede considerarse, junto con las calles que la rodean, como uno de los espacios públicos urbanos más importantes de la historia del país, que, ya existiendo en los primeros tiempos coloniales, desempeñaba un papel fundamental en el contexto de las relaciones sociales en desarrollo.

De simple patio, considerado por la Iglesia católica como *adro*, al sofisticado jardín, y de campo de juegos al centro deportivo complejo, la plaza es, por tanto, un centro que constituye un punto de convergencia de la población. Y es que naturalmente acoge a las personas para el ejercicio del ocio, para comerciar, para la libre existencia de los cuerpos, y, además, para encuentros románticos o políticos; en definitiva, para el desempeño de la vida urbana al aire libre (Verônica Crestani VIERO & Luiz Carlos BARBOSA FILHO, 2009).

Las plazas, que desde este período pasan, en su gran mayoría, a estar compuestas por jardines, se convierten en un icono social del espacio y pasan a ser vistas y representadas socialmente por medio de sus figuras y elementos más significativos. Son ejemplos los canteros ajardinados, las fuentes, los quioscos de música y áreas al aire libre destinadas a la recreación infantil y de otras franjas de edad - con juguetes, aparatos de gimnasia y otras infraestructuras, como columpios y balancines.

Desde el romanticismo al pragmatismo, pueden enumerarse los más diversos conceptos y funciones de las plazas, pero todos ellos tienen un punto en común: la plaza es un lugar de reuniones y encuentros. Es el lugar donde el pueblo se reúne para fines comerciales, políticos, sociales, religiosos o donde se desarrollan actividades de entretenimiento.

Es posible, por tanto, afirmar que, actualmente, la plaza no presenta una función específica. Su finalidad principal, a primera vista, es la de ser un lugar atractivo de encuentros y reuniones. Las plazas son unidades urbanísticas fundamentales para la vida urbana y su modo de tratamiento y uso indican el nivel de civismo de sus usuarios y hasta qué punto la ciudadanía ejerce sus derechos y cumple con sus deberes.

En un momento dado, también se observa una preocupación por el confort en el espacio público, que viene determinada por distintos factores: el acondicionamiento térmico de las plazas, en especial en lugares con picos extremos de temperatura; la escala urbana prevista para cada espacio; la ocupación del espacio; el espacio público como zona libre de circulación de vehículos; el transporte público; la sensación de seguridad; sus condiciones acústicas; la calidad del aire; la ergonomía, y otros factores que tienen una gran influencia sobre la realidad de las plazas.

Todos estos parámetros están interconectados y son buenos indicadores de la calidad y de los usos que se pueden instaurar en las plazas (Verônica Crestani VIERO & Luiz Carlos BARBOSA FILHO, 2009). Tanto es así que la alteración de uno de ellos repercute en la calidad de los demás. En este trabajo se analizan los factores que repercuten en el confort e incomodidad de los cuerpos en la realidad urbana de las plazas, en especial de las dos ya mencionadas, y sus estrategias para garantizar espacios públicos que expresen discursos vivos.

Sabemos que es su uso lo que hace que la plaza sea un espacio importante para la convivencia social. Se puede decir que, en el ínterin, las plazas son los espacios urbanos más visibles, por encima de, por ejemplo, museos, universidades, bibliotecas y teatros, y, por eso, son extremadamente sensibles a las transformaciones de carácter modernizante por parte de los poderes públicos. Conservar y mantener la integridad de una plaza es deber de la Administración pública, pero las acciones de estos gobiernos solo actúan de acuerdo con el interés y movimiento de determinados grupos sociales.

3.3. Minas Gerais y el ciclo del oro: de las discusiones políticas al poder / *Minas Gerais e o ciclo do Ouro: de discussões políticas ao poder*

El estado de Minas Gerais concentra una parte importante de la historia de los primeros colonizadores de Brasil. La capital minera, durante muchos por largos años, tuvo su sede en la ciudad de Ouro Preto, ubicada cerca de la capital actual, Belo Horizonte.

Ouro Preto, antigua Vila Rica, nombre que viene del período imperial, es reconocida como modelo de espacio y arquitectura urbanos de la ocupación del interior del país en el período colonial. Esto queda reflejado en el conjunto existente de ruinas, edificaciones y equipamientos urbanos de los siglos XVIII, XIX y XX.

En relación con el núcleo urbano surgido y erigido durante el período colonial, su entorno natural y las características de la actividad minera condicionaron los rasgos distintivos de su diseño urbano. Su configuración orgánica y lineal es fruto de la agrupación de pequeñas áreas diversas surgidas a raíz del descubrimiento de oro en 1698, que dio origen, en 1711, a la fundación de la antigua Vila Rica de Albuquerque, que en 1720 se convirtió en la capital de Minas Gerais.

La unión de estas pequeñas zonas se consolidó a partir del siglo XVIII por medio de intervenciones urbanas significativas, promovidas por el gobierno de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela (1735-1763). En este período se construyeron fuentes y puentes, y se instaló el centro administrativo, hoy la plaza Tiradentes, delimitado por el edificio del Palacio de Gobernadores y, posteriormente, por la antigua Casa de Cámara y Cadena.

El nuevo núcleo unificó sus dos espacios más importantes, Antônio Dias y Pilar, convirtiendo a Vila Rica en uno de los principales centros de extracción de oro, y propiciando importantes innovaciones en la arquitectura, la pintura y la escultura.

Hoy en día, la ciudad de Ouro Preto sigue apareciendo constantemente en el noticiero de la prensa nacional e internacional. Sin embargo, el foco de atención no se centra en la ciudad en sí, que todavía goza de riqueza y potencial turístico, sino por la

aparente falta de compromiso de las autoridades en el mantenimiento de uno de los mayores conjuntos de obras barrocas del mundo.

Esto llamó la atención de la UNESCO, que amenazó con revocar el título de patrimonio histórico de la humanidad a la ciudad si no se realizaban ciertas acciones para preservar ese conjunto.



Imagen 09: Plaza Tiradentes, en Ouro Preto. Antiguo Centro Administrativo del Estado de Minas Gerais, 2007.

Después de la preparación de un proceso de migración del desarrollo territorial del estado, por la coyuntura política la ciudad antes conocida como Vila Rica cedió a Belo Horizonte la categoría de capital. De acuerdo con la literatura historiográfica, Minas Gerais vivía, al final del siglo XIX, bajo el estigma del atraso en un contexto de edad dorada de la explotación mineral. Y este estigma la colocaba en una posición desfavorable con respecto al crecimiento de otras regiones del país. Esto fue consecuencia de que Minas vivió un largo período de adaptación a su sistema económico en el siglo XIX, que fue acompañado de un crecimiento irregular y moderado entre 1889 y 1937 (Otávio Soares DULCI, 1999).

Con la disminución de la producción de oro en el siglo XVIII, Ouro Preto se vio limitada a la producción agrícola, bastante desarrollada en el sur y en la Zona de la Mata, y a la producción ganadera en el norte. En la región central, la producción agrícola era bastante incipiente, comparada con la de otras zonas de la provincia. En esta se practicaba un tipo de agricultura que, aunque ya se desempeñaba junto con la producción del oro, era básicamente de subsistencia. Este es uno de los hechos que ejemplifican claramente el declive de la ciudad como potencia gestacional de un estado.

Minas tenía, por tanto, una producción sectorizada, de acuerdo con Otávio Soares Dulci (1999), ya que estaba constituido de un vasto territorio con poblaciones dispersas y poco conectadas entre ellas, debido a la precariedad de las vías de transporte y de comunicación. La capital del estado, Ouro Preto, por su parte, no estaba conectada a sus municipios, ni siquiera a los de mayor desarrollo político y económico. Esto motivó la designación de una nueva capital. Así, Ouro Preto, antes considerada como símbolo de riqueza y prosperidad, dejaba de ser vista como un lugar adecuado para ser capital de provincia.

Para agravar la situación, la ciudad sufría con el abandono casi total de las actividades de explotación del oro, lo que provocó un movimiento migratorio de sus habitantes en busca de mejores condiciones de vida. Consecuentemente, la ciudad se despobló. Además de esto, tenía otros problemas de peso, como la dificultad de salida de la producción, los problemas de comunicación, el carácter primitivo de la actividad agropecuaria, la precariedad urbanística, entre otros. Incluso las calles estrechas y las laderas empinadas comenzaron a verse como un obstáculo para la sede de la capital minera.

Sin embargo, es necesario relativizar esta decadencia oropretana, ya que, según algunos autores, la ciudad tenía una vida política bastante activa, dado que contaba con una estructura sólida de formación de ingenieros por la Escuela de Minas y con las actividades administrativas y burocráticas del funcionariado público.

Por otro lado, la Zona de la Mata y la región sur presentaban un desarrollo prometedor. Las dos regiones pasaron a destacar por su fortalecimiento político y crecimiento económico y poblacional. Este es el momento en que se baraja Belo Horizonte como posible sede del gobierno de Minas Gerais.

El ascenso de la región sur y de la Zona de la Mata hicieron que el centro político administrativo, que estaba en Ouro Preto, se distanciara de los ambientes económicos de la provincia, pues las actividades socioeconómicas se encontraban más desarrolladas en estas dos regiones. Es en este contexto que surge la idea del cambio de capital, que pasaría a ser la sede de un estado revigorizado por el sistema federal, según observa José Murilo de Carvalho (2005).

Surgieron entonces los intereses de diferentes grupos. Estos dos grupos eran los llamados mudancitas. De un lado, había los interesados en establecer la capital en uno de esos polis ya consolidados (región sur y Zona de la Mata); del otro, aquellos que creían que debía construirse una nueva capital dentro de moldes innovadores preestablecidos y que sirviera plenamente a los intereses políticos administrativos de una capital moderna y progresista, moldeada de acuerdo con las perspectivas republicanas.

Había también quienes se oponían al cambio, es decir, los que querían que la capital permaneciera en Ouro Preto. Ante la perspectiva de un cambio repentino en la realidad vivida por el estado, estos grupos entraron en conflicto durante meses con el objetivo común de no perder prestigio frente a la Administración federal.

Con un discurso basado en el atraso y en la poca capacidad económica de Ouro Preto, se utilizó su nivel de desarrollo económico como prerrogativa en beneficio de intereses propios. Aunque la economía de la capital tuviera un menor desarrollo que la de otras regiones, Ouro Preto, ciertamente, congregaba la mayoría de los recursos públicos y reunía buena parte de la élite política regional, así como su burocracia.

No fue desprovisto que buena parte de los lotes de la nueva capital se destinó a la burocracia del poder público regional, que tenía fuerza y prestigio político, lo que demuestra la importancia de Ouro Preto en el escenario político y económico de Minas Gerais.

El cambio de capital nació, por tanto, de un gesto político, y fue una iniciativa de las élites políticas que querían esta nueva capital en un lugar estratégico. Así, el traslado de capital no supuso un mayor desarrollo económico para las regiones ni se alejó de la tradición, símbolo incontestable de la capital Ouro Preto. Lo que se dio fue un equilibrio entre la “tradición y la modernidad” (Otávio Soares DULCI, 1999, p. 40).

Este cambio, sin embargo, no se dio repentinamente, sino que ocurrió después de un proceso de larga maduración del deseo de reorganizar el espacio socioeconómico y político de la capital minera. Por tanto, es solo en la última década del siglo XIX que el traslado de la capital adquiere características de una exigencia real para el desarrollo del estado, que ya se proyectaba en el contexto nacional e incluso regional desde mediados del siglo XIX. Pero faltaba escoger un lugar que albergara la nueva capital y que atendiera al interés de todo el estado (Adriana Caldas do Rego Dabus MALUF, 2010).

De esta manera, Belo Horizonte, entonces nombrada Arraial Curral Del-Rei, fue la elegida para convertirse en la nueva capital de Minas Gerais, inaugurada en 1897. Este traslado tuvo lugar de forma planificada y bastante eficiente. El entonces gobernador del estado, Afonso Pena, instituyó una comisión constructora y dictó leyes para coordinar las obras que desempeñase a fin de monitorearla de cerca para una rápida constitución del nuevo espacio administrativo.

Se acordó un plazo de cuatro años para la construcción de la nueva capital. En 1894, las obras de la comisión constructora empezaron a ejecutarse. Con el propósito de configurar la nueva capital, se hicieron cambios fundamentales en lo que en aquel momento era el Arraial Curral Del-Rei, cambios que interfirieron profundamente en las relaciones sociales de la población que vivía allí.

En primer lugar, el *arraial* debía independizarse de Sabará, ciudad limítrofe de la población, tanto política como económicamente. La primera necesidad que cubrió la comisión constructora, representada por el ingeniero jefe Aarão Reis, fue la construcción del ramal ferroviario que unía la nueva capital a la red ferroviaria central de Brasil, cuyo asentamiento más cercano era Sabará.

Sería necesaria también la instalación de medios de comunicación, como el telégrafo, no solo para uso inmediato de la comisión constructora, sino también para fines administrativos cuando la capital estuviera lista. Y, igualmente, sería necesaria toda una reorganización estructural del *arraial* para que el trazado de la nueva capital pudiese ser implementado.

Debido a que se trataba de un proyecto atrevido, con un corto plazo de tiempo para su cumplimiento, había una necesidad urgente de mano de obra para todo tipo de trabajos. Una vez establecida la comisión constructora, se organizaron sus equipos

administrativos y técnicos, y solo faltaba traer mano de obra capaz de realizar las funciones necesarias para la construcción de la capital en el tiempo fijado.

De acuerdo con el texto elaborado por el PLAMBEL (1979):

En la perspectiva de organización del cambio de capital, se hacía necesaria la presencia de mano de obra cualificada, destinada a los futuros trabajos de construcción civil, sin la cual no se podría concretar el cambio. Estos trabajadores no se distinguen - a no ser por la profesión - de los migrantes rurales ya encontrados. Se instalaron en las áreas cercanas a la zona urbana, a pesar de ser consideradas entonces como rurales (FREDERICO POLEY MARTINS FERREIRA, 2001, p. 72).

Fue a partir de esa necesidad de mano de obra para la edificación de la nueva capital que se dio la llegada de obreros de varias partes del interior del estado y, también, de mano de obra extranjera, formando un contingente de personas que, en consecuencia, pasarían a formar parte de la población de Belo Horizonte, aunque solo temporalmente.

La organización del espacio físico de Belo Horizonte cambió bruscamente con esta numerosa llegada de trabajadores de todo el estado y de otras regiones de Brasil, motivados por la tentadora perspectiva de un crecimiento económico rápido.

Por ello, la población local creció considerablemente. En cifras, se observa que, tan pronto como se iniciaron los trabajos, la población, que en marzo de 1894 era de 2.600 personas, pasó a 3.500 en diciembre del mismo año. En 1895, la población contaba ya con 5.000 personas y, en 1896, la población superó la marca de 6.000 personas.

La distribución de la población en el espacio físico de la nueva capital fue planeada para ocupar un área que estaba limitada por una avenida que circundaba todo el perímetro urbano de la ciudad, la aún existente avenida del Contorno. En este perímetro estarían la sede político-administrativa del estado, así como sus funcionarios y otros residentes más ricos.

De acuerdo con el fragmento extraído del informe escrito por Aarão Reis, ingeniero jefe de la comisión constructora de la nueva capital, sobre el plano definitivo de Belo Horizonte, aprobado en el Decreto 817 de 15 de abril de 1895:

(...) Se organizó el trazado general de la futura ciudad disponiéndose en la parte central, en el local del actual *arraial*, el área urbana, de 8.815.382 m², dividida en cuadras de 120 m x 120 m por las calles, anchas y bien orientadas, que se

cruzan en ángulos rectos, y por algunas avenidas que las cortan en ángulos de 45°. A las calles hice dar una anchura de 20 m, necesaria para la conveniente arborización, la libre circulación, el tráfico de los coches y los trabajos de colocación y reparación de las canalizaciones subterráneas. Para las avenidas fijé la anchura de 35 m, suficiente para darles la belleza y el confort que, en el futuro, proporcionarán a la población (BELO HORIZONTE, PLAMBEL, 1895, p. 171).

De igual manera, según el extracto del mismo informe escrito por Aarão Reis, arriba mencionado:

(...) La zona suburbana, de 24.930,803 m² - en que las manzanas son irregulares, los lotes de áreas diversas y las calles están trazadas según la topografía con apenas 14 de ancho -, circunda enteramente la urbana, formando varios barrios (BELO HORIZONTE, PLAMBEL, 1895, p. 176).

Así, el área externa a la avenida del Contorno constituía el perímetro suburbano, que sería poblado por personas del estrato social más bajo. Además de esta área suburbana, se reservarían tierras destinadas a la construcción de pequeñas zonas de producción agrícola, tal y como consta en el libro *Escenas de un Belo Horizonte* (José Márcio BARROS, 1994). De esta manera, Belo Horizonte se estructuró para tener un centro demográficamente poblado, bien equipado, con infraestructura urbana, donde residirían las clases más ricas y se encontrarían los mejores servicios.

Por el contrario, los límites que sobrepasaban el área interna de la avenida del Contorno los ocuparían la población de bajos ingresos y presentarían un tratamiento urbanístico e infraestructura diferentes a los dispuestos en la zona urbana.

En consecuencia, la organización física de la ciudad acabó interfiriendo en el modo de vida de las personas, y en la formación cultural y educativa de sus individuos. En Belo Horizonte es posible encontrar, ya desde este período, diferentes extractos sociales que muestran ese aspecto de la formación de la capital minera (Leonardo José Magalhães GOMES, 2008).

Cuando la construcción de la nueva capital estuvo en una etapa más avanzada, se hizo necesario un número aún mayor de mano de obra, que fue autorizada por Francisco de Souza Bicalho, el ingeniero jefe de la comisión constructora del momento, provocando la llegada de inmigrantes, en su mayoría italianos, para suplir esta necesidad imperativa. Este es uno de los factores que garantizó la influencia europea en la realidad de la nueva capital minera. Después de algunos años, pero aún joven, en su poco más de un siglo de

historia, Belo Horizonte ha pasado a cumplir un papel de sustentador de uno de los estados más representativos de la historia brasileña. Su pueblo es joven y, la ciudad, el eje que conecta Minas Gerais con el resto del país.



Imagen 10: Plaza de la Libertad, en Belo Horizonte, 1935.

3.4. La influencia de las plazas en el desarrollo de Belo Horizonte / *A influência das praças no desenvolvimento de Belo Horizonte*

El proceso de reorganización y cambio de significación de los espacios públicos en Belo Horizonte hasta la década de 1930 se puede dividir en tres períodos distintos en los primeros treinta años de la ciudad. El primer período, que comprende de 1897 a 1910, representa el proceso de consolidación del cambio de la capital del estado a Belo Horizonte, hasta entonces establecida en Ouro Preto.

Este acontecimiento trajo a la capital actual una multitud de reformas, y algunos de los espacios públicos, como las plazas, se encontraban en obras, existiendo solamente en el diseño de la planta arquitectónica del proyecto de la ciudad. Para Leonardo José Magalhães Gomes (2008, p. 11):

El cuerpo de la ciudad, enseña su trama enciclopédica. (...) Registrar los nombres de las calles del Plan Original de 1895, recorrer las calles de la ciudad transfiguradas por el nombre que siguió es resumir la historia de la ciudad, la historia de Minas Gerais y Brasil. Cada nuevo nombre que se le da a las calles de la ciudad, cada personaje que se buscaba honrar son pequeñas piezas de un mosaico que siempre es la ciudad, transfigurada permanentemente por las imposiciones de la historia.

Así la ciudad inicia su existencia. Desde el año 1910 hasta el año 1920, como consecuencia del impulso de migración poblacional hacia la nueva capital, y también debido a la alta industrialización y desarrollo de la industria textil, y de alimentos y bebidas, aparece en Belo Horizonte la realidad de la vida pública.

A partir de esta época, el fenómeno de la especulación inmobiliaria tiende a dificultar el crecimiento urbano de la capital. Por esta razón, se empezaron a tomar medidas con el fin de regular la ocupación del área interna del perímetro de la avenida del Contorno, perímetro que limitaba la zona urbana por el interior y la zona suburbana por el exterior. En esta misma época, los cafés, teatros y espectáculos artísticos se convirtieron en la expresión de la vida social urbana de la capital.

Finalmente, en el período comprendido entre 1920 y 1930, la vida pública de la capital minera sufre una intensa transformación. Los cafés, teatros y cines se difundieron

extensamente, y la capital pasó a ofrecer también la perspectiva de eventos culturales a sus habitantes.

Este período revela en la ciudad, además, otra importante manifestación del quehacer cultural. Y es que muchas personas pasan a vivir del arte; algunos directamente, actuando en piezas teatrales, espectáculos musicales, o actividades de danza; otros indirectamente, como empleados en cines, teatros, museos y otros espacios dedicados al arte y la cultura.

Paralelamente a estos tres períodos, hubo una intensa evolución de los espacios públicos conforme a las intenciones políticas municipales y estatales republicanas y progresistas de establecer un cambio de significación de los espacios públicos como elementos embellecedores de la ciudad.

La idea era que las plazas dejaran la ciudad más bonita, no solo para la población, sino también como una llamada al progreso y para atraer nuevas miradas hacia estos espacios públicos.

En esta época, se documenta el primer registro de un decreto sobre el uso de espacios públicos, como plazas y parques, que, en calidad de documento regulador, clasifica estos espacios en categorías de parques, plazas ajardinadas y jardines, sin mencionar, en ningún momento, los espacios públicos no ajardinados.

Paradójicamente, el ciudadano moderno pasó a buscar, en este momento, desvincularse de los elementos residuales de las tradiciones del antiguo régimen de segregación espacial, desprovisto de ocio en espacios públicos (Verônica Crestani VIERO & Luiz Carlos BARBOSA FILHO, 2009). Este ciudadano no conserva el escepticismo vinculado al proceso de expansión capitalista, sino que comprende el crecimiento de las políticas públicas de la ciudad como motor que impulsa los intereses del pueblo.

Por este motivo, se observa que los diferentes aspectos de la sociabilidad en el medio urbano son un importante objeto de estudio - como en el caso de nuestro trabajo - sobre la configuración de los espacios públicos urbanos. Volviendo al tema de la ciudad, es posible apreciar en el proyecto de la nueva capital de Minas, según Heliana Angotti Salgueiro (1989, p. 47), que su imagen:

(...) se une a una ideología y supone enfoques diversos que participan de la cultura visual de su época. Así, la oratoria oficial denuncia la vieja Ouro Preto, desordenada en el laberinto de las pequeñas calles, como la imagen-antítesis del progreso, mientras proclama la creación de una capital de “valores modernos” cuyas anchas arterias en perspectiva abren los horizontes de Minas para la renovación urbana, fenómeno típico de la segunda mitad del siglo XIX en Brasil.

Desde la óptica de la dinámica de cambios y legitimación de nuevos discursos y representaciones, Belo Horizonte fue construida con base en un modelo de ciudad “ideal”, pensada por el ingeniero Aarão Reis, jefe de la Comisión Constructora de la capital.

Se basó en el modelo haussmanniano, que prevé una concepción utilitaria de ciudad. Su proyecto buscó oponerse a la dimensión colonial que caracterizaba la arquitectura de Ouro Preto. Por tanto, en este proyecto buscó concebir la ciudad como un emblema de las aspiraciones republicanas, de carácter eminentemente conservador con respecto al ideario positivista de orden y progreso.

Según esta concepción, el espacio legitimaría un nuevo centro de concentración de poder, creado para una sociedad emancipada, racional y cosmopolita (Letícia JULIÃO, 1996). Construida entre el período de 1894 y 1897, la capital fue diseñada a partir de una planificación basada en el racionalismo moderno. Este proyecto también fue asumido por los principales centros urbanos de occidente, en especial, en el París del Segundo Imperio, gestionado por el barón de Haussmann, en aquel entonces prefecto.

La consolidación de este proyecto de transferencia tuvo lugar cuando políticos republicanos mineros solicitaron a un equipo de ingenieros progresistas de la Escuela Politécnica de Río de Janeiro que construyeran una ciudad planeada con el objetivo de que se convirtiera en la nueva capital de Minas. En el proyecto del ingeniero Aarão Reis para esta capital, se preveía la construcción de 24 plazas, 21 avenidas y 63 calles dentro de la zona urbana.

En lo que se refiere a las plazas, en este ámbito geográfico se diseñaron para que se mantuvieran como grandes ejes y como espacios abiertos multifuncionales conforme al pensamiento urbanista del siglo XIX.

Sin embargo, el proceso de modificaciones de los espacios públicos de Belo Horizonte se intensificó entre el período de 1897 a 1930, con el cambio en el trazado de plazas y en la toponimia de los lugares. A pesar de los discursos a favor del

embellecimiento, el saneamiento y el progreso de la ciudad, el número de plazas públicas se rebajó a 19 en 1944, y una parte considerable de estos espacios se convirtieron en cruces. Este hecho no solo se debió al mayor coste que se destinó a la construcción de plazas, sino también a otras demandas que implicó la edificación de la ciudad, dejando de lado este logro como una de las prioridades de la capital.

3.5. Plaza de la Libertad: escenario de cambio en el ocio y la cultura / *Praça da Liberdade: cenário de trocas entre o lazer e a cultura*

La plaza de la Libertad ya no es considerada solo como una plaza, sino que tiene por nombre completo complejo paisajístico y arquitectónico de la plaza de la Libertad (Imagen 12, 2012). Según la propia denominación de este espacio, el complejo consiste en la unión de estilos de arquitectura y referencias artísticas que reflejan la historia de la capital del estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, desde su creación.



Imagen 11: Ciudad de Ouro Preto - Antigua capital de Minas Gerais, en la época llamada de Vila Rica, 2003.

Esta plaza reúne a miles de personas cada día y una inmensa flota de vehículos cruza sus límites, ya que se encuentra situada en el lugar de unión de cuatro importantes avenidas de la ciudad que conectan con otras zonas: la avenida Cristóvão Colombo, avenida João Pinheiro, avenida Brasil y avenida Bias Fortes.

La construcción de esta plaza tuvo lugar en la época del traslado de la capital minera de la ciudad de Ouro Preto (Imagen 11, 2003) a Belo Horizonte como nueva sede (1895-1897). En ese momento, la ubicación de la plaza se situaba en el punto más alto del área inicial de la ciudad y tenía como objetivo albergar y adornar el establecimiento del edificio de la sede del Gobierno de Minas Gerais.

Así, todavía se extiende más allá del edificio del Palacio del Gobierno, diseñado por Raffaello Berti para las primeras secretarías de Estado, hoy ya instaladas en otros espacios. Todas estas edificaciones se inspiran en las tendencias arquitectónicas de la época, con elementos típicos del estilo neoclásico y de la influencia europea.

Más adelante, en el desarrollo histórico del complejo, hubo nuevos estilos de arquitectura que fueron agregando valor a los espacios que integran la plaza de la Libertad, pero sin que esta perdiera su particularidad inicial.



Imagen 12: Fotografía aérea de Belo Horizonte - Minas Gerais. El área verde al centro es donde se ubica la plaza de la Libertad, 2012.

En los años cuarenta, se observa una clara manifestación del estilo *art déco*. En las dos décadas siguientes, se incorporaron edificios modernos al conjunto, como, por ejemplo, el edificio residencial Niemeyer y la biblioteca pública, ambos todavía en funcionamiento y diseñados por el renombrado arquitecto Oscar Niemeyer.

La plaza cuenta, además, con un quiosco de música y una fuente luminosa, artificios comunes en las plazas del período de su construcción. El proyecto paisajístico se inspiró en el Palacio de Versalles, y es el escenario natural de paseos y caminatas de las personas que utilizan el área para la práctica de actividades físicas y turismo.



Imagen 13: Palácio da Liberdade (antigua sede del Gobierno de Minas Gerais). Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

La plaza de la Libertad, junto a la plaza Raul Soares y la plaza Siete de Septiembre, constituyen las tres plazas principales de la ciudad de Belo Horizonte.

El 2 de junio de 1977, el Conjunto Arquitectónico y Paisajístico de la Plaza de la Libertad pasó a estar bajo el control del IEPHA (Instituto Estatal del Patrimonio Histórico y Artístico de Minas Gerais). Este título de patrimonio vela por la preservación de los orígenes de su construcción, así como del origen arquitectónico de los monumentos que componen el espacio del complejo, como los edificios donde se localizaban las antiguas secretarías de Estado. También forman parte del patrimonio histórico de la plaza los jardines, lagos, alamedas, fuentes y demás monumentos de su interior.

La construcción paisajística de la plaza de la Libertad fue concebida arquitectónicamente en sintonía con los valores sociopolíticos de las estructuras que componían el espacio en el momento de su edificación, como ya se ha señalado más arriba, con gran influencia europea del período colonial y paralelamente a la discusión social de la investigación que se añade este material.

A este respecto, es interesante observar que, a través de la avenida João Pinheiro, es posible percibir con facilidad cómo las líneas paisajísticas de la plaza convergen en línea recta, desembocando en el Palacio de la Liberdade, en un gran camino de piedras, muy conocido por ser el lugar donde se celebra la ceremonia de los gobernadores que ocurre en cada nueva legislatura política en el estado, generalmente cada cuatro años.

Esta observación, en un ámbito social, transmite al individuo la idea de que la plaza sería un enorme jardín del Gobierno, dada la apropiación de este espacio para las prácticas gubernamentales del estado en el Palacio (Imagen 13, 2020), que forma parte de la composición de la plaza, recordando los palacios europeos y sus respectivos extensos jardines.

Sin embargo, mediante un análisis más detallado de las concepciones arquitectónicas de esta plaza, se puede indicar que existen innumerables subcentros gravitacionales, o sea, que hay varios ambientes intermedios, como son el quiosco de música y las fuentes, los jardines y espacios abiertos, en los que se encuentran los innumerables bancos donde las personas pueden sentarse a lo largo de la plaza.

Estos espacios aseguran posibles lugares de ocio, y también garantizan la realización de eventos artísticos, prácticas comunes en la realidad de la plaza (José Santos CARVALHO FILHO, 2013). Si rodeamos la estructura de toda la plaza, se observará, además, un área de circulación, utilizada para carreras, caminatas o, simplemente, como se ha advertido de forma recurrente, para paseos.

En este sentido, la modernización del ambiente urbano desde el siglo XIX contribuyó a modificar hábitos sociales en importantes ciudades europeas, repercutiendo rápidamente en el ámbito internacional (Maria Stella Martins BRESCIANI, 1991).

Además de mejoras generales en la infraestructura para la práctica de acciones de interés social en la plaza de la Libertad, se encuentran, especialmente en el papel de proyectos de modernización de la plaza, intervenciones en sus muchos espacios. Estas intervenciones buscan, entre otros aspectos, la reversión, o, al menos, la minimización del impacto que el proceso de industrialización ha causado sobre la ciudad.

Al mismo tiempo, estas intervenciones suponen muchas veces una mejora y embellecimiento urbanos (Michele Monteiro PRADO, 2002), modificando el ambiente

con la inserción de otros elementos que favorecen acciones hasta entonces inéditas en la plaza, como la accesibilidad de personas con discapacidad y otras.



Imagen 14: Fotografía de la actual Ciudad Administrativa del Gobierno de Minas Gerais, situada en región alejada de la antigua sede, situada a la plaza de la Libertad, 2012.

Debido a la construcción, en 2010, de la Ciudad Administrativa, situada al norte de Belo Horizonte, disminuye el valor simbólico de la plaza de la Libertad como área central de gobierno, manteniéndose solo en el ámbito cultural, en la medida que todas las secretarías se trasladan a este otro espacio. El diseño de la Ciudad Administrativa es obra también del arquitecto brasileño Oscar Niemeyer, responsable de otros proyectos, ya puntualizados, en el complejo de la plaza de la Libertad.

Después de este cambio de territorio del espacio de la Administración pública en la ciudad, la plaza de la Libertad gana, a su alrededor, instituciones orientadas a la práctica de cultura, el arte y la educación, con museos provistos de iniciativas públicas y privadas, ambas con sede en los antiguos edificios donde se ubicaban las secretarías de estado.

Percibía, entonces, el difícil y feo hecho de que muchas plazas de una gran ciudad de ese país prestan para pasar rápidamente o mirar a lo lejos; sin embargo, es un gran horizonte. Muchas veces, no tengo el coraje de enfrentar la tristeza febril de la realidad de los mendigos, de los locos, de los niños de la calle,

de los peligros varios de violencia, de la limosna, de los vendedores sin corazón ni *disconfiômetro* de insistencia, que perturban la paz de quien busca las plazas para su descanso y placer, vendiendo historias que muchas veces no queremos tener (VANESSA DA MATA, 2007, p. 2).

El movimiento en la plaza de la Libertad es siempre constante; su uso es continuo por sus varios usuarios. Las situaciones que se dan dentro de ella o en las aceras que bordean la plaza apenas son representativas de lo que sucede en su entorno.



Imagen 15: Plaza de la Libertade en un sábado de investigación. Los jóvenes ensayan coreografías para juegos regionales de estudiantes. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Mientras hay infinitas posibilidades de existencia dentro de la plaza, como las que se presentarán a continuación, su entorno es ocupado por personas que, generalmente, están de paso y por una flota incontable de vehículos que accede a las vías que bordean la plaza de camino a otros destinos de la ciudad.

El trabajo que aquí se presenta se muestra siempre consciente de ese gigantesco movimiento humano en el entorno y en el interior de la plaza de la Libertad. Lo constituyen personas y animales de todas las características posibles: hombres y mujeres

de edades distintas, ciclistas, atletas, trabajadores, niños, estudiantes, artistas, que van en coche, que caminan, que van en bicicleta, en la labor diaria de construcción de sus vidas.



Imagen 16: El trabajo fotográfico de moda en la plaza es una acción habitual todos los días de la semana. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

En este mosaico de posibilidades, los amigos se encuentran, las personas descansan, los hombres y mujeres trabajan, los niños juegan, los amantes se besan, etc. Los perros de la calle se encuentran con otros de pedigrí con collares y en el regazo de sus dueños. La libertad de los *vira-latas* - expresión brasileña para perros sin raza definida - se encuentra con la élite de los animales que viven en los apartamentos de lujo de los barrios limítrofes de la plaza.

La plaza de la Libertad es un lugar propicio para vivir. Permite al ser humano ser verdadera y naturalmente humano. Por este motivo, comparto la premisa de que “no se puede llamar ciudad a un lugar donde no existan plazas y edificios públicos” (PAUSANIAS *apud* Camillo SITTE, 1992, p. 131).

Nuestra percepción inicial es la siguiente: la plaza es un escenario inagotable para los registros fotográficos de sus usuarios. Porque existe en un espacio turístico, con

museos y un fuerte movimiento comercial, se avistan, en todos los momentos de la visita a la plaza de esta investigación, varios individuos haciendo fotografías.

Estas personas, cuando hacen sus fotografías en la plaza de la Libertad, se presentan de varias formas: tanto acompañadas, en grupos turísticos, haciendo *selfies* - fotografías, generalmente digitales, que una persona se hace a sí misma -, como, incluso, en escenarios más elaborados para fotos de boda o de quinceañera, dos manifestaciones muy comunes en la cultura brasileña. Estos dos últimos casos conllevan, generalmente, la presencia de fotógrafos profesionales y de un equipo asistente.

Las fuentes, los árboles frondosos, en especial las palmeras que recorren el camino que va hacia el Palacio del Gobierno, los jardines, la arquitectura de los varios edificios del entorno que dialogan con la construcción de la plaza son invitaciones evidentes a la fotografía.



Imagen 17: Destaque para las fuentes de la plaza de la Libertad (en manutención). Al fondo, en el lado izquierdo se sitúa el Edificio Niemeyer, residencial, tumbado por el patrimonio histórico. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

De forma no muy diferente a la documentación fotográfica, que mueve el espacio durante día y noche, la práctica de deportes es, también, bastante notoria en la plaza de la

Libertad. En todos los momentos del día y de la noche - léase siempre la noche como el período comprendido entre las 18 h y las 22 h - muchas personas están corriendo, caminando y haciendo ejercicios funcionales y otras prácticas deportivas acompañadas de educadores físicos, así como también prácticas de artes marciales, *capoeira* y otras acciones que implican actividad física.

Asociado a tantos y otros movimientos de la plaza, se encuentra el ya mencionado fenómeno de la gentrificación. Este fenómeno es el resultado de una serie de transformaciones de centros urbanos en sus dimensiones materiales, económicas, sociales y simbólicas (Catherine BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), así como de una reconfiguración de la economía local en el contexto en el que se manifiesta, y que tiene como consecuencia el proceso de desplazamiento de un grupo social de las clases populares del centro (Neil SMITH, 2006) y el encarecimiento de esas áreas (Heliana Comin VARGAS & Ana Luísa Howard CASTILHO, 2009).

Especialmente en las décadas de 1980 y 1990, el retorno de los grandes proyectos de intervención urbana en diversos contextos mundiales, sirvió de fondo para varios estudios dedicados a interpretar los procesos y legados de la gentrificación, alcanzando espacios como este.

En el escenario científico, autores como David Harvey (1989) y Michael Parkinson y Dennis Judd (1990) revelaron las diferentes caras de este fenómeno, en el que existe una tendencia de redirección de los beneficios sociales a agentes privados, tales como terratenientes y emprendedores inmobiliarios, mientras que las demandas de la población residente de las áreas modificadas - como conseguir empleo y mejorar las condiciones de la vivienda y los servicios en general - estarían lejos de satisfacerse.

El fenómeno es específico de cada lugar (Neil SMITH, 2006), por lo que son necesarias investigaciones específicas con el propósito de mapear sus variaciones y proporcionar interpretaciones a partir de casos que, aunque geográficamente delimitados, estén conectados por una lógica global de producción de la ciudad contemporánea, como, por ejemplo, la plaza de la Libertad.

Como se ha señalado anteriormente, también se encuentran en esta plaza muchos trabajadores que se dedican al mantenimiento de los jardines, de las fuentes, de los paseos y del funcionamiento de la estructura del espacio en su totalidad. Estos colaboradores, en

el primer momento de la investigación, los encontramos con muchísima frecuencia. Generalmente están presentes en horario comercial, que dura hasta a las 17 h.

Además de este grupo, que trabaja directamente con dedicación a las acciones de mantenimiento de este espacio, también hay otras profesiones que utilizan la plaza como espacio de trabajo. Un ejemplo claro son las personas que comercializan productos artesanales, como collares, anillos, pulseras y similares; los que venden alimentos y bebidas, como agua, alimentos salados, dulces y otros, y los que realizan una actividad artística, como representaciones musicales, espectáculos de magia y pintura, entre otros, a cambio de propinas.

También se observa la presencia, en especial durante el inicio y final de la mañana, de la tarde y el inicio de la noche, de un considerable número de estudiantes que pasan por la plaza para acceder a los colegios y universidades que se encuentran en sus inmediaciones.



Imagen 18: Pasada de manifestantes en la plaza de la Libertad a favor del impedimento legal de ejercicio de la presidenta Dilma Rousseff, 2015.

Aunque, para ellos, es solo un espacio de paso, muchos entran en la plaza, y no se limitan solo a rodearla en su camino a las instituciones de enseñanza (Celso Pacheco FIORILLO & Renata Marques FERREIRA, 2014). Se puede identificar a los estudiantes fácilmente por los uniformes escolares y porque llevan consigo mochilas, libros, carpetas y otros ítems del ámbito educativo.

En los horarios del almuerzo, muchas personas utilizan los innumerables bancos presentes en la plaza. Estos bancos sirven para dar un momento de ocio a los individuos que están en sus intervalos de trabajo destinados al almuerzo y al descanso. Mientras algunos contemplan la plaza, otros utilizan sus móviles y otros leen libros, revistas y periódicos.

Estas personas usan la plaza para descansar, solas o en grupo. Se observa fácilmente su presencia en el horario comprendido entre las 11 h y las 13 h, por regla general, y se identifican del mismo modo que a los estudiantes, por llevar, la mayoría, el uniforme de trabajo.

Como ya se ha señalado, la plaza de la Libertad está cerca de grandes espacios comerciales, como edificios financieros, centros comerciales y otras empresas en las que se demanda un alto número de trabajadores, pero su entorno original se mantiene rodeado de los edificios que albergan museos y edificios residenciales.

Muchos individuos de la tercera edad también se concentran en la plaza para actividades físicas y para pasear. Desde muy temprano es posible ver la presencia de ancianos en el entorno y en el interior del espacio. Ya sea solos, acompañados de grupos, o de familiares o cuidadores, fácilmente se pueden encontrar señores y señoras, garantizando la diversidad de edad en la plaza. Asimismo, hay muchos bancos en la zona de la plaza, lo que ciertamente asegura la accesibilidad a las personas con discapacidad en todas las áreas de la plaza.

¿Por qué esta plaza se usa con tanta frecuencia para la práctica deportiva? En este caso entra en juego una idea generalizada, por la cual se piensa que, como está inmersa en una cultura de arte por sus museos y su arquitectura, es un lugar seguro. Se hablará de ello más adelante, intentando discernir más en profundidad por qué atrae más gente para practicar deporte que la otra plaza objeto de estudio.

También encontramos fácilmente manifestaciones religiosas en la plaza de la Libertad y en varios momentos del día. Se presentan tanto en forma de distribución de folletos de grupos religiosos, como también en forma de promoción de actividades de religiosos que utilizan la plaza para el encuentro y para profesar sus creencias con sus pares.

No es difícil encontrar grupos en círculos, generalmente pronunciando oraciones, cantos de alabanza y otras manifestaciones de carácter religioso de los más variados credos y expresiones de fe. De manera espontánea, en el espacio de la plaza se pueden ver simultáneamente danzas evangélicas y manifestaciones de religiones de origen africano con el uso de tambores: son expresiones dispares, pero que viven en armonía social en el interior de la plaza.



Imagen 19: Pasada de trabajadores en la plaza de la Libertad por la lucha de derechos, 2015.

En contraste a lo religioso, el mundo profano también se muestra vivo en la realidad de la plaza de la Libertad. El mercado de la prostitución es activo y de fácil acceso. No es difícil observar el movimiento de trabajadores sexuales que utilizan la plaza de la Libertad como punto de encuentro para sus clientes. En una conversación informal con una prostituta, de la que ella no sabía el propósito, afirmó que es un lugar de fácil acceso para sus clientes en la ciudad y, también, neutral, es decir, que genera un menor

constreñimiento a sus clientes. Citando sus palabras: “Es un lugar que todo el mundo sabe dónde está y no genera sospechas” (2017).

Un detalle relevante para la comprensión de los variados movimientos en la plaza son las condiciones básicas de su uso que ofrece a sus usuarios. Una de ellas, evidente y poco posible en la plaza Raul Soares, también analizada, es la gran cantidad de árboles que generan sombra en la mayoría de sus espacios, permitiendo un mayor confort a los usuarios, en especial en los momentos en que el sol brilla en toda la plaza.

Otro importante elemento que garantiza tanto calidad a los que usan la plaza para actividades físicas como para el resto de los usuarios, son los bebederos que hay en puntos estratégicos. También es esencial su mantenimiento constante para que siempre estén limpios y en funcionamiento activo.

3.6. Plaza Raul Soares: escenario de progreso desde la marginación a la apropiación cultural / *Praça Raul Soares: cenário do progresso da marginalização e da apropriação cultural*

La plaza Raul Soares es obra del arquitecto Éric de Paula, y, como la plaza de la Libertad, está inspirada en los jardines europeos, pero fue construida años después, en la década de 1930, concretamente en 1931. Su inauguración tuvo lugar en 1936, después de cinco años de constantes obras, con el propósito de acoger el II Congreso Eucarístico Nacional.

El evento religioso, organizado por la Iglesia católica en el período de su gran influencia en la política no solo minera sino de todo el país, contó con la presencia de autoridades notables de la época, como el gobernador Benedito Valadares, el alcalde Otacílio Negrão de Lima y representantes del clero brasileño.



Imagen 20: Plaza Raul Soares, destacando las piedras marajoara que forman innumerables imágenes en el suelo de la plaza. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

El congreso fue visto como uno de los eventos más importantes celebrados en la plaza Raul Soares, tanto por su repercusión en la sociedad, como también por haber inaugurado la plaza. Su nombre es un homenaje al gobernador de Minas Gerais del mismo nombre, que murió en 1924 ejerciendo el cargo.

En cuanto a su estructura física, la plaza tiene una planta en formato de mosaico portugués de estética marajoara, único en las plazas de toda la ciudad. El estilo de ornamentación marajoara (Imagen 20, 2020) está inspirado en los motivos indígenas de la isla de Marajó, de la cual se aprovecha especialmente su estilo de cerámica. De la plaza se puede destacar también su excesiva iluminación, que da una sensación de aparente seguridad a todos los visitantes nocturnos y garantiza, además, la accesibilidad a las personas con dificultades de movilidad.



Imagen 21: Visión panorámica de la plaza Raul Soares en 2017. Centralizado a la parte superior, el Mercado Central. Es posible ver los dibujos en las piedras marajoaras que integran el calzado del espacio. Ahora no hay más tantas arboles como en este año.

Según noticias encontradas en periódicos de décadas pasadas, la plaza no tenía mucha actividad cívica, lo que motivó a su reforma, por la necesidad de reducir el gran índice de marginalidad que la plaza concentraba.

La plaza se constituye como el marco cero del municipio de Belo Horizonte, y se encuentra rodeada por construcciones tradicionales de la ciudad. Se compone de edificaciones de diversos estilos arquitectónicos en contraposición con la plaza de la Libertad, que mantiene coherencia en sus edificaciones, y se ubica en el cruce de cuatro importantes avenidas de la ciudad: avenida Amazonas, avenida Olegário Maciel, avenida Augusto de Lima y avenida Bias Fortes, que conectan las regiones este, oeste, norte y sur de la capital minera.

La avenida Bias Fortes da directamente a la plaza de la Libertad. Entre los edificios destacados podemos citar el edificio Randrade, el primer inmueble residencial de la región, y el edificio JK, que alberga a miles de habitantes en sus viviendas. El edificio JK es también obra del arquitecto Oscar Niemeyer.



Imagen 22: Plaza Raul Soares ya la derecha de la foto, parte de las dos cuadras del Edificio JK. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Desde la plaza, con un área de aproximadamente 15.000 m², es posible ver el Mercado Central, patrimonio de la ciudad, y también los varios bares que aseguran el ocio al final del día de varios residentes y turistas que visitan la ciudad. La plaza también marca

la división de los barrios Barro Preto, Centro y Santo Agostinho, todos situados en la región centro-sur.

En el año 2008 la plaza Raul Soares fue reformada por el municipio e incluida en el conjunto urbano plaza Raul Soares como bien de interés cultural de la población belo-horizontina.

Las manifestaciones arquitectónicas en la plaza Raul Soares son de lo más diversas. Presenta composiciones híbridas, dada su diseño simétrico, que representa proporciones matemáticas y perspectivas antropocéntricas, como se puede comprobar en la Imagen 23 (2012). La urbanidad contemporánea se mezcla con los rasgos *art déco*, característico del período de su construcción, que se pueden observar en la enorme fuente que integra el centro de la plaza, el suelo con un mosaico marajoara y algunos pocos bancos de mármol.



Imagen 23: Plaza Raul Soares - Visión panorámica en la que se observa al fondo la Sierra del Curral. Autor: Marcos Desimoni, Obras de Movilidad urbana Belo Horizonte, 2012.

En comparación con la plaza de la Libertad, esta muestra un número muy inferior de bancos disponibles para sus usuarios; a menudo se acomodan en el césped, que ocupa gran parte del proyecto paisajístico del espacio.

El área donde se encuentra la plaza ya estaba prevista en el proyecto original de la ciudad, diseñado por el equipo técnico coordinado por Aarão Reis, en la época del

proyecto inicial de Belo Horizonte. En este período, la plaza Raul Soares era conocida como plaza Catorce de Septiembre, y la constituía un enorme descampado, alejado de la región identificada entonces como región central, y que tenía como punto de referencia la plaza de la Libertad.

El lugar era considerado el centro neurálgico de la que en ese momento era una pequeña población, en vista de los límites de la avenida del Contorno, que delimitaba el área urbana de Belo Horizonte. Hoy, obviamente, esta realidad es muy diferente, teniendo en cuenta la delimitación territorial actual de la ciudad, que va mucho más allá de la avenida del Contorno.

Sin embargo, la plaza Raul Soares todavía es considerada un punto de referencia de Belo Horizonte y las distancias se establecen a partir de ella. Fácilmente se encuentran personas que utilizan esta plaza para orientarse o dar direcciones.

La plaza Raul Soares fue sometida a una reforma, y las primeras obras se financiaron con el Presupuesto Participativo Digital, aprobado en 2006. La reforma pretendía, en especial, transformar el espacio en un área de mayor seguridad para los usuarios, dado su historial de violencia, tráfico de drogas ilícitas, un alto índice de robos y también la excesiva presencia de mendigos y personas en situación de calle que utilizaban el espacio como vivienda provisional.

Las obras se finalizaron después de dos años, en los que se recuperaron los jardines, las aceras y suministros, se ajustaron los pasos de peatones, se garantizó la accesibilidad a las personas con discapacidades físicas, se instalaron lámparas especiales para dar una mayor seguridad a los peatones que pasan por la noche, y además se redujo la plantación de árboles, conforme a un osado proyecto paisajístico.

Durante los dos años en que la plaza se mantuvo en proceso de reforma, se aisló la zona, por lo que los personajes marginales de la antigua realidad de la plaza, como personas en situación de calle, drogadictos, mendigos y otros individuos, ocuparon otros espacios (Carlos Mello GARCÍAS & Jorge Luiz BERNARDI, 2008).



Imagen 24: Visión parcial de la Plaza Raul Soares: Al centro la fuente luminosa. En el fondo, edificios de diferentes arquitecturas. Autor desconocido, Plaza Raul Soares, 2016.

Gracias a su reforma, la fuente volvió a funcionar combinando luz y música, que en determinados momentos se sincroniza con el movimiento de las aguas. El mobiliario urbano se adecuó al espacio, instalando asientos en el modelo original. El proyecto de reforma también abarcó la restauración de las características originales de la plaza, de marcada inspiración francesa. En total, 12 canteros componen el área de la plaza.

Los cambios realizados también incluyeron la iluminación con un equipamiento contemporáneo, basureros de acero inoxidable y medidas de accesibilidad en puntos de conexión con los edificios que integran el espacio. También se crearon cuatro espacios cerrados al tráfico de vehículos, que se transformaron en plazas de vecindad, proyecto previsto desde los años noventa, pero que se hizo real solo con la reforma de la plaza en 2006. Estos espacios están integrados en la gran plaza, garantizando la transición entre la plaza y su entorno.

La fuente luminosa, marco de la reforma, funciona de lunes a viernes, de las 8 h a las 10 h, de las 12 h a las 14 h y de las 18 h a las 22 h. Se encarga del tratamiento del agua utilizada la Superintendencia de Desarrollo de la Capital (SUDECAP).

En la actualidad, en la plaza es posible observar movimiento de personas, que diariamente la utilizan como lugar de paso a otros destinos por su ubicación central en la ciudad, lo que no ocurría antes de su reforma debido a su alto índice de violencia.

La plaza se adaptó para adecuarla a la nueva realidad de la ciudad a causa del aumento del flujo de peatones y vehículos. Las zonas peatonales fueron elevadas, haciendo el desplazamiento desde el entorno hasta la plaza más seguro, y garantizando, como se ha dicho con anterioridad, una mayor accesibilidad.



Imagen 25: Las rampas de acceso a la plaza permiten que las personas ingresen al espacio en diferentes lados de la ciudad. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

En otros puntos de la ciudad esta disposición también se utiliza con el mismo propósito. El flujo de personas en la plaza aumentó muy poco después de su reapertura, debido a todos estos cambios.

La plaza está inmersa en el ruido de los coches que bordean desenfrenadamente su gigantesco espacio. Naturalmente, estos sonidos condicionan la plaza en todo momento. Nunca hay silencio. Durante las 24 horas del día pasan coches por su entorno para dirigirse a los más variados puntos de la ciudad. Este sonido eclipsa el silencio de dentro de esta plaza.

En su interior hay un número incontable de bicicletas, hasta el punto de que se cruzan con las personas que caminan por el espacio de la plaza a lo largo de todo el día. A pesar de ello, la gran cantidad de coches no permite que haya silencio en el espacio.

Lo primero que se ha constatado en nuestra investigación es que la plaza se caracteriza por ser un espacio de paso, y son pocos los usuarios que se apropian de ella para la contemplación del paisaje y de los edificios en su entorno, y para actividades que se practican en otras plazas.

Dado que es un espacio de paso, el horario de almuerzo - entre las 11 h y las 13 h - y el final de la tarde - después de las 17 h -, son los momentos del día en que un mayor número de personas transitan por la plaza, yendo a sus casas o a otros espacios que no forman parte de la plaza.

Hay un gran número de sintecho que abordan a los individuos que pasan por la plaza solicitando dinero en la mayoría de los casos, que, según un policía que trabaja en la vigilancia de la plaza, es utilizado para la compra de drogas ilícitas que, a veces, se consumen en el propio espacio de la plaza. El policía afirma que estas drogas son generalmente crack y cocaína. Algunos sintecho también piden comida, pero son una minoría.

Estas personas a menudo utilizan métodos de coerción contra los transeúntes de la plaza, como acercarse mucho para pedir, de manera que sus víctimas, por miedo a que se les robe o algo peor, les dan dinero. Otra estrategia consiste en utilizar el propio cuerpo para justificar la necesidad de limosna, como se observa en un individuo que presenta su pierna protésica como causa para pedir ayuda.

Según el guardia municipal, muchos de estos sintecho también actúan en los semáforos que se encuentran en las inmediaciones de la plaza, y de este modo los convierten también en puntos donde pedir dinero, en la mayoría de los casos con el objetivo de adquirir drogas. Durante nuestro trabajo de campo, fuimos testigo de la venta explícita de drogas, y, de acuerdo con el guardia municipal, esta venta se hace de forma discreta ante la posibilidad de confrontación con la policía y de su detención y requisa de las drogas, ya que en Brasil solo el tráfico de drogas, no su uso, es punible.

Aunque la plaza haya pasado por un período de revitalización y de cambio de su función social, todavía conserva características de su pasado de violencia y marginación.

Esto se refleja claramente en el gran número de personas en situación de calle que montan sus barracones de cartón lona, madera y otros materiales a lo largo de los jardines. El número de sintecho es también otro factor que nos lleva a la conclusión que, incluso con su revitalización, las perspectivas de violencia y marginación aún están presentes en la realidad de la plaza (Marcelo Paula de MELO, Marcelo Siqueira de JESUS & Diogo Van Bavel BEZERRA, 2016).



Imagen 26: Se puede observar un mendigo tendido a la izquierda y al fondo un puesto de gente en situación de calle. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Para ellos, en este contexto, se observa una gran presencia de la guardia militar municipal, que de manera ostensible se impone en la realidad de la plaza. Es una forma de garantizar la estabilización del orden social. Este cuerpo militar está equipado de un vehículo de grandes dimensiones que se establece allí todos los días por la mañana y se convierte en un punto de referencia para los transeúntes. Se erige como un puesto de mando de la región.

Otros coches y motocicletas también se quedan la mayor parte del día estacionadas a lo largo de la plaza. Generalmente las sirenas de todos los vehículos se encienden para

señalar la vigilancia policial. Este trabajo es realizado por la policía local municipal, que se mantiene con fondos del ayuntamiento.

Pocos árboles ocupan la plaza, lo que hace que no haya sombra directa para los que utilizan el espacio. La mayoría de su arborización está compuesta de pequeños arbustos de una altura máxima de un metro y medio, y su jardín de plantas bajas y hierba. Este es uno de los factores que disuade a las personas de permanecer en la plaza durante el día durante mucho tiempo.

Se observa una gran variabilidad entre las franjas de edad de la gente que frecuenta la plaza, en especial durante el período del almuerzo, en que se ven todas las edades. Sin embargo, varios vecinos de las inmediaciones utilizan la plaza como lugar de paso para acceder a otras áreas de la ciudad.



Imagen 27: Autora: Ana Clara Rafael, Sin título, 2020. Descripción: Vehículo policial que custodia la plaza y sus personajes, frenando delitos y aportando seguridad. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Los edificios residenciales, de diferentes estilos arquitectónicos y generalmente mantenidos por los comercios situados en sus plantas bajas, son lo que traen un mayor tono de diversidad a la plaza Raul Soares. Los muchos colores, ventanas y, sobre todo,

los desniveles y períodos de construcción distintos hacen imposible de precisar cuántos cambios el entorno de la plaza ha experimentado.

Muchos de los edificios se usan para hacer pintadas, lo que se identifica con la presencia de manifestaciones marginales en la realidad de la plaza actual. También se ven grafitos, que, en la actualidad, se consideran una práctica artística, pero en esta zona son pequeños en comparación con los grandes murales que se encuentran, sobre todo, en las partes más altas de muchos edificios de la ciudad.

A pesar de las diferentes realidades que representan los edificios residenciales, el comercio es el que atrae a un gran número de personas, que utilizan la plaza para acceder a los diversos locales comerciales, en especial a las tiendas instaladas en el Mercado Central, que se ubica a una manzana de la plaza, y a las tiendas que se encuentran en la planta baja de los edificios residenciales de su entorno.

También hay iglesias y restaurantes en estos edificios, que remueven aún más la realidad de la plaza durante el almuerzo, acogiendo a fieles y también a trabajadores a la hora de comer. Muchos bares que están en las inmediaciones de la plaza atraen a personas, especialmente al final del día, de varios lugares, que desde la plaza es posible avistar. Todos los días estos bares sirven a trabajadores, turistas y otros amantes de la cerveza y la comida con vistas a la plaza Raul Soares.

Por estar ubicada en la zona céntrica, es impresionante la diversidad de personas que se entrecruzan por los diversos caminos de acceso al centro de la plaza. La gran fuente - también conocida como *f fuente luminosa* -, que es el núcleo de este espacio, es testigo del silencioso cruce de hombres, mujeres, jóvenes, niños, gays, negros, monjas, artistas, ancianos, lesbianas, prostitutas, drogodependientes, sintecho, personas con necesidades especiales, y a cada momento se observan más y más especificidades en el grupo que transita, aunque sea rápidamente, en la plaza.

Las palomas son también un personaje destacado de la plaza. Están en todos los espacios posibles, y, en determinados momentos del día, ocupan gran parte de los lugares en que debería haber personas. Debido al gran número de edificios antiguos, que facilitan la creación de nidos y refugios, estos pájaros se reproducen con mayor facilidad, despertando, de este modo, una cierta preocupación social, ya que pueden transmitir enfermedades a los habitantes de la plaza.

Se observan también estudiantes saliendo de las escuelas y volviendo a sus casas, pero solo niños y adolescentes. Incluso con la presencia de muchas universidades en el entorno de la plaza, no se percibe la presencia de universitarios en el espacio. Los niños generalmente son acompañados por padres o responsables, mientras que los adolescentes están solos o en grupos. La identificación de este perfil es inmediata por el uniforme escolar.

Hay pocos bancos en la plaza, lo que disuade a permanecer en ella mucho tiempo. Durante nuestra investigación, la mayoría de las veces era posible solo acomodarse en la hierba de los varios canteros que componen el jardín del espacio.



Imagen 28: Mercado Central y gran movimiento de personas, a pesar de que es sábado de acceso restringido por la pandemia provocada por COVID-19. Al fondo, la plaza. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

No se observó la práctica de deporte activa en la plaza, solo el uso de bicicletas, pero estrictamente para fines de transporte. En lo referente al transporte, es también importante resaltar que la flota de autobuses que transita por el entorno de la plaza es numerosa, ya que la plaza conecta con todas las zonas de la ciudad y, por eso, es un punto de referencia para el transporte público, en especial el autobús, que es el principal medio de transporte de Belo Horizonte. Los paseos matutinos y nocturnos en la plaza son la

única manifestación de actividad física observada. Muchas son las personas que se ejercitan en la plaza, pero generalmente utilizan solo su entorno, sin apropiación interna.

Durante la noche, muchos homosexuales se apropian de la plaza. La mayoría de las veces están en parejas, grupos o a la espera de alguien. Conversando con algunos, se nos informa de que las aplicaciones disponibles para móviles de interacción entre homosexuales permiten que los encuentros estén marcados y que la plaza sea un lugar recurrente para esta práctica, por estar situada geográficamente en una zona bastante céntrica de la ciudad, de fácil acceso para todos.

Los gais, en su mayoría, ocupan los pocos bancos que hay en la plaza poco después de la puesta de sol, y son comunes los intercambios de caricias y de afecto entre estas parejas. El césped de los jardines de la plaza también sirve para que estos usuarios puedan acomodarse. No hay expresiones de repudio o coacción contra los homosexuales ni por parte de los demás usuarios de la plaza ni tampoco por la guardia municipal. Víctor Fernández Salinas (2007, p. 20) presenta en el contexto español una importante discusión de lo que significan los usos de las plazas para la realidad social de los gais:

(...) A lo que sí contribuye la escena gay de ciudades como Madrid o Barcelona es a corroborar el nuevo carácter de algunos guetos urbanos de la ciudad posfordista y a la confirmación de procesos de revaloración urbana en los espacios de marcado carácter gay. No obstante, como ya Michael Pollak señalaba respecto a los guetos homosexuales en 1982 (y esto podría trasladarse a todos los guetos, dorados o no), la nueva consideración del gueto urbano no está tanto en encerrarse en determinados barrios, sino en constreñir de forma exclusiva la vida personal a redes sociales y profesionales predeterminadas. Qué difícil se presenta el siglo XXI para los geógrafos, cuando ni las ciudades, ni por supuesto sus guetos, están ya en el espacio, sino en las cabezas de los individuos.

Así, los grandes centros, en la actualidad, son espacios elegidos para la absorción de la diversidad, en este caso, la sexual, y las plazas no son más que un espacio de acogida natural para estas manifestaciones (Michel RAGON, 1986).

Se observa también que los únicos grupos de individuos que ocupan la plaza Raul Soares durante más tiempo son las personas en situación de calle y estos grupos de homosexuales que son, como se ha mencionado, gais en su mayoría (se han visto pocas lesbianas en el espacio). Estos últimos permanecen en la plaza, de media, hasta las 23 h entre semana. En cambio, durante los fines de semana, es posible verlos en el espacio de

la plaza de madrugada. Muchos de estos homosexuales traen bebidas alcohólicas para consumo personal y sus envases son visibles en las basuras de la plaza todos los días.

Mezclado con la realidad marginal y de toda la cultura que abarca, la plaza Raul Soares se mantiene como espacio de resistencia. A pesar de no atender potencialmente la demanda de ocio, deporte y turismo, la plaza presenta características que van más allá del mero espacio de paso. Integra parte de la historia de un municipio y es una expresión viva de los modos de existir de la sociedad que habita y cohabita aquel espacio. No creando aquí todavía las ocasiones de la discusión sexual, la plaza incita mucho más al cuerpo que otras posibilidades, ya que no está, como en las plazas turísticas, bajo el escrutinio atento del otro, sino que está libre de miradas externas.

En resumen, por no reunir las condiciones para convertirse en un punto de referencia del ocio y turismo, las personas que utilizan la plaza no se preparan especialmente para su uso, haciéndolo de la manera más natural posible de camino a otros espacios, en la confianza que inspira la vigilancia de la guardia municipal, sin conciencia del uso real y de la apropiación, que incluso si es fugaz, se hace en el paso por este lugar.

3.7. Similitudes y discrepancias en las plazas investigadas / Aproximações e discrepâncias nas praças investigadas

Hay muchas manifestaciones que se dan de forma similar en las dos plazas investigadas, pero, sin embargo, difieren mucho los objetivos y las formas de los movimientos de los individuos en la plaza Raul Soares y en la de la Libertad.

Aunque se observe que las dos plazas sirven como lugar de paso, en la plaza de la Libertad las personas se paran a admirar su belleza, pero en la plaza Raul Soares los individuos que la atraviesan no se dedican a la contemplación de sus espacios.

Justifican esta percepción sobre la plaza Raul Soares un alto índice histórico de violencia; una gran concentración de individuos en situación de calle - sintecho, consumidores de drogas ilícitas -; la poca presencia de árboles, que resulta en la ausencia de sombra y en la dificultad de permanecer allí por largo tiempo durante las horas de sol; la falta de bebederos, y también el poco movimiento artístico y cultural en el espacio.

En la plaza de la Libertad, en cambio, al recorrer su espacio, aunque sea con destino a otros lugares, se observa que gran parte de sus usuarios contemplan los museos que se ubican en su entorno, en especial las exuberantes fachadas de los edificios en que están instalados; los jardines, con árboles muy altos - a destacar las palmeras que conectan la plaza y el Palacio del Gobierno (Imagen 16, 2020) -; las fuentes, que están en funcionamiento gran parte del tiempo; el núcleo, que es escenario de muchas fotografías de los turistas, y las manifestaciones artísticas que tienen lugar en varios espacios de la plaza, así como su arquitectura.

Se observa un mayor número de bicicletas que recorren la plaza Raul Soares que la de la Libertad. Esto es consecuencia de su uso como medio de transporte hacia sus lugares de trabajo y otros.

En la plaza de la Libertad las bicicletas tienen otra función, la actividad física, y eso se distingue de manera clara por los trajes que utilizan los ciclistas, propios de este deporte. En la plaza Raul Soares tampoco se observa la práctica de actividad física en general, mientras que en la plaza de la Libertad siempre hemos visto personas

ejercitándose: caminando, corriendo y haciendo actividades en grupos, como clases de artes marciales, de aerobio, e incluso meditación.

Mientras que hay muchas personas leyendo libros, revistas y periódicos en la plaza de la Libertad, esta acción casi nunca se ve en la de Raul Soares, ya que esta plaza está dominada por un ruido excesivo causado por el tráfico y hay poco aislamiento debido al pequeño número de árboles, al contrario de la plaza de la Libertad, que tiene muchos árboles que minimizan el sonido de los coches, a pesar de que también circulen frecuentemente en su entorno.

Si bien hay varios autobuses que pasan por las calles que rodean la plaza Raul Soares, en el caso de la plaza de la Libertad se observa un número inferior de vehículos para esta finalidad en sus inmediaciones.

En lo que respecta a la organización y mantenimiento de las plazas, según nos informó una trabajadora de la limpieza de la plaza Raul Soares, esta tiene cuatro jardineros que trabajan diariamente: el espacio se barre de lunes a sábado, dos veces al día, y también se limpian los jardines. Estos jardineros no se ven en todo momento en la plaza, a diferencia de la plaza de la Libertad, en la que siempre se pueden observar a lo largo del día trabajadores responsables de la limpieza y el mantenimiento del espacio.

En las dos plazas hay individuos de todas las franjas de edad, pero sobresale la presencia de un mayor número de ancianos en la plaza de la Libertad, creemos que, por la concentración de vecinos de esta edad en la zona de la plaza, lo que les facilita el acceso. En la plaza Raul Soares, en cambio, esta presencia no se hace patente debido a la mayor concentración comercial y no residencial.

Hay mucho contraste entre los edificios históricos que acogen museos en la plaza de la Libertad y las variadas construcciones del entorno de la plaza Raul Soares. En esta los diferentes estilos arquitectónicos se mezclan con las pintadas y grafitos, que en nada se asemejan a los edificios de estilo *art déco* que sirven de escenario de las fotografías de turistas en la plaza de la Libertad. Esta disparidad en el entorno de las plazas justifica que el objetivo y significado del paso de las personas por estos espacios sea diferente.

Mientras en la plaza de la Libertad hay varios vendedores de innumerables productos, en la plaza Raul Soares la ausencia de clientes imposibilita la presencia de comercio en su interior. Esto es consecuencia del comportamiento de los sintecho, que

interpelan a los individuos que pasan por la plaza de manera, muchas veces, coercitiva, disuadiéndolos de apropiarse de aquel espacio.

En la plaza Raul Soares no hay la presencia masiva de estudiantes que se da en la plaza de la Libertad, aunque haya varias instituciones escolares cercanas a este espacio. Una observación interesante es que los pocos estudiantes que atraviesan por la plaza Raul Soares están acompañados, generalmente de padres o responsables o van en grupos, y no se instalan en la plaza, sino que pasan por ella rápidamente.

Difícilmente se encuentran sintecho en las inmediaciones de la plaza de la Libertad, a diferencia de lo que pasa en la de Raul Soares, lo que de cierta manera intimida a aquellos que quieren hacer usos de la plaza para el ocio, para la práctica de deportes y para otras actividades. El comportamiento coercitivo de estos mendigos impide el uso natural del espacio de la plaza. Además, su apropiación del espacio con barracas de lona y de cartón, dificultan que sea considerado un espacio para el ocio y para la actividad pública libre.

4. PLAZA: RELACIONES ENTRE CUERPOS Y DOS PLAZAS DEL ESTADO DE MINAS GERAIS / PRAÇA: RELAÇÕES ENTRE CORPOS E PRAÇAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

O corpo está em toda a parte. Ele habita os espaços, faz por si só com que os mesmos se movimentem para além do que a natureza possa traduzir. Para Joan Scott (2017) o corpo é, acima de qualquer possibilidade de entendimento, a ferramenta que permite com que as sociedades possam evoluir, a se dizer em literal ação, caminhar. Nas praças, estes corpos muito representam, uma vez que é o espaço legítimo de seus inumeráveis objetivos. As praças, desde os contextos mais tenros apresentados na realidade histórica de sua criação, coloca o uso dos corpos como principal personagem para seu funcionamento e manutenção.

Corpos e praças representam o que muito se busca na esfera das ciências sociais: aparatos que permitem análises das mais variadas e resultados dos mais elaborados, uma vez que suas dinâmicas, em cada contexto social que se aplicam, compreendem incontáveis possibilidades de apresentação e significações. Ao redor do globo, inúmeras praças estão lá, soltas, permitindo que corpos possam manifestarem-se livremente nelas, seguindo basicamente as regras que são culturalmente impostas em cada realidade. Desde os contextos em que as praças são espaços de comércio de drogas até àquelas que são para a sociedade representação de aparato cultural máximo, elas apenas existem e apenas são ativamente praças devido ao funcionamento ativo dos corpos nestas.

Nas duas praças investigadas neste estudo, a realidade dos corpos e os múltiplos entendimentos destes na organização dos espaços públicos se mostram de rica análise. Apesar de geograficamente se encontrarem tão próximas, praça da Liberdade e praça Raul Soares tem características muito díspares ao que tange à análise da reprodução de elementos corpóreos em seus espaços.

Masculinidades e feminilidades são apresentadas nestas duas praças de maneiras bastante distintas, ao passo que é possível se perceber que as relações que são estabelecidas entre estas construções estão voltadas para três campos de entendimento: a construção cultural e social destas praças; a centralidade das possibilidades de usos destas

praças; e a forma com que os corpos se organizam para os locais de fala que cada um destas praças apresentam (Miriam GOLDENBERG & Marcelo RAMOS, 2002).

No âmbito da construção social que é imposta a estas praças, é relevante destacar que desde a construção de cada uma destas, a se dizer do seu marco de elaboração dado em projetos arquitetônicos e urbanísticos, foram traçados fins distintos, o que marca desde suas criações o entendimento para o que se objetivava cada uma ao olhar de seu criador, prevendo suas intenções para além dos papéis.

Não obstante, é possível perceber que a praça da Liberdade se mantém como berço de cultura da cidade, ideário de sua criação, abrigando as construções da gestão do estado de Minas Gerais desde sua criação, gerando assim pertencimento histórico e também cultural para a população de todo o estado. A construção historiográfica deste pertencimento vem trazendo novos conceitos, entre eles o de *história local*, que parece a princípio óbvio, mas durante muito tempo não foi considerado por historiadores como deveria ser.

Já que as histórias das localidades ficavam restritas à política, religião e fatos isolados, não abarcando ricos detalhes que explicariam muito mais a realidade do local, além da possibilidade de criação de uma identidade cultural mais forte, lembrando que o agente histórico estaria mais próximo, Mozart Lacerda Filho, afirma sobre o conceito de *história local*:

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens (...), as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da *história local* costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação - adaptação, resposta e criação - às normas que ultrapassam as comunidades locais (MOZART LACERDA FILHO, 2005, p. 07).

Acreditou-se durante longo período, que escrever a história dos espaços era descrever os eventos vividos pelo homem, sempre se apoiando em interpretações de senso comum, em registros fotográficos ou artísticos nos quais somente questões de patriotismo permitiam espaço. Acerca da *história local* é possível perceber que a realidade cadencia outra realidade, na qual os cidadãos compreendem os espaços como predominantemente geradores de história pela movimentação de cada um deles, envolvidos dos princípios de

identidade e democracia. Isso, ainda está resguardado para locais onde o aparato cultural permeia com maior afinidade o condicionamento político e comercial, como a praça da Liberdade.

Em contrapartida, a praça Raul Soares é espaço onde se concentram outras possibilidades da cidade, por se localizar em um espaço de comércio popular, de grande circulação de veículos e também de acesso irrestrito aos usuários de várias outras partes da capital, que utilizam a mesma, apenas, como espaço de passagem, sem pertencimento cultural, mas como pista de rolagem irrestrita. A praça não denota o conceito de *história local* neste entendimento de apropriação, por não firmar e apresentar para os transeuntes um local de pertencimento. A apropriação desta praça é tida em momentos que não representam os usos de todos, a saber: o comércio de drogas ilícitas, a prostituição e outras ações que fogem da sociedade como algo aceitável para todos os públicos que têm o direito de fazer uso das praças como crianças, idosos, atletas, jovens, pessoas com deficiência e outros. Esta discussão irá se adensar ao longo deste capítulo.

Neste ínterim, as praças oportunizam os corpos a se regularem às realidades, entendendo, mesmo que de maneira informal, os propósitos que estes podem exercer em cada um destes espaços públicos. Ao passo que alguns corpos se apropriam do espaço da praça da Liberdade para manifestação de ações religiosas, a se dizer de encontros de igrejas evangélicas, de praticantes de religiões de matriz africana e de encontros de grupos de jovens de entidades católicas, a praça Raul Soares caminha em outra vertente.

A praça permite que outros corpos possam viver realidades diferentes, como, por exemplo, a possibilidade de moradia em barracos feitos de lona e de papelão, e do exercício do uso de entorpecentes que são proibidos pela legislação vigente, trazendo corpos que estão à margem para o centro da ação nesta praça, pela compreensão dos corpos de que este é um espaço que permite o protagonismo destes.

Não compreendendo pelos atores esta relação de protagonismo nos espaços, as praças, culturalmente trazem códigos que são apresentados para a população, e estes códigos reproduzem estigmas que perduram por longos períodos. Logo, determinadas praças tornam-se conhecidas pela oferta de cultura, de esporte, de lazer, de riscos à vida, devido à violência dentre outras possibilidades, cabendo às políticas públicas e aos agentes de poder a observância destas apropriações e a devida movimentação de práticas que permitam novos reconhecimentos das praças. Estas ações podem se dar pela

revitalização das mesmas, a inserção de programas sociais nestes espaços e outras várias possibilidades de resignificação das ações que são exercidas nestas. Estas manifestações podem permitir a atração de novos olhares, e assim, a apresentação de novas características e ensejos para que a população se aproprie destes locais.

Por ambas as praças se localizarem em espaços de contexto, a se dizer na realidade brasileira, tradicionais, sendo Minas Gerais representado por costumes e posturas que remontam à ideias da época do império, muitas das ações postuladas pelos corpos que se mantêm nos espaços investigados necessitam de olhar mais atencioso para validar os objetivos projetados nesta tese. A famosa máxima que “mineiro come quieto”, está explicitada nas manifestações dos corpos nas praças. O termo no Dicionário Informal (2020) apresenta que:

Uma pessoa que “come quieto” não expõe as suas travessuras pra todo mundo e acaba sendo interpretado como uma pessoa certinha, mesmo que nunca tenha afirmado que seja santo. A pessoa "come quieto" não precisa necessariamente mentir sobre seus atos, e sim ser discreta e às vezes, omitir (DICIONÁRIO INFORMAL, 2020 – Online).

A se dizer dos corpos e seus objetivos nas praças pesquisadas, estes passam distante da ideia de serem claras as motivações ou mesmo as intenções que fazem com que os corpos, em suas variabilidades, estejam nestas praças. Com o percorrer da pesquisa, e a intensificação do número de visitas, em diversos dias da semana e em diferentes horários, por meses consecutivos, nos anos de 2017 e 2018, como descrito nas escolhas metodológicas, é possível perceber que as relações estabelecidas entre praças e corpos estão muito além das perspectivas de lazer e interação cultural, como postulados basicamente na realidade das políticas públicas mantenedoras da realidade das grandes cidades brasileiras.

A seguir, a atuação dos corpos nas praças da Liberdade e Raul Soares serão pormenorizadas e dialogadas no entendimento da pluralidade das possibilidades que o corpo se permite no espaço público, muitas vezes, mantido por ações de educação não formal.

4.1. Cuerpos em las plazas: la construcción de identidades / *Corpos nas praças: a construção de identidades*

A realidade das práticas corpóreas que se manifestam no contexto das praças, a se dizer das praças que são investigadas neste trabalho, em muito dizem das ações educativas que o corpo gera em vários estágios da vida humana. Desde ver pais e mães ensinando seus filhos a andarem de bicicleta nas praças nos domingos pela manhã ou até mesmo observar as movimentações do comércio da prostituição sexual de adolescentes podemos afirmar que os corpos são exponenciais aparatos educativos. Estes são apenas dois exemplos da vasta gama de possibilidades que os corpos imprimem em contextos de iniciação - que pode se representar também por ação de aprendizado ou ato educativo - nestas praças.

Podemos entender neste contexto que o corpo na sociedade contemporânea não é mais entendido como uma junção de músculos, ossos e articulações, sem mais significações. Ele é visto como mercadoria e vai adiante, assim como provisório, mutável e mutante, estando a todo tempo disponível a diferentes intervenções com objetivo de atingir seus anseios, sua forma ideal, educando-se na construção diária de seus valores.

Miriam Goldenberg & Marcelo Ramos (2002), ao que tange aos objetivos sociais impostos aos corpos no ocidente, compreendem que a busca pela boa forma passa a atender, em uma dimensão social, a partir da segunda metade do século XX, as objetivações dos corpos na sociedade.

(...) A industrialização e mercantilização, difusão generalizada das normas e imagens, profissionalização do ideal estético com a abertura de novas carreiras, inflação dos cuidados com o rosto e com o corpo: a combinação de todos esses fenômenos, funda a ideia de um novo momento da história da beleza feminina e, em menor grau, masculina. A mídia adquiriu um imenso poder de influência sobre os indivíduos, generalizou a paixão pela moda, expandiu o consumo de produtos de beleza e tornou a aparência uma dimensão essencial da identidade para um maior número de mulheres e homens (MIRIAM GOLDENBERG & MARCELO RAMOS, 2002, p. 08).

Se deu início ao tempo de necessitar ver para ser visto, e assim os cuidados com o corpo passaram a manifestar-se como uma obrigação para os indivíduos. Um processo

de universalização ao que se trata dos cuidados com o corpo passa a vigorar, dessa forma, alavancando o comércio da estética e dos produtos que ofertam procedimentos para todos os tipos de necessidades, classes e desejos relacionados ao corpo, com diferentes indicações e recomendações para cada tipo de corpo. Dessa forma, cria-se o processo de individualização do corpo como condição na sociedade contemporânea e a reafirmação do mesmo como instrumento mercadoria.

Dados os diferentes tipos de produtos e procedimentos existentes para os cuidados com o corpo, estes revelam outra característica da sociedade atual, pautada pelo consumo: a do excesso da exposição. Tal aspecto está presente nas movimentações dos corpos pelas ruas, estes educados a não destoar da realidade imposta por procedimentos estéticos e cirúrgicos. A intenção de manter-se dentro de um tipo imposto pela sociedade eleva o mercado das cirurgias plásticas, que podem ter seus pagamentos divididos em inúmeras prestações; perfaz a constatação de inúmeras academias de ginástica, musculação e outras artes que detêm o cuidado do corpo como foco e dentre outros espaços na área da dermatologia e da estética que vem reafirmar o argumento sobre a universalização dos cuidados com o corpo apresentado por Miriam Goldenberg & Marcelo Ramos (2002).

Ao que tange às práticas de comércio sexual dos corpos, a ação de uso destes de forma trabalhista, foram observadas por diversas vezes em prática em ambas as praças. Na praça da Liberdade, o mercado do sexo é discreto, mas bem mais efervescente e rotineiro que na praça Raul Soares, onde a oferta pelos serviços é feita de maneira explícita, até mesmo na frente da viatura de polícia, que se instala diariamente na praça com a finalidade de ronda e segurança dos usuários. Profissionais do sexo abordam clientes na praça Raul Soares de maneira direta, quase sempre organizando o valor da prática e o local em que ocorreria ali mesmo, na praça, sem muitos protocolos como visto no outro espaço.

Esta discrepância fica bem clara com a informação que homens e mulheres que se prostituem na praça da Liberdade são advindos de plataformas online de encontros - sejam elas aplicativos específicos como *Tinder* e *Grindr* - aplicativos eletrônicos de encontros - onde eles expõem seus trabalhos, ou páginas eletrônicas especializados - e utilizam desta praça para encontrar seus clientes, e posteriormente, se direcionarem para seus espaços de atendimento - hotéis, motéis ou mesmo suas residências - e depois, novamente, desembarcam na praça, que serve como um espaço de chegadas e partidas para o ato do

trabalho sexual. O corpo já se direciona a esta praça com a intuição de ser conduzido para outro local, sendo este espaço apenas o itinerário reservado para uma das etapas da prática trabalhista no mercado sexual.

Em conversa com uma das prostitutas que atua nesta praça há quatro anos, a mesma afirma que considera este um local público onde a sociedade, no geral, não apresenta críticas aos que estão presentes ali, e por isso, trabalhar naquele lugar, “é melhor”, segunda ela, porque não existem manifestações de preconceito, como em outros locais, por se tratar de um espaço de convivência da família, e por isso, considerado ilibado.

A afirmação da profissional do sexo remete ao entendimento de que muitos dos espaços públicos são marginalizados e, projetados no inconsciente e consciente da sociedade como locais de práticas tidas como promíscuas, o que afasta determinados grupos destes locais. Como a praça da Liberdade é um espaço frequentado por “famílias”, como descreve a própria personagem, a caracterização deste espaço como propício para ações que fogem às normas da conduta tradicional é propícia. Ao se dizer de conduta tradicional, falamos das práticas que estão dentro do que se compreende como aceitas socialmente, nos princípios de monogamia, restrição ao uso de drogas e outras matizes inculcadas nos costumes do mineiro.

Existem nos grandes centros, praças e outros espaços que apresentam para a grande população a conotação de local para oferta do sexo em várias cidades pelo país. A personagem citada anteriormente mencionou a rua Guaicurus, que é conhecida na cidade de Belo Horizonte como local de oferta de serviços de prostituição e, por isso, muito conhecida pelos moradores da cidade, o que para ela não se mostra como um local interessante para seu trabalho, pois existem “rótulos” como ela adjetivou as profissionais que lá trabalham.

Segundo Judith Butler (2013, p. 167), os acontecimentos sociais que se produzem no espaço público não são fatos isolados, senão uma reafirmação de uma norma ou de um conjunto de normas. Normas estas que não se referem unicamente às questões de gênero e sexualidade, mas também normas que determinam interações e participação das pessoas na vida pública, o que caracteriza as pessoas em seus espaços de escolha para as manifestações de seus corpos e desejos.

Judith Butler, assim, reitera que as demandas de ações que os corpos promovem também nas praças estão relacionadas com as experiências em que cada indivíduo cria significado, gerando dessa forma, nestes espaços, situações específicas para determinado grupo, em detrimento de outro grupo. Um espaço que é tomado pela violência, por natureza, irá afastar grupos que coíbem estas práticas, e estes, por conseguinte, irão buscar em outras praças os interesses que lhe atendem e as premissas e costumes que acreditam.

Os indivíduos nas praças nada mais são que a mola propulsora de ações que permitem que estes locais criem sua identidade, formem seu público e assim tenham capacidade de se manter com os seus personagens. Em um processo de revitalização de uma praça, por exemplo, é possível entender que se ela está mal cuidada ou até mesmo abandonada, este fator diz de seus usos e de como os indivíduos anteriores à chegada à essa situação lidaram com esta realidade, que por demandas de interesses aquém da manutenção da praça, permitiram que esta entrasse em decadência (José Horta NUNES, 2011).

De modo geral, a ação dos corpos das pessoas nos espaços públicos se difunde em função do próprio crescimento da cidade, pois o movimento e constante atividade desses corpos são como subcentros, que densamente povoados configuram o preenchimento das praças, em alguns casos até mesmo apresentando demanda da criação de outras praças, logo, produzem ações de acordo com seus interesses e as demandas que surgem destes espaços.

Em se tratando da área central de Belo Horizonte, uma cidade de grande porte e capital de um estado, os espaços públicos ocupados pela população estão diretamente associados à clientela local e ao público que acessa a cidade para inúmeras finalidades, como já mencionados anteriormente, e estes espaços são propícios à apresentação das demandas que requerem seus usuários (Celina ALBANO, 1984).

Esta afirmativa segue de encontro com a premissa que, dificilmente, em cidades de pequeno porte, remontando o projeto de praça que é tido no viés ocidental, seja possível que esta oferte, a exemplo, o serviço de corpos para a prostituição como uma atividade motriz, mantendo nesta prática a centralidade de suas atividades de trabalho. Esta atividade dada como exemplo caminha de encontro com a afirmativa que, nos grandes centros as demandas de serviços variados aumentam, ao passo que as praças

também se inserem nesta perspectiva de variedade de serviços e ações ofertadas ao público.

A se dizer da revitalização de praças, este termo pode ser entendido em duas óticas ao que tange a um novo olhar para determinado espaço público: revitalizar pode dizer da ação de trazer novos significados na construção de atividades que criem interesses de outros corpos ao uso das praças, como ações no campo do esporte e no incentivo à práticas culturais, e por que não, em contraposição, ações de marginalização que também possibilitam que ocorra a aglomeração de corpos com interesses afins e as funções do espaço praça sejam cumpridos.

Em outra perspectiva do entendimento de revitalizar, esta ação na praça pode também dizer da reorganização espacial desta, perpassando uma reforma estrutural de sua arquitetura ou a reconstrução da mesma com base em outro projeto arquitetônico e urbanístico. Estes eventos podem ocasionar no resgate dos corpos dos personagens que utilizavam a praça anteriormente, em uma movimentação de retorno dos valores que estes imprimiam nesta ou mesmo na produção de novos significados e assim, na identificação e apropriação de outros corpos a tornarem-se também atores do e para o espaço.

No âmbito dos perfis dos corpos das praças revitalizadas, em especial as praças Raul Soares e Liberdade, os processos que os envolveram são díspares. Enquanto existe na praça da Liberdade uma preocupação do poder público em manter os traços originais da sua criação, tanto no aspecto arquitetônico, como também na manutenção de jardins, árvores e outros recursos que remontam à época de sua inauguração, neste espaço corpos também traduzem esta ideia. Eles buscam apresentar características de saúde, bem-estar, beleza, enobrecimento, e gostos apurados para as artes, seja na visitação constante aos museus do entorno da praça, seja na apreciação das várias manifestações artísticas que ocorrem dentro do próprio espaço.

Estas características se constataem em várias ações, a destacar: práticas de esportes e ginástica individuais ou coletivas com auxílio de educadores físicos particulares; caminhadas de pessoas que vivem em locais de classe média alta às redondezas da praça, prezando pelas roupas de característico poder aquisitivo alto. Enquanto isso, é também possível perceber que outros usufruem desta praça para fins de inserção no campo das artes, contribuindo com doações em dinheiro para os artistas que se apresentam na praça desenvolvendo práticas musicais, de dança, e em outro campo, os corpos que se envolvem

em ações religiosas, nas mais variadas possibilidades de religiões e formas de encontro ocorridas na praça.

Na praça Raul Soares, outros corpos repercutem suas identidades sob as pedras marajoaras. Enquanto a preocupação aparente das ações de reforma e restauro trazem em seus processos de revitalização novos olhares da população belo-horizontina para esta praça, na intenção de recriar interesses da comunidade aos seus usos. Estas ações deixam de lado, como fator principal, a manutenção dos traços que configuraram seu projeto inicial, e assim a praça acaba por alavancar a manutenção de corpos que a buscam para fins delituosos. Seja na prática de pequenos furtos, até mesmo ao uso de drogas ilícitas, os corpos reproduzem nesta praça impressões bem diferentes da outra. O processo de restauração desta praça não atingiu ao curto, médio e longo prazos os interesses das políticas públicas da cidade em diminuir a presença de usuários de drogas nestes espaços, nem mesmo a permanência de pessoas em situação de rua.

Mesmo se caracterizando como uma praça icônica, com arquitetura característica, muitos fatores fazem deste espaço um novo local após suas obras, contudo com a povoação dos mesmos corpos, em busca dos mesmos objetivos. Mesmo com a retirada de muitas árvores do projeto original, a criação de espaços de convivência, novas disposições de bancos e também a reorganização dos acessos não foi possível trazer novos olhares para a estrutura da praça, pois os corpos rapidamente buscaram se adaptar ao novo modelo e retornar para esta praça as práticas já antigas.

Em outra vertente, ainda não existem dados consolidados da última obra para revitalização da praça da Liberdade, em 2018. A anterior havia ocorrido em 1990. A reforma com foco na restauração foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte, o governo do estado de Minas Gerais e a iniciativa privada, pela empresa Vale S. A. As obras custaram cerca de cinco milhões de reais e tiveram como claro objetivo o cuidado na manutenção da praça com intuito do restauro preciso de seu projeto original, reafirmando os interesses dos poderes público e privado em manter o local com as suas características iniciais e a valorização do turismo neste espaço, o que se mantém ativo, como a massiva presença de corpos de outras cidades que visitam a praça da Liberdade apenas com o intuito de a conhecer.

Em sua última revitalização, a primeira parte do trabalho começou com a poda das árvores. Para execução da segunda fase, quando as obras com máquinas começam, o

espaço foi completamente fechado até o final do processo. Homens e mulheres que estão presentes nestas praças tiveram ganho ainda maior com a reabertura do espaço, com a manutenção de seu local de visitação e com a perspectiva de poder continuar a exercer suas práticas com as mesmas referências da praça antes de sua revitalização, uma vez este processo sendo calcado no interesse de manter exatamente o espaço como em seu projeto inicial.

Ainda acerca da presença dos corpos nas praças, é característico de ambos os espaços investigados as adaptações procedidas por estes ao longo da história para acolhimento de políticas de inclusão e melhor recepção de seus pares. Com o advento da lei de inclusão de pessoas com deficiência, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, tornou-se obrigatório que estas praças tivessem em sua estrutura passagens de acesso para cadeirantes e outros cidadãos com limitações de locomoção, o que traz também intervenções necessárias no projeto inicial das duas praças, que no período de suas construções ainda não abarcavam tais diálogos no âmbito da inclusão de pessoas portadoras de deficiências (Evaldo do Nascimento BORGES, 2011).

Com facilidade é possível encontrar pessoas cadeirantes nas duas praças, tanto em atividades de lazer, como em práticas de trabalho e também utilizando estas como via de acesso seguro para outros locais da cidade. O olhar para estes corpos se mostra também motriz para o entendimento destas praças como espaços públicos plurais, que possibilitam o pertencimento de vários grupos em sua realidade cotidiana e na perspectiva do atendimento das diversidades.

Apesar de tão discrepantes em formatação espacial, ambas as praças permitem que os corpos de seus usuários se manifestem como desejam. A presença do gênero feminino e masculino é notada de forma proporcional nas duas praças, o que denota a ideia que a praça é um espaço de igualdade para acesso dos gêneros.

4.2. Las plazas e identidad sexual de los seres humanos en estos espacios / A praça e a identidade sexual dos seres humanos nestes espaços

Mesmo que não seja possível precisar se homens ou mulheres são maioria nas praças investigadas, é possível fazer, ainda que tímidas, constatações acerca das masculinidades e das feminilidades que estão presentes nestas duas praças. Homens e mulheres, independentemente de suas orientações sexuais fazem uso contínuo das praças, sem clara distinção de uns para outros para determinada atividade.

Quando se propõe uma leitura da praça a partir da perspectiva do gênero, pode-se validar como estes se expressam e se reproduzem de diferentes formas nesta. Enquanto tem-se na praça da Liberdade predominância feminina, contemplando as faixas etárias, na praça Raul Soares a mulher é invisível. Apenas é possível perceber a permanência de uma mulher na praça Raul Soares pelo trabalho da prostituição ou da moradia temporária por encontrar-se em situação de rua. No caso do trabalho sexual é onde elas buscam seus clientes, ou para o uso como moradia, estas encontram neste espaço público a possibilidade de abrigo, seja com seus companheiros e companheiras - a maioria das vezes -, seja sozinha em barracos de papelão ou lona, ou barracas de acampamento que são construídos diariamente neste espaço. Uma mulher de 29 anos, moradora de rua desde os 14 anos, relatou como é a sua passagem pela praça Raul Soares. Após morar em uma ocupação em outra região da capital, por seis anos, se viu, com a desapropriação do lugar, sem ter pra onde ir. Com dois filhos, de 10 e 07 anos, a mulher foi viver como andarilha pela cidade. A praça Raul Soares é o quarto espaço que ela ocupa para moradia temporária desde que foi retirada da ocupação.

Ela não tem estudo e diz “sonho em ver meus filhos estudando”. Ao abordar se os mesmos são matriculados em alguma instituição escolar, ela responde que eles nunca frequentaram a escola, pois como vive “de um lado para o outro”, não consegue manter a assiduidade destas crianças em uma unidade de ensino. Para sustento, ela, junto com seus filhos, vendem balas e água mineral nos vários sinais de trânsito que ladeiam a praça Raul Soares. Segundo ela o dinheiro é pouco, mas o suficiente para conseguir alimentar os dois filhos. Quando abordei a questão se ela não tinha interesse de ter uma casa, a mesma foi ágil em afirmar que não gosta da rotina das pessoas “comuns”, e que aprende muito com a “lei da rua”.

Essa última declaração valida ainda mais o entendimento de que os corpos são potenciais estruturas de ensino, e que estão passíveis de aprendizagem além do que é propriamente ensinado na escola, cabendo a valorização do saber popular com este depoimento.

Neste contexto, o saber popular é considerado um evento anônimo nos espaços públicos, não apresentando explicações sobre a quem se pode atribuir a autoria de determinado conhecimento. Trata-se de um núcleo de saberes inserido nas mais diversas esferas sociais, resultando aprendizagens promovidas em linguagens múltiplas e constituindo assim a sabedoria popular de um povo.

No âmbito do trabalho, aparentemente o equilíbrio entre gêneros é percebido no espaço, tanto que existem muitas atividades que são apenas mantidas por mulheres, enquanto existem outras com parcerias masculinas e outras que tem protagonismo solo de homens. Como a ser apresentado posteriormente, o trabalho com a prática sexual de prostituição tem clara maioria de profissionais mulheres, enquanto é pequena a parcela de homens que atuam nesta atividade nas praças investigadas. Já no campo das manifestações artísticas, homens e mulheres tem presença constante, mas as mulheres se destacam em quantidade, estando à frente da maioria das atividades culturais que foram possíveis de acompanhar nas praças ao longo da pesquisa.

Já no campo de manutenção das praças, a figura masculina sobressai à feminina. Jardineiros, garis, profissionais que cuidam da iluminação das praças, da manutenção de chafarizes e até mesmo a guarda policial é majoritariamente composta por homens e as mulheres aparecem em pequena parcela executando estas atividades. Para um policial que atua na atividade de guarda e ronda da praça, as mulheres, mesmo que exista a oferta e demanda para esta função de guarda de espaços públicos da cidade, preferem outras atividades no âmbito da atividade policial.

Este profissional demonstra em sua fala que a figura masculina cria apreensões de poder sob a ótica da segurança das posturas da cidade, em detrimento da figura feminina, reafirmando estereótipos e valorizando a cultura do patriarcado como ação de poder na sociedade, mesmo que no Brasil, dado a contemporaneidade do século XXI, já existam inúmeros programas e políticas públicas que visam ofertar tanto visibilidade como também empoderamento às mulheres na atividade trabalhista de polícia (Eduardo Godinho PEREIRA, 2020).

Dentre as áreas e os profissionais citados na área de manutenção destes espaços, apenas foram encontradas duas mulheres em ação, uma no serviço de limpeza urbana, durante dois dias na praça da Liberdade e uma policial que atua na guarda também em um dos dias de pesquisa na praça Raul Soares. Esta realidade demonstra que o trabalho braçal e de segurança ainda está voltado em maioria aos homens, enquanto as mulheres não protagonizam tais espaço de prestação serviços por serem ainda consideradas frágeis do ponto de vista da administração de empresas e até mesmo da gestão pública (Joan SCOTT, 2017).

Durante a pesquisa, em conversa com um homem, 45 anos, detentor do cargo público de Fiscal de posturas, as praças apresentam para os visitantes um espaço de liberdade, como se não existissem leis ali. Ele diz que “as pessoas esquecem que a praça faz parte da cidade e não da casa deles”, ao se referir sobre como as pessoas se sentem livres estando nas praças, e esquecendo mesmo que o local é público, e, portanto, inserido nas leis da cidade. Este fiscal atua em várias praças e eventos da cidade há seis anos e diz que as praças são os espaços em que mais se encontram pessoas em situação de rua da cidade, e também onde o comércio ilegal de drogas e outros itens, como aparelhos celulares furtados são práticas comuns. Ele ainda conta que já foi assaltado na praça Raul Soares uma vez, em um dia que estava fora do exercício do trabalho. “Casa de ferreiro e espeto de pau”, ele diz citando essa máxima popular muito comum entre os mineiros que faz a reflexão que é exatamente onde se encontra excelência em uma pessoa, é lá que os problemas desta área ocorrem. O fiscal disse que teve a mochila roubada por dois homens na faixa etária dos 20 anos que o ameaçaram com uma faca. Esse é mais um exemplo dos vários ouvidos e, inclusive, vistos ao longo da pesquisa.

Retomando os paralelos que existem sobre o gênero no espaço das praças, mesmo que exista certo equilíbrio nos personagens que integram estes espaços para seus usos, é interessante delimitar os acessos de homens e mulheres nas duas praças em separado, pois as intenções de permanência nestes espaços são objetivadas por interesses distintos em cada um deles, o que se mostra claramente no processo de observação etnográfica.

Para compreensão das relações de gênero no espaço social, bem como elas se estabelecem, pode-se pensar em um núcleo central onde a categoria gênero é tida como “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” (Joan SCOTT, 2017, p. 21), logo a categoria gênero conecta os símbolos

sexuais que se apresentam, a interpretação dos mesmos e uma dimensão identitária dos corpos dos personagens que estão na praça.

O gênero, tratado como a condição social pela qual os indivíduos são identificados como homem ou como mulher e a sexualidade, dada como a forma cultural pela qual se vive desejos e prazeres corporais, tornaram-se duas concepções diretamente vinculadas. O resultado disso é que a ação de atravessar a fronteira do comportamento masculino ou feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) mostra-se, algumas vezes, a suprema transgressão (Deborah BRITZMAN, 1996, p. 76) como percebido ao longo da pesquisa de campo no tratamento à figura feminina na ótica de trabalho nas praças, que na maioria das vezes está sob a tutela de uma figura masculina para exercício de seu labor.

Nesse parêntese de análise do gênero na praça, recorre-se aos textos de Guacira Louro (2000) por apresentarem que, apesar da diversidade cultural ser registrada nas políticas sociais dos espaços públicos, e estes ainda serem frequentados por corpos de diferentes origens étnico-raciais e de gênero, os interesses a que estes espaços se destinam apresentam suas objetivações como padrão, lamentavelmente criando atendimento prioritário para o homem branco, cis e heterossexual. Desta forma, apenas a atuação dos corpos diversos no espaço da praça é que permite que as pluralidades de orientações sexuais, estilos, cores e outras inumeráveis características brotem e apresentem suas demandas.

Também pode-se encontrar na reflexão de Judith Butler, em especial no Livro *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, o modo como as discussões referentes ao conceito de gênero se estabelecem na sociedade e fazem manifestar sua denominação de maneira equivocada. Logo, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Judith Butler (2010, p. 25), “(...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (2010, p. 25).

Dessa forma, foi considerado ao longo de toda esta pesquisa que as relações de gênero necessitam ser observadas de maneira mais ampla do que meramente as interações sociais entre homens e mulheres, e que também devem permitir a compreensão de diversas maneiras de se viver as possibilidades das feminilidades e das masculinidades que diariamente são socialmente construídas, em particular neste estudo, no interior das

praças, na prática de saberes populares que culminam em processos de educação não formal.

No entendimento de que a praça é um local apto à esta prática da educação não escolarizada, estas possibilidades, infelizmente, foram percebidas e confirmadas ao longo desta pesquisa recheadas de transgressões, de preconceitos e de negligência aos valores morais de alguns grupos e personagens que são legítimos protagonistas das praças Raul Soares e Liberdade e não tem neste espaço a apropriação assegurada dos saberes que estas praças lhes permitem. Esta constatação vem ao encontro com o perfil dos personagens que usam a praça para o lazer e os que a utilizam como prática trabalhista. Esta discussão se adensa a seguir.

4.3 Cuerpo, trabajo y ocio: manifestaciones en las plazas Raul Soares y de la Libertad / *Corpo, trabalho e lazer: manifestações nas praças Raul Soares e Liberdade*

Usuários de drogas, crianças, comerciantes, turistas, famílias, jardineiros, animais de estimação, caravanas escolares, agentes policiais, garis, prostitutas, universitários, casais, atletas, idosos e mais uma infinidade de personagens integram as praças pesquisadas. Todos, ao mesmo tempo, se relacionando direta ou indiretamente no mesmo espaço público e formando uma miscelânea de situações. A praça, dessa forma, sedia o local onde diferentes grupos podem interagir, em processos de manifestação clara de liberdade que a cidade permite ao seu cidadão na premissa do lazer, bem como consiste em oferecer neste espaço a geração de renda por meio de práticas de trabalho formal e informal.

A praça sendo do povo, permite, em toda a sua pluralidade, várias maneiras de vivencia-la, estabelecendo cada corpo que ela integra as formas e as regras que irão permitir sua estada. Assim, os corpos nas praças manifestam, sobretudo, nos espaços investigados, a estreita relação do lazer em oposição ao trabalho.

A priori, entende-se que as pessoas no cotidiano, à exceto dos estudiosos da área, não refletem sobre o lazer e suas objetivações com frequência, o fazendo-se manifestar como elemento de ócio e de apropriação cultural natural, portanto, de desnecessidade de organizações mentais pré-estabelecidas (Jofre DUMAZIDIER, 1976). Dá-se a isso a justificativa da importância de refletir sobre o que o trabalho de uns incide nas práticas de lazer de outros nas praças.

Uma praça se difere da outra exatamente pelas manifestações que os corpos apresentam nestes espaços acerca das duas temáticas: práticas de lazer e ações de trabalho. Enquanto uma parte dos personagens das praças se voltam para a constante exploração das mais variadas ações de vivência do lazer, com experimentos de turismo (várias pessoas produzindo fotografias para registro, fazendo a leitura das placas dos monumentos), cultura (visitando os vários museus de seu entorno e utilizando a praça como espaço de descanso e espera antes de uma atividade artística ou outra prática prevista, como uma sessão de cinema ou uma peça de teatro) e esporte (atividades direcionadas por educadores físicos, caminhadas e corridas no entorno da praça), a outra

parte se centra na oferta de serviços como venda de alimentos, bebidas variadas e afins (vários carrinhos são vistos nas praças, em destaque de quantidade para a praça da Liberdade, onde são vendidos sanduíches, sorvetes, água de coco, água mineral, sucos, pipoca, balões, brinquedos e outros...); atividades artísticas com finalidade de gorjetas (mágicos apresentando truques ou mágicas, atores, atrizes, cantores e cantoras com apresentações de interpretações teatrais, apresentações de canto ou de instrumentos musicais) ou venda de trabalhos artesanais (redes, toalhas de mesa, quadros com pinturas, estátuas em diversos materiais, bijuterias); aluguel de itens para uso nas praças, como carrinhos eletrônicos para crianças, patinetes e; até mesmo as práticas de prostituição e venda de drogas ilícitas, esta última, que se configura à margem das leis regulatórias governamentais, mas que também é uma forma de trabalho.

Também é importante perceber que muitos trabalhadores passam pelas praças como acesso aos seus campos de trabalho, que se localizam no entorno delas, apreciando por muitas vezes, mesmo que apenas na rápida passagem, elementos destes espaços públicos. Esta não apropriação da praça é o que assegura uma personagem que vende água mineral na praça da Liberdade. Ela é natural de uma cidade que faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte e comercializa água neste espaço desde 2005. Ela, ao ser perguntada se havia visitado a praça apenas a passeio, foi contundente em dizer que nunca visitou a praça a passeio, apenas para o trabalho. Esta afirmação traz luz à questão que tão forte divide os corpos nesta praça: os que trabalham para servir os que a usufruem para o lazer. Contudo, é salutar constatar que ambos os corpos, seja qual leitura cada um produza sobre a praça, são eles, todos, responsáveis pela existência da praça.

Desta forma, conclui-se que nas duas praças se encontram diariamente os personagens que utilizam dos espaços com a finalidade de usufruir de momentos de lazer, e, concomitantemente, é possível perceber os elementos que asseguram que alguns se encontram nestes espaços como figuras trabalhadoras para a manutenção de determinadas ações que os personagens citados anteriormente gozam.

Herbert Marcuse (1971) compreende que o lazer é uma forma humanamente direcionada de “alienação, uma ilusão de autossatisfação das necessidades do indivíduo, porquanto estas necessidades são criadas e manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massa, conforme o interesse de seus donos” (p. 153). Nesse sentido, a situação apresentada nas praças diz dos modos e aceites que os indivíduos

imprimem com seus corpos no entendimento das praças e seu direito de uso na cidade, levando em consideração que enquanto esta ação de lazer é produzida, ações de trabalho também são produzidas para que exista êxito do exercício do ócio. Logo, a crítica de Herbert Marcuse se dirige ao modo de produção capitalista, que transforma em mercadoria até os momentos de lazer.

Na vastidão das possibilidades de entendimento dos espaços da cidade contemporânea, João Carlos de Meneses Malheiros (2011), em estudo sobre novas possibilidades de entendimento de espaços urbanos, em especial para usos do lazer e da interação, compreende que é necessário se “pensar as cidades de outra maneira, como cenários de novos sujeitos que passam a interagir de diferentes formas que escapam aos padrões arquitetônicos dos projetistas” (p. 02). O autor ainda reitera que na sociedade, todos os seus usuários são “sujeitos que (re)criam os espaços dando a eles outros destinos para os quais foram inicialmente pensados” (2011, p.02). Logo, o autor exclui da responsabilidade dos criadores dos espaços públicos o caráter de manutenção, no entendimento que o que faz com que práticas de lazer e outras sejam dadas nas praças seja, exclusivamente, de responsabilidade de seus usuários.

No contexto dos espaços sociais abordados diretamente nesta pesquisa, pode-se entender a praça como espaço que confere poder aos seus usuários e este poder confirma, reiterando a máxima de Milton Santos, a “força do lugar” (1996, p. 238), pois cada espaço social concentra sua história, seus personagens e suas possibilidades de organização e reorganização de alternativas para si. Milton Santos, em seus estudos sobre os espaços públicos ainda considera que:

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, relação permanentemente estável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência (1996, p. 252).

Neste debate, duas décadas depois, Samy Lansky (2008) afirma que “ao considerar o quadro de relações sociais complexas, as categorias gênero, idade, etnia e classe social são inseparáveis das posições relativas de poder e de dominância” (p. 06). Assim, o autor confirma que os processos de globalização ainda são factíveis de movimentação dos espaços, gerando essa forma os que usufruem do espaço e os que fazem desta ação seu trabalho, tenuous relação entre dominador e dominado.

Logo, modificações nas estruturas físicas e estéticas das praças, advindas das estruturas de re(organização) de seus indivíduos por processos globalizadores, implica na discussão das políticas de lazer e de trabalho. Estas significam não somente mencionar uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados de valorização do coletivo dos usuários das praças, tal como ações no dia do trabalhador, ou em blitz de conscientização de direitos trabalhistas. É importante a apropriação de uma reflexão e ação mais ampla aos personagens da praça como um todo, na intenção de pensar nas ofertas de lazer para os trabalhadores desta e também de assegurar que estes estejam também contemplados pelo direito do ócio e dos usos da praça além do trabalho, seja nesta ou em outras praças que se identifiquem como protagonistas.

No dia do trabalhador, comemorado no Brasil no dia primeiro de maio, todos os anos, sempre é possível verificar, em especial antes da pandemia, manifestações de sindicatos e partidos políticos na praça da Liberdade. Acompanhando uma destas manifestações durante a pesquisa, em um dia que é decretado anualmente feriado nacional, ao perguntar para três pessoas escolhidas aleatoriamente no evento se elas frequentavam este espaço com outros fins ou em outros momentos, as três personagens negaram qualquer uso da praça fora aquela atividade de manifestação por melhores políticas trabalhistas. Isso, de forma prática traduz que a praça em muitas das vezes apresenta exercícios com ativistas que usam do espaço para determinado fim, sem retornar a este para outras demandas, sendo corpos transitórios no contexto de apropriação da praça.

Esta ação política pelas visitantes da praça contempla uma das várias abordagens que permitem que a praça seja o motor para a reorganização do tempo (ampliando e restringindo seus horários de uso), a reordenação da cidade (com políticas públicas para seus usos) e a readequação da diversidade de público em práticas que tangem os aspectos de economia informal e desenvolvimento econômico, incluindo nesta discussão os espaços de lazer com suas especificidades de produção para todos os seus públicos.

Eis que a questão: O trabalhador que produz o lazer também exerce seu direito de lazer? Este campo concentra um diálogo próximo com a efetividade de políticas públicas e os deveres do estado em assegurar o direito do espaço de lazer para todos da cidade, não entendendo o corpo do trabalhador de forma isolada de outras questões sociais que emergem na sociedade contemporânea para as políticas de reforma destes espaços de

lazer. Assim, com toda esta construção de identidades do trabalho e lazer, estas brotam como as duas realidades que caminham juntas nas praças pesquisadas.

A manifestação das práticas de lazer e oferta de serviços podem ser percebidas com maior gama de variações na praça da Liberdade. Este espaço, em especial aos fins de tarde e aos finais de semana, se vê repleto de opções de lazer como já mencionado anteriormente, desde passeios de bicicleta até concertos de grupos musicais em seu coreto e em outras partes da grande praça. As práticas de esporte também integram opções de modalidades esportivas, como corridas, ciclismo, treinos funcionais, ioga e outras atividades.

Existem também as pessoas que se exercitam com profissionais particulares, os chamados *personal trainer*. Todo este processo é promovido por trabalhadores que estão orientando atividades, comercializando produtos para a manutenção do bem-estar dos que usufruem do lazer na praça.

Um exemplo são os eventos de grande visibilidade que ocorrem na praça da Liberdade, como as manifestações do dia do trabalhador, que é referido anteriormente. Outro exemplo são as festividades de final de ano. A maioria das pessoas que fazem questão de admirar o iluminado cenário de Natal na praça da Liberdade, não faz nem ideia da história por trás da presença dos trabalhadores pipoqueiros e pipoqueiras que atuam neste tradicional programa de fim de ano.

Fato é que há oito anos, os interessados em vender pipoca nesta praça precisam passar por um sorteio. Os cerca de cem associados ao Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande Belo Horizonte se reúnem no fim de cada ano para disputar 70 (setenta) pontos de venda. Assim, 30 (trinta) pipoqueiros não contemplados ficam longe dos locais que concentram mais visitantes, a maioria deles, praças. Além da praça da Liberdade, outros pontos da cidade que fazem parte do sorteio são o estádio Independência, em dias de jogos de futebol, o bairro Gameleira em datas comemorativas e em eventos que ocorrem no complexo de eventos Expominas, e eventos particulares por toda a capital e região metropolitana.

Uma jovem de 22 anos, foi uma das sorteadas para trabalhar na praça da Liberdade durante a época de Natal de 2018 por uma semana e manteve seu carrinho de pipocas na frente do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) durante este período. Apesar do

movimento atraído pela iluminação, a pipoqueira afirmou que não viu grande diferença na quantidade de vendas em relação ao seu ponto rotineiro, na frente do hospital São José, no bairro Santo Agostinho, na Zona Sul de Belo Horizonte. Segundo ela, bom mesmo é no fim de semana, que ela consegue arrecadar mais dinheiro em menos horas trabalhadas, e isso não apenas no período de Natal. Para ela em dias de semana, não se vende tanto, pois as pessoas não usam a praça com o intuito da alimentação.

Outra pipoqueira sorteada para trabalhar na praça conta que, no ano de 2018, a fiscalização passou a proibir que os carrinhos ficassem efetivamente dentro da praça, mas apenas em seu entorno, o que a afastou de seus clientes em potencial que se encontram efetivamente no espaço da praça e apenas usam suas mediações para acesso e retorno para seus destinos. Ela conta, que além disso, precisa enfrentar “colegas” que não respeitam as normas internas e burlam a fiscalização da prefeitura de Belo Horizonte e atuam dentro da praça. Durante todo o período da pesquisa foram verificadas manifestações de vários trabalhadores em discussão com outros pelo uso indevido da praça, isso é, o uso do espaço para comercialização sem permissão da Prefeitura de Belo Horizonte para esta prática.

Os pipoqueiros sorteados trabalham das 18 h às 22 h na praça e recebem de lucro em média, quatro salários mínimos por mês, equivalente a quatro mil reais, segundo uma das vendedoras de pipoca. Já os profissionais que ocupam os pontos no dia a dia de maneira informal deixam o local às 17 h em dias comemorativos, pois não são licenciados pela prefeitura da cidade. Os trabalhadores que atuam com a licença da prefeitura podem desembolsar mais de R\$ 500,00 para vender a pipoca e/ou outro produto com tudo regularizado.

Este evento demonstra também que o trabalho, aparentemente informal, é mais do que burocrático, visto que o trabalhador, a priori, com base nos depoimentos vivenciados na pesquisa, não tem conhecimento e formação para administrar as rotinas burocráticas para legalização da função. Não somente pipoqueiros, mas também outras funções são reguladas pela Prefeitura de Belo Horizonte em períodos festivos como o natal, como venda de bebidas, artesanato e outros.

Ao longo do período da pesquisa também foram verificadas quatro ações de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte. Profissionais fazem rotineiramente o acompanhamento das práticas de venda de produtos na praça, com a intenção de assegurar que os profissionais que na praça atuam estejam com as licenças de uso em dia e, de forma

educativa, também orientam os que estão irregulares no uso da praça. Segundo um dos fiscais, na primeira abordagem de um trabalhador ilegal, é lavrado um documento de comunicação do seu ato de infração. Caso o mesmo seja reincidente, ele não poderá mais ter direito ao uso deste espaço, sendo assim uma forma que o poder público encontra para a retaliação dos trabalhadores que não têm acesso às normas da cidade ou mesmo não tenham recursos para arcar com as taxas que a instituição cobra deles.

A prática de trabalho desta forma se mostra em protagonismo em relação às várias profissões que se encontram na praça, o que denota que vários trabalhadores são vistos de certa forma como invisíveis pelo poder público, enquanto outros, que inclusive apresentam baixo poder aquisitivo e limitada condição de vida, são colocados como estranhos no lugar, assim gerando a ilegalidade, o afastamento destes da praça e também outras questões que geram insatisfação de muitos. Nenhuma fiscalização foi verificada durante todo o processo de investigação na praça Raul Soares.

Em conversa com um homem de 62 anos, que vende balões tanto na praça da Liberdade como na Raul Soares aos finais de semana, ele afirmou que já foi abordado pela fiscalização da Prefeitura da cidade por duas vezes, ambas na praça da Liberdade, e na segunda vez, por não ter licença para trabalhar formalmente na praça teve de entregar seu material de trabalho, que foi apreendido e apenas quatro dias depois ele pode o reaver, mediante regularização de sua situação. Ele usa os termos “burocracia” e “chatice” para demonstrar seu descontentamento com a atuação do poder público.

Nesta miscelânea de situações, as praças se mantêm com a oferta de lazer e trabalho para todos os corpos que nela possam se integrar, seja pela maneira legítima e formal, com os usos dados por seus personagens em ações de práticas de lazer e também de trabalho regulamentado, seja por contextos de informalidade e por características que fogem às leis da cidade, como pelos vendedores que não têm autorização para venda e comercialização de produtos nestes espaços.

4.4. Plaza de la Libertad: posibilidades de turismo y alienación de los cuerpos */ Praça da Liberdade: possibilidades de turismo e alienação dos corpos*

Desde sua criação, a praça da Liberdade concentra forte poder turístico por estar no centro de uma realidade política que mobilizava, desde tempos idos, grande número de pessoas com interesses diversos, com destaque para as movimentações da administração política por ser o centro do governo do estado, o que no caminhar da história foi se delineando em uma realidade majoritariamente artística e turística como hoje é percebido neste espaço.

Com a migração da capital de Minas Gerais da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte, todo o estado mineiro passa a colocar em seu roteiro o município como ponto de parada, alavancando naturalmente o acesso a este e seu crescimento econômico e populacional (Letícia JULIÃO, 1996). Como a praça da Liberdade se via estrategicamente na arquitetura da cidade como o centro que conectava as edificações administrativas do estado, a saber: Secretarias de governo e Sede do Governador - Palácio da Liberdade -, este espaço passa a ser de uso constante de pessoas de todos os locais, que por ora iam despachar questões burocráticas nas áreas da administração estadual, ora estavam a conhecer as belezas que se podiam desfrutar na nova capital do estado, abrindo assim, forte admiração dos visitantes pela robusta e imponente arquitetura da cidade, como também pela conceituada reprodução de influências europeias na praça e nas edificações de seu entorno.

Não somente estas práticas alavancaram os usos da praça da Liberdade com foco no turismo, como também outros espaços da cidade, como teatros, cinemas e também outras praças que se encontravam inicialmente no projeto de Aarão Reis (Leonardo José Magalhães Gomes, 2008). A praça da Liberdade, com grande circulação de pessoas, em pouco tempo passa a povoar-se de inúmeros comerciantes, que percebem neste espaço a possibilidade de exercer a prática trabalhista.

Um exemplo desta ação é a *Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte*, mais conhecida como *Feira Hippie*. Em 1969, dada a forte influência dos intelectuais da cidade, em experiências vivenciadas em outros países, criaram com sede na praça esta feira, inicialmente objetivada como um espaço itinerante para manifestações artísticas e

culturais, tendo por objetivo “levar a arte ao povo” e assim, torná-la acessível a todas as camadas da população (Celina ALBANO, 1984, p. 167).

Luciana Cristina Oliveira Guerra (2002) compreende que as pressões políticas e sociais pelas quais o país vivenciou nos anos 1960 e 1970 foram norteadoras de toda a leitura histórica de manifestação e contestação à repressão da Ditadura. Assim, é o espaço da praça, o qual permite que “(...) logo no início estas manifestações na praça passam a ser conhecida popularmente como *Feira Hippie*, claramente remetendo às posturas de contestação social, tão fortes do Movimento Hippie americano” (Júnia Marques CALDEIRA, 2010, p. 115).

A Feira Hippie como prática de comércio na praça da Liberdade pode ser melhor compreendida a partir de uma visão temporal, onde percebe-se a leitura de uma ação artística para a efetiva prática do trabalho, o que hoje representa para a cidade de Belo Horizonte, a manutenção de quinze mil empregos diretos, segundo a Associação responsável pela feira. Com todo este crescimento ao passar dos anos, naturalmente, a ideia se desvirtuou do foco inicial, que se centrava apenas nas manifestações de arte e cultura, tornando-se, assim, um espaço de livre artesanato.

Com esta migração do objetivo inicial desta prática, e dada as proporções da praça, que não comportava mais as demandas de público, que a cada edição ficava maior, em 1991, ocorreu a mudança do local da feira, passando a sediar-se semanalmente aos domingos ao longo da avenida Afonso Pena (Imagem 29, 2013). Esta avenida, que é uma das principais da cidade, neste dia da semana fica interditada grande parte do dia, desde a madrugada de sábado até a tarde de domingo para as atividades advindas dos comerciantes da *Feira Hippie*, que atraem milhares de pessoas e é um atrativo turístico forte da cidade que nasceu na praça. Tal como as práticas desenvolvidas na praça da Liberdade, estas ações na avenida Afonso Pena também são passíveis de fiscalização da Prefeitura da cidade e é necessário documentação de autorização para a comercialização nesta.

Não somente o evento *Feira Hippie*, mas tantas outras feiras e manifestações agregando arte e cultura fazem parte da realidade histórica da praça da Liberdade, gerando renda para muitos artistas que veem neste espaço público a oportunidade de além de exporem seu trabalho, manterem-se empregados, mesmo que no campo informal. Ao longo de todo o período de observação em que a praça da Liberdade esteve aberta ao

público, foi possível perceber a presença de artistas que produziam bijuterias, quadros de paisagens, de desenhos de celebridades, e em várias das ocasiões estes profissionais chegaram a abordar o etnógrafo com a intenção de apresentação de seu trabalho e de comercialização do mesmo. Em dados momentos, sem sucesso na venda, pedem também uma gorjeta como forma de incentivo à arte.

A se dizer da variabilidade de artistas, muitas ações são promovidas na praça, desde apresentações de escolas de música, que usam deste local para divulgação do trabalho com apresentação de seus alunos, como atores e atrizes travestidos de palhaços, personagens de desenhos animados e outros para atrair a atenção do público e pedir a famosa e já citada gorjeta, na maioria das vezes passando o chapéu.

Esta praça além de ser propulsora de práticas artísticas também mantém o espaço para que o trabalho de profissionais das artes seja valorizado e até mesmo tenham fonte de renda, fomentando ações de práticas do turismo e movimentação econômica na cidade.

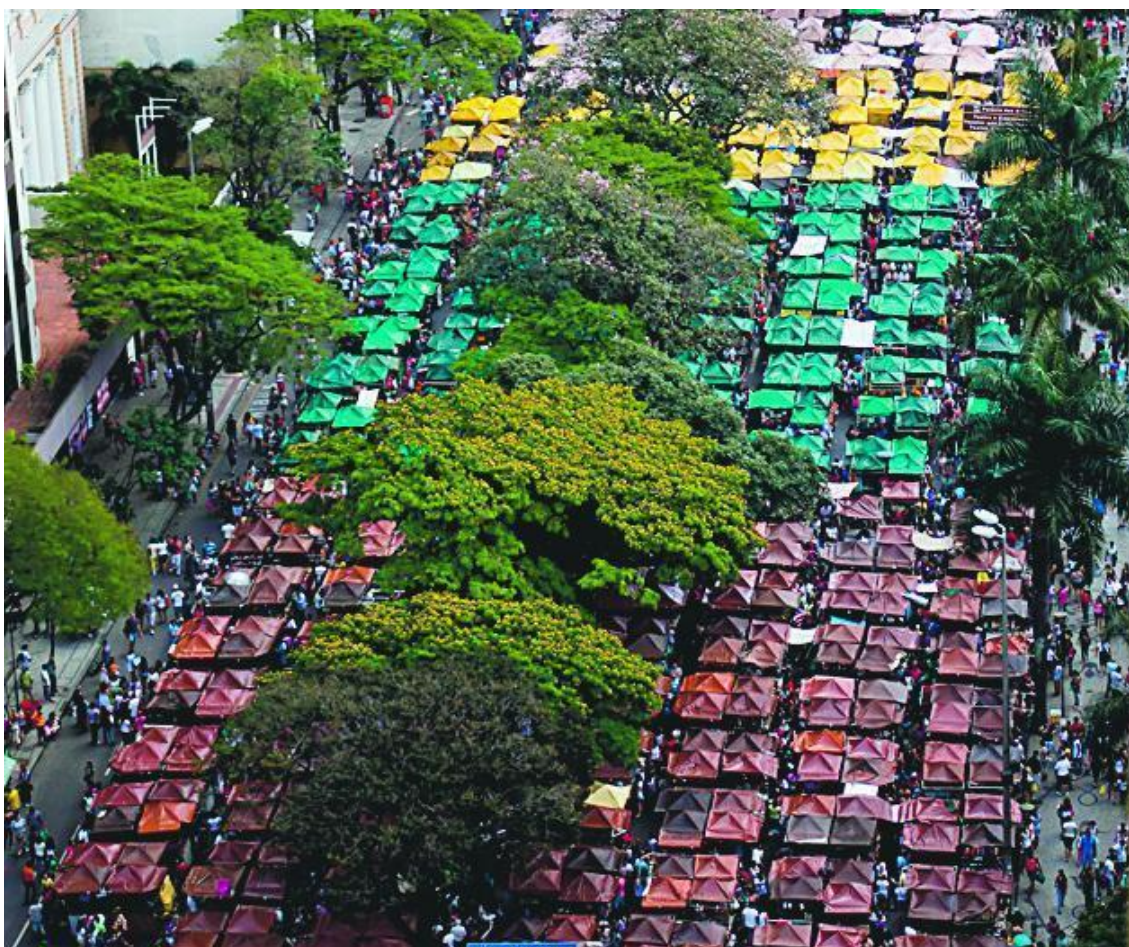


Imagem 29: Pedro Gontijo. Visão aérea da Feira Hippie de Belo Horizonte, em 2013. Neste ano a feira já acontecia na avenida Afonso Pena aos domingos, onde permanece até o momento.

Entendendo que a arte de rua é uma prática promovida pela parceria entre artista e público, os usuários da praça entendem a gorjeta aos artistas como natural no processo. Enquanto vários se concentram nas apresentações, outros passam pelos artistas sem dar importância. E essa parceria se dá na troca realizada entre tais, pois se há interesse do público, a prática trabalhista acontece.

O artista, dado como qualquer trabalhador, no interior da praça, esta entendida como campo de trabalho, serve ao cliente com sua arte, oferecendo fruição estética, reflexão ideológica, ampliação de consciência, além de promover o ganho de complexidade no repertório de experiências do seu receptor (Roberto Lobato Corrêa, 1989).

Logo, em contrapartida, o público, colocado na condição de recebedor do serviço, serve ao artista contribuindo de forma espontânea com o quanto puder e o quanto quiser, retribuindo assim ao trabalho prestado, podendo realiza-lo livremente de acordo com seu bolso e senso de comunidade. Dessa forma é clara a alienação, na perspectiva marxista, do corpo artístico à ação mantenedora de sua permanência na praça.

Um trabalhador, de 63 anos, se veste todos os sábados e domingos de palhaço e sai de uma das comunidades da cidade onde mora para ir à praça da Liberdade vender brinquedos que geram bolhas de sabão. Por nove anos está nesta atividade, que segundo o mesmo lhe rende em média R\$550,00 por semana, que ele utiliza para sustento de sua esposa, uma filha e um neto de quatro anos. Este trabalhador diz que é muito bem tratado pela maioria das pessoas, mas algumas são rudes, que sequer respondem ao seu chamamento para ver a apresentação que ele faz com o brinquedo, que gera bolhas de sabão que se espalham ao longo do dia por toda a praça. Ele é um indivíduo que, de forma indireta, traz ainda mais beleza para este espaço público. Ocorreu duas oportunidades de conversar com ele, e mesmo com toda a movimentação da praça e de seu trabalho, ele atenciosamente contou passagens de sua história na praça. Ele diz com orgulho que já teve a experiência de conversar pessoalmente com quatro governadores do estado, e que está até hoje nesta atividade porque não tem estudos e também sua esposa tem uma doença grave, que a impede de trabalhar.

Não de hoje esta prática de venda da arte, como a do palhaço apresentada, é tida como natural em espaços públicos. Na Inglaterra do século XIX até o início do século XX, por exemplo, era muito comum os artistas apresentarem práticas artísticas para o público

em portas de igrejas, praças e outras instituições públicas para recolher donativos. Um dos organizadores, ou até mesmo mais de um, faziam circular o seu “chapéu” pela assistência de suas ações de arte, para lá os espectadores depositarem as suas moedas de dádiva, gorjeta ou até mesmo esmola.

Esta é uma prática poderosa que transforma a arte que acontece na rua em um bem totalmente acessível a todos que se interessarem pela obra ali exposta. O ato de passar o chapéu é uma prática ancestral que remonta às antigas organizações humanas e que demonstra que o homem se relaciona colaborativamente desde sempre, remontando as ágoras gregas, sem imposições de nenhuma natureza.

Em meio às apresentações e às práticas artísticas na praça da Liberdade sempre é possível perceber um chapéu próximo ao trabalhador da arte, tanto em dias de semana, como nos finais de semana, em que muitos deles disputam a atenção dos usuários do espaço. Nesta prática, respeita-se totalmente o direito de o público não contribuir se assim o quiser pelo motivo que tiver. É importante também constatar que esta prática fortalece a economia, contribui para uma melhor distribuição de renda, investe no vital trabalho que a arte tem a produzir, que é promover as várias formas de sua possibilidade de apropriação, enfatizando processos de educação não formal nestas ações, tanto na constante formação do artista com o retorno do público às suas práticas como também as experiências artísticas vivenciadas pelos espectadores.

Tais ações de arte não ocorrem com frequência e a todo tempo na praça Raul Soares. Ao contrário, apenas duas vezes foram encontradas durante a pesquisa manifestações artísticas. Um grupo de artesãos estava vendendo sua arte em dois finais de semana e, em outro evento, a apresentação de uma banda evangélica. Ao perguntar aos dois grupos porque escolheram manifestar suas práticas neste espaço, o grupo de artesão declarou que a praça era um local onde muitas pessoas passavam e que poderiam ver seus tapetes, redes e almofadas à venda e o líder do grupo ode religiosos justificou a escolha por este espaço por ser muito próximo à igreja em que atuam.

Ainda no campo do trabalho artístico é salutar destacar a prática de fotógrafos que usam o cenário da praça da Liberdade para ensaios das mais variadas temáticas: desde a produção de catálogos de moda, de marcas de roupas e acessórios como para o registro de casais que estão se casando e adolescentes que são aniversariantes de quinze anos de idade.

Como não há uma taxa de cobrança para uso da praça para esta finalidade, os fotógrafos sugerem aos clientes fotografados que escolham este lugar, por ser de fácil acesso, com várias possibilidades de paisagens (natural, urbanas, artísticas e arquitetônicas) e também por questões financeiras, pois em vários espaços existe a cobrança para o uso com a finalidade de fotografias profissionais.

Muitos profissionais da fotografia inclusive só atuam na praça da Liberdade, criando seus estúdios de atendimento em edifícios localizados nas mediações da praça, o que segundo um dos profissionais que participou da observação na praça em dois momentos, facilita o transporte de maquinário e o atendimento dos clientes.

A prática da fotografia neste espaço para ser analisada precisa de um contexto para a sua interpretação. Atenção ao que, portanto, os profissionais buscam nesta praça, em maioria, voltadas para o belo, a riqueza que salta aos olhos como jardins, fontes, prédios imponentes. Esse contexto de escolha do local como cenário possui diversas naturezas, como a histórica, a geográfica, a sociológica, a política, a antropológica e a estética, o que denota como resultado a riqueza do texto fotográfico produzido na praça da Liberdade, na apreensão transdisciplinar de uma determinada realidade para a alienação do corpo fotografado, reiterando o contexto do marxismo calcado no termo alienação.

Em contraponto, a outra praça presente neste estudo não se protagoniza comumente fotografada para a união de casais, para o registro de aniversários de adolescentes, como observado na prática etnográfica. Em oposição, este espaço se coloca como fotografia estampada em jornais, mencionado na referência de espaços de miséria e apenas de trânsito social, tido como um verdadeiro corredor urbano (José Santos CARVALHO FILHO, 2013).

Logo, enquanto fragmento da realidade, dos seus cenários e personagens, a fotografia é um documento visual para o estudo da realidade urbana que revela informações e ao mesmo tempo emoções. Utilizada conjuntamente com as técnicas da história oral, a fotografia suscita lembranças, e emoções das mais variadas naturezas nos envolvidos no registro, servindo de gancho para o resgate da memória individual e coletiva, como aqui apresentado para reflexões de suas nuances entre os dois espaços.

Esta memória, para os fotógrafos que trabalham na praça da Liberdade, facilmente remontam-se à prosperidade, riqueza, beleza arquitetônica. Em um outro aspecto de reflexão, Maurício Lissovsky (2011) faz uma importante análise ao se colocar o corpo do fotografado e o tempo na fotografia, uma vez que cada fotografia é uma mistura entrelaçada de vários tempos e ensejos: em sua identidade, a fotografia foi; em sua temporalidade, a fotografia fora; em sua pragmática a fotografia seria, e no momento de sua recepção a fotografia é. Logo, o corpo que se entrega ao fotógrafo naquele ato, naquela praça, naquele momento, pode apresentar novas aspirações acerca do ato feito. A praça pode deixar de ser o cenário do belo, o casamento ali registrado pode deixar de existir, um fato histórico pode denotar a praça para outras designações e assim em diante. A praça constantemente está em movimento, e naturalmente as ações que nela são exercidas também podem ser ressignificadas.



Imagem 30: Marcos Vieira. Decoração natalina da praça da Liberdade no ano de 2019. Na parte inferior, mesmo em dia de chuva, muitos visitantes e turistas.

Ainda no campo da fotografia, é comum encontrar na praça da Liberdade muitos turistas que fazem registros fotográficos de sua passagem por este espaço. Ao longo do período de observação, todos os dias foram percebidos usuários da praça fazendo fotografias em quase todos os locais da praça.

No período de Natal um fenômeno a mais traz turistas para este espaço: a iluminação especial de final de ano (Imagem 30, 2019), que é projetada especialmente

para a maior visitação da praça e também como fator motivador para as compras deste período de ano.

Esta é uma atividade que já integra o calendário de eventos da cidade e faz com que a economia da cidade se torne ainda mais robusta no período natalino. Além de muitos turistas visitarem a praça no período noturno para conferirem a iluminação especial, durante o dia muitas instituições escolares fazem excursões com estudantes com o intuito de valorizar esta iniciativa.

Não somente a praça da Liberdade é decorada com iluminação especial, mas as ruas que estão em seu entorno, trazendo ainda mais um atrativo para turistas e visitantes. Neste período, diferente de outros períodos do ano é comum ver moradores da cidade visitando esta praça exclusivamente para a visitação da decoração luminotécnica, criando a comprovada alienação destes corpos ao contexto específico do Natal, e não por si só da praça.

Por este se configurar como um evento que está diretamente relacionado com a memória natalina e com o período do ano, o que não ocorre com os moradores da cidade ao longo do ano, a praça é apenas tida pela maioria como um espaço de passagem e apenas apropriada pelos usuários nesta pesquisa apresentados. Foi perguntado à vinte visitantes da praça se eles a utilizavam para outras visitas, e desses vinte, dezoito afirmaram que apenas visitam a praça para apreciar a decoração natalina.

Logo, estes corpos que se dedicam às atividades do turismo estão além da visita informal na praça da Liberdade, mas também na contemplação e uso dos vários museus que compõem o circuito cultural da praça da Liberdade, sendo estas pessoas voltadas para atividades de cultura, lazer, entretenimento e resgate social e cultural pessoal.

As revitalizações ocorridas nos vários edifícios que estão ao redor da praça da Liberdade fizeram também com que aumentassem os interesses dos moradores da cidade, e em especial dos turistas, em conhecer a história, a cultura e, naturalmente, a praça. Com o propósito de mostrar a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural, propôs-se a valorização do espaço e o incentivo à divulgação do circuito pelo poder público, com o incentivo da iniciativa privada.

Stela Maris Murta, Celina Albano e Brian Goodey, nesta linha de pensamento, entendem que “uma comunidade consciente e engajada na preservação de seu patrimônio,

como recurso de seu desenvolvimento econômico no presente, pode enfrentar as demandas do turismo sem ser engolida por ele no futuro” (2002, p.140). Logo, a escolha para a preservação tem em seu favor as pressões do progresso e do desenvolvimento, e por conseguinte, as várias possibilidades de elevação da economia com a prática do turismo como fonte de manutenção dos espaços, eles sendo mantidos por várias empresas de iniciativa privada que concorreram em editais específicos para cessão de uso dos edifícios com a finalidade cultural.

Entretanto, o conjunto arquitetônico que por tanto tempo simbolizou o poder do estado de Minas Gerais e representou a confiança dos belo-horizontinos em um futuro de liberdade, ordem e prosperidade, conseguiu encontrar outras funções e, assim, outros significados. Para tanto, houve a migração do aparato de poder contido neste conjunto arquitetônico para outro espaço da região metropolitana da capital, permitindo que toda a arquitetura que envolve a praça da Liberdade se mantivesse apenas como cenário e abrigo de museus que são mantidos por empresas da iniciativa privada.

Francelino Pereira (1998) afirma, inclusive, que a praça da Liberdade e o seu conjunto arquitetônico, composto dos prédios em seu entorno estão prontos para assumir um novo papel e uma nova simbologia, e é justamente esse o alcance da proposta apresentada pelo Senador, em 12 de dezembro de 1997, no plenário do Senado Federal: “transformar o conjunto arquitetônico da praça no espaço cultural da Liberdade” (Vanessa Zulske GIOCOMO, 2006, p.46). Esta demanda traz novos olhares para a praça e para suas motivações, tanto turística, como identitárias, deixando para traz, mesmo com a permanência do Palácio da liberdade, onde tradicionalmente o Governador fazia seus despachos, uma intenção de desfazer-se das impressões políticas e firmar-se como praça motivadora de ações culturais.

4.5. Plaza Raul Soares: de la marginación a la cuna de la diversidad LGBT / *Praça Raul Soares: da marginalização para a cena da diversidade LGBT*

A diversidade de LGBTQIA+ está explicitamente à mostra na praça Raul Soares. Um dos eventos que marca a diversidade na capital de Minas Gerais, a Parada do Orgulho LGBTQIA+, finaliza seu trajeto todos os anos neste local, onde homens e mulheres cis e trans, em todas as suas pluralidades brindam a diversidade e o respeito aos direitos humanos. Este evento, que geralmente acontece todos os anos no mês de julho (a se destacar o ano de 2020 em que não ocorreu o evento devido à pandemia advinda da COVID-19), tem sua concentração em outra praça da cidade, a praça da Estação, onde se inicia o desfile dos carros de som e trios elétricos. Após desfilarem pelas principais ruas do centro da cidade, a parada tem seu desfecho e dispersão na Praça Raul Soares, por volta das 16 horas. Acompanhamos esta manifestação durante dois anos.

A percepção da necessidade de reconhecer mais orientações sexuais e identidades de gênero nos espaços é interesse para a maioria dos militantes da comunidade LGBTQIA+. Por isso, a sigla que já teve outras letras adicionadas ao longo dos últimos anos aqui se mantém por uma escolha metodológica com a finalização +, na intenção de englobar ainda mais minorias. As mudanças são tantas que é difícil para a própria militância acompanhar a nomenclatura. Entende-se que esta prática de nomear e classificar é mais complexa ainda para o restante da população entender siglas como LGBTI, LGBTQ, LGBTQTTIQ que apenas são alguns exemplos.

Retomando o centro desta discussão, não somente de festas e de aceitação, esta praça permanece, em dias de semana e nas madrugadas, sendo também povoada por este público. Ao mesmo tempo em que é um espaço que recebe com olhares bem menos temerosos casais LGBTQIA+, esta praça também está à mercê da marginalidade e da violência a vários indivíduos, que sofrem agressões verbais e até mesmo físicas nesta praça.

Ao entendimento macro do termo marginalidade, podemos afirmar que o próprio grupo LGBTQIA+ é integrante deste extrato marginal, devido às várias manifestações de preconceitos que ainda se mantêm fortes no país, em especial na atual gestão presidencial

(2019-2021), que já manifestou por meio de seu chefe de estado, Jair Messias Bolsonaro, inúmeros impropérios à comunidade.

Em tempos onde a possibilidade de viver a praça é mais intensa nos finais de semana, momento em que o trânsito de veículos é menor, permitindo sentir mais ar puro, com a redução da poluição decorrentes de carros, motocicletas, ônibus, caminhões e tantos outros, a praça é o local onde permite-se que os cidadãos da cidade possam experimentar o verde, o belo e exercitar o direito do lazer (Kevin LYNCH, 1980).

A comercialização e o uso de drogas ilícitas nesta praça são percebidos com constante atividade. Desde a venda por profissionais voltados apenas para esta prática como a comercialização por pessoas em situação de rua que habitam este local, bem como LGBTQIA+. Estas ações são visíveis para qualquer um que passa por esta praça. Mesmo com a massiva presença da polícia e da guarda municipal neste espaço, não é possível conter as várias atividades que envolvem a comercialização e o uso de entorpecentes na praça.

Em vários momentos durante a pesquisa foi possível perceber indivíduos que se dirigiram à praça unicamente para o recebimento ou compra de drogas, bem como foi também possível perceber pessoas que buscaram a praça para fazer o uso das drogas ilícitas, em especial no período da noite, em que a presença policial e da guarda municipal é menor. Não foi possível conversar com nenhum dos comerciantes dos entorpecentes durante a pesquisa, uma vez que eles estão em constante movimento e sempre estão na praça apenas no momento da entrega da “mercadoria”, como cotidianamente os usuários da praça chamam as drogas que são comercializadas.

Essas mercadorias são geralmente cocaína e crack. Existem também drogas menos populares, segundo um personagem que vivia provisoriamente na praça em uma barraca de lona, mas também com menor intensidade de interesse dos indivíduos que procuram esta praça. Nas madrugadas de sexta-feira para sábado e de sábado para domingo é comum encontrar indivíduos nas praças usando drogas. Esta prática é tão comum que ocorre às vezes em grupos de até seis pessoas como presenciado. Como a praça está localizada em uma área central da cidade, que liga a vários outros espaços da capital, após festas e eventos, grupos de pessoas ou indivíduos mesmo que sozinhos buscam a praça para a compra e o uso destas drogas.

O perfil dos usuários de drogas ilícitas na praça é diverso, mas predomina o público de pessoas em situação de rua, que em algumas das vezes estão alojados na própria praça e jovens, entre 20 e 30 anos, que geralmente apresentam algum grau de embriaguez pela forma como se portam na praça ou por, em várias das vezes, estarem portando embalagens de bebidas ou consumindo as bebidas alcoólicas. Um dos usuários de entorpecentes na praça contou que faz uso há mais de dez anos e que vive “na rua” desde 2011 quando sua família o expulsou de casa por ter sido envolvido em um caso de furto na cidade em que morava, em um município da região metropolitana da capital.

Em apenas uma das observações na praça foi possível perceber a manifestação da polícia para a coerção do comércio e consumo de drogas. Ocorreu em uma sexta-feira, às 22 h 40, quando duas viaturas da polícia militar chegaram na praça e se colocaram próximas à viatura que é itinerante no local (Imagem 27, 2020), saindo armados caminhando em direção a dois grupos de jovens que usavam drogas no local. Foi um momento de tensão para o pesquisador, que se manteve no banco em que se encontrava sentado, e que apesar de não ter sido abordado pelos agentes, se sentiu ameaçado naquele momento pela forma agressiva como a abordagem foi feita. De forma truculenta todos os dois grupos foram abordados e levados ao chão.

Não foi possível precisar quantos se encontravam em um dos grupos pela distância do pesquisador, mas o outro grupo era composto de oito jovens, cinco homens e três mulheres, que ficaram em torno de 15 minutos no chão, enquanto sete policiais faziam uma revista corporal em todos eles, sem distinção de gênero.

Apenas dois dos oito jovens foram detidos. Pelo que foi possível apurar com um dos policiais com que se pôde conversar após a ação, estes dois estavam com cocaína e maconha em posse, o que pela quantidade (01 quilo e meio segundo o policial) fazia-se necessário a detenção e encaminhamento para a delegacia e, assim, abertura de processo e detenção por flagrante do delito.

Mesmo com esta ação que trouxe determinado medo para a atuação do pesquisador na praça, outras ações de maior gravidade não foram presenciadas neste espaço público a se dizer do uso e tráfico de drogas. A se dizer da prática de furtos e roubos, muitas situações foram presenciadas, tanto durante o dia como no período noturno. A prática de roubo com armas brancas como facas e com armas de fogo foi atividade presenciada por sete vezes ao longo de toda a pesquisa. Em nenhuma destas

ações o pesquisador esteve envolvido, mas pôde com clareza visualizar a situação e o desfecho dela.

Em duas das situações dos furtos percebidos, os mesmos personagens de abordagem estavam envolvidos e com o mesmo perfil de vítimas: mulheres que sozinhas atravessavam a praça para outra localidade da cidade. Eles juntos, dois jovens de no máximo 20 anos, abordaram as vítimas, puxaram suas bolsas e saíram correndo em direção à avenida Amazonas, uma das vias mais movimentadas de saída da praça, com constante fluxo de veículos, independente da hora do dia ou da noite.

Estes dois furtos que foram presenciados ocorreram entre 19 h e 21 h em dias da semana. Mesmo com a iluminação bastante forte em toda a praça e a ausência de árvores para garantir maior visibilidade de todo o local, estas ações são rotineiras, segundo um dos policiais que atua na guarda deste espaço público. Ainda segundo ele, a demanda por furtos geralmente é motivada pela necessidade de uso de drogas ilícitas por parte dos responsáveis pelo furto, que conseguem com estes bens furtados fazer o repasse para outras pessoas por um valor abaixo do mercado e comprar estes entorpecentes para uso pessoal.

As demais ações que ocorreram na praça durante o período desta pesquisa foram possíveis de serem acompanhadas pelo auxílio da polícia militar, que permitiu a presença do investigador durante a ação, e que conseguiu conter os envolvidos durante o ato e, devolver os pertences para as quatro das cinco vítimas envolvidas em casos que ocorreram em dias isolados e com vítimas distintas, sem um padrão definido de gênero, raça ou faixa etária.

A abordagem destes policiais para a contenção destes furtos e roubos foi motivada pela alerta das vítimas que gritaram ou mesmo saíram correndo, como em um caso em que um jovem saiu em disparada atrás do homem que lhe furtou o celular enquanto o utilizava ao atravessar a praça no horário de almoço, para ir de seu trabalho ao restaurante que se localizava nas ruas limítrofes da praça.

A polícia na viatura que fica permanente neste espaço rapidamente se mobilizou e conseguiu deter os envolvidos na prática de furto e de roubo. As práticas de roubo foram promovidas pelo mesmo responsável: um homem de 36 anos que tentou assaltar uma senhora de 68 anos com uma faca e três dias depois, também em uma tentativa frustrada,

tentou assaltar um homem com uma arma de fogo de brinquedo, mas ao fugir, os policiais viram a movimentação e conseguiram detê-lo em menos de dois minutos. Este pesquisador levou quase uma hora para conseguir entender toda esta trajetória que ocorreu em menos de 05 minutos, desde a abordagem da vítima até a apreensão do assaltante, manifestando assim a complexidade das inúmeras relações exercidas pelos corpos nas praças simultaneamente.

Segundo os policiais, estas são ações “infelizmente de rotina” da praça motivadas muitas das vezes por personagens já conhecidos e com outras passagens policiais por furto, roubo e tráfico de drogas nos registros da polícia. Na maioria das vezes, apenas a detenção não é suficiente para gerar a prisão definitiva e um processo de condenação, pois na grande parte dos eventos, segundo informado pelos policiais, as vítimas não seguem com a denúncia formal, e a queixa não se torna um processo.

Em especial às sextas-feiras, após às 00 h, e aos sábados, após as 22 h, a praça toma outra dimensão de uso. Com o constante tráfego de gays, lésbicas, bissexuais e heterossexuais que se direcionam à praça com o intuito de encontrarem outras pessoas com interesse sexual. Com a constante promoção de festas e eventos para o público LGBTQIA+ em um espaço existente a uma quadra da praça, a migração do público para a praça é quase que natural, portando bebidas alcoólicas e geralmente embriagados, se direcionam para este local com seus parceiros, em grupos ou até mesmo sozinhos.

Nestes períodos, muitas ações ocorrem na realidade da praça. Os grupos começam a interagir uns com os outros e sempre casais se formam nesta interação. Alguns destes casais praticam relações sexuais neste espaço, e em alguns casos, de maneira explícita, expondo-se para quem queira assistir o ato sexual. Estas ações não são coibidas pela polícia por neste horário não existir vigília da mesma na praça Raul Soares. Jose Antonio Adiego Langarita, no livro “En tu árbol o em el mío: una aproximación etnográfica a la práctica del sexo anónimo entre hombres”, do ano de 2015, traz passagens que se repetem também na realidade da praça Raul Soares, como a busca por sexo sem compromisso ou mesmo a busca por relações sexuais com mais de um parceiro. Como também percebido na prática etnográfica desta pesquisa e na obra de Langarita, muitos participantes destes eventos são geralmente, segundo depoimentos, do interior, e migram para cidades de maior porte com o intuito de vivenciar estas práticas:

São muitas as pessoas que têm migrado por causa da atividade sexual. A literatura sobre migração costuma não integrar a questão da diversidade sexual como um dos fatores a se levar em conta no momento de explicar o fato. Isso deixa de lado uma análise necessária sobre um amplo grupo de pessoas que, sobreposto aos argumentos de trabalho e econômico, escondem uma estratégia para a vivência de outras experiências sexuais” (Livre tradução, JOSE ANTÔNIO ADIEGO LANGARITA, 2015, p. 103)

Este é um fator propulsor para estes personagens integrarem estas praças. Mesmo que trazido de uma realidade europeia, Jose Antonio Adiego Langarita consegue expressar a realidade vivida neste *lócus* da pesquisa, em especial por entender também que “o espaço público é um conjunto de espaços de visibilidade e acessibilidade generalizada, em que a maioria dos encontros ocorrem entre pessoas geralmente estranham umas às outras” (Livre tradução, JOSÉ ANTÔNIO ADIEGO LANGARITA, 2015, p. 102).

Nestes encontros promovidos na praça, a faixa etária predominante é de jovens, entre 15 e 35 anos, e alguns destes também fazem uso de drogas ilícitas. Durante todo o período da pesquisa, em especial nas oito vezes que o pesquisador esteve neste espaço nos horários apresentados, não ocorreu qualquer intervenção policial no espaço. Ao contrário, todas as ações não apresentavam para os envolvidos nenhuma preocupação com uma possível vigilância da polícia.

Também a um quarteirão da praça existe um bar que concentra grande número de pessoas LGBTQIA+ de idade superior a 40 anos. Este público, em determinados dias, aleatórios, integra os demais jovens presentes na praça, mas curiosamente a interação não ocorre como natural. Dado os interesses do público em encontros sexuais, a interação entre as duas gerações LGBTQIA+ se mostra tímida e isso decorre de valores que possivelmente inibem os frequentadores do bar de frequentarem a praça.

Os diferentes discursos que as duas gerações mantêm fazem com que as interações entre estes estejam comprometidas. Em duas ocasiões foi possível presenciar fatos que podem ser analisados. Para Jose Antonio Adiego Langarita (2015), “a idade avançada reduz notavelmente as oportunidades sexuais” (Livre tradução, p. 197).

Em uma destas ações, após dois gays cis, aparentemente de cinquenta anos ingressarem na praça, com latas de cerveja em mãos, um grupo de cinco gays cis e uma lésbica cis, ambos jovens, aparentemente entre 16 e 22 anos começaram a dar risadas e

fazer comentários de deboche aos dois que passavam pelo local. Nota-se que pelo constrangimento, estes dois gays ficaram em torno de quinze minutos sentados em um dos bancos da praça e logo foram embora. Esta manifestação do grupo de jovens apresenta clara resistência à interação com um grupo que fuja às suas características físicas, o que torna o local um espaço de segregação dentro do próprio grupo LGBTQIA+, com a clara exclusão de integrantes com os mesmos interesses apresentados.

Em outra noite, em uma sexta-feira, às 02 h da madrugada, três gays cis aparentemente entre 50 e 60 anos chegaram na praça. Pela rua que vinham estavam saindo de uma das festas LGBTQIA+ promovidas próximo dali. Logo que chegaram à praça, aparentemente embriagados, tentaram integrar um grupo de doze gays cis e travestis que estavam dançando e cantando músicas reproduzidas em um aparelho celular e ingerindo bebidas alcólicas. Um destes após conversar com um dos jovens começou a beijá-lo, e foram para outro espaço da praça para a prática do ato sexual.

Neste momento, os poucos carros que passavam pela praça, com um olhar mais atento conseguiam ver a prática sexual entre os dois sem qualquer temor de ambos. Um dos carros que passava, aparentemente com gays em seu interior gritou repetidamente “Vai vovô!”, em uma comparação à prática sexual em que o homem mais velho praticava sexo oral no gay mais jovem. Após esta manifestação ambos encerraram a prática e ao retornar ao grupo, após uns vinte minutos do distanciamento, se separaram.

Os dois outros amigos se juntaram ao gay que estava com o mais jovem e foram embora. Em referência a esta ação, Jose Antonio Adiego Langarita, Pilar Albertín Carbó, Antonia Dorado Caballero y Núria Sadurní Balcells (2018, p. 36) compreendem que em referência à construção da identidade pessoal e a auto estima é necessário destacar as consequências favoráveis, bem como as adversidades que existem na cultura heteronormativa. Este pensamento caminha no entendimento que as práticas sexuais entre pessoas heterossexuais demanda de menos elaboração para sua ação que as práticas de grupos minoritários como os LGBTQIA+.

Nas duas reações anteriores, em que se apresentaram gays de faixa etária mais avançada, se mostra a clara dificuldade de integração dos diálogos dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Isso também se dá com a interação entre as várias pessoas que integram a sigla. Um exemplo que pode ser dado é a interação entre cis e travestis, que foi raramente encontrada na pesquisa, bem como a presença de lésbicas nestes espaços.

Mesmo que existam casais de lésbicas que visitam a praça Raul Soares, geralmente estão apenas acompanhadas de suas companheiras, e não de grupos que tenham heterossexuais ou mesmo outros gays, cis ou travestis.

A movimentação de pessoas LGBTQIA+ na praça Raul Soares se misturam às pessoas em situação de rua que por ora ocupam barracas no local e homens e mulheres que se encontram neste espaço para a prática da prostituição. Como já citado, também ocorre a constante presença de pessoas promovendo a comercialização de drogas, enquanto alguns usuários passam pela praça para comprarem os entorpecentes.

Esta praça, que abraça a diversidade de corpos e as possibilidades de interação, é também a praça que permite a promoção do uso de drogas ilícitas e também práticas que retrocedem os interesses sociais, como o comércio de drogas, o emprego informal à margem dos direitos trabalhistas, permitindo que o vício de personagens desta praça se mantenha.

Do tráfico de drogas ao evento da Parada do orgulho LGBTQIA+ temos um abismo de interesses sociais contidos nos objetivos que a praça apresenta para a sociedade. Ao passo que o tráfico de drogas ilícitas incita os processos de marginalização de usuários, de criação e manutenção de demandas de políticas públicas para coação destas práticas, a manifestação ocorrida na Parada do Orgulho LGBTQIA+ apresenta para a sociedade um serviço que mostra a preocupação da cidade com os valores, direitos e interesses que a diversidade sexual e a pluralidade das orientações sexuais demandam na cidade.

Mesmo que seja um evento pontual, a simbologia desta praça sediar parte do cortejo da Parada do Orgulho LGBTQIA+ diz muito de seu potencial de popularidade entre os membros da comunidade, o que sem dúvida mostra a rica construção de pertencimento produzido de um processo de identificação das pessoas com este lugar.

Estes personagens, tendo considerado a praça como um espaço plural, que apresenta representações de seus interesses, como percebido nos relatos dos encontros que ocorrem e foram descritos anteriormente, e também o entendimento da praça como um espaço que se volta para os discursos que permeiam direitos, valores e manifestações dos personagens LGBTQIA+, entende a praça como local desprovido de preconceitos ou práticas de impedimento da existência da identidade particular de cada corpo.

A população LGBTQA+ presente em Belo Horizonte, por ser uma capital, é bastante variada e está em vários lugares da cidade, bem como denota também processos de migração de outros espaços, a se destacar cidades pequenas do estado, como apresentado nos discursos dos personagens desta pesquisa. A praça Raul Soares é um espaço reconhecido por todos, tanto pela presença de gays como também como um local aberto às diversidades. Em uma análise das ações de violência contidas na praça, não se pode negar que as manifestações de diversidade sexual que ocorrem neste espaço, mesmo que não formais na maioria das vezes, motivadas por vontades particulares de cada personagem e/ou grupo que integram a praça, faz com que as ações de violência não sobressaiam como marco único de existência desta praça para a sociedade.

Desta forma é permitido que as pessoas da cidade entendam, percebendo naturalmente na vivência da cidade, que existem possibilidades de usos diversos da praça, e que a marginalidade que existe nesta está apenas relacionada à parte de sua existência e não ao seu todo, permitindo que outros grupos e outras ações possam ser manifestadas neste espaço.

4.6. Plazas y cuerpos: segregación y empoderamiento a menos de 2 km / *Praças e corpos: segregação e empoderamento a menos de 2km*

Dado que se percebe que a praça é uma intersecção entre o vivido e o construído por seus usuários, supõe-se que este espaço seja o resultado da apropriação das pessoas que nela habitam. Outrossim, é o local que abraça as variadas vivências e que centraliza parte das relações humanas (FERRARA, Lucrécia, 1988, p. 41).

Logo, as praças revelam-se na materialidade dos corpos que nelas ocupam, como um trabalho objetificado, constituindo experiências que culminam em ações que determinam a moral deste espaço, como voltado para determinados públicos da cidade em detrimento de outros.

Quando se pensa na realidade espacial destas praças, que estão separadas por aproximadamente apenas 1.800,00 metros, se remete à disparidade e segregação que ocorrem de corpos e públicos, mesmo dada tamanha proximidade. Não que as ações que são promovidas em um espaço não ocorram no outro, ao contrário, e como verificados, muitas das práticas existem em ambas as praças, mas de maneiras bastante díspares.

A praça, pelo que imprime na sociedade, molda os públicos que cada uma se destina a atender. Ao se pensar no corpo e em suas motivações no espaço das praças, o esporte, a dança são atividades lúdicas de destaque na praça da Liberdade, enquanto a prostituição é uma prática que mobiliza os corpos na praça Raul Soares, apesar de se encontrar também esta prática na praça da Liberdade. Nesta última motivação dos corpos masculinos e femininos disponíveis para práticas sexuais nas duas praças, estes são apresentados nestes espaços públicos de maneira diferente.

Na praça Raul Soares, facilmente é percebido a presença de prostitutas, que usam roupas bastante chamativas, que mostram partes do corpo e que deixam partes de seios, coxas e pernas bem à mostra. A ostentação de cabelos longos e bem cuidados também são marcas características de profissionais do sexo que estão presentes nesta praça em especial em horários que há maior demanda de abordagem de clientes. Segundo uma prostituta, que por várias vezes durante a pesquisa esteve presente nesta praça, o melhor horário para a atividade é o final da tarde, por volta das 17 h e no horário de 11 h às 13 h,

que segundo esta profissional compreende o período de almoço, em que vários homens aproveitam este horário para esta demanda.

Em conversa com as prostitutas que trabalham nesta praça, foi relatado que uma parte do que é arrecadado no programa elas pagam para o hotel, que geralmente cobra por dia para uso do quarto. Algumas das profissionais do sexo que trabalham na praça moram nestes quartos de hotel, por muitas das vezes não serem da cidade de Belo Horizonte.

As prostitutas que atuam nesta praça têm em média entre 20 e 40 anos e já passaram por outros lugares de prostituição para chegarem na praça Raul Soares como ponto de atuação. Elas são orientadas por um “chefe” - nome dado por elas ao responsável pelo acompanhamento das rotinas de trabalho - que é quem recebe toda a arrecadação com os programas e repassa a parte correspondente a cada uma das profissionais. A abordagem geralmente é feita por clientes, que percebem as prostitutas que estão ao longo da praça e que se aproximam. Após acordarem o valor do programa e os interesses do cliente na prática sexual, elas os encaminham, caminhando mesmo, para hotéis específicos para esta prática que se encontram nas imediações da praça.

Este valor, segundo uma das prostitutas que atuam na praça, pode ser de R\$40,00 a R\$200,00, o que depende dos interesses dos clientes e também da hora do dia e da duração do programa. Aos finais de semana, estes valores podem ser mais altos, devido à maior procura. Existem profissionais que só atuam na praça nos finais de semana. Do valor pago 40% fica com o “chefe” para as custas do hotel e a comissão do mesmo.

Ao longo da pesquisa muitas prostitutas foram encontradas e várias deixaram de atuar na praça, o que revela uma constante mudança nas profissionais que trabalham nesta área. Por apenas uma vez foi possível conversar com o nomeado “chefe”, que mesmo com uma curta conversa alegou que as mulheres se cansam facilmente do trabalho de rua e que, assim que encontram uma casa especializada em prostituição na cidade ou em outras capitais e cidades de grande porte, deixam a praça e se dedicam a esta modalidade da atividade, que, para ele, é mais segura e também com melhor remuneração.

Este homem que é o responsável pela “organização” das prostitutas da praça Raul Soares está atuando nesta função já há dois anos e conta que era proprietário de uma casa noturna com prostitutas, mas que com os gastos que tinha para manter este comércio, preferiu monitorar esta atividade na rua. Ele é como um gerenciador das atividades de

prostituição neste espaço público, e segundo o mesmo não existe nenhuma fiscalização. Alega ainda que apenas exige das profissionais exames sorológicos para detecção de doenças sexualmente transmissíveis e a disponibilidade de exercer a atividade apenas como o uso de preservativos, que são inclusive fornecidos por ele. O “chefe” disse que semanalmente vai a uma unidade básica de saúde retirar gratuitamente estes preservativos.

Ao abordar com ele que esta é uma atividade que poderia ser considerada ilegal, rapidamente o mesmo afirma que não há nenhuma obrigatoriedade de ser uma de suas profissionais para atuar na praça, mas que naturalmente “suas prostitutas” irão conseguir eliminar a concorrência caso surjam outras profissionais no território. O mesmo não citou quais são estas práticas para que somente as profissionais sob a sua guarda estejam na praça Raul Soares, mas é fácil perceber que o território é bem distribuído por estas profissionais, que nunca se localizam juntas, mas em espaços estrategicamente situados em partes opostas da praça, para que sempre seja confortável e discreto para o cliente a abordagem, disse uma prostituta.

O “chefe” diz que não tem responsabilidade sobre os homens que se prostituem nesta praça, e que a prática desenvolvida por eles é bem menor do que a que ocorre com as mulheres. Ele afirma ainda que trabalhar com mulheres é melhor porque elas são mais fiéis ao seu “patrão”. Esta atribuição que este homem traz pra si tem muitas simbologias e chega a aproximar-se de uma apropriação que ele faz das mulheres que são trabalhadoras e que se encontram neste local de atuação por, claramente, em outros locais da sociedade não encontrarem oportunidades, como afirmado no diálogo deste personagem do espaço.

Retomando o contexto do trabalho na praça com o corpo, Stéphane Malysse (2002) apresenta no artigo *Em busca dos (h)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca* uma análise pertinente sobre as dinâmicas do corpo na cidade do Rio de Janeiro, e contribui para o entendimento da antropologia visual com esse trabalho na cidade de Belo Horizonte. Com seu entendimento europeu dos corpos, ele dialoga com as funções das imagens corporais na cultura da cidade, e relata que a prostituição pode ser entendida como *encontros metodológicos* que, na antropologia podem ser raízes de valores ligadas ao corpo que são produzidas na sociedade.

Durante a pesquisa foi possível conhecer uma das profissionais que só atua na praça Raul Soares aos finais de semana, a qual esteve presente em quatro momentos da pesquisa. A mesma é dona de casa, tem dois filhos e apenas nas sextas-feiras, sábados e domingos trabalha na prostituição. Durante a semana ela é caixa de uma padaria em seu bairro e cuida de seus dois filhos, de quatro e sete anos. Ela revelou que começou na prostituição convidada por uma amiga da época de escola que trabalhava na rua Guaicurus. Esta é uma rua aqui já citada, conhecida na cidade pela oferta de profissionais do sexo a baixo custo. Ela ficou durante alguns meses trabalhando nesta rua até que conheceu o “chefe” que a levou para trabalhar na praça Raul Soares.

Ao longo de toda a pesquisa foi possível conversar com ela durante algumas vezes entre um e outro programa e entender um pouco mais da profissão tão estigmatizada pela sociedade. Ela nos contou sobre como lida com esta profissão e disse que está trabalhando ainda com esta atividade porque foi mãe muito jovem e que cuida sozinha de seus filhos. Contou que paga escola da rede particular para os dois e que tudo que pode fazer de melhor por eles faz, de forma que apenas o trabalho na padaria não consegue os manter. Também contou que desde que trabalha como prostituta teve apenas um relacionamento afetivo, com um cliente inclusive, mas que por ciúmes eles não conseguiram manter a relação.

Muitas outras mulheres se encontram nesta mesma atividade na praça Raul Soares, e facilmente é possível encontra-las na rotina da praça. Mesmo com o rodízio intenso com que elas se apresentam, o que dificultou o contato verbal, sempre com novos rostos a pesquisa seguia. A prostituição é um dos principais serviços prestados nesta praça, tendo o corpo como uma espécie de ferramenta do atendimento de vários usuários da cidade, que buscam nesta praça atendimento de suas necessidades sexuais, de suas demandas do corpo e também de práticas que fogem ao que é tido na sociedade como normal, a se dizer de relações monogâmicas e heterossexuais (Guacira LOURO, 2000).

A prostituição masculina nesta praça não foi presenciada em nenhum momento durante o dia, até mesmo nos finais de semana. Já no período da noite é comum encontrar os chamados “michês” na praça Raul Soares. Eles sempre estão com roupas que valorizam o corpo e as marcas de adorno deste, a se destacar braços e peitoral, advindos de constantes exercícios físicos e intervenções estéticas. Ao longo da pesquisa foi mais fácil encontrar estes profissionais em finais de semana, em especial após o período das

00 h, momento em que a praça fica bem vazia e a abordagem de clientes, na maioria homens, é possível. Durante a semana, não foi percebido no período diurno a presença de nenhum homem nesta atividade, apenas no período noturno, mas um ou outro em poucos dias da pesquisa, mantendo constante presença apenas nos finais de semana. Durante a investigação foi possível conversar com dois destes profissionais.

Um destes tem 26 anos e é do interior do estado da Bahia, estando em Belo Horizonte há um ano e meio. Ele já era “garoto de programa” - termo que é usado entre os homens profissionais do sexo - na Bahia, em Salvador, e veio para Belo Horizonte, segundo ele, por pesquisar na internet e constatar que poderia ter uma melhor renda na cidade.

Ele é estudante do curso de direito de uma universidade que fica na cidade e mora em um apartamento próximo à praça, onde divide moradia com mais dois estudantes, que ele revela que não sabem de sua atuação na prostituição. Este profissional diz que apenas atua na praça quando ele não consegue agendar os atendimentos de seus clientes pelo site em que é inscrito, e onde faz oferta de seu trabalho.

Sempre que não há demanda de clientes por este site, o jovem vai para a praça Raul Soares, que para ele é sempre uma “surpresa”, pois existem diferentes clientes, desde jovens com a sua faixa etária até senhores com mais de 60 anos. Ao perguntar se existem mulheres que o procuram na praça ele diz que nunca aconteceu, mas que existem interessadas no site em que está inscrito como profissional do sexo e que já manteve relações também heterossexuais com elas.

Em alguns momentos das atividades sexuais presentes na praça Raul Soares, a comercialização de drogas ilícitas também se faz presente. Tanto homens como mulheres que trabalham com a prostituição neste espaço público também fornecem entorpecentes para os clientes, que em algumas das situações fazem uso destas drogas durante o programa sexual. Para uma das profissionais do sexo com que foi possível conversar, vários clientes se “drogam” para conseguirem manter a relação sexual. Esta é uma ação que se intensifica à medida que os clientes são mais jovens, segundo a prostituta.

Ao passo que a movimentada prática de prostituição existe na praça Raul Soares, a menos de 02 quilômetros dali ocorre de maneira menos forte na praça da Liberdade, mas também se mantém presente neste espaço como prática trabalhista. Após muitos dias

de investigação, a se dizer no sexto dia que ocorria nesta praça, em uma quinta-feira pelo início da noite, foi possível identificar a primeira manifestação da prática de prostitutas nesta praça. Uma destas profissionais foi avistada saindo de um carro e depois indo para um dos bancos da praça. No dia seguinte, em que houve outra observação, foi possível identificar novamente a mulher, de 32 anos, em um banco da praça e depois entrando em um carro que passou pela praça. Após uma hora e meia, ela retornou para a praça e discretamente ocorreu a abordagem da mesma, que afirma ser uma “acompanhante” e não prostituta.

Ela, que foi encontrada em momentos posteriores da pesquisa, contou que a praça é um local discreto para encontrar com os seus clientes, e que prefere marcar o seu “atendimento” neste local por ser um espaço com segurança de policiais e também com discrição para sua atividade, pois segundo a prostituta, existem muitos preconceitos com a esta atividade profissional, constatação já apresentada anteriormente neste estudo em práticas do corpo como instrumento de trabalho.

Não foi possível perceber práticas de atividade sexual masculina nesta praça, mesmo que, segundo uma das prostitutas encontradas, ela exista e seja de forma mais discreta que a atuação feminina, em especial por serem homens que buscam portarem-se de maneira não identificável com o protótipo de “garoto de programa”. Ao perguntar para uma das profissionais do sexo qual seria este protótipo ela disse que são homens muito “sarados”, o que caracteriza corpos muito moldados por atividades de musculação e também por roupas que deixam seus atributos físico aparentes, como descrito pelos homens que atuam na prostituição na praça Raul Soares. Com a prática de cadastro e atuação em páginas da internet destes profissionais, as praças passam a ser apenas um espaço de passagem destes profissionais e quando ela é tida como espaço para a abordagem, como ocorre na praça Raul Soares, ela é finalizada em outro espaço.

Sobre o uso e a comercialização de drogas, esta não é associada como na praça Raul Soares, pois os indivíduos que se dirigem à praça da Liberdade com este fim não estão voltados para o interesse das atividades sexuais.

Desta forma, segregação de possibilidades e o empoderamento destes indivíduos com a produção de sustento através destas práticas comerciais com o corpo são ações que além de serem rotineiras de uma praça, por natureza de criação, não idealizada para este fim, traz dia a dia novas configurações para este espaço, seja com o avanço das marcas

de marginalização das pessoas que buscam o consumo de drogas ilícitas e encontrar esta matéria prima na praça, seja pelo fácil acesso ao mercado de compra e venda destes produtos neste local, seja pela forma irregular como tudo ocorre. São ações como estas que afastam ainda mais a realidade da praça Raul Soares da praça da Liberdade, que mesmo também mantendo em casos isolados o uso e comércio de drogas ilícitas, não se mantém como espaço de referência para este fim.

Logo, é impossível desconectar a ideia de que o que é ilegal seja também um fator que marca fortemente uma sociedade que é calcada em valores e regras. Aos cidadãos da cidade, dificilmente em possibilidades de escolha, com o histórico destas ações marginais que estão sempre estampadas nos jornais da cidade, caberá escolher esta praça para seu uso de lazer e atividades afins.

Cabe então a estes cidadãos buscarem outros espaços públicos que apresentem condutas para garantir entre outras questões, segurança, garantias de permanência e também livre trânsito, sem possibilidades de intervenções de violência ou ações similares que possam colocar em risco o usuário.

Não se pode negar que o medo é fator que influencia a forma como os habitantes da cidade se relacionam com a praça Raul Soares. A sensação de que, a qualquer momento, possam ser vítimas de um crime ou associados a uma ação fora dos padrões da ordem da sociedade, faz com que estes indivíduos evitem a prática de atividades neste espaço segundo um frequentador desta praça.

Uma parcela da sociedade tem, segundo a literatura de Caldeira (2010), escolhido desfrutar de práticas de lazer em enclaves fortificados, fenômeno que tem por característica a vivência social em condomínios fechados e em shopping centers. Cada vez mais, esse modelo também inspira adaptações em outros espaços, como escolas, hospitais, conjuntos de escritórios, centros de lazer e parques temáticos (Teresa Pires do Rio CALDEIRA, 2010, p. 258).

As suas características básicas são as seguintes:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas

armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. [...] Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas (TERESA PIRES DO RIO CALDEIRA, 2010, p. 258-259).

Destaca-se, nos enclaves fortificados, aquilo que pode ser chamado de arquitetura do medo, que isola as construções do seu entorno. Nesta perspectiva, as relações sociais são fortemente segregadas e configuradas acerca de interesses daquele grupo que integra o espaço, desprovido das variabilidades da diversidade que a praça permite aos seus membros.

Pablo Silva Lira (2017, p. 140-157) reitera que esse formato arquitetônico incorpora vários elementos característicos das cadeias e dos feudos medievais, como muros, arames farpados e torres de vigilância. Esses elementos arquitetônicos somam-se à segurança armada e às câmeras de vigilância, não para impedir a invasão dos bárbaros - motivo dos altos muros nas antigas construções feudais -, mas o acesso de pessoas consideradas possíveis criminosos. Assim, no interior de seus condomínios fechados, as classes médias e altas só saem de lá para irem a outros enclaves, seja o prédio de escritórios onde trabalham, seja o shopping center onde consomem.

Em relação aos shoppings, seu número não para de crescer, local que dois componentes se integram: economia e lazer. Ao passo que muitos empresários percebem no interior dos shoppings a possibilidade de inúmeros negócios que geram renda, empregos e serviços diversos à sociedade, também é espaço considerado de lazer para o cidadão, que encontra no espaço do shopping segurança para fazer compras, praticar atividades de lazer, utilizar serviços de alimentação, cultura e um sem fim de outras possibilidades de interações que são atrativos e que, aos olhos da sociedade contemporânea, se mostram muitas vezes mais seguros que as atividades ofertadas pelas praças.

5. PLAZAS, CUERPOS Y EDUCACIÓN NO FORMAL / PRAÇAS, CORPOS E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Ao longo de toda esta tese foram apresentadas inúmeras situações que envolvem as praças pesquisadas: desde o seu caráter cultural e histórico ao seu espaço de lazer e trabalho. Contudo, implicitamente, as práticas de educação não formal foram evidenciadas, pois, por pensar-se nesta prática como uma ação de ensino desprovida de currículos e métodos, tem-se na praça, mesmo que invisível ao primeiro olhar, incontáveis práticas educativas promovidas pelos personagens que se encontram nestes espaços públicos com a movimentação de seus corpos. Wagner Francis Martiniano de Faria (2017), na Dissertação de Mestrado em Educação e Docência, dialoga com esta premissa entendendo que ainda há muito a que se construir para que práticas que dialogam com a temática de diversidade de gênero, a apropriação dos corpos em suas identidades e interações sociais que abarquem o conhecimento não sejam apenas conteúdo dos currículos prescritos, subsidiados à verificação e conferência nas escolas, mas sim, também ações de educação não formal que possam se sistematizar e estarem presentes em espaços para além dos muros escolares.

Além das caravanas escolares, naturalmente ações escolarizadas, as práticas de atividades culturais, fortemente percebidas na rotina da praça da Liberdade, é um dos poucos exemplos de ação educativa formal vista a olho nu. Como mencionado, com a presença massiva de visitação por instituições de ensino a esta praça, se observam ações que moldam o perfil escolarizado de educação, onde a figura do professor, dos alunos e da temática a ser ensinada estão presentes. Não obstante a esta ação, não se pode negligenciar que não seja uma prática educativa a visita de famílias com seus filhos e agregados nas praças, que se colocam nesta com um olhar contemplativo, atuando indiretamente com o saber.

Seriam estes, então, aqueles que buscam o estado de cultura aleatório, que experimentam a praça através das errâncias, que se preocupam mais com as experiências, ações e percursos dados ao acaso, do que com as representações formais, projetadas, ou seja, com os eventos culturais desenvolvidos nas praças.

Os indivíduos nesta perspectiva não veem a praça somente de cima, em uma representação do tipo mapa, mas a experimentam de dentro, sem necessariamente produzir uma representação cultural qualquer desta experiência. A existência destes indivíduos nesta praça já é a manifestação da cultura e do conhecimento. Dado a isso, percebe-se nesta pesquisa o processo formado de uma prática de educação não formal, onde existem matérias de conteúdo e corpos disponíveis ao aprendizado.

Esta postura com relação à apreensão e compreensão da praça por si só já constitui uma crítica com relação tanto aos métodos mais difundidos de educação - como o “formal”, baseado principalmente em currículos, dados estatísticos, objetivos, figura professoral e práticas avaliativas - quanto à própria espetacularização urbana contemporânea que tantas praças pelo mundo exercitam sobre tantas outras, tímidas e sem recursos de políticas públicas seu palco cultural. Naturaliza-se nessa esfera que as ações de cultura se relativizam de acordo com os espaços que são promovidas, uma vez que as características de cada praça determinam os interesses dos seus personagens e os mantém ali abertos ou não para experiências culturais e de aprendizagem.

Em uma análise contemporânea da praça, quanto o que poderia ser visto como um de seus resultados, a praça do espetáculo, se distancia cada vez mais da experiência urbana das praças, da própria vivência real destas ou até mesmos das práticas em outros espaços públicos da cidade.

A violência, o aprisionamento em condomínios, os shoppings e o apogeu das tecnologias afastam as pessoas destes locais. Claro que essa modificação da experiência urbana da cultura seria uma apologia da experiência da cidade, que poderia ser praticada por qualquer um, e em outras perspectivas escolhem grupos e/ou determinam regras. Não é qualquer usuário da praça que se adequa à realidade do teatro, ou mesmo do cinema. A questão central do espaço público e sua oferta de cultura e práticas naturais de educação não formal também está na experiência ou prática urbana ordinária, diretamente relacionada com a questão do cotidiano. Em determinadas ocasiões o indivíduo é levado à praça por uma questão particular, fugindo da materialização deste espaço como natural local cultural e educativo, mas sim no pertencimento de seu corpo a este local como única possibilidade de sobrevivência.

Por outro lado, no âmbito do conhecimento não formal, é relevante destacar a historicidade que as praças apresentam como fonte de aprendizagem. A praça, a se dizer

das duas aqui em questão, permitem uma viagem no tempo, com ricos aspectos a serem contemplados na arquitetura, na paisagem e edificações em seus entornos (Jofre DUMAZIDIER, 1976). Mesmo com as reformas aplicadas nos dois espaços, estas praças mantiveram características do projeto original de suas edificações, permitindo aos seus personagens uma viagem no tempo e o reconhecimento de características e contextos urbanísticos e arquitetônicos de uma outra época, como chafarizes, coreto, pavimentação, lustres...

A educação não formal parte da prática de conhecimento com base em alguém ou algo que permita que novos conceitos, ideias, histórias, memória e temáticas de desconhecimento do indivíduo venham à tona. Um exemplo desta possibilidade está concentrado nas inúmeras manifestações artísticas que ocorrem na praça da Liberdade. Atores, atrizes, cantores, cantoras, musicistas, tecelões, repentistas, palhações e tantos outros profissionais das artes se apresentam em várias situações no espaço da praça, fazendo deste local seu palco e garantindo, indiretamente, ensinamentos e conhecimento para os usuários da praça.

A arte além de representar um conteúdo de rica possibilidade de ensinamentos, é também um campo de conhecimento que traz às pessoas reflexões de variadas temáticas através de sua prática, gerando aprendizados. Mesmo que não formalizado, o processo de ensino ocorre quando um grupo de pessoas se reúne em torno de um musicista que executa ao violino um trecho de uma ópera de Richard Wagner. Também é impossível negar que exista conhecimento e processos de aprendizagem na apresentação de uma atriz que está vestida de uma personagem de época para representar uma determinada data histórica do ano. Outrossim, não é possível também se prever que exista esta ação de aprendizagem se não existissem os corpos destes personagens na praça, protagonistas não somente da manutenção da praça como espaço de conhecimento, mas também como figura ímpar no exercício das ações de educação não formal.

Tomado pelos personagens que existem na praça, a figura que a polícia representa na praça Raul Soares também permite se relacionar com as práticas de educação não formal, em especial no entendimento que a guarda policial se mantém nesta praça com a finalidade de conscientização e prática educativa para os usos da praça como local de finalidade de lazer e acessos, em detrimento de ações que estejam contra as proposituras que a sociedade impõe.

Ao conter uma tentativa de roubo, ao deter um jovem que está consumindo drogas ilícitas no espaço da praça se caracteriza também uma forma de educação não formal, mantendo o princípio de levar conhecimentos e aplicar conceitos que podem não ser de conhecimento do outro, e em determinados aspectos podem ser de conhecimento, mas permite-se nesta ação o aprimoramento e, por conseguinte, apropriação deste elemento do saber, em um processo indireto de aprendizagem.

Ao longo de todo este trabalho, várias ações promovidas na observação do espaço da praça permitem que se analise suas perspectivas de ensino. Mesmo que não existam estudos anteriores à estas manifestações nas praças pesquisadas, existem várias investigações que reiteram a importância da promoção de práticas educativas em espaços que fujam à realidade do espaço escolar, dentre eles pode-se citar Tomaz Tadeu da Silva, que em sua obra discorre sobre as várias manifestações que os currículos imprimem nos indivíduos, envolvido de práticas que nem sempre se apresentam no espaço escolar, mas na vivência de ações no espaço social (Tomaz Tadeu da, SILVA 2000).

Outro teórico que também apresenta parte de seus estudos voltados para o entendimento dos currículos para além dos espaços em que existe o monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem é José Gimeno Sacristán, que no livro “O currículo: uma reflexão sobre a prática”, dialoga com as várias possibilidades que existem de entendimento da educação, e que a performance de práticas de educação não formal são possíveis na atividade social dos indivíduos na realidade do currículo em ação (José Gimeno SACRISTÁN, 2000).

Neste entendimento, pode-se compreender que a praça tem poder educativo na sociedade, pois também nela o conhecimento é difundido e o currículo se apresenta, nesta condição, como um veículo de interesses sociais, que podem dialogar com valores e crenças dos grupos de personagens dominantes no espaço, bem como pode se atentar para a discussão e entendimento das minorias, do respeito e dos princípios de igualdade que é premissa das duas praças investigadas. Logo, segundo a literatura de Sacristán:

O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significado e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes, também, à margem das intenções a prática reflete pressupostos e valores muito diversos (JOSÉ GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 201).

Permite-se com esta direta relação do currículo com o contexto social, na perspectiva de seus sujeitos em movimentação e interação, seus interesses e valores particulares e compartilhados, avançar para a compreensão deste currículo para além da escola como parte das relações de conhecimento gestadas na praça, que abarca em si um enfoque processual, ou seja, de “(...) configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas (...), como resultado das diversas intervenções que nele se operam” (José Gimeno SACRISTÁN, 2000, p. 101).

Logo, a praça se apresenta como espaço ideal para que existam manifestações de ensino de maneira não formal na ótica do currículo, sejam pelas interações entre os personagens que nela existem, seja por práticas que participem apenas os próprios integrantes da praça, seja com participação de outros membros externos, que apenas se colocam na praça de maneira pontual, em uma ocasião específica, que pode ser como objetivo de turismo, como atividade física em um dia especial, como uma maratona, ou mesmo como visita espontânea dada ao acaso da passagem do indivíduo pela praça.

5.1. LA PLAZA Y EL PROTAGONISMO DE LOS CUERPOS / A PRAÇA E O PROTAGONISMO DOS CORPOS

O domínio e a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo.

Michael Foucault (1993, p.146).

É a praça que abraça qualquer corpo que por ela passa. A praça está ali, estática, mas faz-se em movimento com a passagem e permanência dos corpos dos indivíduos por ela. Estes corpos lhe dão vida e poder. Por estar ali, em determinado local, a praça diz também daqueles corpos que estão em seu entorno, daqueles que usam dela para (sobre)viver. Cada corpo que está presente na praça, seja com quaisquer de suas motivações, faz com que o espaço se mantenha vivo. Muitas praças ao redor do globo deixaram de existir unicamente pela falta da habitação dos corpos nas mesmas.

Tomadas as proporções desta pesquisa, as praças, nos dois contextos investigados, permitem aos corpos diferentes possibilidades de protagonismo: do acesso à outras partes da cidade ao desejo inculcado nos corpos pelo sexo e pelo conhecimento. A praça, que para alguns, passa despercebida, servindo apenas como passagem para outro espaço, para outros é local de prática de exercícios físicos, local de trabalho e até mesmo palco.

Na praça da Liberdade, inúmeros corpos se expõem em atividades físicas que permitem serem vistos e apreciados por todos que circulam ao redor desta praça. Dado que a praça está situada em uma parte da cidade de Belo Horizonte onde é intenso o tráfego de veículos, transportes públicos e até mesmo de pedestres, os corpos dos que utilizam a praça são notadamente vistos por toda esta variabilidade de plateia.

Retomando a epígrafe de Michael Foucault, que abre este capítulo, os corpos se colocam como aparato de poder e de exaltação ao sucumbirem-se à exposição nas praças. Muitos destes não dimensionam o poder que seus corpos imprimem na ação de estarem socialmente nas praças da cidade, mas alguns deles, doutrinados por contextos específicos, fazem desta realidade uma prática que perpassa pelo campo da economia, no

caso da prostituição e das cirurgias plásticas, no âmbito do esporte, a se dizer de práticas esportivas no espaço da praça, e de vulnerabilidade social, ao se tratar de pessoas em situação de rua que se encontram nestes locais.

Estas diferentes formas de protagonismo trazem à tona a forma como os corpos são aparatos de poder nas praças e como estes, de diferentes maneiras, trazem para o entendimento da sociedade as formas como aquela praça ou espaço público é vivenciado pelos personagens que o integram (Judith BUTLER, 2013).

Como citado anteriormente, até mesmo no âmbito do trabalho, a incitação ao corpo é compreendida, a se dizer dos vários profissionais que atuam na praça, como educadores físicos, fisioterapeutas, treinadores e outros que fazem da arte do cuidar da saúde do corpo o trabalho na praça. Ainda na praça da Liberdade é possível se perceber que o corpo é tido como alvo de desejo do encontro por casais que elegem este espaço para o namoro. Não incomum ao longo desta pesquisa foi o encontro de vários casais, em variadas horas do dia e da noite, sentados nos bancos ou caminhando de mãos dadas pelas praças.

O flerte, o namoro e o encontro do afeto são ações que as praças pesquisadas abraçam sem distinção de gênero. Casais cis, trans, homossexuais e heterossexuais convivem em perfeita harmonia nestes espaços. Mesmo em tempos que tantas manifestações de preconceito e repúdio às minorias são explicitadas nas notícias que circulam em todo o mundo, as praças são espaços que aliviam a dor do racismo e se mostram como espaços saudáveis para o exercício da diversidade, das manifestações por direitos e tantas outras possibilidades de se existir.

Nas duas praças é possível comumente, no dia a dia delas, seja durante o dia ou à noite, dias de semana ou nos sábados e domingos, encontrar casais LGBTQIA+ na mesma proporção que são vistos casais heterossexuais, e estes, em suas particularidades, convivendo em perfeita harmonia. A praça além de manter um espaço saudável para estes casais também é local para a encontro e formação destes.

Muitos LGBTQIA+, por exemplo, escolhem estas praças para promoverem encontros com outras pessoas que conhecem por meio de aplicativos de relacionamentos. A se destacar *Grindr*, *Tinder*, *Her*, *Hornet*, *Facebook* e outros, homens e mulheres, cis e trans, encontram nas praças da Liberdade e Raul Soares local de acolhimento apropriado

e seguro para este primeiro contato físico com as pessoas que conhecem no universo virtual e elegem a praça para o protagonismo real dos corpos.

Durante toda a pesquisa foi percebido que a praça da Liberdade é o espaço onde as pessoas têm, no sentido amplo da palavra, liberdade para estarem como quiserem. É possível, em um mesmo domingo pela manhã, encontrar uma roda de capoeira com vários homens sem camisa na ginga; um grupo de oração de uma igreja evangélica guiados por um pastor geralmente engravatado em um sol escaldante; uma família que passeia com seus filhos comendo pipoca comprada pelo pipoqueiro que trabalha no mesmo espaço; e apresentações circenses, musicais e outras manifestações de artistas que buscam gorjetas para a manutenção de sua arte e sustento familiar, formando estes vários corpos uma roda, que se assemelha a uma mandala humana.

Em toda esta miscelânea de atividades, o corpo, vestido de diversas formas, diz muito, em especial, que este espaço extrapola as dimensões do construído, desta forma, sendo um mecanismo vivo mantido e norteado pelos corpos que o protagonizam. Assim, estes corpos são capazes de apresentar complexidades que fogem ao escopo de apenas uma ou outra pesquisa pela sua incontável variabilidade de possibilidades de expressão. A multiplicidade do corpo nas praças, a se dizer de seus interesses, vontades e objetivações, foge ao controle de quaisquer pesquisadores que ali estejam. Até mesmo o olhar mais apurado não conseguirá captar todas as intenções que os corpos imprimem em um espaço público coletivo.

Dentre os vários atores e as diversas atividades que se desenvolvem na praça Raul Soares, pode-se destacar facilmente que o trabalho é o que motiva os corpos a utilizarem e manterem vivas as funções dessa praça, seja como rota de passagens para o espaço de trabalho de diversos trabalhadores que veem a praça como uma pista de rolagem de um ponto a outro da cidade; seja nos traficantes que estão a todo tempo fornecendo drogas ilícitas para seu público de usuários; seja para as pessoas em situação de rua que pelo desemprego, pela ausência de políticas públicas e até mesmo por vício em drogas deixam a praça se manifestar como sua moradia; seja pelos policiais, que encontram nesta praça um dos espaços de atuação, tanto para o controle de posturas sociais, como para acesso estratégico à outros pontos da cidade que podem demandar suas ações.

A praça Raul Soares não apresenta a exibição do corpo de seus usuários com práticas artísticas, nem tampouco se destaca com atividades esportivas, mas se coloca

como espaço de fala e de protagonismo dos corpos para a prática sexual, ação massiva na praça e até mesmo como espaço de morada do corpo, com as várias pessoas em situação de rua que estão nesta praça por se encontrarem à margem de políticas públicas e invisíveis para muitos que passam por este local sem perceber estes personagens.

Ao longo da pesquisa foi possível presenciar duas abordagens de profissionais da assistência social aos usuários da praça, mas com a finalidade de identificar usuários de drogas ilícitas que se encontravam em condições de serem encaminhados para internação e tratamento e não para a oferta de moradia e abrigo, lamentavelmente.

A iniciativa privada em muito contribui para que estes corpos invisíveis para muitos tenham tratamento digno, mesmo que em momentos específicos. Foi possível acompanhar em muitos finais de semana a oferta de alimentos e a doação de roupas e itens de higiene pessoal para pessoas em situação de rua que se encontravam na praça Raul Soares em barracas improvisadas de papelão e lona. Esta prática de anônimos traz à tona um detalhe importante: existem indivíduos que conseguem perceber, talvez por também serem personagens da praça, outros integrantes deste espaço que apresentam necessidade de um olhar acolhedor e assistencial.

Ao conversar com os policiais que fazem o monitoramento de rotina da praça, geralmente os indivíduos que se alojam neste espaço não permanecem mais do que cinco dias, se dirigindo para outros locais públicos ou até mesmo encaminhando-se para atendimento de serviços especializados ofertados pela prefeitura e pelo governo do estado. Alguns dos presentes também neste espaço são migrantes de cidades do interior do estado, que chegam à capital e por não conseguirem emprego, tornam-se integrantes da realidade das ruas da cidade.

Migração, usos múltiplos e exposição dos corpos é ação permanente nas praças investigadas. Com a abertura desta variedade de possibilidades de performances dos corpos, indivíduos produzem seus interesses sem padrões ou regras estabelecidas, não existindo diretamente normas para a reprodução do corpo de significações neste espaço público. Mesmo que existam monitoramentos, a se dizer polícia e os demais personagens da praça que podem por ventura rotular, criar estruturas de julgamento das manifestações dos corpos, regulações e outros empecilhos, mesmo assim este corpo permanece livre, potencializando-se e garantindo a sobrevivência da praça enquanto legítimo local de sua evolução e espaço de seu protagonismo.

5.2. La identidad libera y a segrega: existir en las plazas Raul Soares y de la Liberdade es un acto educativo / *A identidade liberta e segrega: existir nas praças Raul Soares e Liberdade é um ato educativo*

O ato de estar na praça por si só é uma manifestação educativa devido ao fato das trocas de saberes entre os personagens e a consolidação de alguns destes, consolidando-se perspectivas de conhecimento. Existir em um espaço que é feito para o acolhimento de pessoas é uma prática que sobrepõe a criação de uma rua, por exemplo, que pela passagem pode ser somente dada como um natural estado de ir e vir. Como a praça permite o assentamento e também a permanência das pessoas, salutar a outros espaços de passagem, ela se desprovê de regras que limitam aos seus personagens dadas situações de protocolos, estes estando livres para as mais variadas possibilidades de existência nelas.

Contudo, é relevante entender que a identidade de cada praça também imprime modos de existência de seus personagens, uma vez que em cada espaço existe uma construção social que somada às características políticas, ideológicas e culturais do espaço perfaz a presença de determinado grupo em detrimento de outro.

É natural também o entendimento da migração de pessoas de uma realidade na praça para o deslocamento a outra, no entendimento que a praça é o espaço que permite que esta apropriação seja feita, tanto que é comum encontrar nos momentos em que a caminhada é recorrente na praça da Liberdade, a se destacar início da manhã e fim de tarde a presença de vários personagens alheios à aquele espaço físico como morador, mas que se deslocam de outras localidades da cidade para praticarem suas atividades físicas ali, onde consideram, por várias questões o local agradável e apto para as demandas de seus interesses.

Também é importante lembrar que como a oferta de prostituição e drogas ilícitas são recorrentes na praça Raul Soares, vários personagens daquela praça estão ali pelas ofertas destes serviços e não somente pela praça, pois os valores que se agregam a ela trazem este público.

Dados estes fatos, é possível comprovar que a praça por si só também não é responsável pela produção dos elementos do pertencimento de seus personagens nela,

mas os próprios personagens que nela existem criam estas ações de motivação para que ela se encontre viva e ativa.

É possível também entender que uma praça sem atrativos, sejam eles culturais, comerciais, políticos, se vê vazia e naturalmente fadada ao seu encerramento como espaço de interesse do poder público. Não incomum que muitas praças das grandes cidades, como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro transformaram espaços de praças em edifícios e outros espaços em substituição de um local sem usos para a população.

Ao que tange aos contextos educativos, toda praça, mesmo que sem formalizar este objetivo em seus projetos, interfaces de uso e publicidades que produz, é voltada para as práticas que permitem ações que possam ser educativas para o cidadão. Em um processo de entendimento que o espaço público de lazer nada mais é que a concretização física da prestação de um serviço aos indivíduos de determinado espaço social, buscando a oferta de elementos que integrem atividades de ócio, cultura e reconhecimento de seus valores e de sua comunidade, é possível compreender que estas ações perpassam por processos educativos manifestados do exercício de interação dos personagens nestas praças.

Tanto na esfera das artes que estão no entorno da praça da Liberdade, com a oferta de visitas aos museus, oficinas de arte, de música, de teatro e outras, bem como com as manifestações públicas que existem nos espaços da praça Raul Soares no encontro de jovens LGBTQIA+ na intenção de produzir relações sexuais com outros e na prática de abordagem de prostitutas à clientes existem subsídios de ações educativas, dados na interação entre diferentes núcleos de conhecimento, de valores e de interesses inseridos nas perspectivas de cada corpo que existe na praça.

Seja na modulação das práticas escolarizadas, que se encontram em um espaço rico de conhecimentos para além dos currículos, a se dizer do contexto histórico e cultural, como uma visita guiada de uma escola à praça para contemplação dos estudantes do espaço físico, seja pelas várias possibilidades de interação com o outro, entre um comerciante de drogas ilícitas e seu cliente, nas duas práticas, fartamente existe a produção de aprendizado, na natural troca de conhecimentos em suas ações.

A natureza do conhecimento está conectada ao diálogo e na troca de saberes produzidos neste. Paulo Freire (1996) ricamente em sua obra trata desta potencialidade,

que existe no conhecer o que o outro oferta e reproduzir nele o que de conhecimento temos. Esta é uma ação que a praça possibilita, tanto na esfera da interação dos trabalhadores deste espaço com seus clientes, como dos que usam esta praça com a finalidade do lazer, do esporte, da cultura...

CONSIDERACIONES FINALES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o prisma do entendimento de que as praças possuem inúmeras atividades que se articulam e, ao mesmo tempo, apresentam diferentes objetivos, é possível confirmar a premissa da hipótese deste estudo. Sim, o espaço da praça é suscetível às práticas educativas não formais, mesmo que não vistas em um primeiro olhar. Elas se mantêm vivas mesmo com o apogeu dos condomínios fechados e dos shoppings centers que tomaram conta do ocidente a partir do século XX.

A pesquisa aponta para uma necessidade de ampliar e discutir temas relacionados ao corpo e às práticas de educação não formal que existem nas praças, em especial nas pesquisadas, pois, mesmo os usuários das praças Raul Soares e Liberdade, não apresentam visão ampla e crítica sobre as questões que cercam o corpo e as significações destes nas praças. Por natureza do ser humano no uso da praça como cidadão, apenas com um olhar mais profundo, como percebido ao longo do período de ações etnográficas e expressos nos capítulos IV e V, é possível perceber que os personagens das praças são reféns das imposições sociais e midiáticas sobre ele, mesmo que aparentemente livres.

Nesse sentido, apresenta-se também a necessidade de entendimento da praça como um aparelho que existe sob movimentações também da mídia e das políticas públicas, que podem ampliar e aprofundar os olhares dos integrantes da cidade para as diferentes questões que cercam cada praça na sociedade contemporânea pautada pelo consumo, pelas mídias e pelas redes sociais, possibilitando mais um espaço de diálogo e reflexão crítica sobre os desafios que são impostos aos espaços públicos no século XXI.

Não é possível negligenciar e não marcar um espaço para recordar todos os indivíduos que usam das praças como espaço de moradia. As várias pessoas em situação de rua que foram encontradas ao longo da pesquisa são parte relevante para os debates que se fizeram neste trabalho e também representam corpos que estão à margem de políticas públicas e de possibilidades de acesso aos espaços de fala de tantos cidadãos que encontram nas praças apenas lazer e tranquilidade, ao contrário, quando vistos, causam nestes medo e coação no uso das praças, como se estes indivíduos não fossem tão legítimos pertencentes como os demais.

Essa dicotomia cidadã é marco retratado em toda esta pesquisa. A margem social que separa o público das duas praças é marcante em muitos momentos, tanto que se colocam como espaços de fala de diferentes histórias, interesses, públicos e até mesmo posturas. A forma de trabalho, os comportamentos perante situações que são proibidas pela conduta da cidade e até mesmo as formas de se viver as praças destoam de maneira discrepante de um espaço para outro, mesmo que sejam possíveis os corpos viverem e produzirem significados particulares em ambos os espaços pela proximidade espacial que se encontram.

A historicidade e a contextualização política que existe desde o marco de idealização dos projetos de construção destas praças formam um eixo marcante para chegar ao que é possível se constatar hoje, que as raízes do Brasil império ainda se mostram de maneira clara na ação dos indivíduos que utilizam de vários destes espaços públicos, criando grupos distintos, com interesses separados por questões de classe social, demandas culturais e outros aspectos que emergem das motivações da cidade.

Dado todo o período da pesquisa, não menos salutar reiterar a contextualização da pandemia advinda pela COVID-19, com a influência direta na realidade das praças investigadas, em especial na praça da Liberdade, que pela primeira vez na história se viu interdita por motivos alheios às reformas ocorridas nesta. Mesmo a praça Raul Soares não sendo interdita, por ser um natural corredor de passagem de acesso à outros locais da cidade de pedestres, mostrou-se vazia, pois pessoas em situação de rua, profissionais do sexo, comerciantes de drogas ilícitas e vários outros personagens da praça se viram recolhidos em outros espaços pela imposição necessária do distanciamento social e do isolamento.

O isolamento não somente da praça da Liberdade, mas de várias outras praças da cidade trouxe uma urgente discussão que infelizmente foi tardia para ampliação do debate nesta tese, mas que se mostra importante alongar em outro espaço de discussão, que é a constatação da relevância destes lugares públicos para a sociedade, que mesmo em momentos de pandemia são espaços considerados como de pertencimento social dos cidadãos, como local de refúgio, tendo em consideração que este é um espaço legítimo das pessoas da cidade.

A praça, educadora por si só, permite que as práticas de conhecimento brotem dela com naturalidade. Mesmo a praça que pouco tem a dar, possui nos corpos que a mantem

vários ensinamentos que vão adiante, sem currículos propostos, mas com experiências trocadas, como nas ágoras gregas, em que o conhecimento era gerado das discussões de temas importantes à cidade. Neste ínterim, também cabe reiterar que estes corpos que compõem a praça, são membros de afloramento de várias práticas que mantêm a cidade viva, como o trabalho, o lazer, o exercício cultural, a manifestação cidadã e, em especial, o fazer-se vivo como personagem da praça como espaço de pertença.

Este pertencimento à praça não se dá apenas para àquele indivíduo nato da cidade, mas para aquele que a vivencia, o que foi comprovado com a permanência de pessoas em situação de rua na praça Raul Soares, mesmo não sendo munícipes de Belo Horizonte, bem como com os turistas que visitam a praça da Liberdade e que levam para suas cidades fotografias, histórias e memórias daquele espaço experienciado. Essa experiência resume-se como a clara manifestação das práticas educativas não formais no espaço praça, trazendo ações que permitem a construção de novos conceitos, conhecimentos e práticas que fora deste local não ocorreriam pela inexistência de inúmeros elementos como o inusitado encontro possibilitado entre diversas pessoas, as regras específicas, as restrições e liberdades deste espaço...

A sociedade conectada do século XXI vê com outros olhos o espaço público. A praça, que se via repleta de pessoas em outras décadas, se encontra agora refém de eventos que mobilizem massas para ela. É natural perceber que estas duas praças investigadas se mantêm vivas e com constante presença de pessoas por integrarem espaços centrais da cidade, o que traz várias possibilidades de seu uso e a natural passagem de várias pessoas, que mesmo com interesses alheios à estada na praça, a utilizam por encontrar nela local de possível acolhimento.

Este acolhimento é simbolizado por várias perspectivas, desde os elementos da arquitetura e do paisagismo que integram as praças até as formas como os passeios, os bancos e as esculturas nestas estão dispostas.

Em um dia ensolarado, é possível sentir o frescor ao passar diante do chafariz da praça Raul Soares, como se proteger nas sombras das árvores da praça da Liberdade. Entende-se assim, nesta tese, que as praças como espaços públicos de livre acesso da sociedade integram o campo dos saberes sociais, que brotam dos diálogos entre os personagens das praças e desencadeiam conhecimentos para além dos conteúdos escolarizados em currículos. Pensa-se que também as praças representam uma gama de

valores e saberes que vão bem além do que os currículos prescritos podem determinar. Nela, os indivíduos experimentam sua corporeidade, a descoberta de valores sociais, as práticas de interação em grupo, e em especial, o respeito às limitações e diferenças que se apresentam na cidade.

Nesse cenário, a praça pode ser tida como berço de toda uma cidade. Ela permite que os personagens da cidade se insiram nela e com seus corpos possam existir sem inúmeros protocolos exigidos em outros espaços. A praça é a que garante a liberdade das pessoas na cidade, e por si só, representa a realidade de seu entorno. A praça de cada local diz claramente dos modos de vida, dos contextos culturais e das potencialidades daquele povo. É relevante também dizer que é possível identificar nas praças as fragilidades de determinado espaço, em especial quando existem traços de violência, de descuido, de usos indevidos.

Estas ações e tantas outras mostram que uma praça está doente, e apenas com a renovação de suas estruturas, a se dizer culturais e sociais, é que a praça passa a ter saúde para atender às pessoas da cidade com o princípio de liberdade de expressões que os corpos destas possam trazer, em um processo de conhecimento de si, do seu espaço e do outro, em constante ação de aprendizado.

Assim, fazer a praça funcionar é a melhor maneira de cada cidade demonstrar o compromisso com a sociedade e seus indivíduos. Deve-se fazê-lo, antes de tudo, cientes de suas limitações e suas fragilidades. O poder público necessita aceitar que esse cenário de manutenção das praças apresenta problemas sem precedentes, tal como a pandemia, tal como um caso de crime, e deve, no seu legítimo poder de organização, enfrentá-los com determinação, mas também com a humildade na escuta dos personagens que protagonizam estas. Também é necessário existir a sensibilidade com relação àqueles que mais sofrem no uso das praças, sejam eles trabalhadores informais ou pessoas em situação de rua. As economias e a saúde de alguns membros da praça não podem ser comprometidas em atenção a outros indivíduos.

A praça, para existir saudável necessita estar ali, viva, zelada e atenta aos olhares de todos, para enriquecimento e produção de saberes, valorização de culturas e espaços sociais e plena manutenção de processos educativos de pessoas, em suas interações, nas movimentações de seus corpos e nos diálogos que assegurem suas diversidades e suas identidades.

REFERENCIAS / REFERÊNCIAS

ANDRADE ARRUDA, José Jobson de. **Toda la historia**. Sao Paulo: Editora Ática, 5ª edición, 1997.

ALBANO, Celina. Et al. **A cidade na praça: poder, memória, liberdade**. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS do GT estudos urbanos: representações políticas, águas de São Pedro, realizado em 1984.

ALVES, Castro. **Castro Alves: Poesia completa**, Rio de Janeiro, 1972, 4ª edición.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMADO, Janaína & GARCIA, Ledonias Franco. **La vela es necesario: grandes descubrimientos Europeo Marítimo**. São Paulo: Editora Atual, 25ª edición, 1998.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de & ANGELIS NETO, Generoso de. **Los elementos y diseño de las plazas de Maringá - PR**. Acta Scientiarum, v.22 (5), p.1445-1454, 2000.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARENDDT, Hannah. **La condición humana**. De la Universidad de Chile, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1998.

BARROS, José Márcio. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1994.

BELO HORIZONTE. **Documento PLAMBEL: Planificación Metropolitana de Belo Horizonte**. Informe escrito por Aarão Reis, ingeniero jefe de la Comisión de Construcción de la nueva capital, en el final de la planta de Belo Horizonte, aprobado por el Decreto N ° 817 del 15 de abril, 1895.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **Introducción. De vuelta en la ciudad: los procesos de gentrificación a las políticas de “revitalización” de los centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

BORGES, Evaldo do Nascimento. **Las plazas públicas en el centro de Ilhéus - BA: usos, funciones y conflictos sociales**. (Tese de Mestrado). Campinas, 2011.

BRASIL. **Lei 5.371 de 05 de dezembro de 1967**. Governo Federal - Ministério da Justiça. Brasília, 1967.

BRAVO, Sierra. **Técnicas de investigação social: Teoría e ejercicios**. 7ª ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. En FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **Ciudad e Historia. Modernización de las Ciudades Brasileñas en los Siglos XIX y XX.** UFBA, Facultad de Arquitectura, ANPUR, Salvador, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Las siete puertas de la ciudad.** Espacio y Debates. Universidad de Buenos Aires. p. 10-11, 1991.

BRITZMAN, Deborah. **O que é esta coisa chamada amor:** identidade homossexual, educação e currículo. In: Educação & Realidade, 21(1): 71-96, jan. /jun. 1996.

BUENO, Eduardo. **El Viaje de Descubrimiento:** La verdadera historia de la expedición de Cabral. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2006.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que pesan: en los límites discursivos del sexo.** En: LOURO, Guacira (Org.). El cuerpo educado: pedagogías de la sexualidad. 3ª edición. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, Judith. **Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico.** In: NICHOLSON, J. Linda (Org.). *Feminismo/pós-modernismo.* Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992. p. 75-95.

BUTLER, Judith **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. **BUTLER, Judith P.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CALDEIRA, Junia Marques. **La plaza colonial brasileña.** (Artículo Académicé). Brasília, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Ciudad de Muros:** Crimen, Segregación y Ciudadanía en São Paulo, São Paulo, 2000.

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método.** In: CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **La ciudad.** 8ª edición. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **El oro, la tierra y el hierro: voces de minería,** en: GOMES, Angela Castro (ed.). Minas y los fundamentos del Brasil moderno. Belo Horizonte: Humanitas / UFMG, 2005.

CARVALHO FILHO, José Santos. **Comentarios Estatuto de la Ciudad,** 5ª edición. São Paulo: Atlas, 2013.

CASAL, Manuel Aires de. **Brasílica coreografía, Brasil o Estados historicogeográfica la relación compuesta y dedicada a Su Majestad por el zumbido Fiel Presbítero secular Gram Priorato de Crato.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CHAMIE, Mario. **Caminos Carta:** Una lectura caníbal de la Carta de Pero Vaz de Caminha. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.

CHOAY, Françoise. **El concejal de Urbanismo.** Utopias y realidades. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMTE, Auguste. **Apelar a los conservadores**. Trad. Miguel Lemos. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1899.

CORRÊA, Roberto Lobato. **El espacio urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, Lucas Lopes. **Los puntos olvidados: Plazas Dr. Protásio Alves y Dr. Pedro y Dr. Pedro Alexandrino de Borba en la evolución de la ciudad de Río Pardo**. São Paulo, 2015.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. **Lazer, Envelhecimento e Participação social**. Licere (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online) v. 15, p. 1-29, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL: **Termo Come Quiet**. Acesso em 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/come+quieto/>.

DULCI, Otávio Soares. **Recuperación política y económica en Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular – Debates**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. Vol. 01. **El proceso de civilización: una historia de las costumbres**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **La situación de la clase obrera en Inglaterra**; traducción de B. A. Schumann; 1845, edición José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FARIA, Wagner Francis Martiniano de Faria. **O currículo em ação da Educação Física: contribuições para a discussão de gênero no contexto escolar**. Dissertação de Mestrado. Manuscrito. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. 2017.

FERNANDÉZ SALINAS, Víctor. **Visibilidad y escena gay masculina en la Ciudad española**. Documentos de carácter geográfico, 2007.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Ver a cidade: Cidade, imagem, leitura**. São Paulo, Nobel, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: Dicionário português**. 3ª edição. Completamente revisada y ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **Evolución urbana y demográfica del envejecimiento en Belo Horizonte**. Revista Brasileña de Estudios Urbanos y Regionales. A. 3, n.4. 2001.

FILHO, Mozart Lacerda. **Nova História Cultural e micro-história: uma breve reflexão de suas origens**. Revista Museu, 2005.

FIORILLO, Celso Pacheco & FERREIRA, Renata Marques. **Estatuto de la Ciudad comentó:** Ley n. 10.257 / 2001: Artificial Ley del Medio Ambiente, 6ª edición. São Paulo: Saraiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1996.

GARCÍAS, Carlos Mello, BERNARDI, Jorge Luiz. **Las funciones sociales de la ciudad.** Revista Derechos Fundamentales y Democracia. Vol. 4, Curitiba, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIOCOMO, Vanessa Zulske. **Interpretação Como Instrumento para a Educação Patrimonial:** Complexo Praça da Liberdade. Belo Horizonte: 2006.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de Ruas:** Dicionário Toponímico de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

GOLDENBERG, Miriam & RAMOS, Marcelo. **A civilização das formas:** O corpo como valor. In: GOLDENBERG, Miriam (Orgs). Nu e Vestido: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOODWIN, Marjorie Harness. **Exclusion in girls peer groups:** ethnographic analysis of language practices on the playground. Human Development, v. 45, n. 6, nov. /dez. 2002, p. 392-415.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. **Historia del urbanismo en Europa.** Traducción Juan Calatrava. Madrid: Akal, 1998.

GUERRA, Luciana Cristina Oliveira. **Imagens de um território urbano.** Unpublished máster dissertation, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **El cambio estructural en la esfera pública.** De la Universidad de Buenos Aires: Buenos Aires, 1962.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad:** una investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Oxford, Blackwell Publishers, 1989.

KELLE, Helga. **Gender and territoriality in games played by nine-to twelve-year-old schoolchildren.** Journal of Contemporary Ethnography, v. 29, n. 02, p. 164-197, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

IBGE. **Censo.** Minas Gerais, 2016. Acceso en 02/02/2021. Fuente: Disponible en: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>.

INGEN, Cathy van. **Geographies of Gender, Sexuality and Race**: reframing the focus of space in sport sociology in *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 38, pp. 201-216, 2003.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte**: itinerarios de la ciudad moderna (1891-1920). (In: DUTRA, Eliane de Freitas. (Org.). BH: Horizontes históricos. Belo Horizonte, 1996.

KNAUTH, Daniela Riva; CERES, Victoria; AGRA HASSEN, Maria de Nazaré. **Pesquisa qualitativa em saúde**. Porto Alegre, RS: Tomo, 2000.

LANGARITA, Jose Antonio Adiego. **En tu árbol o em el mío**: una aproximación etnográfica a la práctica del sexo anónimo entre hombres. Barcelona, Edicions Bellaterra, 2015.

LANGARITA, Jose Antonio Adiego, CARBÓ, Pilar Albertín, CABALLERO, Antonia Dorado y BALCELLS, Núria Sadurní. **Diversitat sexual i ed gènere a Girona**: una aproximació a la situació de les persones LGBT a la ciutat. Girona, Universitat de Girona, 2018.

LANSKY, Samy. **Circuitos da Infância Urbana**. In: 32. Encontro Nacional da ANPOCS, 2008, Caxambu - MG. 32. Encontro Nacional da ANPOCS 2008, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio urbano**. Paris. Armand Colin, 1974.

LEME, Maria Cristina da Silva y CUNIOCI, Seyey. **La arquitectura y la ciudad en la obra de Vilanova Artigas**. PPG-AU / FAUFBA, 2005: 87. Marco Aurélio A. de Filgueiras GOMES (org.) in *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Edición especial Urbanismo modernista Brasil, 1930-1960. Salvador: PPGAU / FAUFBA, 2005.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas, São Paulo, Letra Capital Editora LTDA, 2017.

LISSOVSKY, Maurício. **Dez proposições acerca do futuro da fotografia e dos fotógrafos do futuro**. Revista Facom, n. 23, 2011.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição, 2000.

MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda. **Espacios libres y la urbanización**. Tesis (Livre-docência). FAUUSP, São Paulo, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1976.

MALYSSE, Stéphane. **Em busca dos (H)alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca**, in *Nu & Vestido*, Miriam Goldemberg (org.), Record, Rio de Janeiro, 2002.

MALHEIROS, João Carlos de Meneses. **Juventudes, Bares e Escola:** um estudo das relações dos alunos do CEFET-MH em espaços de lazer. XVII CONBRACE / IV CONICE GTT 10 – Recreação e Lazer, Anais do Evento, 2011.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Dabus. **Limitaciones urbanas sobre los derechos de propiedad.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSE, Herbert. **La agresividad en la sociedad industrial avanzada.** Madrid: Alianza Editorial, 1971.

MARX, Karl y ENGELS, Friedrich. **La ideología alema.** São Paulo: Boitempo. 1845.

MARX, Karl y ENGELS, Friedrich. **Manifiesto del Partido Comunista.** São Paulo: Alfa Ômega, 1848.

MARX, Murilo. **Ciudad Brasileña.** São Paulo: Melhoras: Editora de la Universidad de São Paulo, 1980.

MATA, Vanessa da. **Sim:** CD. Prefacio: Presentación del CD. Rio de Janeiro: Sony BMG, 2007.

MELO, Marcelo Paula de; JESUS, Marcelo Siqueira de; BEZERRA, Diogo Van Bavel, **Plazas Públicas y Posibilidades Lúdicas:** Un análisis de las plazas Serzedelo Correia y Edmundo Bittencourt en Copacabana-RJ. Revista Licere, v.19, n.1. Belo Horizonte, 2016.

MUNFORD, Lewis. **La ciudad en la historia:** sus orígenes, transformaciones y las perspectivas. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina; GOODEY, Brian. **Interpretar o Patrimônio um Exercício do Olhar.** Desafio do Turismo Cultural. Belo Horizonte: 2002.

NEVES, Lina Almada. **Corporeidade:** uma filosofia de atuação na educação física. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

NISHIKAWA, Ayako. **El espacio de la calle articulado con el medio ambiente de la vivienda en Sao Paulo.** 1984. Disertación (Maestría en Arquitectura y Urbanismo). Programa de Postgrado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

NUNES, José Horta. **Plazas públicas en la sociedad contemporánea:** la historia, la gente y la identidad. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, 53(2): 157-168, Jul./Dez. 2011.

PARKINSON, Michael y JUDD, Dennis. **Leadership and urban regeneration.** Newbury Park, Sage Publications, 1990.

PEGOLO, Lisandra Cristina Nogueira Cabril, & DEMATTÊ, Maria Esmeralda Soares Payão. **Estudio sobre las principales plazas de Jaboticabal y Taquaritinga (SP).** Holos Environment, Rio Claro, v.2, 2002.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEREIRA, Eduardo Godinho. **A profissionalização de mulheres e homens na polícia militar mineira segundo a perspectiva de gênero.** Faculdade de Educação. (Manuscrito). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2020.

PEREIRA, Francelino. **Espaço cultural da liberdade: Praça da Liberdade.** Belo Horizonte 100 anos. Senado Federal, Gabinete do Senador Francelino Pereira. Brasília: 1998.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Los mercados públicos: metamorfosis de un espacio en la historia urbana.** (Artículo académico), 2006.

PRADO, Michele Monteiro. **Modernidad y su retrato: imágenes y representaciones de la transformación del paisaje urbano de Vitória (ES) 1890-1950.** Disertación (Maestría en Arquitectura y Urbanismo). Programa de Postgrado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2002.

PRADO JÚNIOR, Plínio Walder. **Observations sur les ruines de la publicité.** En: Isaac Joseph (Dir.). Prendre place - Espace public et culture dramatique. Cerisy: Éditions Recherches, 1995.

QUEIROGA, Eugênio. **La megalópolis y el cuadrado.** Tesis (Doctorado) – FAU, São Paulo, 2001.

RAGON, Michel. **Historie Mundial de l'architecture et de l'urbanisme modernes.** Naissance de la cité moderne 1900-1940. Paris: Casterman, 1986.

RABINOW, Paul. **Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos.** Madrid: Ediciones Jucar, 1992.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre la expansión urbana y las nuevas formas de tejido urbano.** São Paulo, Via das Artes, 2006.

REZENDE Vera Lúcia Ferreira Motta. **Sedução oficialização.** Cadernos PPG-AU / FA-UFBA / año 03 Salvador: PPG-AU / FA-UFBA, 2005.

ROBBA, Fábio Macedo. **Plazas brasileiras.** 2ª Ed comentada. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana: la urbanización, el trabajo y el medio ambiente en Belem.** NAEA / UFPA, 1996.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALDANHA, Nelson. **El jardín y la plaza: el privado y el público en la vida social e histórica de São Paulo.** São Paulo: Edusp, 1993.

SALGUEIRO, Heliana Angotti **La arquitectura y la ideología de una capital:** Belo Horizonte y obra de José de Magalhães. Revista Comunicaciones y Artes, v.14, n.21, p.47-59, ago. 1989.

- SANTOS, Milton. **1992**: El redescubrimiento de la naturaleza. São Paulo, SP. Publicaciones humanistas, FFLCH / USP. 1998.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por otra globalización**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWANDT, Thomas. **Dictionary of Qualitative Inquiry**. 2. ed. London: Sage, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. **Brasil: una biografía**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos**. Educação e Realidade. ISSN 0100-3143 Impresso e 2175-6236 (Online), 2017.
- SENNETT, Richard. **El declive del hombre público: tiranías de la intimidad**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Ângelo. **El espacio público en la ciudad contemporánea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Alessandra Teixeira da. **Evolución histórica-cultural y paisajístico del Dr. Augusto Silva Plazas y Leonardo Venerable**, SE, Brasil. (Tesis Doctorado), Universidad Federal de Lavras / UFLA, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SITTE, Camillo. **La construcción de las ciudades De acuerdo a los principios artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- SMITH, Neil. **La gentrificación generalizada: una anomalía de regeneración urbana local como estrategia urbana global**. En: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (ed.). De vuelta a la ciudad: de los procesos de gentrificación a las políticas de "revitalización" de los centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.
- SOUSA, Rainer Gonçalves. **Índios en Brasil**; Escuela de Brasil. 2018. Disponible en <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/indios-brasil.htm>. Acceso al 19 de marzo de 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Modifica la ciudad: una introducción crítica a la planificación y gestión urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.
- SWAIN, Jon. **The role of sport in the construction of masculinities in English independent Junior school**. Sport, Education and Society, v. 11, n. 4, p. 317-335, nov. 2006.

TAYLOR, Steve & BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. La búsqueda de significados. Barcelona: Paidós, 1996.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins e PEREIRA, Eduardo Godinho. **Apresentação gráfica das referências e citações nos trabalhos científicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas**: uma simples padronização formal ou herança de uma cultura androcêntrica? Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos ISSN 2179-510X), Florianópolis, 2017.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Universidade Federal de Minas Gerais. **Assimetrias de gênero na perspectiva de mulheres acadêmicas de uma universidade federal brasileira**. Tese. Belo Horizonte, 2018. 275 p.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. **Distinção de gênero e seus reflexos na rotina escola de docentes e discentes**. In: (Org.) Temas atuais em didática. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TROPPEMAIR, Helmut. **La ecología del paisaje**: De la geografía de la ciencia interdisciplinaria. Revista Geografía. Rio Claro – SP, Vol26, p. 103-108, Abril de 2001.

TSIOMIS, Yannis (Org.). **Le Corbusier, Rio de Janeiro 1929 - 1936**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1998.

VALENTINE Gill. **Queer Bodies and the Production of space** en D. Richardson y S. Seidman (eds), Handbook of Lesbian and Gay Studies, London, Sage, pp. 145-160, 2002.

VARGAS, Heliana Comin & CASTILHO, Ana Luísa Howard de. **Intervenciones en zonas urbanas**: objetivos, estrategias y resultados. Barueri, Manole, 2009.

VIERO, Verônica Crestani & BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. **Plazas públicas**: Orígenes, conceptos y funciones. (Artículo académico). Santa Maria, 2009.

VIRILIO, Paul. **La ciudad sobreexpuesta**. En: El espacio crítico. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

WOODS, Peter. **La escuela por dentro**. La etnográfica en la investigación educativa. Barcelona: Paidós, 1995.

**LISTA DE IMÁGENES – REFERENCIAS / LISTA DE IMAGENS –
REFERÊNCIAS**

Imagen 01 – Autor: Wanderson Balbino, **Sin título**, 2002. Disponible en: <https://pixabay.com/es/belo-horizonte-minas-gerais-brasil-1118337/> Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 02 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descrição: Mercado Central de Belo Horizonte - MG. Direitos de uso da fotografia cedidos para uso na pesquisa pela fotógrafa.

Imagen 03 – Autor: Wagner Francis Martiniano de Faria, **Plaza Tomé de Souza**, 2020. Direitos de uso da fotografia cedidos para uso na pesquisa pelo autor.

Imagen 04 – Autor: Desconocido, **Mapa Minas Gerais**, 2014. Disponible en: <https://brasilrockclimbing.wordpress.com/2015/08/24/minas-gerais/mapa-minas-gerais/> Acceso al 10 de enero de 2021.

Imagen 05 – Autor: Rafael Lorenzeto de Abreu, **MG, Belo Horizonte**, 2008. Disponible en: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerales_Metro_BeloHorizonte.svg/ Acceso al 10 de enero de 2021.

Imagen 06 – Autor: Victor Meirelles - Reproducción, **Primera misa en Brasil**, 1861. Imagen de reproducción de Dominio público. Disponible en: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Primera_Missa_no_Brasil_\(Victor_Meir_elles\)#/media/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Primera_Missa_no_Brasil_(Victor_Meir_elles)#/media/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg) / Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 07 – Autor: Johann Moritz Rugendas - Reproducción, **Négres la calle aficionado barco de esclavos**, 1830. Disponible en: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio_negreiro_-_Rugendas_1830.jpg/ de acceso 10 de enero de 2019. Colección Museo Itaú Cultural.

Imagen 08 – Autor: Johann Moritz Rugendas - Reproducción, **Puniciones públicas: Plaza Santa Ana**, Entre 1827 y 1835. Disponible en: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Moritz_Rugendas_in_Brazil.jpg/ Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 09 – Autor: Glauco Umbelino, **Plaza Tiradentes, Ouro Preto - MG**, 2007. Disponible en: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_Tiradentes_-_Ouro_Preto-MG_\(1511561193\).jpg/](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_Tiradentes_-_Ouro_Preto-MG_(1511561193).jpg/) Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 10 – Autor: Desconocido. La edición del periódico El Malho, edición del 10 de enero de 1935, **Plaza de la Libertad en Belo Horizonte en 1935**. Disponible en: Disponible en:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/25/Belo_Horizonte%2C_pra%C3%A7a_de_Liberdade%2C_1935.png/ Acceso al 10 de enero de 2019. Dominio público.

Imagen 11 – Autor: Marcelo Casal, **Museo de la Inconfidencia e Iglesia Nuestra Señora del Carmen**, 2003. Disponible en: <http://img.radiobras.gov.br/Aberto/index.php/Imagens.Principal.00.0.2003-04-20/> Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 12 – Autor: Marcus Desimoni, **Vista aérea del Área Central de Belo Horizonte**, 2012. Disponible en: <https://www.flickr.com/photos/copagov/8203284506/lightbox/> Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 13 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: Palacio da Liberdade (antigua sede del Gobierno de Minas Gerais). Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 14 – Autor: André V. Ruas, **Ciudad Administrativa Presidente Tancredo Neves, en Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**, 2012. Disponible en: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Cidadadmistrativa.jpg/> Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 15 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: plaza de la Liberdade en un sábado de investigación. Los jóvenes ensayan coreografías para juegos regionales de estudiantes. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 16 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: el trabajo fotográfico de moda en la plaza es una acción habitual todos los días de la semana. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 17 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: destaque para las fuentes de la plaza de la Libertad (en manutención). Al fondo, en el lado izquierdo se sitúa el Edificio Niemeyer, residencial, tumbado por el patrimonio histórico. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 18 – Autor: André V. Ruas, **Manifestación contra Dilma Rousseff en la plaza de la Libertad, en Belo Horizonte**, 2015. Disponible en: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/Manifestacaodilma1.JPG/> Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 19 – Autor: Desconocido, **Sin título**, 2018. Disponible en: <https://journalistaslivres.org/movimentos-sociais-promete-acampar-la-prática-de-la-libertad-partir-de-1-de-maio-2/> Acceso el 10 de enero de 2019.

Imagen 20 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: Plaza Raul Soares, destacando las piedras marajoara que forman innumerables imágenes en el suelo de la

plaza. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 21 – Autor: Desconocido, **Plaza Raul Soares**, 2007. Disponible en: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/de/Raul_Soares_3.JPG/ Acceso al 10 de enero de 2019. Dominio público.

Imagen 22 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: Plaza Raul Soares ya la derecha de la foto, parte de las dos cuerdas del Edificio JK. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 23 – Autor: Marcos Desimoni, **Obras de Movilidad urbana Belo Horizonte**, 2012. Acceso al 10 de enero de 2019. Disponible en: <https://www.flickr.com/photos/copagov/8202193981/in/photostream/>

Imagen 24 – Autor desconocido, **Plaza Raul Soares**, 2016. Disponible en: http://guanhaes.tripod.com/fotos_de_bh/index.album/praca-raul-soares?i=5&s=1/ Acceso al 10 de enero de 2019.

Imagen 25 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: las rampas de acceso a la plaza permiten que las personas ingresen al espacio en diferentes lados de la ciudad. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 26 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: se puede observar un mendigo tendido a la izquierda y al fondo un puesto de gente en situación de calle. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 27 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: Vehículo policial que custodia la plaza y sus personajes, frenando delitos y aportando seguridad. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 28 – Autora: Ana Clara Rafael, **Sin título**, 2020. Descripción: Mercado Central y gran movimiento de personas, a pesar de que es sábado de acceso restringido por la pandemia provocada por COVID-19. Al fondo, la plaza. Derechos de uso de la fotografía cedida para su uso en la investigación por parte de la fotógrafa.

Imagen 29 – Autor Pedro Gontijo, **Feira Hippie**, Jornal O Tempo, 2013. Disponible en: <https://www.otempo.com.br/feira-hippie-tera-que-reformular-barracas-ate-janeiro-1.758336/> Acceso al 10 de julio de 2019.

Imagen 30 – Autor Marcos Vieira. **Decoração Natalina é inaugurada na Praça da Liberdade**, Jornal Estado de Minas. Acceso al 10 de enero de 2020. Disponible en: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/12/11/interna_gerais,1107652/decoracao-natalina-e-inaugurada-na-praca-da-liberdade-em-belo-horizon.shtml/